



NT

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

6

FERNANDO JOSÉ DE LIRA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE
TRABALHO URBANO NO NORDESTE BRASILEIRO**

ORIENTADORA: PROFa. Dra. ANITA KON

**Tese de doutoramento apresentada à FGV,
como requisito para obtenção do grau de
Doutor em Economia de Empresas**

SÃO PAULO, 1994



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



996/94



1199400996

À Adeilda, pela paciência e pelo apoio
imprescindível; para Ilana, pelo carinho e
alegria que nos proporciona. Aos meus
pais e aos meus irmãos, particularmente
ao Petrucio, pelas alternativas que me
ofereceu.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a professora Dra. Anita Kon pela sua colaboração e estímulo na orientação que foram decisivas na realização deste trabalho. Sem as suas críticas e avaliações seguras este estudo não teria se efetivado.

Devo agradecer também aos professores da FGV que me auxiliaram na busca de novos conhecimentos. Agradeço particularmente aos professores Carlos Ernesto Ferreira que participou do Exame Geral de Área, fornecendo relevantes sugestões e ao professor Domingos Zurron Ocio pelos conselhos e apoio durante todo o curso.

Ao amigo Edmilson Correia Veras pelos estímulos e pelas discussões nas diversas fases da pesquisa.

À FAPEAL, pelo apoio financeiro na modalidade de bolsa de estudo de doutorado.

À SUDENE que forneceu dados, relatórios de pesquisas e questionários que contribuíram significativamente para a análise e desenvolvimento deste trabalho.

Devo agradecimentos ao amigo Francisco Greco, que com o seu apoio foi uma fonte de estímulos durante toda a minha permanência em São Paulo.

Agradeço, também, a Profa. da FEA/USP Maria Cristina Cacciamali, por ter me proporcionado oportunidade de frequentar o curso de Economia do Trabalho na FEA/USP.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| RESUMO | i |
| ABSTRACT..... | iii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO | |
| 1.1 - Introdução | 7 |
| 1.2 - Principais Enfoques Teóricos Sobre o Problema do Emprego..... | 9 |
| 1.3 - Formulações Teóricas Sobre o Mercado de Trabalho Formal, Informal e Economia Submersa..... | 24 |
| 1.3.1 - A Visão da Missão do Kenya..... | 27 |
| 1.3.2 - A Formulação do Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC)..... | 32 |
| 1.3.3 - A Visão Subordinada..... | 35 |
| 1.3.3.1 - O Modo de Inserção no Sistema Econômico..... | 38 |
| 1.3.3.2 - Um Setor Heterogêneo, Dinâmico, de Dimensão e Renda Mensuráveis | 42 |
| 1.3.4 - Visão da Economia Submersa | 46 |
| 1.4 - A Dinâmica Econômica e Seus Efeitos Sobre a Organização da Produção e a Estrutura Ocupacional..... | 49 |
| 1.4.1 - Dinâmica Econômica e Estágio de Desenvolvimento..... | 55 |

| | |
|--|----|
| 1.5 - Acumulação de Capital e Oferta de Mão-de-obra | 57 |
| 1.6 - Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano..... | 64 |

CAPÍTULO II - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO NORDESTE

| | |
|---|-----|
| 2.1.- Introdução..... | 70 |
| 2.2 - Fases do Desenvolvimento Nordestino..... | 74 |
| 2.3 - O Processo de Modernização da Indústria de Transformação no Nordeste..... | 80 |
| 2.4 - Evolução Recente da Economia Nordestina..... | 87 |
| 2.4.1 - Dinâmica Setorial..... | 98 |
| 2.4.2 - Comportamento Estrutural do Produto..... | 101 |
| 2.4.3 - Evolução da Estrutura Ocupacional do Nordeste..... | 107 |
| 2.5 - Modernização na Estrutura Produtiva, Migração e Heterogeneidade Estrutural..... | 116 |
| 2.5.1- Migração..... | 116 |
| 2.5.2 - Modernização, Heterogeneidade e Subemprego..... | 124 |
| 2.5.3 - Desenvolvimento e Produtividade..... | 128 |

CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO O ENFOQUE FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA.

| | |
|---|-----|
| 3.1 - Introdução | 139 |
| 3.2 - Operacionalização dos Conceitos Setor Formal/Informal e Economia Submersa..... | 141 |
| 3.2.1 - Os Dados Utilizados..... | 145 |
| 3.3 - Aspecto Geral do Emprego no Nordeste..... | 147 |
| 3.4 - Participação Percentual na Produção Segundo Posição na Ocupação..... | 167 |
| 3.5 - Distribuição dos Ocupados Segundo Posição na Ocupação por Sexo e Idade de 1960 a 1990..... | 174 |
| 3.5.1 - Distribuição por Sexo..... | 174 |
| 3.5.2 - Distribuição por Grupo Etário | 187 |

| | |
|--|-----|
| 3.6 - Horas Trabalhadas..... | 193 |
| 3.7 - Comportamento dos Rendimentos..... | 199 |
| 3.7.1 - Rendimentos da PEA por Posição na Ocupação..... | 200 |
| CAPITULO IV - COMPORTAMENTO DO SETOR TERCIÁRIO E ESTRUTURA | |
| OCUPACIONAL NO NORDESTE. | |
| 4.1 - Introdução | 206 |
| 4.2 - Comportamento da PEA do Nordeste por Setores e Atividades Produtivas..... | 209 |
| 4.3 - Formas de Ocupação e Estrutura Ocupacional do Nordeste, do Brasil e de São Paulo..... | 214 |
| 4.4 - Comportamento da Estrutura Ocupacional nas Cidades de Recife, Salvador e Fortaleza..... | 222 |
| 4.5 - Comportamento dos Rendimentos.por.Setores e Atividades Econômicas..... | 228 |
| V- CONCLUSÕES..... | 232 |
| VI - BIBLIOGRAFIA..... | 242 |

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

A - TABELAS

| TABELA | TÍTULOS |
|--------|--|
| 2.1 | Nordeste e Brasil - Capacidade de Acumulação e Crescimento do Produto 1965/1990.....79 |
| 2.2 | Nordeste - Distribuição Percentual e Setorial dos Investimentos Previstos em Projetos em 1970/1990.....82 |
| 2.3 | Nordeste e Brasil - Distribuição Relativa da Estrutura do Valor de Transformação Segundo o Uso na Indústria de Transformação 1950/1985.....83 |
| 2.4 | Nordeste - Evolução do Emprego e da Produtividade na Indústria de Transformação por Subsetores Classificados Segundo o Uso em 1950/1985.....85 |
| 2.5 | Nordeste e Brasil - Taxas de Crescimento do PIB Real 1960 1990.....89 |
| 2.6 | Nordeste e Brasil - Taxas de Crescimento do PIB Real 1960/1990.....94 |
| 2.7 | Nordeste e Brasil - Taxas de Crescimento do PIB Real por Setores 1960/1990.....95 |
| 2.8 | Nordeste - Participação Relativa dos Grandes Setores no PIB 1960/1990.....96 |
| 2.9 | Nordeste - Participação dos Grupos e Ramos de Indústria no Valor de Transformação Industrial 1970/1990.....97 |
| 2.10 | Nordeste - Participação Percentual no PIB por Setores e Atividades Econômicas no Período de 1960/1990.....102 |
| 2.11 | Nordeste - Contribuição ao Crescimento Anual do PIB por Setores e Atividades Econômicas.....105 |
| 2.12 | Nordeste - Produtividade Média do Trabalho por Setores e Atividades Econômicas 1960/1990.....109 |

| | | |
|------|--|-----|
| 2.13 | Nordeste - PIB e Pessoas Ocupadas no Período 1960/1990. Taxas de Crescimento Anual em Percentagem | 110 |
| 2.14 | Nordeste e Brasil - Participação Percentual da População Ocupada Urbana e Rural e da PEA na População Total no Nordeste e no Brasil..... | 113 |
| 2.15 | Nordeste - PEA por Setores e Atividades Econômicas, Participação Percentual e Crescimento Anual 1960/1990..... | 114 |
| 2.16 | Nordeste e Brasil - Dinâmica Populacional e Urbana 1950/1990..... | 118 |
| 2.17 | Nordeste: Fluxo Migratório com Destino a Outras Regiões do País 1950/1990..... | 118 |
| 2.18 | Fluxo Migratório Inter-Regional 1950/1990..... | 120 |
| 2.19 | Nordeste(NE) Brasil(BR) - Pessoas Ocupadas no Setor Secundário 1950/1990..... | 120 |
| 2.20 | América Latina, Brasil, Nordeste e Sudeste - Diferenciais Inter Setoriais de Produtividade, 1950/1985..... | 130 |
| 2.21 | Nordeste, Brasil e Sudeste - Evolução dos Diferenciais de Produtividade na Indústria de transformação em Subsetores Seleccionados 1950/1985..... | 130 |
| 2.22 | Nordeste - Produtividade Relativa do Trabalho por Setores e Atividades Econômicas 1960/1990..... | 138 |
| 3.1 | Nordeste - População Total Segundo Idade e no Período de 1960/1990..... | 148 |
| 3.2 | Nordeste - População Total, População Urbana, População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa Segundo Idade no Período 1960/1990 - Homem..... | 149 |
| 3.3 | Nordeste - População Total, população Urbana, População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa Segundo Idade no Período 1960/1990 - Mulher..... | 150 |
| 3.4 | Nordeste - Evolução Índice da População Urbana, da PIA da PEA e da População Ocupada Urbana no Período 1960/1990..... | 154 |
| 3.5 | Nordeste - Índices de Taxas de Atividades e de Ocupação no Período 1960/1990..... | 155 |
| 3.6 | Nordeste - Índices de Participação e de Ocupação da PIA Segundo Idade no Período 1960/1990 -Homem..... | 160 |
| 3.7 | Nordeste - Índices de Participação e de Ocupação da PIA Segundo a Idade no Período 1960/1990 - Mulher..... | 161 |
| 3.8 | Nordeste - Desemprego Aberto, no Meio Urbano por Sexo, no Período 1960/1990..... | 166 |
| 3.9 | Nordeste - Distribuição do Total dos Ocupados do Setor Privado no Meio Urbano Segundo Sua Posição na Ocupação no Período 1960/1990..... | 168 |
| 3.10 | Nordeste - Pessoas Ocupadas Segundo Posição na Ocupação e Carteira de Trabalho Assinada no Setor Não Agrícola no Período 1972/1990..... | 172 |
| 3.11 | Nordeste - Taxa de Formalidade da População Ocupada Excluindo as Pessoas Ocupadas na Administração Pública no Período 1976/1990..... | 172 |

| | | |
|-------|---|------|
| 3.12 | Nordeste - Taxa de Formalidade da População Ocupada Agrícola e Não Agrícola no Período de 1976/1988..... | 173 |
| 3.13 | Nordeste - Distribuição Setorial do Emprego Formal no Período 1976/1988..... | 173 |
| 3.14 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas por Sexo e por Posição na Ocupação no Período 1960/1990 - Homem..... | 176 |
| 3.15 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas por Sexo e por Posição na Ocupação no Período 1960/1990 - Mulher..... | 177 |
| 3.16 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas Segundo a Posição e o Número de Pessoas Ocupadas em 1990..... | 180 |
| 3.17A | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas Segundo o Sexo, o Número de Pessoas, e o Local do Estabelecimento em 1990..... | 182 |
| 3.17B | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas Segundo o Número de Pessoas e os Ramos de Atividades em 1990..... | 183 |
| 3.18 | Nordeste - Pessoas Ocupadas (Exceto Militares, Estatutários e Empregados com Carteira de Trabalho Assinada) que Tinham Interesse em Mudar para um Emprego com Carteira Assinada em Relação às Pessoas Ocupadas (Exceto Militares, Estatutários e Empregados com Carteira de Trabalho Assinada) em 1990..... | 185 |
| 3.19 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas por Grupo Etário e por Posição na Ocupação no Setor não Agrícola no Período 1960/1990 - Homem..... | 188 |
| 3.20 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas por Grupo Etário e por Posição na Ocupação no Setor Não Agrícola no Período 1960/1990 - Mulher..... | 189 |
| 3.21 | Nordeste: PEA Urbana Ocupada por Horas de Trabalho Semanal no Período 1972/1990..... | 195 |
| 3.22 | Nordeste - Distribuição das Pessoas Ocupadas por Horas Trabalhadas e por Posição na Ocupação no Setor Não Agrícola no Período 1972/1990..... | 196 |
| 3.23 | PEA e Valor do Rendimento Médio Mensal Real no Setor Não Agrícola, Segundo as Classes de Rendimentos Mensal 1970/1990 (Base Março 1986 = 100)..... | 201 |
| 3.24 | Nordeste: Distribuição dos Ocupados, Segundo as Categorias de Posição na Ocupação e Por Faixa de Renda em Salários Mínimos no Setor Não Agrícola no Período 1972/1990..... | 205 |
| 4.1 | Nordeste: Participação Relativa da PEA Ocupada, Segundo Setor de Atividade no Período de 1960/1990..... | 211 |
| 4.2 | Nordeste: Pessoas Ocupadas por Setores e Atividades e Segundo Posição na Ocupação e Carteira de Trabalho Assinada no Período 1972/1990..... | 216 |
| 4.2 | Continuação da Tabela 4.2 - Nordeste: Pessoas Ocupadas por Setores e Atividades Econômica e Segundo Posição na Ocupação e Carteira de Trabalho Assinada no Período 1972/1990..... | 217 |
| 4.3 | Variação na Distribuição dos Ocupados no Setor Não Agrícola por Setores de Atividades no Nordeste, Brasil e Região Metropolitana de São Paulo no Período 1981/1989..... | 220. |

| | | |
|-----|--|-----|
| 4.4 | Distribuição da População Economicamente Ativa Não Agrícola e por Posição na Ocupação em Recife, Salvador e Fortaleza no Período 1981/1988..... | 225 |
| 4.5 | Distribuição das Pessoas Ocupadas em Atividades Não Agrícolas, por Setores e Atividades Econômicas nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza no Período de 1981/1990..... | 227 |
| 4.6 | Distribuição dos Assalariados, Valor Mediano dos Rendimentos e Índice de Gini, por Setores e atividades Não Agrícolas no Nordeste e no Brasil em 1986..... | 231 |

B - GRÁFICOS

GRÁFICOS

TÍTULOS

| | | |
|-----|---|-----|
| 2.1 | Nordeste e Brasil - Taxa de Crescimento do PIB Real..... | 90 |
| 2.2 | Nordeste - Taxa de Crescimento do PIB Real..... | 91 |
| 3.1 | Evolução dos Índices da Pop. Urbana, da PIA, PEA e P.O..... | 152 |
| 3.2 | Índices de Taxas de Participação e Ocupação da PIA..... | 153 |
| 3.3 | Nordeste - Índice de Taxas de Participação e de Ocupação da PIA Segundo a Idade Período 1960/1990 - Homens..... | 158 |
| 3.4 | Nordeste - Índices de Taxas de Participação e Ocupação da PIA Segundo Idade Período 1960/1990 -Mulher..... | 159 |

RESUMO

A história recente do Nordeste caracteriza-se por uma primeira fase de isolamento e outra de articulação. Nessa segunda fase, o dinamismo que se instala a partir da década de sessenta provocou profundas transformações na economia da região.

Essas transformações implicaram em elevadas taxas de expansão do produto regional, alterações na estrutura produtiva através da adoção de novos processos de trabalho que implicou de um lado, na redução da demanda por trabalho e de outro, na sua expansão. Registrou-se, também, mudanças bastante significativas nos gêneros industriais reduzindo a participação na produção das indústrias de bens de consumo não-duráveis e aumentando de modo importante a participação das indústrias de bens intermediários voltadas para o mercado nacional e internacional, o que contribui para aumentar a dependência do Nordeste em relação as regiões mais ricas.

As mudanças iniciadas no setor industrial se propagam para os setores primários, secundários e terciários. No setor agrícola, as transformações dificultaram a sobrevivência do trabalhador, ampliaram as relações capitalistas no setor manifestas na maior proletarianização da mão-de-obra rural; estimularam as emigrações para as cidades e elevaram consideravelmente a participação da população ocupada em atividades predominantemente urbanas. No setor terciário, as mudanças provocaram o incremento do subemprego, grande diferenciação nos

níveis de produtividade e rendimentos, gerando um quadro de aprofundamento da heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho.

Adicionalmente, houve uma excessiva urbanização, aumento da concentração da renda, incremento do grau de informalidade, crescimento do número de empregados clandestinos e maior participação dos menores e adultos no mercado de trabalho. Tudo isso, ocorreu, associado ao quadro de dinamismo das atividades produtivas, sem paralelo na história recente das regiões atrasadas do país.

A análise dos dados também mostrou que o nível do desemprego aberto, é relativamente baixo tanto para os homens como para as mulheres. Isto ocorre porque na expansão ou na retração econômica as flutuações no nível de ocupação são acompanhadas por modificações da taxa de participação da PIA no mercado de trabalho.

Portanto, a recente informalidade, formalidade e submersão da mão-de-obra no Nordeste estão associadas a um contexto de crescimento da economia e, por conseguinte, resultam do estilo ou padrão de acumulação de capital que, mesmo se realizando com altas taxas de expansão, não repercute positivamente no mercado de trabalho, nos termos requeridos pela oferta de mão-de-obra. Assim, o aparecimento de um excedente relativo de população é resultado do padrão de acumulação da capital da economia regional, que está associado ao modo como o Nordeste se inseriu no contexto nacional e, nesse sentido, é o padrão de industrialização o principal fator responsável por parte importante do insucesso da economia local em absorver produtivamente a população que se apresenta no mercado de trabalho urbano.

ABSTRACT

The Northeast of Brazil presents a recent history that is characterized by two phases: the isolation and the articulation. Intense transformations in the region economy at the second phase were stimulated by the dynamism that came up in the beginning of the 60's.

These transformations led to an increase of the regional product, alterations in the productive structure through the adoption of a new work process that caused a reduction of the job offers and on the other hand by its expansion. It was also noted that expressive changes happened in the industrialized products which reduced the participation of non-durable consumer goods production and the increase, in a very important way, of the participation of intermediate goods industries directed to a domestic and foreign trade. Therefore, it contributed to increase the dependence of the Northeast in relation to wealthier regions.

The changes initiated in the industrial sector spread through primary, secondary and tertiary sectors. In the agricultural sector, the transformations turned worker's survival more difficult, increased the capitalist relations, that were manifested in the higher proletarianization of rural hand labor, encouraged emigration to the cities, increasing in a large number the participation of the population that worked exclusively in urban activities. In the tertiary sector, the changes stimulated the development of underemployment, a great differentiation in the productivity levels and income, creating a situation that worsens the differences existing in the productive structure and in the labor market.

Besides that, there was an excessive urbanization, increase of income concentration, development of informal activity degree, increase of the numbers of illegal workers and more participation of under age people and adults in the labor market. All of this, happened associated with the dynamism of the productive activities, that had never happened in the recent history of the less developed regions in the country.

The data analysis also showed that the unemployment level for both men and women is relatively low. This occurs because in the economical expansion or in the economical retraction, the oscillations in the occupation level are followed by modifications in the participation rate of those that are in the age of work at the labor market.

Therefore, the recent informality, formality and submersion of the hand labor in the Northeast are associated with an economical increase context, resulting consequently in an accumulation of capital, that even carrying out with high rates of expansion, do not repercute in a positive way in the labor market, in the terms required by the hand labor offering. Thus, the appearance of relative exceeding population is a result of the standard accumulation of the regional economy capital, which is associated with the way the Northeast was inserted in the national economical context. So, it is the standard industrialization the main responsible for the local economy unsuccessful in absorbing in a productive way the urban labor-market population.

INTRODUÇÃO

As questões regionais no Brasil começam a ser discutidas com mais ênfase durante a década de cinquenta, principalmente devido a grande seca que afetou profundamente a região Nordeste nos anos de 1958 e 1959 e, também, pela elevada convergência dos investimentos públicos e privados em São Paulo. No final dos anos cinquenta mais da metade das indústrias do país estavam em São Paulo, o que se apresentava para o país como sendo a única causa das desigualdades regionais. Todavia, apesar das desigualdades regionais terem origem em processos históricos distintos, a integração do mercado nacional, bem como, o processo de industrialização, contribuíram de modo importante para agravar estas desigualdades.

Numa primeira fase, o avanço da industrialização do Sudeste conferia a essa região uma posição econômica privilegiada de liderança no sentido de definir uma re-divisão inter-regional do trabalho, cabendo ao Nordeste e outras regiões somente tarefas agropecuárias. Com o desenvolvimento da infra-estrutura do país, foram eliminadas grande parte das barreiras regionais e, numa posição bastante favorável, a industrialização do Sudeste avança com seus produtos em direção aos mercados regionais e consegue colocá-los, no Nordeste, com melhor qualidade e preço, destruindo atividades industriais existentes na região. Não suportando essa forte concorrência o Nordeste define-se como região fornecedora de matéria prima e compradora de produtos industriais.

Nessas condições, as disparidades regionais aprofundam-se e, associadas às secas prolongadas, cria-se as condições políticas favoráveis à fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Logo depois de sua criação, em 1959, a SUDENE adota o modelo "CEPALINO" no sentido de fazer do Nordeste um centro industrial autônomo e que fosse capaz de gerar o desenvolvimento com distribuição de renda e elevação significativa do emprego de mão-de-obra. Nessa perspectiva, o Estado entra em ação criando vários mecanismos de fomento para os investimentos no Nordeste. Dentre outros incentivos, os mais importantes foram o dispositivo 34/18 e o Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR).

Assim, é no setor industrial que os deslocamentos e transformação se mostram mais importantes, assumindo a função de liderança nas principais mudanças na região. Em primeiro lugar, há uma mudança significativa na participação dos gêneros industriais na região, reduzindo a participação na produção das indústrias de bens de consumo não-duráveis e aumentando de forma importante a participação das indústrias de bens intermediários destinados basicamente ao mercado nacional.

Nessa perspectiva, o crescimento industrial do Nordeste, nos últimos trinta anos (1960/1990), se dá de modo mais dependente, pois o avanço da industrialização no Brasil, visando a integração econômica e liderada pelo Sudeste, contribuiu de forma decisiva para aumentar e consolidar a dependência da indústria nordestina em relação às outras regiões do país, particularmente em relação às mais ricas. Como discute Oliveira, são as indústrias mais importantes do Sudeste que se valendo dos incentivos fiscais se instalam no Nordeste¹. Esse avanço industrial, sem dúvida, criou um setor industrial moderno, a região possui atualmente um parque industrial muito mais importante do que nos anos sessenta. Sua produção e produtividade mais do que quadruplicou em trinta anos (1960/1990).

¹ - Oliveira (1977).

Essas transformações, iniciadas no setor industrial, se propagam para os setores primário e terciário. No setor agrícola, as mudanças ocorridas dificultaram a sobrevivência do trabalhador como produtor familiar, aumentando a proletarização da mão-de-obra rural, estimulando as emigrações para as cidades e elevando, consideravelmente, a participação da população ocupada em ramos predominantemente urbanos. Isto aprofundou as relações capitalistas no campo, ao mesmo tempo em que gerou uma grande oferta de mão-de-obra no meio rural.

No setor terciário, houve também um profundo processo de transformação com elevação significativa da população ocupada (no setor), aumento do subemprego, redução dos níveis médios de rendimentos pagos no setor, crescente grau de heterogeneidade na sua estrutura produtiva, grande diferenciação nos tipos de ocupação e crescimento da informalidade e do emprego sem carteira de trabalho assinada pelo empregador. Enfim, o setor terciário é o que absorve todos aqueles expulsos do setor agrícola e que não conseguem ocupação no setor industrial.

Essas mudanças também provocam um grande crescimento das cidades e esse crescimento realiza-se de forma desigual. O processo de expansão dos investimentos, ao se dar de modo concentrado, provoca também uma concentração espacial das atividades e da população. Nesse sentido, à medida que transcorre o processo de industrialização e o de urbanização e em que se ampliam as formas capitalistas de produção, também aumentam, de forma marcante, as formas de produção não capitalistas.

Passados trinta anos, portanto, ao contrário do previsto, a atuação da SUDENE demonstrou que, mesmo registrando-se um crescimento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) e levando-se em conta que o PIB industrial mais do que quadruplicou-se no período de 1960/1990, esse crescimento vigoroso não resultou em crescimento proporcional e desejado do

emprego e da renda na economia regional, principalmente no setor industrial.

Por outro lado, esse dinamismo aumentou a produtividade relativa do trabalhador empregado, permitiu uma maior participação das mulheres, dos jovens e dos adultos no mercado de trabalho, elevou moderadamente o grau de formalidade da economia, ampliou de modo importante as relações capitalistas de produção, criou um número expressivo de empregos públicos, gerou uma maior formalidade no setor agrícola e estimulou a criação de uma grande e sofisticada infra-estrutura urbana e rural de uso privado e coletivo.

Neste contexto, este trabalho pretende, precisamente, avaliar o papel do padrão do desenvolvimento e do tipo de integração regional no crescimento do emprego e no comportamento da renda nos diversos setores e atividades econômicas.

Mais especificamente, o trabalho procura examinar as seguintes hipóteses:

- 1- O vigoroso dinamismo econômico da estrutura produtiva do Nordeste, ocorrido no período de 1960/1990, gerou, para a maior parte da sua População Economicamente Ativa (PEA), ocupações consideradas precárias.
- 2 - O dinamismo Econômico expulsou muitos trabalhadores do campo e não empregou-os no setor secundário, levando a uma crescente participação do setor terciário no total dos ocupados.
- 3 - A implantação, na região, de uma industrialização essencialmente voltada para fora dificultou o processo de integração à estrutura produtiva interna e resultou em poucos empregos produtivos.

Para avaliar essas suposições a tese está estruturada em quatro capítulos e conclusões. No capítulo I, apresentamos uma breve visão clássica, marxista, neoclássica e

keynesiana do mercado de trabalho; examinamos também os principais enfoques teóricos sobre o setor formal, informal e economia submersa; analisamos os efeitos causados pela dinâmica econômica na organização da produção e na estrutura ocupacional; enfatizamos o processo de acumulação de capital e a geração de uma oferta crescente de mão-de-obra, e por último, mostramos as alterações provocadas no mercado de trabalho urbano pela dinâmica econômicas.

No capítulo II, procuramos analisar o padrão de crescimento econômico nordestino, principalmente no período 1950/1985, enfatizando o papel dos investimentos sobre o crescimento do produto e do emprego. Realizamos uma breve análise histórica estrutural do processo de desenvolvimento, examinamos a evolução da estrutura ocupacional, bem como, da produtividade relativa. Salientamos ainda que, mesmo no período de franco processo de acumulação, o setor industrial apresenta uma participação modesta na absorção de mão-de-obra e com isso o problema ocupacional ganha proporções importantes.

No capítulo III, analisamos as formas de participação formal, informal e submersa na produção; apresentamos os aspectos gerais e as características demográficas da PEA ocupada; examinamos as formas de participação na produção e sua distribuição entre 1960 a 1990, estabelecendo as diferenças por atividades econômicas e por grupo populacional, segundo sexo e grupo etário; analisamos, ainda, o comportamento da estrutura ocupacional e jornada de trabalho e salientamos as mudanças que ocorreram nessas variáveis, para os principais grupos ocupacionais.

No capítulo IV, discutimos a importância do setor terciário na geração de empregos, bem como o nível e evolução da absorção de mão-de-obra neste setor, e procuramos analisar o comportamento dos rendimentos a nível do setor e atividades.

Finalmente, apresentamos as conclusões, procurando articular as análises mais importantes, feitas principalmente nos três últimos capítulos da tese, com as hipóteses previamente estabelecidas.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

1.1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos um esboço teórico indispensável à análise e compreensão do emprego nas suas mais variadas formas numa economia capitalista. Pretendemos, com isso, dispor de um embasamento teórico que nos auxilie na compreensão das relações entre o emprego e a própria dinâmica econômica. Seu objetivo é nos oferecer um panorama geral que nos permita visualizar e destacar os elementos que serão analisados tendo como referência o mercado de trabalho.

A análise que se deseja fazer busca embasar a compreensão da situação do emprego numa economia capitalista em que o padrão do desenvolvimento econômico assume características gerais, no sentido de que são obedecidas as leis do desenvolvimento do capital, e específicas, definidas pelas transformações históricas estruturais que recentemente sofreu a região Nordeste.

Desejamos, portanto, com este capítulo, ter uma melhor compreensão teórica da relação existente entre acumulação capitalista e emprego em economias menos desenvolvidas. Buscamos, em outras palavras, apreender o movimento do capital na sua busca pela valorização, e como a acumulação capitalista impõe freqüentes transformações na estrutura produtiva que acabam por gerar profundas modificações no mercado de trabalho.

Essa dinâmica da acumulação capitalista assume formas concretas para cada país e região, em decorrência da sua forma de inserção na divisão internacional e interna do trabalho, da natureza do desenvolvimento adotado e da direção que as forças domésticas, a cada nação, são capazes de definir em sua estratégia de desenvolvimento. Mas, de modo geral, a dinâmica capitalista gera, inevitavelmente, em certos setores da população urbana, um excedente de mão-de-obra. Este excedente em crescimento não se produz somente porque os novos povoadores das áreas urbanas-industriais não encontram lugar estável e bem definidos na estrutura de papéis ocupacionais formais do novo sistema industrial, mas, sobretudo, devido ao progressivo declínio de certos ramos de atividades produtivas, frente a outras de grande tecnologia e de grande rentabilidade.

// De modo genérico, estes são os fatores que conduzem à inserção precária, no sistema econômico, do grosso da população urbana. Ou seja, este excedente crescente não é gerado apenas pela reduzida absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho das novas indústrias, mas também, pela relativa transformação de certos ramos da produção, dentro do novo padrão de industrialização. Assim, as novas tecnologias destroem empregos em alguns ramos de atividades, porém, criam novas formas de ocupação em outros ramos. O resultado líquido dessa criação e destruição é o que se deve analisar. Nesse sentido, é importante compreender as especificidades de uma dada comunidade, partindo-se da análise do comportamento das estratégias de desenvolvimento e opções tecnológicas, bem como os seus efeitos sobre o mercado de trabalho.

Para a análise teórica destes aspectos o capítulo foi estruturado em cinco partes. Na primeira e segunda parte apresenta-se os principais enfoques, o mercado de trabalho e formulações teóricas sobre o setor formal, informal e economia submersa. Na terceira parte, analisa-se os efeitos causados pela dinâmica econômica na organização da produção e na estrutura ocupacional. Na quarta, enfatiza-se o processo de acumulação de capital e a geração de uma oferta crescente de mão-de-obra. Na quinta e última parte, estuda-se as alterações provocadas no mercado de trabalho urbano pela dinâmica econômica.

1.2 - PRINCIPAIS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE O PROBLEMA DO EMPREGO

Para os clássicos, a oferta de trabalho no sistema está relacionada ao crescimento da população, estando este crescimento regulado pelos fundos disponíveis para sustento humano. Já a demanda de trabalho seria determinada em função dos fundos acumulados no processo de produção passado. Através da produção seriam gerados fundos que possibilitariam não só a expansão e manutenção do emprego de trabalhadores, como também a acumulação de reservas para depreciação do capital em máquinas e equipamentos.

Para os economistas clássicos, entre eles Smith²: "todas as espécies de animais multiplicam-se naturalmente de acordo com os seus meios de subsistência: nenhuma espécie pode multiplicar-se mais do que o permitido pelos meios ao seu dispor". Consequentemente, a

² - Como salienta Smith (1978), pg 67.

taxa de salário desempenha um papel fundamental na oferta de trabalho. O salário limite para permitir a reprodução, bem como a manutenção dos trabalhadores ao longo do tempo, foi denominado pelos clássicos de "salário de subsistência" ou salário natural, para Smith³: "em muitas ocasiões esse salário deve até ser um pouco mais alto; se não, ser-lhe-ia impossível constituir família e a raça desses homens não passaria da primeira geração".

A oferta de trabalho, segundo a teoria clássica, crescerá se os salários reais forem maiores que o salário de subsistência; diminuirá, se os salários reais estiverem abaixo do nível de subsistência e permanecerá constante, se os salários reais forem iguais ao salário de subsistência. Para Smith⁴: "uma generosa recompensa do trabalho, permite aos trabalhadores educar melhor os seus filhos e portanto diminuir a mortalidade, tendendo naturalmente a estimular e ampliar a oferta de trabalho". Merece ser destacado o fato de tal situação ser necessariamente dependente do estado da procura de trabalho. Se esta procura aumenta continuamente, a recompensa do trabalho encoraja o aumento e a multiplicação dos trabalhadores de modo que estes possam abastecer esse aumento da procura com um aumento contínuo da população; se a recompensa for em qualquer época menor do que a necessária para a realização desses propósitos, a deficiência de mão-de-obra torna-se rapidamente notória; e se, essa recompensa for em qualquer momento superior, a excessiva multiplicação da espécie rapidamente diminuirá para índices mais convenientes.

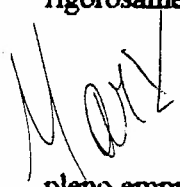
No primeiro caso, o mercado estará deficientemente abastecido de trabalho, e no segundo excessivamente abastecido; num caso e no outro, o seu preço será forçado a moldar-se rapidamente à situação em que se encontre a sociedade. É assim que a procura de homens, como a de qualquer outra mercadoria, regula necessariamente a produção da espécie humana; aumentando-a quando tal é necessário e reduzindo-a quando é excessiva.

³ - Veja-se Smith, opus cit., pg 58.

⁴ - De acordo com Smith, opus cit., pg 67.

David Ricardo⁵ chega a associar o tamanho da força de trabalho ao nível dos salários ao afirmar que há um certo nível natural de salário real, determinado pelos costumes e hábitos, a partir do qual a força de trabalho não aumentará nem se reduzirá, pois caso os salários se elevem acima deste nível, a redução na taxa de mortalidade, resultado de um maior e melhor nível alimentar, atuará no sentido de incrementar a população e, conseqüentemente, a força de trabalho. Por outro lado, quando os salários reais caem abaixo do nível natural, a mortalidade supera os nascimentos e com isso a população e a força de trabalho se reduz. Portanto, haverá uma relação entre o equilíbrio natural da força de trabalho e o equilíbrio biológico da população.

Para Furtado⁶: "a teoria clássica estabelecia implicitamente, que o nível dos salários reais não era arbitrário, - e que portanto, não podia ser modificado pela ação dos sindicatos ou do governo - dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego da economia. Ora, a capacidade de emprego era uma função da acumulação de capital e, mais rigorosamente, era função do fundo de salário que vinha a ser o capital circulante disponível".

 Marx foi o primeiro a fazer a mais importante crítica ao equilíbrio automático de pleno emprego dos pensadores clássicos. Todavia, para Marx, o progresso tecnológico tinha o caráter extremamente perverso, no sentido de gerar um incremento crescente de desemprego e manutenção do exército industrial de reserva, o que não se confirmaria nas economias industrializadas⁷.

Como Salienta Pellerin⁸: "a experiência histórica ao demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo se fez com salários reais crescentes sem sensível modificação na distribuição do produto líquido entre os assalariados e capitalistas, veio demonstrar que

⁵ - Conforme Ricardo (1955).

⁶ - Segundo Furtado (1969), pg 8.

⁷ - Veja-se Furtado (1967).

⁸ - De acordo com Pellerin, opus cit., pg 15.

Marx de nenhuma maneira teve razão ao pretender fundamentar sua tese filosófica na análise econômica".

Por outro lado, para Marx, a oferta de trabalho não é devida apenas ao crescimento populacional, considerada de determinação exógena. O problema da oferta de trabalho, para este autor, é um fenômeno ligado ao desenvolvimento das atividades produtivas, dentro do sistema de produção capitalista. Ou seja, o desenvolvimento dos métodos de produção criam, sob o capitalismo, a sua própria oferta de trabalho, indendente do crescimento da população. Quanto à demanda, para a economia marxista, o capital utilizado no processo de produção está dividido em meios de produção e força de trabalho. Marx observou que, em geral, as técnicas de produção tornam-se mais capital intensivas à medida que o tempo passa. Isto significa que a mesma quantidade de trabalhadores consome ou utiliza uma quantidade maior de meios de produção, e, no decorrer do processo de acumulação exige-se que uma parte cada vez menor de trabalho seja empregada em meios de produção cada vez maiores. Como salienta Marx⁹: "sobre um determinado capital, inicialmente pode-se dedicar, por exemplo, 50% aos meios de produção e força de trabalho. Mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, 80% aos meios de produção e 20% à força de trabalho".

De um modo geral, qualquer modificação na composição técnica do capital leva a modificações na composição do valor do capital, ou seja, como afirma Nikitin¹⁰: "a relação entre capital constante e variável, isto é, a composição orgânica do capital de acordo com o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica do capital e lhe reflete as mudanças".

A composição orgânica do capital muda apenas quando é influenciada pela mudança das condições técnicas. O seu crescimento indica o fato de que, à medida que a

⁹ - Como afirma Marx (1973), pg 155.

¹⁰ - Como salienta Nikitin (1967), pg 96.

produção se eleva, registra-se um aumento no valor das matérias primas, máquinas, equipamentos em comparação com o salário da mão-de-obra usada na produção. Assim, como afirma Marx¹¹: "a procura de trabalho, não sendo determinada pela extensão do capital total, mas pela do capital variável, diminui progressivamente com o aumento do capital total ao invés de aumentar proporcionalmente, (...), ela diminui em relação ao tamanho do capital total e numa progressão acelerada com o aumento deste. É verdade que o aumento do capital total acarreta o aumento de sua parte variável, ou da força de trabalho incorporada ao capital, mas em proporção sempre decrescente".

Assim, aumenta sem cessar o número de trabalhadores que não têm onde empregar seus serviços, e somam-se por isso à reserva de trabalho. E esse excedente de população, cujo crescimento no tempo depende apenas em parte do crescimento populacional e que Marx considera fundamental para desenvolvimento capitalista, constitui o chamado excedente de reserva ou super-população relativa. Com relação a expansão desse excedente de força de trabalho, criado pelo progresso técnico e a conseqüente substituição de trabalhadores por máquinas, constitui como salienta Adelman¹²: "uma massa de material humano sempre pronta para a exploração, independente dos limites do aumento real da população".

Para Marx¹³: "tudo que é afetado pelo movimento da indústria moderna decorre pois da transformação contínua de uma parte da população operária em trabalhadores desocupados ou semidesocupados. A produção capitalista não poderia se contentar com quantidade da força de trabalho disponível que lhe oferece o aumento natural da população. Para que possa funcionar como deseja, tem necessidade de um exército industrial de reserva, independente dessa limitação natural".

11 - Veja-se Marx, opus cit., pg 155.

12 - Conforme Adelman (1972), pg 74.

13 - De acordo com Marx, opus cit., pg 162.

Essa população excedente tem também importante efeito no sentido de controlar os padrões salariais do mercado, não apenas a longo mas também a curto prazo. Para Marx, os movimentos gerais dos salários são regulados pelos movimentos de ampliação ou contração do exército de reserva.

Por sua vez, para a economia neoclássica a oferta de trabalho não se baseia exclusivamente no salário como único elemento de decisão de um indivíduo de oferecer seus serviços no mercado de trabalho, leva-se em conta, também, a natureza do trabalho, a regularidade e segurança e o grau de independência que o trabalho lhe oferece.

Assim, a curva de oferta de trabalho de um indivíduo deriva da análise das curvas de indiferença, que refletem o fato de que para fazer um indivíduo trabalhar mais horas por dia é necessário pagar-lhe um salário mais elevado¹⁴. À medida que o salário se eleva acima do nível de subsistência, a quantidade de trabalho oferecido tende a aumentar, entretanto, a partir de certo ponto, isto é, depois de um certo número de horas de trabalho, a função passa a curvar-se para a esquerda, indicando que, a partir do momento em que o trabalhador atinge um determinado nível de salário e um determinado número de horas de trabalho, a quantidade de horas trabalhadas tende a diminuir e por isso mesmo a curva de oferta de trabalho do indivíduo mostra-se distinta, por sua forma, da curva de oferta de mercadorias.

A curva de oferta do mercado é obtida pela soma horizontal das curvas de ofertas de todos os indivíduos que participam do mercado de trabalho. Como salienta Bilas¹⁵, "não se deve supor que a curva de oferta do mercado terá inclinação negativa. É o formato das curvas de indiferença do indivíduo que pode dar à curva de oferta do indivíduo aquela inclinação. Entretanto, isso não ocorre necessariamente. Além disso, as curvas de oferta dos indivíduos, quando se inclinam para esquerda, provavelmente o fazem em pontos diferentes. Não obstante,

14 - Veja-se Bilas (1972).

15 - Conforme Bilas, opus cit., p. 326-327.

para se ter uma curva de oferta do mercado de inclinação negativa, pelo menos uma curva de oferta individual deve ter inclinação negativa.

Quanto à demanda por trabalho, assim como a dos serviços dos demais fatores de produção, é derivada da função lucro da empresa. O empresário procura maximizar os lucros dentro dos limites de métodos particulares de produção, que dependem do nível de tecnologia existente. Assim sendo, uma firma, operando em competição perfeita ou mesmo em competição imperfeita, procura combinar recursos disponíveis de tal modo que maximize seus lucros. Supondo-se existir concorrência pura é necessário que o acréscimo de produção, devido ao emprego de um trabalhador adicional, multiplicado pelo preço do produto, seja igual à taxa de salário. Assim, a demanda de trabalho depende não apenas dos preços dos insumos utilizados, como também do preço do produto no mercado.

No caso em que se considera mais de um fator variável de produção, a interpretação da demanda de um fator varia ligeiramente. Como afirma Bilas¹⁶: "quando vários recursos variáveis são usados por uma firma, uma variação no preço de um recurso, supondo-se que os preços dos outros permaneçam constantes, trará variações nas quantidades usadas dos outros recursos.

Essas variações, por sua vez, afetam a utilização dos recursos em questão quando a firma tenta maximizar lucros e restabelecer uma combinação de custo mínimo de fatores. Esta análise reflete variações internas à firma, correspondentes a uma variação no preço do produto".

A grande depressão dos anos 30 obrigou o pensamento econômico clássico dominante a uma grande crítica aos seus postulados. Coube ao economista inglês John

¹⁶ - Segundo Bilas, opus cit., pg 319.

Maynard Keynes em sua obra "The General Theory of Employment, Interest and Money", a revolucionar a teoria do emprego. Neste trabalho de Keynes, publicado em 1936, as bases da análise clássica sobre o emprego são amplamente refutadas, esboçando-se um outro modelo de análise da realidade econômica. O mecanismo regulador automático da concepção clássica que funcionava como fator de ajustamento do mercado de trabalho é refutado, a instabilidade é considerada como própria da economia e o fator risco está sempre presente¹⁷.

Keynes aprofundou o estudo dos mecanismos indutores do pleno emprego, observando que, através do investimento - via multiplicador¹⁸ - seria estimulado a demanda agregada e, em consequência, a oferta global e o emprego. A manipulação da política fiscal para estimular a demanda de investimento é admitida francamente¹⁹, em flagrante contradição ao pensamento clássico, que reservava ao Estado um papel meramente passivo na atividade econômica.

Entre os supostos keynesianos, sem dúvida, o que mais fortemente contradiz os clássicos é a noção do desequilíbrio. Enquanto estes admitiam que o equilíbrio se dá necessariamente ao nível do pleno emprego, Keynes, ao contrário, diz que é possível haver equilíbrio a nível de produção inferiores ao pleno emprego, caso o nível de renda não seja suficientemente alto, de modo a permitir um volume de investimentos que proporcione o pleno emprego da força de trabalho disponível²⁰. Keynes preocupa-se basicamente com o impacto do investimento na demanda agregada, pois sua análise é de curto prazo e pressupõe a disponibilidade de capacidade instalada.

¹⁷ - Conforme Baldwin (1967).

¹⁸ - O multiplicador seria a propagação média da tomada de decisão de um investidor. Assim sendo, uma tomada de decisão de um investidor suficiente para gerar um fluxo a mais de renda, resultará em outras tomadas de decisões, em cadeia, de outros investidores.

¹⁹ - Veja-se Branson (1978).

²⁰ - Como discute Baldwin, opus cit..

Desde o desemprego friccional²¹ clássico até o desemprego do tipo keynesiano por insuficiência da procura agregada, a compreensão da problemática do emprego sofreu uma grande evolução na teoria econômica²².

A teoria de Keynes nasce da análise da grande depressão dos anos 30, portanto, é mais adequada para explicar a questão do desemprego nas economias desenvolvidas. Assim, o modelo é inadequado para explicar o subemprego crônico e o desemprego nas economias em desenvolvimento, obrigando os economistas destes países a procurar outros modelos mais explicativos e que melhor expliquem a realidade das economias em desenvolvimento.

Assim, a partir da década de 50 começa a se destacar na América Latina e no resto do mundo a chamada visão estrutural do desenvolvimento econômico. No Brasil, Furtado (1969) é um dos economistas que mais defende este enfoque. Todavia, a análise estruturalista do mercado de trabalho é bastante recente entre nós. Somente a partir do início da década de setenta é que a visão estruturalista do mercado de trabalho toma corpo no Brasil, principalmente depois do trabalho de Souza (1980), que ao criticar a visão dualista do mercado de trabalho, coloca que a problemática do emprego, compreendida como o desajuste no mercado de trabalho, não é uma questão transitória mas de natureza estrutural que se coloca no contexto da acumulação capitalista dos países em desenvolvimento.

Nesta visão, a formação do excedente de mão-de-obra seria criado por um movimento manifesto através dos deslocamentos setoriais da mão-de-obra, da adoção de novas técnicas e da penetração capitalista nas esferas arcaicas de produção. Esse movimento responde, em parte, pelo desemprego de parcela anteriormente assalariada, ao mesmo tempo

²¹ - Desemprego friccional é um tipo de desemprego, normalmente de curto e curtíssimo prazo, que resulta do ajustamento entre oferta e demanda de mão-de-obra em níveis de pleno emprego.

²² - Veja-se Agarwala & Singh (1963).

em que força o abandono de atividades artesanais e induz o deslocamento geográfico de populações rurais.

Este excedente, no entanto, é formado por uma população que poderá reproduzir-se de duas formas: ou recebendo transferências diretas do excedente econômico gerado na economia como um todo, ou criando e recriando novas oportunidades para a produção informal de bens e serviços. Assim, o próprio surgimento e ressurgimento das atividades informais já estão subordinadas aos movimentos do capital e estas atividades devem inclinar-se a preencher apenas os espaços deixados vagos pelo setor formal.

Todas estas formulações sobre o emprego estão centradas numa questão básica que é: se é possível o pleno emprego numa perspectiva de equilíbrio de curto, médio e longo prazo. Numa ordem cronológica, como vimos, coube ao pensamento clássico o primeiro grande esforço de análise da questão do emprego. A visão do pensamento econômico clássico tem na conhecida lei de Say a base de toda a sua formulação teórica. De acordo com Say é impossível a ocorrência de desequilíbrio no sistema econômico que induza à permanência do desemprego de fatores ou à existência anormal de excedente, a médio e longo prazo. Say coloca que a oferta sempre cria sua procura²³.

Ao aceitar esta lei, não há como se pensar em desequilíbrio permanente no sistema econômico. No início do século XX a Lei de Say foi explicitamente aceita como a verdadeira explicação do funcionamento do sistema econômico e permaneceu como tal até 1930, quando o pensamento keynesiano refuta os postulados básicos do funcionamento da economia clássica.

Os clássicos não negavam a ocorrência de fenômenos - guerras, cataclismas,

²³ - Pellerin (1976) salienta que, Say explica que: "...É a procura que cria mercado para os bens".

especulações - que tentavam contra o equilíbrio, todavia, as anomalias que se registravam no sistema econômico eram consideradas passageiras, pois, entendiam, que rapidamente entrava em ação o mecanismo de ajustes automáticos proporcionado pelo sistema de preços, que restaurava o equilíbrio de pleno emprego vigente anteriormente. Assim, a norma da economia de mercado era o equilíbrio com pleno emprego. Um eventual desemprego constituía uma verdadeira anomalia de curto prazo, na forma de um desemprego puramente friccional. O mecanismo de preços e a procura de lucros pelos agentes econômicos de produção atuavam com "mão invisível" no mercado, alocando eficientemente os recursos disponíveis e maximizando as oportunidades de lucro.

A suposição de uma insuficiente procura agregada para a produção de pleno emprego, com a conseqüente redução da demanda de serviços de trabalho, daria lugar ao ajustamento de salários a preços, pois a Lei de Say assegurava um poder de compra global, dada uma oferta agregada. Nesta economia, os distintos níveis de produção corresponderiam a diferentes níveis de demanda. Assim, a existência de um excedente real de uma porção não consumida da produção parece refutar a lei de Say, pois representa uma anormalidade no fluxo circular produção-consumo da economia clássica.

A visão dos neoclássicos estava baseada, praticamente, nos mesmos postulados da economia clássica. Todavia, os chamados neoclássicos mudaram alguns supostos do modelo original, passando a considerar o progresso técnico como variável exógena, a população passou a ser considerada como um dado e admitiam a intervenção do Estado, entretanto, tão somente para garantir a livre concorrência. Assim, se num certo sentido os neoclássicos suavizaram a visão mecânica do processo econômico, por outro, mantiveram as suposições essenciais da economia clássica; continuando o equilíbrio de pleno emprego a ser uma tendência normal do sistema econômico.

Portanto, da mesma forma como a análise de Marx não se confirmou, também o modelo clássico de abordagem do emprego tornou-se insustentável diante das frequentes e cada vez mais prolongadas recessões econômicas com o consequente desemprego em massa.

Quanto ao pensamento keynesiano, este evolui em duas grandes fases. Com Alvin Hansen, amplia-se a idéia do horizonte de insuficiência da procura para fatores de tipo estrutural, onde estão presentes outras variáveis não estritamente econômicas. R.F. Harrod vai mais além do equilíbrio geral, aprofunda-se na linha de dinamização e crescimento econômico, numa perspectiva de longo prazo, em que a análise dos efeitos propulsores da ampliação da capacidade produtiva tem lugar de destaque²⁴.

Na primeira fase, marcada pela depressão dos anos trinta, Hansen utilizando-se do pensamento analítico de Keynes, questiona se a crise dos anos trinta era um problema de insuficiência da demanda ou se seria uma combinação disto com uma questão estrutural importante²⁵. Nesse sentido, faz uma análise do processo de desenvolvimento e identifica que a dinâmica econômica do século XX se deu basicamente em função de três fatores: rápido deslocamento da fronteira agrícola, do crescimento vertiginoso da população e do progresso técnico.

Por outro lado, nos anos trinta, há uma modificação substancial nos elementos estruturais básicos propulsores do desenvolvimento econômico que associado a perda de flexibilidade da economia são responsáveis pela depressão. Assim, nos países industrializados a população atingiu seu limite máximo de crescimento e começará a decrescer. A estrutura de idade da população alterou-se com uma maior proporção de idosos e consequentemente uma menor demanda de bens duráveis e maior procura de serviços, o que resultou em menores oportunidades de investimentos. Adicionalmente, os limites da fronteira agrícola não permite

²⁴ - Veja-se Furtado, opus cit..

²⁵ - Conforme Furtado (1969).

mais o seu deslocamento o que inibe a absorção de novos recursos pela economia²⁶.

Portanto, para Hansen, a redução do ritmo de crescimento da população e a ausência da expansão da fronteira agrícola praticamente eliminam as possibilidades de uso de tecnologias que demandam grandes unidades de capital e, portanto, reduz-se drasticamente as oportunidades de investimentos na economia.

A segunda fase de evolução do pensamento keynesiano inicia-se com Harrod²⁷ com os estudos de dinamização realizados no final da década de trinta e retomados após a Segunda Guerra por Domar²⁸. Esses estudos concluíram que, a rigor, as condições de equilíbrio do modelo keynesiano não podiam ser determinadas dentro das limitações do mecanismo de curto prazo estabelecidas por Keynes.

No modelo de Keynes, o nível do investimento assume um papel de destaque funcionando como variável chave, com isso, Keynes não consegue deduzir todas as consequências que o modelo produzia e ficou limitado a análise dos investimentos como um instrumento criador de renda. No entanto, não há investimento líquido sem que haja acumulação de capital. Nessa perspectiva, o estoque de capital não deve funcionar apenas como um dado da questão, ou seja, um elemento não conhecido no sistema de determinação do nível de renda, quando se deseja chegar às condições de equilíbrio. Nesse sentido, se faz necessário observar os investimentos simultaneamente como instrumento criador de renda e gerador de capacidade produtiva, ou seja, este equilíbrio seria necessariamente dinâmico.

As condições desse equilíbrio dinâmico passaram a ser estudadas por autores que desejavam expandir o modelo keynesiano, pois, nas condições de subemprego de fatores, as

26 - De acordo com Furtado, opus cit.

27 - Veja-se Harrod (1939).

28 - Conforme Domar (1946).

decisões objetivando elevar os investimentos líquidos resultam em dois efeitos sobre o nível de renda da economia. Um direto, que equivale ao montante do investimento e outro, indireto, produzido pelo efeito multiplicador. Todavia, nas condições de pleno emprego, como afirma Furtado²⁹: "inexiste os efeitos diretos sobre a renda real, e os indiretos, quando se concretizam, assumem a forma de efeito monetários".

Adicionalmente, acrescenta Furtado³⁰: "se o aumento das inversões numa situação de subemprego, põe em marcha uma cadeia de reações tendentes a elevar o nível de renda global, permitindo que cresça a poupança, nem por isso se modificará a relação entre poupança e inversões. O mesmo, entretanto, não se poderia afirmar com relação a uma situação de pleno-emprego. Neste caso, o aumento das inversões somente se concretizaria mediante elevação das taxas de poupança e inversão, isto é, com redução da participação do consumo".

Harrod, foi um dos estudiosos do modelo keynesiano que numa visão essencialmente dinâmica procurou modificá-lo. Para este autor, a acumulação de capital existe porque as empresas realizam um constante esforço para ajustar os seus estoques de capital ao da demanda³¹. Portanto, é o efeito da renda sobre os investimentos, ou seja, o acelerador, quem comanda o processo de acumulação. Assim, se em um dado momento, um determinado volume de investimento líquido se realiza, o mecanismo do multiplicador se encarregará de expandir o nível de demanda global, criando para as empresas uma situação de sobreutilização da capacidade produtiva, e, para adaptar sua capacidade a esse nível superior de demanda, as empresas procurarão intensificar os investimento. Nas palavras de Furtado³²: "nesse esforço de reajustamento do estoque de capital, as empresas dão origem a novo fluxo de renda, o qual, pelo mecanismo do multiplicador, desloca mais uma vez o nível de demanda

29 - Como salienta Furtado (1969), pg 58.

30 - Como afirma Furtado, Opus cit., pg 59.

31 - Como discute Harrod (1939).

32 - Como salienta Furtado (1969), pg 62.

global. Articulando, assim, os mecanismos do multiplicador, torna-se possível construir um modelo fechado. Atingida certa taxa de crescimento, que Harrod chama de "necessária", o sistema poderá permanecer estável".

O pensamento keynesiano do equilíbrio com desemprego e a importância que Keynes deu à insuficiente utilização dos fatores estimulou a análise da problemática do emprego, desde o desemprego friccional clássico até o desemprego do tipo keynesiano por insuficiência da procura agregada. Todavia, a questão do emprego nas economias atrasadas tem que ser analisada à luz de outros modelos, pois se trata de uma realidade distinta da grande depressão dos anos trinta analisada por Keynes.

Nos países em desenvolvimento, o desemprego característico das economias desenvolvidas, pode estar presente, todavia, a questão fundamental da insuficiência da ocupação da mão-de-obra é de natureza distinta dos países desenvolvidos. O desemprego disfarçado³³ existente nos países em desenvolvimento atinge quase que todos os setores da atividade econômica, e sua eliminação não depende meramente de políticas monetárias expansionistas ou de políticas fiscais destinadas a estimular a demanda agregada. Existe, nesses países, quase que uma incapacidade crônica de absorver de modo produtivo grande parte do contingente de trabalhadores que se apresentam no mercado de trabalho. Enfim, a essência do problema do emprego, nesses países, está na impossibilidade de organizar a produção de maneira a equilibrar a oferta e a demanda de mão-de-obra.

Nos países em desenvolvimento, a problemática da falta de ocupação produtiva começou a preocupar os estudiosos a partir da década de 1950, os estudos, em geral, mostram o tipo especial do desemprego nas economias atrasadas, destacando as diferenças em relação

³³ - Desemprego disfarçado é a situação das pessoas ocupadas que percebem remuneração inferior ao nível de subsistência e cuja produtividade marginal é nula. O desemprego disfarçado constitui uma situação intermediária entre o desemprego aberto e a inatividade.

ao mesmo fenômeno, tal qual se manifestavam nas regiões economicamente desenvolvidas. Dos estudos das diversas missões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em vários países em desenvolvimento na década de 50, resultou um consenso de que a gravidade do problema não admitia uma atitude passiva que confiasse na eliminação do desemprego crônico como decorrência natural do processo de desenvolvimento. Ao contrário, observou-se que não apenas seria insustentável defender esta posição, como também verificou-se que o próprio processo de desenvolvimento pode ao menos em certas etapas agravar o desemprego crônico nas economias em desenvolvimento.

Portanto, já no início da década de 60, a OIT empreendeu grandes esforços no sentido de estimular a absorção de mão-de-obra ao planejamento geral do desenvolvimento, estacando que a rápida absorção da mão-de-obra decorreria não apenas de um desenvolvimento econômico rápido, mas também, da escolha de um padrão de desenvolvimento em que o emprego constituísse objetivo explícito e não apenas variável residual.

1.3 - FORMULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA

Os estudos realizados sobre as economias menos desenvolvidas mostram que existe uma elevada diferenciação das ocupações na sua estrutura produtiva, fruto do processo de industrialização limitada. Várias abordagens sobre essas economias da América-Latina, apesar de reconhecerem essa heterogeneidade de sua estrutura produtiva, esses enfoques

acabam por adotar proposições que levam a análises e visões que tratam o funcionamento do mercado de trabalho urbano como se ele fosse homogêneo.

As abordagens teóricas aqui expostas são aquelas de maior relevância na literatura específica, na medida em que elas têm sido ponto de referência para a grande maioria dos estudos realizados sobre o tema. As abordagens existentes podem ser organizadas em quatro enfoques sobre a organização do mercado de trabalho: a visão do relatório do Kenya, a visão do PREALC, a visão subordinada e intersticial e a visão sobre a economia subterrânea ou submersa, que serão detalhadas posteriormente.

A primeira visão, mesmo concebendo a existência de dois grandes setores econômicos - o formal e informal - inova na aceitação de relações econômicas funcionais entre eles. Contudo, mantém a posição de que a dinâmica do setor formal ou moderno não afeta a dinâmica e a reprodução do setor informal. Ao contrário, postula que, caso seja possível alguma relação de causa e efeito, ela se manifesta via uma funcionalidade do setor informal, que ao produzir certos bens a preços bastante baixos reduz o custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, os custos salariais do setor formal³⁴.

A segunda visão toma o conjunto das atividades produtivas como a somatória de dois grandes segmentos, o moderno e o de subsistência. No núcleo moderno predominam as relações de trabalho assalariadas, já no setor de subsistência dominam as formas autônomas. Esta visão postula que os dois núcleos não se relacionam economicamente, sendo que o desenvolvimento econômico leva ao perecimento do núcleo de subsistência, com a incorporação, pelo setor moderno, dos contingentes de população economicamente ativa nele inserido. Esta abordagem visualiza dicotomicamente a estrutura econômica, assim como não

³⁴ - Esta abordagem foi originalmente formulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para maiores detalhes veja OIT (1972).

considera qualquer relação entre os dois núcleos³⁵.

O terceiro enfoque, propõe que o desenvolvimento econômico leva à prepoderância do setor formal, sendo o setor informal subordinado à dinâmica capitalista mais geral. Esta abordagem parte do suposto de que a acumulação de capital revolve constantemente os espaços econômicos, ou seja, que o movimento do capital afeta todas as esferas da atividade produtiva e assim, subordina as diversas esferas da atividade econômica ao movimento dinâmico da acumulação capitalista³⁶. Concebe ainda, que o dinamismo econômico carrega consigo alguma diferenciação da estrutura produtiva, que no caso latino-americano é elevada, e mais ainda, que, as características específicas do nosso processo de industrialização determinaram que o avanço da acumulação de capital nos países da região não gerasse um processo de relativa homogeneização da estrutura produtiva.

Finalmente, a quarta visão, diz respeito à economia submersa que, para a literatura específica, surgiu devido à forma de intervenção do Estado na economia. Portanto, se por um lado, uma extensa regulação for imposta sobre as atividades econômicas, e por outro, for estabelecida uma excessiva carga tributária, estão reunidas as condições básicas para o surgimento, no interior do sistema econômico, de uma complexa rede de atividades submersas ou subterrâneas.

³⁵ - Esta abordagem teve seu referencial teórico definido a partir das proposições de LEWIS (1969).

³⁶ - Esta abordagem foi formulada por Souza (1980).

1.3.1- A VISÃO DA MISSÃO DO KENYA

Em 1972, a missão do Kenya³⁷ produz um relatório que se fundamenta numa nova visão de análise da estrutura ocupacional e que viria substituir a abordagem moderno/tradicional. Na verdade, essa nova visão foi elaborada pela primeira vez em 1971 por Keith Hart que, num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana em Ghana, analisa a estrutura produtiva do ponto de vista do setor informal. A partir deste trabalho é colocada a idéia do setor informal e logo é adotada pela missão do Kenya, dentro do programa mundial do emprego da Organização Internacional do Trabalho³⁸.

Na verdade, o início do uso generalizado, na literatura específica, dos termos setor-formal, setor-informal se deu devido a um diagnóstico sobre renda, publicado pela OIT, em 1972, sobre a economia do Kenya³⁹. Os técnicos, desse órgão internacional, justificaram a criação de uma nova categoria analítica, para analisar estruturas duais, porque constataram, naquele país, que o processo de crescimento econômico tinha criado conjuntos significativos de inserção na estrutura produtiva e de tipos de ocupações que não poderiam ser classificados de acordo com a tipologia teórica e operacional apresentada nas abordagens duais clássicas

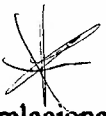
³⁷ - A Missão do Kenya é uma missão de estudos que procurou analisar a problemática do emprego no Kenya e recomendou uma estratégia de desenvolvimento que contemplasse, explicitamente, uma política de emprego. Com esse objetivo, em 1972, a Missão produziu um relatório para o Programa Mundial do Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, pela sua importância, logo ficou conhecido como relatório da Missão do Kenya.

³⁸ - A visão moderno/tradicional dicotomiza entre setor moderno e setor tradicional. O setor moderno, presente no meio urbano, compreende as empresas de grande escalas, tecnologicamente avançadas, intensiva em capital e com elevada produtividade do trabalho. O setor tradicional, presente basicamente no meio rural, tecnologicamente atrasado, intensivo em trabalho e de baixa produtividade.

³⁹ - Sobre a origem da denominação setor informal e os primeiros autores a empregar este termo. Veja-se Cacciamali (1983), Dedecca (1989) e Saboia (1989).

que consideram dois setores: moderno e tradicional . Isto porque, embora muitas ocupações tivessem sido criadas pelo processo de crescimento econômico e devessem, portanto, ser classificadas no setor moderno, as atividades, em que esses empregos se inseriam, não eram organizadas com base no trabalho assalariado e o nível de remuneração, em muitos casos, era apenas ligeiramente superior àquele do setor tradicional⁴⁰.

Além disso, o diagnóstico sobre a economia do Kenya situa-se entre os primeiros estudos de desenvolvimento econômico, no período pós-guerra, a criticarem os impactos sociais das estratégias do crescimento acelerado⁴¹. A variável chave, segundo esta corrente, era maximizar a criação de empregos, ao invés da taxa de crescimento do produto, para minorar o processo de desigualdade econômica e social gerado por um processo acelerado de industrialização. Era visível, em muitos países em desenvolvimento, que a industrialização, nos seus primeiros estágios, não estava conseguindo gerar empregos suficientes e níveis de renda adequados para integrar a maior parte da população no avanço da economia de mercado. Soma-se a este fato que esta expansão estava a reproduzir inserções precárias de participação e /ou atividades organizadas de forma não tipicamente capitalista.



Assim, esses autores enfatizam que o surgimento das atividades informais relacionava-se ao excedente de mão-de-obra frente aos níveis de investimentos formais e que este excedente era composto, em sua maioria, pelos migrantes rurais que, nas áreas urbanas, criavam pequenos negócios como estratégia de sobrevivência, dada a impossibilidade de encontrarem emprego no setor formal da economia. Os analistas dessa corrente de pensamento apontavam, ainda, os impactos negativos sobre as despesas do governo dos macro congestionamentos urbanos e, principalmente, a elevada concentração de renda, que esses

⁴⁰ - Conforme salienta Cacciari (1991).

⁴¹ - Posteriormente, a partir de meados da década de setenta, essas críticas tomaram a forma de estratégias alternativas de crescimento e desenvolvimento econômico,subscritas, entre outras instituições pelo Banco Mundial e pela OIT, com a denominação de proposta de crescimento com distribuição de renda, ou de necessidades básicas.

processos estavam a gerar no período⁴².

Nesse sentido, o relatório do Kenya definiu o setor informal pelas seguintes características: a facilidade de entrada; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; operam em pequena escala; atuam em mercados não regulamentados e competitivos; os processos produtivos são intensivos em trabalho e utilizam uma tecnologia adaptada; e seus trabalhadores têm adquirido suas qualificações fora do sistema escolar⁴³.

Quanto ao setor formal, o relatório definiu a partir das seguintes características, opostas às do setor informal: a entrada é dificultada para os novos ingressantes; as empresas desse setor utilizam com frequência materiais importados; a propriedade dos empreendimentos é de sociedade de capital por ações; operam em larga escala; atuam em mercados protegidos; utilizam processo produtivos intensivos em capital; a tecnologia é, em sua maioria, importada; e seus trabalhadores adquirem as qualificações requeridas por meio da escolaridade formal⁴⁴.

Assim, como salienta Cacciamali: "o termo setor informal e sua definição elaborada para o caso específico do Kenya, desde o início de sua divulgação, foram rapidamente incorporados pela literatura especializada, sem, contudo, apresentar rigor teórico e homogeneidade nos critérios operacionais para fins de mensuração e análise empírica. Além do que, embora o conceito de dicotomia tivesse sido renovado, passando das categorias setores moderno-tradicional para formal-informal, a análise, ainda repousava sobre um enfoque dual-estático em que a maior parte das características do setor informal era definida a priori ao invés de serem percebidos diretamente da análise do concreto. Com isso, em muitos trabalhos, o setor informal era considerado homogêneo e composto pelos trabalhadores mais

42 - De acordo com Cacciamali (1991).

43 - Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1972).

44 - OIT, opus cit..

pobres do meio urbano que não tinham tido acesso ao processo de modernização da economia. Além do mais, permanecia o pressuposto de que o setor informal deveria desaparecer à medida que o processo de crescimento persistisse e espalhasse, de uma forma mais equitativa, os benefícios deste processo econômico⁴⁵.

Um outro problema que assume uma certa importância diz respeito à operacionalidade do conceito de setor formal e informal. Assim associado aos diferentes conceitos surgem as diferentes maneiras de delimitar o segmento informal. Adicionalmente, as diversas linhas de análises que, de forma errônea, indentificam o setor informal como constituído de trabalhadores pobres, na prática, delimitam o setor, considerando apenas os níveis de renda obtidos pelo conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) e, de modo geral, os níveis de renda que servem para segmentar os dois setores é um ou dois salários mínimos⁴⁶. Estas distintas formas de delimitar o segmento informal conduziram a diferentes diagnósticos em relação ao tamanho, comportamento, evolução e dinâmica do segmento informal. Geraram também, propostas diferentes de política econômica, o que em muitos casos colocou em dúvida a verdadeira identidade do setor informal e sua importância como categoria analítica, que serve de estudo do processo de desenvolvimento econômico⁴⁷.

Por outro lado Nunura⁴⁸ coloca que: "a dicotomia formal-informal introduzida pelo relatório do Kenya significou, no entanto, um avanço em relação ao enfoque moderno-tradicional: primeiro porque incorporou um novo conceito para reconhecer um conjunto de atividades que cresceram, significativamente, no processo de industrialização do Kenya; depois porque não prejudica a falta de dinamismo e a baixa produtividade da pequena produção urbana nem a considera como um reservatório de mão-de-obra em trânsito para o setor

45 - Conforme Cacciamali (1989), pg 14.

46 - Vejam-se estudos sobre a evolução do conceito em Dedecca (1989), Almeida & Mendonça(1989), Cacciamali (1980) e Saboia (1989).

47 - Veja-se Cacciamli (1989).

48 - Como afirma Nunura (1992), pg 197-198.

moderno. E por último, porque na análise formal-informal está implícita a forma de organizar a produção e não apenas a diferenciação tecnológica ou as características dos indivíduos. A segmentação das formas de organizar a produção, pressupõe levar em conta a propriedade, volume e qualidade dos meios de produção, assim como o uso da força de trabalho; enquanto que o enfoque moderno-tradicional pressupõe dualismo tecnológico na economia entre o setor moderno e outro tradicional".

Assim, a análise da forma de organização dos mercados de trabalho urbanos nos países atrasados deve iniciar-se através de uma recuperação do avanço teórico realizado através de sucessivos estudos sobre o tema, de modo a evidenciar o desenvolvimento e as vertentes criadas a partir dos diversos esforços realizados. As abordagens sobre o setor informal, a partir dos anos 70, são um excelente ponto de partida.

Portanto, a origem da discussão encontra-se na formulação original do setor informal apresentada pela OIT, sobre o Kenya⁴⁹, quando se estruturou o conceito de informal, a partir do nível de produtividade da atividade produtiva, explicado por uma organização da produção marcada pelo uso de pouco capital, pouca capacidade técnica e uso intensivo do trabalho e reduzido tamanho das unidades produtivas.

Essa nova abordagem procurou explicar a heterogeneidade produtiva⁵⁰ inerente à maioria das economias atrasadas. O processo de industrialização tardiamente realizado nestas economias, na primeira metade deste século, carregou, consigo, a manutenção de um conjunto de atividades não muito bem caracterizadas e mau definidas.

⁴⁹ - Para maiores detalhes veja-se OIT, op. cit.

⁵⁰ - A visão sobre heterogeneidade estrutural das economias capitalistas, particularmente as latino-americanas, entende que dentro dos espaços econômicos nacionais ou locais convivem diversos tipos e formas de relações produtivas. A heterogeneidade da estrutura produtiva caracteriza-se por um continuum de formas de organização da produção.

1.3.2 - A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA REGIONAL DE EMPREGO PARA AMÉRICA-LATINA E O CARIBE (PREALC)

Os estudos de emprego do PREALC, seguem o marco conceitual do relatório do Kenya, caracterizando-se pela ênfase colocada em dois elementos importantes: primeiro, extrai do desenvolvimento latino-americano, o conceito e a inter-relação do setor informal com o setor formal ou moderno da economia. E o segundo procura caracterizar políticas próprias no sentido de aumentar a produtividade e a renda da mão-de-obra absorvida pelo setor informal. Nas palavras de Nunura⁵¹: "O PREALC, partindo de uma perspectiva estruturalista sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, argumenta que o crescimento econômico, baseado principalmente na industrialização por substituição de importações, implicou num baixo ritmo de criação de postos de trabalho - demanda de mão-de-obra - determinada basicamente pela distribuição desigual da renda na região e pela incorporação de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Por outro lado, a oferta de mão-de-obra cresceu no pós-guerra a taxas muito elevadas, principalmente nas cidades, e a um ritmo superior ao enfrentado pelas economias atualmente desenvolvidas. O crescimento natural da força de trabalho urbano se reforça com o dos migrantes rural-urbanos expulsos do campo e daqueles que decidem ir às cidades na procura de melhores oportunidades de emprego e renda".

Assim, nessas condições de pequena absorção de mão-de-obra e de grande crescimento da oferta de trabalho urbano, uma parte da crescente força de trabalho não acha emprego nas empresas organizadas no setor urbano. Portanto, como afirma Souza⁵²: "para eles a única alternativa para obter ao menos uma renda de subsistência consiste em autocriar-se em

51 - Como salienta Nunura, opus cit., pg 201.

52 - Como afirma Souza & Tokman (1976), pg 62.

empregos de baixos níveis de produtividade. Assim, organiza-se um setor econômico onde a demanda de mão-de-obra não é função do processo de acumulação de capital. O nível de emprego, nele mesmo depende do excedente de mão-de-obra do setor organizado do mercado de trabalho e das oportunidades que o mercado oferece de produzir e vender produtos e serviços que gerem alguma renda".

Nessa perspectiva, o setor informal é colocado implicitamente como alternativa para o desemprego aberto, no sentido de que as pessoas que não encontram emprego nas empresas organizadas podem optar por ficar desempregadas ou inserir-se no setor informal. Assim, segundo o PREALC, a origem do setor informal está determinada pelo excedente relativo de mão-de-obra, sob o suposto de que a facilidade de entrada é uma característica geral das atividades informais. Daí sua ampla capacidade para absorver os desempregados.

O PREALC conceitua o segmento não organizado como o conjunto de pessoas e empresas atuando em atividades não tipicamente capitalistas e que, na sua grande maioria, não utilizam processos tecnológicos complexos. Sua base tecnológica é simples e atuam em mercados competitivos e na estrutura dos mercados oligopólicos. Assim, o PREALC procura caracterizar o setor informal como o conjunto de pessoas e empresas de produtividade e renda baixa e que falta a este setor uma proteção efetiva da política econômica, bem como, maior facilidade ao acesso aos mercados onde participa o núcleo capitalista da economia.

Os trabalhos do PREALC também postulam relações de complementariedade e concorrência do setor informal com o setor formal. Conforme afirma Tokman:⁵³ "o setor informal também é visto não como um setor completamente integrado, mas ante como um setor com relações significativas com o resto da economia, apresentando um grau considerável de autosuficiência".

53 - Veja-se Tokman (1978), pg 1071.

O setor informal mantém relação de concorrência e complementariedade com o setor formal. A relação de concorrência manifesta-se, a rigor, quando os bens e serviços produzidos no setor informal competem no mesmo mercado com aqueles do setor formal, tal como acontece em alguns ramos de bens de consumo e serviços de reparação. Enquanto que a relação de complementariedade manifesta-se tanto na produção como na comercialização. No primeiro caso, o produtor informal é um ofertante de bens e serviços intermediários e ou finais para o setor formal. Isto ocorre, principalmente, quando determinadas linhas de produção não são rentáveis à empresa formal e, então, são transferidas total ou parcialmente à produção informal, particularmente sob o sistema de sub-contratação.

A complementariedade na comercialização ocorre quando o trabalhador informal comercializa bens produzidos no setor formal, através de compra e venda desses produtos ou da sub-contratação. Esta última, consiste em que a empresa formal contrate, por comissão, os trabalhadores informais, para que vendam seus produtos diretamente ao consumidor final.

Finalmente, cabe observar que, o fato da produção informal concorrer com produtos formais ou ter mercado exclusivo, não implica que ela seja autônoma e ainda assim, subsiste a relação de subordinação, no sentido de que a produção informal está obrigada a adaptar-se, ao nível de produtividade média social, para o qual tende a ajustar-se através, principalmente, de sua jornada de trabalho e preços unitários de seus produtos.

Tokman⁵⁴ discute que na concepção do PREALC aquelas atividades informais que estão nos dos mercados oligopolistas concentrados não possuem possibilidades de expansão a longo prazo. Já as atividades informais, que não estão nos mercados oligopólicos concentrados, podem competir com o setor formal e expandir a sua produção à medida que cresce a renda dos clientes.

⁵⁴ - De acordo com Tokman, opus cit.

Na relação formal-informal esperar-se-ia uma tendência declinante na participação da renda para o setor informal como um todo, mas isso não implica em que o setor desapareceria. Isto porque ele subsiste a níveis muito baixos de renda e mesmo porque fatores de resistência junto à evolução do mercado permitem sua sobrevivência.

Finalmente, na visão do PREALC a renda média flutuará entre um nível mínimo de subsistência e o nível a que se encontram alternativas de trabalho⁵⁵. Ou seja, na crise o número de ocupados no setor informal estaria determinado pela renda de subsistência e, na expansão pelo salário de entrada pago no setor formal.

O próprio PREALC, nos trabalhos mais recentes, reconhece que o segmento informal é um setor com elevado grau de heterogeneidade, no entanto, esta suposição vai de encontro a outro suposto do PREALC que diz que a renda média é uma variável de ajuste para o setor informal com um todo. Sabemos que, numa estrutura heterogênea a renda média deixa de ser a variável de ajuste nas atividades em que existem barreiras à entrada.

1.3.3 - A VISÃO SUBORDINADA

A visão subordinada⁵⁶ coloca um novo conceito sobre o setor informal. Este conceito fundamenta-se nas relações do trabalhador com seus meios de produção. Baseado nisto, o segmento informal passou a ser visto como um conjunto de formas diferenciadas de

⁵⁵ - Conforme Tokman (1977).

⁵⁶ - Esta visão foi formulada por Souza (1980).

produzir bens e serviços, organizado pelo produtor autônomo e sua família que, de posse dos instrumentos de trabalho, produzem visando, não diretamente o lucro, mas a sua própria reprodução como produtor autônomo.

Esta visão define a economia como sendo um contínuum de sistemas de produção e distribuição, contrastando com a idéia dualista que considera somente dois setores. Estas maneiras diferentes de produzir e distribuir estão articuladas com o núcleo capitalista e a ele subordinado. Essa subordinação pode ocorrer em diversos níveis, indo desde a simples ocupação de um espaço sem relação de exploração ou de apropriação de excedente, até sistemas de produção mais diretamente subordinados, e que o capital se apropria de um excedente na sub-contratação. Portanto, a subordinação nada mais é do que a capacidade que possui o segmento capitalista para definir o papel dos outros sistemas não capitalistas de produção de bens e serviços.

O segmento não capitalista da economia não é um setor autônomo e, portanto, não é independente do núcleo capitalista. Assim sendo, o setor informal é definido como um setor que tem várias formas de organizar a produção que ocupa os espaços permitidos pelo segmento capitalista e a este integrado e subordinado. Assim, a produção para o mercado tanto pode ser gerada pelo núcleo capitalista como pelo segmento não capitalista, como por exemplo, trabalhadores por conta própria ou pequenos produtores. E também, que o avanço da acumulação capitalista exige um mercado bastante grande e concentrado o que significa a conquista de parte do mercado abastecido pelo segmento informal, pelas empresas do núcleo capitalista. Isso ocorre quando a parcela do mercado dos informais torna-se lucrativamente atrativa para o segmento capitalista.

Nessa perspectiva, supõe-se que à medida em que avança a acumulação capitalista o segmento capitalista iria se apropriando do espaço do segmento não capitalista e

conseqüentemente reduzindo o seu espaço ao mesmo tempo em que aumenta o espaço do segmento capitalista. Todavia, neste processo, o espaço da pequena produção e/ou do segmento não capitalista não seria completamente eliminado. Supõe-se que ao avançar, o processo de acumulação provoca uma constante transformação do espaço do segmento não capitalista e, com isso, este subsiste, podendo até mesmo aumentar sua participação.

Portanto, o microempresário pode está presente em diferentes tipos de espaços tais como: nos espaços dispersos ou que exigem uma escala muito pequena sendo por conseguinte preservados pelo segmento capitalista; a pequena produção também se utiliza dos espaços na esfera de produção, distribuição e reparação etc. Mas a ocupação também pode ocorrer em novos espaços em articulação com o segmento capitalista, pois à medida em que avança o processo de acumulação capitalista este tende a se articular mais com a micro-empresa.

Assim sendo, o enfoque subordinado parte do suposto de que o próprio processo de acumulação de capital cria, destrói e recria as condições que permite a redução ou o aumento do segmento informal. Ou seja, o setor informal sempre procurará utilizar-se dos espaços não explorados pelo segmento capitalista. Isso vem demonstrar que se o segmento não capitalista não detém as condições que lhe permitam um crescimento autônomo, ele pode no entanto aumentar, pois sua dinâmica está completamente atrelada aos movimentos do capital. Assim, o setor informal mantém com o setor formal uma relação de subordinação e mais ainda, a própria criação do segmento não capitalista é de responsabilidade da acumulação capitalista, pois, como já vimos, seu espaço é definido e constantemente reproduzido pelo avanço do processo de acumulação de capital.

Em suma, segundo esta visão o setor informal compreende o conjunto de atividades produtivas que para o seu funcionamento não se baseia apenas no trabalho assalariado. Se este existe, ele não é utilizado de forma regular ou permanente, nem é

fundamental para a produção informal. Mais especificamente, o setor informal é composto pelo conjunto dos trabalhadores por conta própria, pelas unidades de produção com base no trabalho familiar e por ajudantes ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para estes pequenos produtores⁵⁷.

1.3.3.1 - MODO DE INSERÇÃO NO SISTEMA ECONÔMICO

A maneira de organizar o trabalho e a produção no segmento informal resulta em muitas diferenças entre os segmentos formais e informais. Entre estas, temos pelo menos duas. Uma diz respeito a racionalidade econômica. Neste caso, a sua racionalidade, ao invés de almejar uma taxa de retorno competitiva, procura maximizar o fluxo de renda total da atividade de modo necessário à reproduzir o produtor e sua família e também permitir a manutenção de sua atividade⁵⁸.

Cacciamali⁵⁹ destaca que: "este fato, por outro lado, conduz a outras características que predominam em muitos estabelecimentos informais, principalmente, nos espaços e contexto econômico mais pobres, como as atividades que inserem-se em mercados altamente competitivos; há intensidade no uso de mão-de-obra e, em geral, semi ou não-qualificada; os níveis de produtividade são relativamente baixos, assim como, os níveis de remuneração. Há consenso, contudo, na literatura específica, que o setor informal não é

⁵⁷ - De acordo com Cacciamali (1983).

⁵⁸ - Como discute Cacciamali (1989).

⁵⁹ - Como afirma Cacciamali, opus cit., pg 17.

homogêneo . Algumas atividades apresentam rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, inclusive, quando comparadas com o conjunto de postos assalariados, enquanto outras representam mero expediente de sobrevivência".

E acrescenta Cacciamali⁶⁰: "o setor informal pode, assim, constituir-se em estratégia de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas. Por outro lado, este segmento da população, embora detenha cognição profissional, não possui suficiente qualificação, educação ou hábitos de trabalho condizentes com os requerimentos usados da organização do trabalho no setor formal. Por outro, não tem oportunidade ou não quer submeter-se, nem aos tipos de emprego, nem aos baixos salários oferecidos pelo setor formal".

Um outro aspecto importante que desejamos destacar diz respeito ao processo de trabalho, ou seja, quando o trabalhador é proprietário dos meios e instrumentos de produção, num sistema de produção onde não haja separação entre o trabalho direto e o de gestão, a atividade é organizada na forma de microempresa ou em pequena escala.

A fragmentação do processo de produção e de trabalho não impede ao trabalhador e aos seus ajudantes de dominarem a totalidade do processo que gera o produto ou o serviço. Adicionalmente, é a cognição extensiva e qualitativa sobre o processo de trabalho que garante as condições para a participação constante e bem sucedida, em muitos casos, do produtor informal na estrutura e no mercado de bens e serviços. E mais ainda, é muito importante para o produtor informal criar uma rede de informações que lhe permita definir bem as características do mercado em que atua. Nesse sentido, o trabalhador informal tem maior controle sobre o exercício do trabalho que o trabalhador assalariado⁶¹.

⁶⁰ - De acordo com Cacciamali, opus cit., pg 17.

⁶¹ - Veja-se Cacciamali, opus cit..

Por outro lado, estudos mais atualizados indicam haver uma diferenciação favorável no segmento informal, principalmente em relação a cognição profissional, habilidade pessoal, nível de remuneração e grau de satisfação. Isto pode ocorrer quando a participação do trabalhador urbano consiste numa opção voluntária e planejada, contrastando com a situação do trabalhador que se insere neste setor, ou porque não consegue uma ocupação formal ou por ter sido eliminado deste setor. Neste caso, o trabalhador tem nível de satisfação, de continuidade na atividade e de renda muito baixas em relação ao trabalhador que faz uma opção voluntária para trabalhar no setor informal⁶².

Cacciamali⁶³ acrescenta que: "somam-se, às características apresentadas acima, outros aspectos relativos ao comportamento do setor informal, que são da maior importância para melhor compreensão deste segmento. Ou seja, dependendo da conjuntura econômica, o setor informal, para determinada parcela da população, pode constituir-se numa fonte preciosa de emprego e de renda, principalmente, para os trabalhadores que não participam de um processo de educação formal básico ou profissional. No entanto, esta afirmação tem limites e deve levar em conta determinadas circunstâncias. A primeira é que o setor informal, considerado como a forma principal de resolver a necessidade de empregos numa sociedade capitalista".

Por último, queremos salientar que os aspectos operacionais do conceito do setor informal, no que diz respeito às relações de produção, veio por um fim na análise dual estática, ao mesmo tempo em que sustenta uma abordagem dinâmica e subordinada. Assim, o avanço dinâmico das atividades do núcleo capitalista, à medida em que cria formas de atividades formais, cria e/ou deixa em aberto espaços na economia que poderão ser ocupados pelo segmento informal.

⁶² - Conforme Cacciamali, opus cit.

⁶³ - Como afirma Cacciamali, opus cit., pg 18.

No Brasil, vários trabalhos foram realizados sobre o setor informal das regiões metropolitanas⁶⁴. Os primeiros esforços foram realizados no início da década de 70, quando geralmente incorporaram a visão dual formal /informal. As características diferenciadoras destes trabalhos, em relação àqueles realizados pelo PREALC, era a sua concepção de que o setor informal permitiria rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho no núcleo formal. Assim, reforça-se uma característica da visão dual com um elemento que é a funcionalidade. Concebia-se o processo de expansão do setor formal dependente da capacidade de transferir benefícios do setor informal⁶⁵.

Essa visão dualista do mercado de trabalho é substituída pela nova abordagem em que o setor informal resulta dos espaços econômicos criados, mas não apropriados pelo setor formal⁶⁶. Passa-se a conceber que o setor informal é resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal sendo este o segmento propulsor da atividade econômica, também chamada de núcleo capitalista ou núcleo organizado e que subordina as atividades informais, agora também denominadas de setor não organizado.

Nesta abordagem, o processo de acumulação econômica vai destruindo, criando e recriando os espaços econômicos onde se reproduzem as atividades não organizadas. Nas fases de crescimento econômico expande-se o espaço econômico das atividades não organizadas, enquanto que na fase de retração seu espaço é reduzido. Reconhece-se que estas atividades são heterogêneas e que a facilidade de entrada não é observada em todas as suas formas de atividade⁶⁷.

64 - Para maiores detalhes veja os trabalhos de Dedecca (1990), Souza (1985), Cacciamali (1989), Cacciamali (1989a) e Duarte (1989), entre outros.

65 - A discussão sobre esta concepção funcional e dependente encontra-se formulada em Souza (1980).

66 - Esta abordagem foi originalmente desenvolvida por Souza (1980), sendo posteriormente adotada por Cacciamali (1989) e (1991).

67 - Esta discussão está bem colocada em Dedecca (1989).

Essa nova abordagem permite discutir em outra visão as atividades não organizadas. Estas deixam de se constituir numa fração das atividades econômicas, passando a representar um segmento que é afetado pelos processos de expansão e retração da economia. Nesta nova perspectiva, diferencia-se significativamente da concepção dualista convencional, ao incorporar as atividades não organizadas aos movimentos da expansão capitalista.

Em relação a essa visão, Dedecca (1990)⁶⁸, sugere "que é preciso incorporar um novo elemento analítico: que o processo de destruição criadora não se circunscreve à destruição, criação e recriação de espaços econômicos, mas que tal processo traz inerente um conjunto de transformações sobre as relações de produção, os processos de trabalho e, por decorrência, sobre as estruturas ocupacionais".

1.3.3.2 - UM SETOR HETEROGÊNEO, DINÂMICO, DE DIMENSÃO E RENDA MENSURÁVEIS.

Nesta abordagem subordinada supõe-se que há uma marcante heterogeneidade no seio do segmento informal, pois neste existem as mais distintas formas de organizar a produção, que se diferenciam pelo nível de uso dos meios de produção que possui o trabalhador, pelos níveis de exigências de qualificação da mão-de-obra e também pela facilidade ou dificuldade de acesso ao tipo de estrutura de mercado.

⁶⁸ - Veja-se Dedecca, Opus cit., pg 117.

Nunura⁶⁹ destaca que: "os produtores informais alcançam mercados não competitivos como consequência da atomização do mercado, da política de clientela e das relações pessoais; já outras atividades necessitam da posse dos instrumentos de produção, de especialização ou experiência profissional; por outro lado, os bens e serviços podem ser destinados a mercados não competitivos. Assim, estes requerimentos e acesso a mercados protegem os produtores aí estabelecidos, diante da entrada de novos produtores que não cumpram tais exigências. Ou seja, não existe livre entrada de novos produtores".

Em outras atividades informais, quase não há necessssidade de requerimentos de meios de produção, de qualificação do trabalhador e são atividades sem a proteção da reserva de mercado. Nestas atividades, os produtores ficam desprotegidos da entrada de novos produtores. Há facilidade de entrada e, nestas atividades, a renda média é a variável de ajuste entre o tamanho do mercado e o número de pessoas que nele se ocupa. Nesse sentido, nas atividades protegidas pela posse dos instrumentos de produção e/ou qualificação e reserva de mercado a renda auferida é relativamente superior à renda que o trabalhador obteria caso optasse pelo trabalho assalariado. Já nas outras atividades não protegidas e que absorvem também as pessoas que já tem outra opção de emprego, frequentemente estas ocupações se constituem em expedientes de mera sobrevivência física. Portanto, temos um conjunto de trabalhadores informais bastante diferenciados quanto às ocupações, condições de trabalho e níveis de renda⁷⁰.

A abordagem de que o segmento informal é subordinado ao capital não quer dizer que não sofra transformações importantes na sua forma de produzir, que utilize só técnicas tradicionais, que produza tão somente bens de má qualidade, ou que sua produção seja essencialmente dirigida às famílias pobres. Ao contrário, neste enfoque, o segmento informal é tido como uma forma dinâmica de produção, e que sua forma de produção está

⁶⁹ - Conforme afirma Nunura, opus cit., pg. 218.

⁷⁰ - Veja-se Cacciamali (1991).

Nunura⁶⁹ destaca que: "os produtores informais alcançam mercados não competitivos como consequência da atomização do mercado, da política de clientela e das relações pessoais; já outras atividades necessitam da posse dos instrumentos de produção, de especialização ou experiência profissional; por outro lado, os bens e serviços podem ser destinados a mercados não competitivos. Assim, estes requerimentos e acesso a mercados protegem os produtores aí estabelecidos, diante da entrada de novos produtores que não cumpram tais exigências. Ou seja, não existe livre entrada de novos produtores".

Em outras atividades informais, quase não há necessidade de requerimentos de meios de produção, de qualificação do trabalhador e são atividades sem a proteção da reserva de mercado. Nestas atividades, os produtores ficam desprotegidos da entrada de novos produtores. Há facilidade de entrada e, nestas atividades, a renda média é a variável de ajuste entre o tamanho do mercado e o número de pessoas que nele se ocupa. Nesse sentido, nas atividades protegidas pela posse dos instrumentos de produção e/ou qualificação e reserva de mercado a renda auferida é relativamente superior à renda que o trabalhador obteria caso optasse pelo trabalho assalariado. Já nas outras atividades não protegidas e que absorvem também as pessoas que já tem outra opção de emprego, frequentemente estas ocupações se constituem em expedientes de mera sobrevivência física. Portanto, temos um conjunto de trabalhadores informais bastante diferenciados quanto às ocupações, condições de trabalho e níveis de renda⁷⁰.

A abordagem de que o segmento informal é subordinado ao capital não quer dizer que não sofra transformações importantes na sua forma de produzir, que utilize só técnicas tradicionais, que produza tão somente bens de má qualidade, ou que sua produção seja essencialmente dirigida às famílias pobres. Ao contrário, neste enfoque, o segmento informal é tido como uma forma dinâmica de produção, e que sua forma de produção está

⁶⁹ - Conforme afirma Nunura, opus cit., pg. 218.

⁷⁰ - Veja-se Cacciamali (1991).

permanentemente em mudanças por conta da redefinição de seu espaço pelo núcleo capitalista da economia. O avanço do processo tecnológico pode, em alguns casos, estimular um processo de transformações constante na sua organização produtiva. Assim, os trabalhadores adquirem novas habilidades e fazem adaptações de processo e de produto. Vários dos autônomos e microempresários garantem sua existência com o processo de modernização da indústria. Assim, portanto, o setor informal não pode ser visto como um setor tecnologicamente atrasado, de baixa produtividade e produtor de bens para famílias de baixa renda.

Nesta abordagem subordinada outros pontos a destacar referem-se à dimensão ocupacional do setor informal e à vinculação de sua renda média com a taxa de salário pago no setor formal. De acordo com Souza:⁷¹ "o espaço econômico do setor formal está determinado mas sua dimensão não. Ou seja, a dimensão ocupacional do setor é variável, e por isso mesmo não há, necessariamente, harmonia entre a dimensão ocupacional e a dimensão econômica que permita uma renda apropriada para o conjunto dos ocupados no setor informal".

Assim, em certas formas de atividades informais, a relação dessas duas dimensões pode se encontrar em perfeita harmonia e, portanto, não haver necessidade de mudar a renda média para adequação da dimensão ocupacional à dimensão econômica. Já em outras, essa relação pode não estar ao nível adequado e assim, portanto, o ajustamento entre ambas, pode resultar na alteração da renda média dos ocupados. No caso em que o ajustamento das duas dimensões dispensa alteração da renda média, se trata de atividades em que há barreiras à entrada e a renda média é alta; nas outras formas de atividades em que não há harmonia das duas dimensões, existem facilidade de entrada e geralmente sua renda média é baixa.

Assim sendo, a variação da renda média como fator de ajuste entre oferta e

⁷¹ - Conforme Souza, opus cit., pg 30.

demanda de mão-de-obra, só se confirmaria para os casos em que há uma grande facilidade de entrada e não para o segmento informal como um todo. Nesse sentido, não apenas a facilidade de entrada deixa de ser uma característica geral do segmento informal, mas, sobretudo, a renda média não deve constituir-se numa variável da dimensão ocupacional.

Um outro aspecto relevante nesta abordagem é a vinculação entre a taxa de salário e a renda média do setor informal, ela nega esta relação primeiro e principalmente porque a taxa de salário de base é determinada endogenamente, no núcleo do sistema capitalista⁷² e não em função da renda média do setor informal. Depois, porque os pequenos produtores estão muito distantes do mercado de trabalho, exceto para aqueles que têm no trabalho assalariado uma alternativa confortante, neste caso se alguma influência há, a relação entre os rendimentos em questão é no sentido contrário, ou seja, a taxa de salário de base é o que determina a renda média dos ocupados no setor informal. Nas palavras de Nunura:⁷³ "a taxa de salário é o farol que orienta algumas das rendas não capitalistas da economia. Neste sentido, o pequeno produtor, o biscateiro etc, modificam os preços cobrados pelos seus serviços como reação a uma mudança da taxa de salário. Jamais o inverso, ou seja, nunca a economia capitalista modificará a sua taxa de salário, porque os biscateiros reajustaram o preço de seus serviços". Esta argumentação se opõe, frontalmente, ao enfoque do PREALC, que advoga que a renda média do setor informal é determinada pela renda de subsistência.

Nessa mesma linha de raciocínio não é aceitável que ao nível da economia com um todo a diferença de rendimentos, entre os rendimentos pagos pelo setor capitalista e os rendimentos médios do setor informal, seja o fator principal para explicar as migrações de mão-de-obra do segmento informal para o núcleo capitalista da economia. Neste enfoque as

⁷² - Taxa de salário de base significa a remuneração da força de trabalho não qualificada inserida nos setores econômicos industriais mais débeis. Esta taxa pode ser o salário mínimo que serviria de referência para todo o sistema econômico. Esta discussão está bem elaborada em Souza op. cit.

⁷³ - De acordo com Nunura, opus cit., pg 208-209.

migrações de trabalhadores entre setores e regiões são, em última análise, determinadas pelo movimento do capital, que durante o ciclo de acumulação vai destruindo as ocupações no segmento não capitalista e recriando novas ocupações para os microempresários ou ocupando os espaços ainda não explorados pelo núcleo capitalista.

1.3.4 - VISÃO DA ECONOMIA SUBMERSA

Alguns estudos realizados em países em desenvolvimento utilizaram as atividades econômicas praticadas fora da lei para dimensionar e caracterizar o segmento informal. Assim, as atividades econômicas que não respeitam as leis e regulamentações fiscais, trabalhistas, financeiras e de outro tipo, relacionada com a produção e distribuição dos bens e serviços, são identificadas como pertencentes ao setor informal. Na verdade, essas atividades não fazem parte do setor informal mas são identificadas como características da economia submersa, subterrânea, paralela e invisível.

O conceito da economia subterrânea está ligado diretamente à ilegalidade. Se esta se pratica no campo trabalhista, então a definição estará relacionada com a legislação e regulamentação trabalhista. Se o órgão afetado é a administração tributária, então, a definição estará relacionada com os impostos.

Nas nações em desenvolvimento, a economia submersa aparece geralmente sob a denominação de setor informal, pois define-se pelo cumprimento da ordem jurídica

formalmente vigente. Assim o setor informal congrega o conjunto de formas econômicas não declaradas junto à Receita Federal ou não registradas diante do Estado.

Trabalhos recentes sobre o setor informal vem destacando conceitos sobre práticas fora da lei no campo da tributação e mercado de trabalho. Em relação ao mercado de trabalho, a economia submersa é conceituada como sendo um elenco de atividades que usa mão-de-obra de modo clandestino, ou seja, à margem da legislação trabalhista. Cacciamali⁷⁴ destaca que a quantidade de mão-de-obra clandestina contratada pode ser dimensionada pelo número de empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador.

Para esta visão, o mais importante é a relação do agente econômico com o Estado, mais especificamente, identificam o setor formal como um setor totalmente legal e o setor informal como o conjunto de atividade ilegais. Nas outras abordagens, a ilegalidade é uma característica possivelmente presente no setor informal, mas não essencial.

Em todas as economias existem as práticas de sonegação tributária e a ocultação de informações de rendimento ao Estado por parte dos agentes econômicos. Todavia, estas práticas são mais frequentes nos países em desenvolvimento. De fato, os estudos nesses países mostram a existência dessas práticas e seu crescimento com a intervenção do governo.

Para Cacciamali⁷⁵: "o surgimento das atividades submersas segundo os analistas deste tema, deve-se à forma interveniente do Estado na economia, se por um lado, uma extensa regulação for imposta sobre as atividades econômicas, e, por outro lado, for estabelecida uma excessiva carga tributária, estarão reunidas as condições básicas para o surgimento no interior do sistema econômico de uma complexa rede de atividades invisíveis frente ao sistema de controle social e estatístico do Estado, além disso, deve-se apontar, também, e, principalmente

⁷⁴ - Conforme Cacciamali (1991).

⁷⁵ - Como afirma Cacciamali, opus cit., pg 22-23.

para os países em desenvolvimento, as dificuldades para obter informações de como estabelecer-se na praça, os entraves burocráticos e o número requerido, nas diversas esferas do poder público, de licenças e taxas para permitir o funcionamento legal da atividade".

De acordo com a visão liberal um setor público pequeno é a condição necessária para que uma economia funcione satisfatoriamente e aloque os seus recursos de modo mais eficiente. Nestas condições, é possível que exista uma economia submersa, e se existir, se trata de uma dimensão muito reduzida. Essa suposição liberal conduz a uma fácil conclusão de que a origem da economia submersa está diretamente relacionado com o nível de intervenção do Estado na economia. Quanto maior for a intervenção do Estado na economia, mais excessiva for a regulamentação pública e mais elevada forem as taxas tributárias, maior será a economia submersa, portanto, esta economia pode resultar da presença de um ou mais destes fatores no sistema econômico.

Cacciamali⁷⁶ salienta que: "as diferenças entre os conceitos de economia informal e economia submersa são tão marcantes que as abordagens para mensurá-las a nível agregado, também divergem substancialmente. A extensão do setor informal na economia é diagnosticada de duas maneiras: a primeira é por intermédio de informações originais de painéis domiciliares, nos quais a PEA é classificada segundo a inserção no processo produtivo traduzida por um conjunto de categorias que se denominam de posição na ocupação. A segunda forma de obter informações a respeito do setor informal refere-se à pesquisa em estabelecimentos. Neste caso, as unidades informais são separadas das firmas tipicamente capitalistas por meio de critérios sobre sua organização e sobre o número de empregado ou ajudante. Já os trabalhadores envolvidos na economia submersa são estimados como trabalhadores ilegais, ou seja, são os indicadores de força de trabalho e desses ocupados a proporção que se encontra trabalhando sem registro na previdência social e sem carteira de

⁷⁶ - Como afirma Cacciamali, opus cit., pg 229-230.

trabalho assinada pelo empregador".

O objetivo central deste trabalho é o de investigar a problemática do emprego urbano no contexto do padrão de crescimento do Nordeste, sob o pressuposto de que sua dinâmica está determinada pelos movimentos da produção capitalista. Assim sendo, adotamos a abordagem subordinada que se fundamenta nessa relação. Nessa mesma linha de raciocínio optamos também pelo conceito de economia submersa como o conjunto de atividades que contrata mão-de-obra de forma clandestina, ou à margem da legislação trabalhista e que esse fenômeno é expresso pela categoria ocupacional dos empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador.

1.4 - A DINÂMICA ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A ESTRUTURA OCUPACIONAL

Com base na abordagem subordinada compreende-se melhor as relações entre a acumulação de capital, organização produtiva e estrutura ocupacional. Admitindo que o desenvolvimento reproduz constantemente uma heterogeneidade na estrutura produtiva, este movimento carrega consigo um processo de permanente transformação das diversas estruturas econômicas e ocupacionais, independente delas pertencerem ao setor formal ou informal.

Assim, apesar da reprodução permanente de uma estrutura produtiva

heterogênea⁷⁷, o desenvolvimento das relações de produção deve levar a um processo de progressiva transformação dos diversos agentes econômicos direta ou indiretamente subordinados ao núcleo dinâmico da economia. Ainda nessa linha de raciocínio, um aspecto relevante a ser levado em conta é a visão de que é inerente à própria acumulação capitalista a difusão de efeitos transformadores, cujos impactos não só ficam restritos apenas ao conjunto das atividades econômicas do segmento capitalista. Estes impactos atingem a totalidade dos segmentos de atividades econômicas, não apenas alterando as dimensões de seus espaços econômicos, mas, também, através de transformações de suas diversas formas de organização da produção e de seus diferentes perfis da estrutura ocupacional.

Assim, a reprodução de contingentes populacionais adicionais disponíveis para ocupação nas atividades capitalistas é resultado da dinâmica econômica e, muitas vezes, se manifesta através da destruição de espaços econômicos que se encontram ou não diretamente comandados por decisões de produção capitalista. Ou seja, o avanço do processo de acumulação capitalista leva a um processo de destruição, criação e recriação de formas de atividades e, portanto, de relações de produção e de trabalho⁷⁸.

Assim, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento capitalista transforma permanentemente os espaços econômicos, e, com ele, as relações sociais e econômicas. O processo de destruição pode decorrer do interesse da expansão capitalista em se apossar de espaços ocupados por formas de organização produtivas não-capitalistas. Ao se dar a destruição de um espaço econômico, desarticulam-se as relações de produção e de trabalho aí existentes. Nesse sentido, o processo de destruição econômica também corresponde à

⁷⁷ - Heterogeneidade estrutural entende-se como sendo a convivência dentro dos espaços econômicos nacional ou local, de diversos tipos e formas de relações produtivas. A heterogeneidade da estrutura produtiva caracteriza-se por um continuum de formas de organização da produção.

⁷⁸ - A formulação da proposição de que a expansão capitalista transforma permanentemente sua base de reprodução se encontra em Schumpeter (1961), que formula este princípio denominando-o de processo de destruição criadora.

desarticulação de relações sociais. Isto leva a admitir que a expansão capitalista gera um impacto duplo: um sobre a organização produtiva e outro sobre o mercado de trabalho⁷⁹.

Para Dedecca⁸⁰: "as empresas por serem o centro difusor do dinamismo econômico transformam permanentemente o conjunto das atividades econômicas, independente de suas formas específicas de organização da produção. Assim, o processo de destruição criadora desarticula espaços que passam a interessar diretamente à exploração capitalista. Como, por exemplo, a importância cada vez maior dos supermercados na comercialização de produtos horti-frutigranjeiros em detrimento das feiras livres. Cria, quando a expansão da atividade econômica e o surgimento de novos setores econômicos passa a demandar, novas atividades, que não podem ser imediatamente comandadas por empresas capitalistas e recria, quando a constituição dos novos setores ou a retomada do crescimento geram espaços produtivos para o ressurgimento de atividades que tinham sido anteriormente desarticulada, por exemplo, pequenas firmas de manutenção de máquinas e equipamentos".

Todavia, o processo de destruição criadora não se limita à destruição, a criação e recriação de espaços, mas também, que tal processo provoca um conjunto de transformações sobre as relações de produção, sobre os processos de trabalho e, consequentemente sobre a estrutura ocupacional. Por outro lado, deve-se colocar que o processo de recriação não significa necessariamente a reconstituição de formas passadas de relações de produção e de trabalho. A recriação, derivada de uma expansão do nível de atividade da economia, pode significar o ressurgimento de empresas e ou indivíduos com uma organização produtiva semelhante àquela anteriormente destruída. No entanto, a recriação de uma atividade pode se dar sob uma nova forma de organização da produção e do trabalho. Assim, o processo de recriação corresponderia também a uma reestruturação, que se baseia em novos processos de trabalho que frequentemente se diferenciam daqueles que anteriormente existiam na mesma

⁷⁹ - Veja-se Souza (1980).

⁸⁰ - De acordo com Dedecca (1990), pg 116 - 117.

atividade⁸¹.

A destruição representa a apropriação pelo segmento capitalista de mercado já existente e, na verdade, a apropriação do mercado dificilmente se efetivará com a correspondente incorporação do processo de trabalho que caracteriza a atividade em processo de absorção. Na maioria das vezes tal processo provoca por um lado, a destruição do processo de trabalho - e, portanto da ocupação - e, de outro, a incorporação do mercado. Isto porque é pouco plausível supor que a grande empresa capitalista, ao destruir certas atividades não organizadas através da apropriação de seus mercados, mantenha a produção dos bens e serviços correspondentes segundo o processo de trabalho que caracteriza aquela forma de produção que foi desarticulada. E mesmo porque uma posterior recriação da atividade deve-se dar em moldes organizativos compatíveis com os novos níveis de qualidade do produto ou serviço oferecido pela grande empresa.

Ao movimento de destruição, criação e recriação deve ser incorporado à análise das suas particularidades resultantes do crescimento econômico. Este afeta diretamente o próprio espaço econômico como um todo. Na expansão cresce sua dimensão, enquanto na retração manifesta-se uma tendência de sua redução. Em especial, pode-se considerar como certa a ampliação também de espaços econômicos subordinados quando se observa movimentos de crescimento do núcleo dinâmico, pois a expansão das atividades e da renda no segmento capitalista cria e recria - mais do que destrói - atividades complementares à sua expansão⁸².

Na fase de retração, a queda no nível de atividade do segmento organizado torna negativos os seus impactos sobre o conjunto da economia, verificando-se queda no nível de

⁸¹ - Conforme salienta Dedecca, op. cit.

⁸² - As alterações na dimensão do espaço econômico não organizado como produto da expansão ou retração da economia, são explicadas pela sua subordinação ao segmento capitalista. Para maiores detalhes sobre essa discussão consulte-se Souza (1980).

renda e, portanto, reduzindo-se os espaços ocupados pela totalidade das atividades. Nos períodos de retração das atividades econômicas, pode ocorrer que a grande empresa se aproprie de mercados ocupados por empresas não organizadas de forma capitalista, devido à necessidade de manter seu nível de ocupação da capacidade já instalada, independente do grau de rentabilidade a ser apropriado pela atividade naquele mercado⁸³.

Em suma, na expansão econômica, o dinamismo do segmento capitalista possibilita uma maior produção e parte dos benefícios aí criados serão transferidos às atividades não organizadas capitalisticamente, que, via a ampliação de seus mercados, eleva seus níveis de renda, enquanto que na crise manifesta-se uma redução dos benefícios a serem transferidos⁸⁴.

Assim, as diversas fases do ciclo econômico, que resultam de diferentes momentos vividos pelo processo de acumulação de capital, vão processando transformações no desenho do espaço econômico que desembocam em modificações no processo de produção e de trabalho das atividades subordinadas. Estas modificações podem significar tanto a sua transformação para a forma capitalista, como pode corresponder a alterações do padrão produtivo das atividades, que ainda se mantêm subordinadas às atividades modernas. Ao consolidar-se este movimento, devem ocorrer modificações quanto à natureza das formas de produção de certas atividades econômicas.⁸⁵

Nesse sentido, a visão aqui adotada é de que a acumulação de capital ao destruir, criar e recriar atividades produtivas vai transformando o espaço econômico bem como as

83 - A esse respeito veja-se Souza (1980).

84 - Conforme salienta Leite Lopes, et alli, (1979).

85 - Como afirma Dedecca (1990): "a destruição pelas firmas de assistência técnica autorizada da atividade do pequeno vendedor de serviço de reparação domiciliar; a contratação de costureiras domiciliares por parte das grandes empresas são exemplos que alteram a natureza do exercício da atividade não apenas pela mudança no papel cumprido no mercado de trabalho pela grande empresa, mas também pela criação de um novo vínculo do segmento organizado com formas precárias de atividades".

próprias relações de trabalho. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a expansão capitalista afeta os espaços econômicos subordinados, seja naquilo que se refere à sua dimensão, seja naquilo que se refere às suas formas de produção e relações de trabalho. O desenvolvimento econômico ao tornar predominante o segmento capitalista, determina um perfil mais moderno ao conjunto da atividade econômica inclusive do segmento subordinado, ou seja, a modernização se difunde progressivamente à totalidade dos processos de trabalho, transformando as estruturas produtivas e ocupacionais.

Portanto, a relação de subordinação significa que o espaço econômico, ocupado pela produção que não seja tipicamente formal, está determinado pela produção capitalista. Esta desloca o pequeno produtor de sua atividade, mas, simultaneamente, cria outros espaços na produção e distribuição para ser desenvolvida pela pequena produção informal, e, por outro lado, submete, sob seu controle, a pequena produção que ainda não alterou diretamente. Este último movimento é importante de ser salientado para o caso em que a produção capitalista ainda não deslocou diretamente o conta própria de sua atividade produtiva, ou seja, onde ainda existe uma presença significativa de contas próprias, ocupados em atividades nem criadas nem recriadas diretamente pelo movimento do capital e que tenha sua presença significativa no mercado como na manufatura de bens de consumo⁸⁶.

Aparentemente, o espaço econômico destes informais ainda não foi transformado pela produção capitalista porque eles não foram deslocados de suas atividades. Todavia o capital consegue submeter esse espaço através, principalmente, da venda de insumos e meios de trabalho usados pelo pequeno produtor da demanda derivada dos assalariados que se abastecem no mercado informal e do crédito. Assim, o processo de acumulação capitalista não apenas delimita o espaço econômico mas também altera a composição da produção informal. Pois, as transformações que acontecem nos segmentos da produção capitalista estendem-se

⁸⁶ - A esse respeito consulte-se Dedecca (1990).

para o conjunto de toda economia, alterando-se o processo de trabalho os produtos e o perfil ocupacional da atividade informal⁸⁷.

1.4.1 - DINÂMICA ECONÔMICA E ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO

Quanto maior o dinamismo da acumulação e menos consolidada esteja a estrutura produtiva capitalista, maior o impacto do processo de transformação determinando uma estrutura produtiva informal mais desenvolvida, e por outro lado, mais articulada será a produção capitalista.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar do processo de destruição, criação e recriação ser próprio do desenvolvimento capitalista, a forma como ele se efetiva apresenta especificidades decorrentes de diferentes formações históricas e de graus de modernização. Assim, mesmo considerando que as formas de atividades não-organizadas ou subordinadas resultam e são explicadas pelo movimento do capital, o desenvolvimento destas formas de participação se dá, diferenciadamente, de acordo com determinantes da economia local, pois um padrão de desenvolvimento constitui estruturas sócio-econômicas concretas que, ao mesmo tempo que possuem determinantes gerais próprias do modo de produção capitalista, tem determinantes específicas ditadas pela conformação histórica estrutural, ou seja, do ponto de vista da organização dos mercados de trabalho, pode-se aceitar que suas conformações atuais são resultados dos padrões de desenvolvimentos passado e presente⁸⁸.

⁸⁷ - A esse respeito veja-se Souza (1980).

⁸⁸ - Conforme discute Dedecca, op. cit..

Um país ou região que teve um padrão de desenvolvimento passado marcado por um elevado dinamismo econômico deve possuir uma estrutura produtiva caracterizada por um peso mais elevado dos segmentos econômicos capitalistas, bem como do trabalho assalariado. Nos países ou regiões com um padrão passado menos dinâmico ocorre o contrário. O maior dinamismo passado deve ter resultado numa maior destruição das formas de organização produtiva menos desenvolvidas, bem como, deve ter implicado na transformação de boa parte das formas subordinadas de organização produtiva. Impacto semelhante deve ser observado em relação ao grau de dinamismo presente.

Nesse sentido, deve-se considerar que em regiões mais dinâmicas o desenvolvimento capitalista progressivamente alterou a integração das formas de atividades produtivas, enquanto que nas regiões menos desenvolvidas é menor a difusão dos efeitos do segmento dinâmico. Assim, parte-se do pressuposto de que um maior dinamismo corresponde a permanentes transformações das formas de produção, organizadas ou não, que acabam levando à constituição de uma estrutura produtiva com uma maior participação do segmento capitalista, bem como, a uma maior determinação deste segmento sobre a organização dos diversos mercados de trabalho⁸⁹.

Em relação às atividades não organizadas capitalisticamente, o maior dinamismo econômico nacional e/ou regional deve ir realizando progressivamente a sua integração ao segmento capitalista. Isto é, o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado por uma perda de importância relativa das atividades não organizadas que se encontram com uma menor integração capitalista ao padrão de crescimento⁹⁰.

⁸⁹ - Veja-se Dedecca (1990).

⁹⁰ - Conforme Cacciamali (1989). Exemplos de atividades subordinadas, não organizadas e pouco integradas ao padrão de crescimento: vendedores ambulantes, guardadores de carro, emprego doméstico. Por outro lado, são exemplos de atividades subordinadas não organizadas integradas: as empresas de reparação de eletrodomésticos e equipamentos industriais, de serviço de manutenção, do comércio especializado.

1.5 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E OFERTA DE MÃO-DE-OBRA

O desenvolvimento de uma economia nacional ou local, é, aqui, compreendido como sendo um processo em que sua estrutura está sofrendo transformações importantes e associado a isso também se registra um incremento quantitativo do produto ou da renda per capita. Assim sendo, essa estrutura em transformação diferencia o desenvolvimento econômico do crescimento econômico, que nada mais é do que o incremento quantitativo do produto ou da renda sem registro de mudanças estruturais na economia.

Como discute Kon⁹¹ o processo de desenvolvimento de uma economia capitalista caracteriza-se, essencialmente, pelo avanço da acumulação de capital, progresso tecnológico, pela transformação da estrutura produtiva e pelos aumentos na escala. Tudo isto associado, com o aumento da população, com a evolução do capital humano e com o maior e melhor uso dos recursos naturais, definirão o nível do produto per capita, que por sua vez define o estágio de desenvolvimento alcançado. Portanto, a acumulação de capital estimula a adoção do progresso tecnológico e da modernização necessárias às mudanças na estrutura produtiva da economia que resultam num incremento do produto per capita⁹².

Nos países em desenvolvimento a acumulação rápida de capital faz com que o sistema econômico sofra uma mutação de suas relações tradicionais. Assim, como salienta Casimiro⁹³: "à medida em que a acumulação capitalista vai se desenvolvendo num determinado espaço, vai conquistando novos mercados se subordinando antigos processos

91 - Veja-se Kon (1990).

92 - De acordo com Kon, opus cit..

93 - Conforme Casimiro (1986), pg 33.

produtivos, cria, destrói e recria atividades, desaloja produtores de suas ocupações e transforma-os em meros detentores de mão-de-obra. Por conseguinte, associado à geração espontânea de mão-de-obra refletida na dinâmica populacional, a acumulação capitalista é capaz de gerar uma população expropriada dos meios de produção e que também passa a compor a oferta de mão-de-obra".

Há um certo consenso na literatura específica de que o avanço do progresso tecnológico é condição necessária para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ou seja, para o avanço da acumulação de capital. Assim, para que haja um avanço do modo capitalista de produção é necessário que se altere as condições técnicas e sociais. Por outro lado, estas alterações na base técnica resultam no aumento da produtividade, das escalas de produção e dos mercados. Nesse sentido, a necessidade de mudanças na base técnica transforma a inovação tecnológica numa condição fundamental às economias capitalistas, pois a natureza da acumulação capitalista ao determinar a ampliação da produção exige a introdução de progresso técnico que pode liberar força de trabalho.

Assim, como argumenta Souza⁹⁴: "o segmento capitalista de uma economia satisfaz suas exigências de mão-de-obra com a incorporação de trabalhadores deslocados da pequena produção, bem como mediante a incorporação dos contingentes que resulta do crescimento natural da força de trabalho urbana. Todavia, o nível desta incorporação dependerá do nível de incremento do produto e da tecnologia usada, que impõe determinados coeficientes de mão-de-obra requerida. Ao longo do desenvolvimento capitalista, a concorrência entre os capitais resultou na concentração do nível tecnológico e na redução da quantidade de trabalho requerida por unidade de produto".

Por outro lado, quando há um elevado ritmo de incremento da população e,

⁹⁴ - Veja-se Souza (1980), pg 13.

associado a isto, um avanço do processo de destruição do espaço da pequena produção agrícola ou urbana, o ritmo de incremento da disponibilidade de mão-de-obra é tão rápido que o segmento capitalista não mantém empregadas todas as pessoas que procuram trabalho, formando-se um excedente de mão-de-obra a ser absorvido pelo segmento não capitalista. Assim, a acumulação de capital pode avançar e contar com a mão-de-obra necessária. Isto significa dizer que a disponibilidade de trabalhadores - resultante da destruição das formas não tipicamente capitalistas e do incremento da população - deve sempre ser superior a um mínimo necessário. Todavia, não há garantia de que a geração de força de trabalho não seja muito superior às necessidades do processo de acumulação. E quando o é, a mão-de-obra excedente tende a se ocupar no segmento não tipicamente capitalista⁹⁵.

Portanto, a absorção da mão-de-obra em atividades caracteristicamente capitalista é relativamente pequena, ou seja, o capitalismo da América Latina desenvolve-se transformando pequena parcela da força de trabalho em trabalhadores assalariados: ao se desenvolver, libera parte da mão-de-obra das relações de produção tradicionais que não consegue se transformar em assalariada formal. Todavia, essa liberação não é aleatória. Ela é criada com a intensificação do processo de industrialização, dando origem a vasta parcela de mão-de-obra que passa a operar sob novas relações de produção presentes em boa parte das atividades integrantes do setor terciário da economia: de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação de manutenção e os empregos domésticos remunerados, e as várias formas de subempregos e trabalhadores ocasionais que caracterizam o cenário urbano de trabalho das sociedades latino-americanas e demais regiões em desenvolvimento.

Por outro lado, nos centros urbanos, a grande indústria continua a expandir sua capacidade produtiva, mas ampliando, de forma proporcionalmente limitada, o número de empregos. Em outros termos, instauram-se, nas economias regionais, unidades produtivas com

⁹⁵ - Conforme Souza, *opus cit.*

alta densidade de capital que passam a utilizar mais proporção de capital em relação ao trabalho. Em concomitância com esse processo, tais empresas necessitam, para a produção e escoamento de suas mercadorias, de um conjunto de serviços que passa a ser realizado sob modalidade produtiva capitalista. Contudo, como a disponibilidade de capitais é limitada e a concentração do excedente econômico se acentua no âmbito restrito das unidades produtivas de tipo monopolista ou oligopolistas, articulado a estas e a elas subordinado, organiza-se um espectro de atividades cuja expansão se apoia na utilização extensiva da força de trabalho, o que caracteriza, de modo particular, as ocupações autônomas do setor terciário, além das atividades ligadas ao artesanato urbano e à indústria a domicílio que, em muitas partes, ao invés de serem destruídas, continuam sendo recriadas.

Opera-se, pois, um duplo processo que é essencial para a compreensão da oferta de trabalho no meio urbano: no campo, a racionalização capitalista de certos setores, bem como a crise e decomposição das estruturas tradicionais, determinam o exôdo rural maciço; nas grandes aglomerações desenvolve-se um setor dinâmico que suscita ao mesmo tempo uma série de atividades conexas geradoras de emprego mas cujo efeito de atração é infinitamente menor do que sua capacidade de absorção⁹⁶.

Na verdade, a grande oferta de mão-de-obra no meio urbano configura-se quando o processo de industrialização ganha impulso, na medida em que seu avanço se opera através de tecnologia poupadora de mão-de-obra, num quadro de concentração e centralização da economia cada vez decorrente da dinâmica das grandes redes monopolistas. Isto significa, em outras palavras, que à medida em que o setor industrial torna-se hegemônico, para cada quantidade suplementar de capital criado, incorpora ao seu âmbito de produção parcelas relativamente menores de trabalho adicional⁹⁷. A industrialização apoia-se pois num mercado de trabalhadores que advém das fontes migratórias e do crescimento vegetativo, face

⁹⁶ - Veja-se Castell (1971).

⁹⁷ - De acordo com Quijano (1978).

à dinâmica econômica que ao mesmo tempo gera uma quantidade relativamente diminuta de empregos no setor industrial e desorganiza parte das atividades econômicas preexistentes: esta industrialização dependente é, por isso, excludente.

A primeira fase da industrialização, que se deu antes da Segunda Grande Guerra Mundial, na América Latina, foi efetuada numa base tecnológica rudimentar baseada, fundamentalmente, na exploração extensiva do trabalho de baixa qualificação. Sua dinâmica de crescimento estava alicerçada, principalmente, na incorporação de uma quantidade crescente de trabalho e pouco sedimentada nas inovações tecnológicas e na racionalização dos processos produtivos. Por outro lado, boa parte da população se fixa de forma relativamente estável nas atividades agrícolas e os que vinham à cidade tinham possibilidades de se colocarem no sistema urbano de trabalho. A própria oferta de mão-de-obra industrial não podia ainda ser excessiva para as necessidades de produção industrial crescente, se é levado em consideração que o grosso da população estava incorporada a atividades agro-exportadoras estáveis, não obstante seu relativo estancamento e as condições sócio-culturais inerentes às sociedades dos países latino-americanos, nesta fase, antes dificultavam que estimulavam o desenraizamento maciço de mão-de-obra do setor primário⁹⁸.

A própria carência de transportes e de comunicação restringia em muito o raio de irradiação do setor industrial, que pela sua própria dimensão incipiente não se apresentava como atividade econômica predominante na estrutura global. Apesar das zonas urbanas atraírem as populações rurais, pela quantidade dos que partiram do campo para as cidades e pelo tipo de tecnologia em que se apoiava o crescimento industrial, o excesso de mão-de-obra não absorvido era bastante inferior àquele que iria ocorrer posteriormente⁹⁹.

A segunda fase da industrialização, de forma mais geral, teve início depois da

⁹⁸ - Veja-se Quijano, Opus cit.

⁹⁹ - Conforme Theodorio dos Santos (1970).

Segunda Guerra Mundial e se generaliza na década seguinte. Já, não é mais a polarização da exportação de matéria-prima e produtos agrícolas versus importação de produtos manufaturados que constitui a tônica do sistema. Existe uma inversão no sentido de substituir as importações, repercutindo na implantação de um parque industrial, que produzirá os produtos antes importados¹⁰⁰.

Esta segunda fase da industrialização tem repercussões de grande vulto. De um lado, sob seu impacto, parte do setor agrícola se moderniza, passa a liberar mão-de-obra. Esta modernização muitas vezes não é só do tipo tecnológico. É também de relações de trabalho: em muitas economias regionais assiste-se à substituição do trabalhador morador ou permanente pelo emprego de mão-de-obra baseada no assalariamento precário. Além disso, outros ramos entram em decadência, ou ainda, dada a rigidez da estrutura da propriedade e da renda, e os mecanismos de exploração a que estão sujeitos os pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, acentua-se a fuga do campo¹⁰¹.

Assim, nas economias de industrialização tardia supõe-se existir uma ampla base de força de trabalho, que, na sua maior parte, é composta de trabalhadores não qualificados. A formação desta base está em comum acordo com a reprodução de processos de produção tecnologicamente simples que pode estar presente nas grandes, mas, principalmente, nas pequenas e médias empresas. Estes processos, associados com uma oferta abundante de mão-de-obra, dão uma larga margem de manobra às empresas, nos momentos de contratação.

Além disso, a reprodução de processos de produção tecnologicamente simplificados, tornam possível o recrutamento de pessoas em idade ativa, que estejam ou não participando do mercado de trabalho, ou seja a mão-de-obra selecionada, não necessariamente, encontra-se participando do mercado de trabalho, havendo, assim, a possibilidade de

100 - De acordo com Furtado (1961).

101 - Como discute Kowarick (1977).

recrutamento de mão-de-obra que se encontra na inatividade. Nesse sentido, a disponibilidade de mão-de-obra não tem como condição a situação de atividade, podendo ser encontrada entre indivíduos inativos. Assim, a possibilidade de absorção de larga parcelas de trabalhadores jovens e de mulheres pode significar a disponibilidade de contingentes populacionais adicionais.

Esta característica, de bastante flexibilidade no processo de mobilização de mão-de-obra nos mercados de trabalho das economias de industrialização tardia, permite uma definição mais ampla do que seja disponibilidade de mão-de-obra, pois, esta definição não pode ser restringida aos contingentes de empregados e desempregados, mas deve ser suficientemente ampla para alcançar segmentos específicos da população inativa como por exemplo, a disponibilidade das mulheres que trabalham no domicílio onde moram. Isso só é possível à medida em que as tarefas contratuais podem ser compatíveis com os afazeres domésticos¹⁰².

Assim, em economias atrasadas, a facilidade que a acumulação de capital tem de mobilizar mão-de-obra resultante do excesso populacional existente e da reprodução de um elevado grau de heterogeneidade da estrutura produtiva, resulta na manutenção de baixos níveis salariais para a maioria da população ocupada assalariada ou não. Mesmo nas fases de expansão econômica pode não se verificar um expressivo crescimento dos níveis de remuneração destes amplos segmentos populacionais. Isto se justifica, em grande parte, justifica pela capacidade do capital de mobilizar parcelas da população inativa.

No período de retração, a perda do emprego pode corresponder à expulsão de segmentos de trabalhadores para a situação de inatividade. São, principalmente, os segmentos mobilizados na expansão que devem tender a voltar a situação de inatividade, manifestando-se

102 - Como discute Dedecca (1990).

um movimento de atenuação do crescimento da taxa de desemprego. Neste sentido, este trânsito entre a inatividade e atividade e vice-versa, só pode ser entendido a partir do grau de subordinação das atividades não capitalistas ao processo de acumulação que, como vimos, ao avançar vai destruindo e modernizando as formas atrasadas de produção.

1.6 - DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO URBANO

Iniciamos essa secção recordando a hipótese CEPALINA que se inspirou no paradigma histórico do desenvolvimento capitalista que tem a Europa Ocidental e a América-Latina como cenário principal. Deste ponto de vista, uma demorada, porém, persistente transformação da agricultura vai criando as condições para a divisão do trabalho social entre campo e cidade. Esta e a revolução fabril-manufatureira que se segue são elementos que promovem e assimilam os deslocamentos da população em direção às atividades e núcleos urbanos.

Porém, com o tempo, o desenvolvimento começa a apresentar sinais de que a absorção de mão-de-obra tinha saído do controle e que, portanto, os resultados preconizados não estavam sendo alcançados como almejado. No caso da maioria dos países menos desenvolvidos é após a Segunda Guerra que os empregos não-agrícolas crescem a um ritmo inferior ao da expansão da população urbana, o que em si já é uma primeira evidência em relação ao problema de absorção de mão-de-obra nas cidades, em épocas mais recentes.

Isto se verificou porque a força de trabalho, deslocada do setor primário e aquela originada na própria cidade, parecem haver excedido, em muito, a capacidade de assimilação produtiva dos demais setores industriais e dos núcleos urbanos, resultando no fenômeno da terciarização, sobretudo em serviços não qualificados ou nas diversas modalidades de subemprego e ocupações informais. Isso se deu pela má distribuição setorial da força de trabalho. Chama atenção, em particular, o movimento simultâneo, e de quase igual intensidade, que é a elevação da ocupação relativa em serviços e a redução na agricultura e, conseqüentemente, a expansão do setor terciário se acentua¹⁰³.

Com esse moderado incremento da participação do setor industrial, em relação a urbanização, foram os serviços que mais cresceram na maioria das economias menos desenvolvidas desde o início do processo de industrialização. O fato é que, nesses países, o processo de industrialização tendeu a ser caracterizado por uma tecnologia com alta intensidade de capital¹⁰⁴, pois, como destaca Casimiro, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas se explicita claramente no avanço do progresso técnico determinado pela competição entre os capitais¹⁰⁵.

O exemplo mais contundente de que a modernização tecnológica não considera a absorção de mão-de-obra uma variável importante de política de desenvolvimento é que as empresas capitalistas experimentaram uma evolução bastante acelerada e abrupta, sobretudo nos últimos anos, concentrando essa modernização na informática e nos setores financeiros, implicando na eliminação de empregos rotineiros e na expansão de muitos outros bem pagos e qualificados, além da melhor qualidade dos serviços que passaram a prestar à sociedade. Por outro lado, parece evidente que essa modernização foi se dando paralelamente à proliferação de múltiplas modalidades de ocupações, o que acentua a sua heterogeneidade.

103 - De acordo com Pinto (1984).

104 - Conforme Pinto, opus cit.

105 - Como afirma Cassimiro, opus cit.

As empresas situadas no estrato tecnológico moderno, por sua escala operativa frequentemente grande, ocupam posições monopsonicas nos mercados onde demandam seus insumos. Deste modo, suas posições monopsonicas, derivadas de seu grande peso como demandante de insumos intermediários, lhes permite baratear o custo de seus insumos e materiais. Em consequência sua produtividade econômica não só é alta porque sua produtividade técnica o é, mas, também, porque seu poder no mercado lhe permite maximizar a relação preço-custo unitário dos insumos intermediários, dos quais depende o valor agregado por unidade do produto. As unidades produtivas tecnologicamente intermediárias carecem do poder no mercado, que evidenciam as modernas, e estão em reduzidos espaços, adaptando-se aos níveis de preços fixados pelas empresas modernas - de grande escala e produtividade - e carecendo de poder para beneficiar-se na mesma medida que as grandes.

As empresas situadas no estrato tecnológico pré-industrial não são a rigor empresas capitalistas, pois sua finalidade só é a subsistência e não o lucro. Elas se situam nos resquícios de mercado que não são ocupados pelas empresas capitalistas. Sua produtividade econômica é ínfima não só por razões técnicas, mas, também, por sua inserção desfavorável no mercado onde ofertam seus produtos e onde demandam seus insumos.

Como parece claro, o fenômeno da insuficiência dinâmica do desenvolvimento das economias em desenvolvimento está no fato de que os estratos de mais baixa produtividade não desaparecem no curso do desenvolvimento periférico, mas sim permanecem abrigando importantes frações da força de trabalho total. Estes processos de insuficiência na absorção de mão-de-obra e a contrapartida dinâmica da heterogeneidade estrutural do sistema econômico é o marco fundamental que explica a persistência da pobreza crítica na região.

O fato de mais pessoas viverem e trabalharem nas cidades indica a existência de um processo de modernização da estrutura produtiva rural, na medida em que tanto a

proporção da população rural como daquela empregada no setor primário, são tidas como indicadores de estágios incipientes de desenvolvimento. Neste particular, é preciso pôr em evidência que o intenso incremento dos trabalhadores urbanos, a partir da década de 50, não se deu de forma homogênea em todos os setores e ramos das economias menos desenvolvidas. Ao contrário, concomitante a uma perda percentual da população ativa rural, verifica-se um ponderável aumento de emprego em serviços, enquanto a mão-de-obra incorporada nos demais setores, de modo geral, permaneceu com alteração relativa mas não tão significativa.

Esta malformação estrutural, dessas economias, sugere a evolução e situação relativa dos setores terciários e primários e forma parte significativa do desajuste geral que afeta o estado do desenvolvimento prevalente. A estrutura produtiva, ao estar moldada por distribuição desigual do emprego e ou de fatores, se distancia consideravelmente da composição desejada, porque o potencial produtivo se canaliza de preferência à oferta de mercadorias características da economia industrial.

Poder-se-ia pensar que nos países menos desenvolvidos, dado o substancial contingente de pessoas ocupadas no setor terciário, já se tivesse chegado, como nos países centrais, a um grau de desenvolvimento que permitiria a designação, de sociedade de serviços. Contudo, é errôneo tal analogia com os países desenvolvidos. Nos países menos desenvolvidos, como no Brasil, o setor terciário cresceu em parte devido a um conjunto de forma de inserção precária da mão-de-obra, na divisão social do trabalho. Portanto, a história trilhada pelos países desenvolvidos parece ser marcada por fenômenos distintos no que tange à ocupação de mão-de-obra.

Não queremos afirmar, com isso, que todo o setor terciário das economias periféricas seja caracterizado pelo inchamento. Ao contrário, muitos ramos estão organizados conforme padrões capitalistas diretamente articulados com os setores dinâmicos da economia:

no setor serviço são agregados desde os ramos de atividades econômicas que complementam a economia urbana industrial, como transporte, serviços públicos até os subempregados e os que disfarçam esta condição pelo exercício esporádicos de atividades insuficientemente remuneradas.

As transformações da estrutura industrial, após a Segunda Guerra, ocasionaram alterações substanciais na estratificação social urbana dos países menos desenvolvidos, onde a presença de milhares de trabalhadores no setor fabril já representa um fator ponderável: formam-se camadas relativamente melhor estruturadas no setor industrial urbano. Essas camadas se percentualmente ainda não eram consideráveis, têm em número absoluto, um peso específico suficiente para que se possa falar de consolidação de um setor industrial moderno com certa possibilidade de consumo.

A diferenciação interna no setor industrial dessas economias, é, por outro lado, acentuada. Assim, os salários pagos às pessoas empregadas nas chamadas indústrias dinâmicas são sensivelmente maiores do que os pagos nos demais setores. Por sua vez, o número de pessoas empregadas nesse tipo de indústria cresce a uma taxa cada vez menor, o que dá lugar ao aparecimento de atividades e trabalhadores que, pela forma de inserção na estrutura produtiva, pode ser caracterizado como excedente de mão-de-obra. Assim, efetivamente, dada a intensidade do sistema de urbanização e a taxa relativamente pequena de expansão dos setores capitalistas, boa parte da população que aflui ao mercado urbano de trabalho, devido a migração ou ao crescimento vegetativo, refugia-se em empregos de baixa produtividade e rendimento.

Portanto, uma das características das economias menos desenvolvidas é a permanência, quando não o aumento do desemprego estrutural de mão-de-obra não-qualificada. Por outro lado, nada faz prever que essa tendência se modifique espontaneamente

no futuro, o problema poderá até mesmo se agravar com a introdução de novas técnicas não só no setor industrial como em particular nos serviços.

No Brasil, o processo de desenvolvimento implementado depois da Segunda Guerra, se não agravou o problema do excedente de mão-de-obra e do desemprego, pelo menos não os resolveu. Efetivamente a concentração de renda beneficiou uma parcela reduzida de pessoas que é exatamente aquelas situadas nos mais altos níveis de rendimentos, enquanto as camadas inferiores foram as que, relativamente, menos proveito angariaram do aumento da riqueza gerada no país até os dias de hoje.

Como se vê, a modernização das economias menos desenvolvidas não logrou alcançar as modalidades de transformação requeridas para gerar empregos de produtividade suficiente, a uma taxa que permitisse superar sua heterogeneidade. A heterogeneidade estrutural das sociedades atrasadas deriva da distorcida e precária penetração dos processos produtivos e de relações sociais que acompanham o processo de desenvolvimento capitalista.

CAPÍTULO II

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NORDESTINA

2.1 - INTRODUÇÃO

O Nordeste depois de atravessar o período áureo do açúcar - do século XVI à primeira metade do século XVII - passou a sofrer forte concorrência, primeiro do açúcar antilhano e mais tarde (século XIX) do açúcar europeu, de beterraba. Com isso seu principal produto de exportação passou a ser marginal no mercado internacional, com o preço deprimido.

Seu segundo principal produto, o algodão, era até muito recentemente cultura de subsistência feita com base técnica e econômica precárias, sofrendo, igualmente, dura concorrência no mercado internacional com o algodão norte americano, com queda vertiginosa de preço. Acresça-se a isso o fato de que as relações sociais rurais ali predominantes e a forte concentração da propriedade fundiária inibiam o desenvolvimento capitalista. A debilidade do desenvolvimento sócio-econômico periférico não poderia, assim, gerar uma importante urbanização. O considerável peso da população rural até 1930 é explicado tanto pela pequena

base industrial quanto pela manutenção de enorme atraso na agricultura mantenedora de inúmeros bolsões demográficos regionais.

No Brasil, a implantação da indústria pesada em 1956/60, ao mesmo tempo que consolida nossa industrialização, amplia as bases reprodutivas e de valorização dos capitais. No que tange à temática regional, cumpre ressaltar que, a partir daí, há uma maior integração ao mercado nacional de mercadorias e ao mesmo tempo, se abre a fase (segunda) de integração do capital produtivo.

A SUDENE seria no Nordeste o organismo institucional que efetivaria, via mecanismos fiscais e financeiros, essa segunda fase. Entretanto, a ação realizada na região se afasta dos objetivos para o qual a SUDENE fora criada, concentrando sua ação, apenas na implantação de um parque industrial.

O que de fato ocorreu, via incentivos fiscais 34/18/FINOR (Fundo de investimento para o Nordeste), foi um processo de expansão do capitalismo sobre o Nordeste, num momento em que a economia brasileira enfrenta uma crise recessiva cuja saída exigiu uma ampla reorganização dos mercados. Uma vez que o sistema 34/18 se encontra disponível desde o início da década de 60, o seu uso no período 1967/77, acelera fortemente a liberação de recursos já depositados¹⁰⁶.

Essa ampliação do desenvolvimento industrial para o Nordeste vai atender às exigências da valorização do capital, estendendo à região um padrão oligopolista ainda não conhecido¹⁰⁷. Do ponto de vista do perfil industrial, houve uma transformação privilegiando as indústrias ditas dinâmicas. Do total de recursos fiscais do 34/18/FINOR, dirigidos ao setor industrial, 60% foram absorvidos por cinco gêneros de indústria. O resultado é que as

¹⁰⁶ - Veja-se Moreira (1979).

¹⁰⁷ - Conforme argumenta Carleal (1986).

indústrias ditas tradicionais, que em 1960 representavam 75% do valor de transformação industrial da região, respondem em 1990 por cerca de menos de 50% deste valor¹⁰⁸. Nos segmentos tradicionais, mais ligados à base de recursos regionais, há necessidade de importação de insumos, bem como de mercado extra regional para a venda dos produtos¹⁰⁹.

Estes elementos revelam, por conseguinte, o caráter da dependência da industrialização nordestina. Assim, a industrialização do Nordeste reproduz a estrutura industrial do país, uma vez que dos dezessete subsetores que compunham a estrutura nacional onze se reproduzem na região¹¹⁰. Este quadro mais geral indica que principalmente na década de sessenta ocorreu, no Nordeste, uma redefinição da divisão social do trabalho comandada pelo Sudeste. Esse é um dos momentos da transformação da economia nacional, que era anteriormente formada por várias economias regionais, numa economia nacional localizada em diversas partes das regiões¹¹¹.

Quando se diz que a industrialização do Nordeste constitui um momento de deslocamento do capital, significa que a natureza do capital, logicamente, é mantida, ou seja, o objetivo é a busca da valorização¹¹². No caso do Nordeste, a escolha tecnológica estava condicionada pelas condições de reprodução já em curso no país¹¹³.

Para ilustrar bem esse ponto destaque-se que a formação bruta de capital na Indústria de Transformação, no período 1970/1975, cresceu a uma taxa média anual de 20%, enquanto o crescimento anual do emprego, no mesmo período, foi da ordem de 7,7%.¹¹⁴

108 - De acordo com Ferreira (1979).

109 - Como discute Oliveira (1990).

110 - Veja-se Oliveira, op. cit.

111 - Como afirma Oliveira, op. cit.

112 - Para maiores detalhes veja-se Ferreira (1982).

113 - Conforme Carleal, op. cit.

114 - De acordo com SUDENE (1988).

Portanto, não se poderia esperar que a industrialização resolvesse o problema do desemprego e subemprego da região, pois no período de 1960/1975, a média de expansão do emprego industrial é de 2,3% ao ano, enquanto a média do crescimento do produto anual era de 8% ao ano¹¹⁵

Como veremos, as mudanças estruturais mais significativas ocorrem no período que vai de 1960 a 1980. No início dos anos sessenta, a agricultura ainda era a principal atividade econômica em termos de produto, emprego e população. Como já salientamos, esse dinamismo do setor agrícola estava assentado basicamente nos cultivos da cana-de-açúcar e no algodão. Todavia, a crise nos mercados desses produtos e até mesmo a política de modernização da agropecuária nordestina contribuíram para uma participação decrescente dessa atividade na produção e emprego da região.

Quanto aos outros setores, secundários e terciário, houve aumento intenso no produto principalmente nas atividades de manufatura e comércio de mercadorias. Antes do início da década de setenta a indústria, como um todo, ultrapassa a agricultura tanto em termos de crescimento anual como em relação ao produto global. A posição de liderança da indústria no Nordeste se expande e se consolida, via incentivos fiscais, ou seja, são as indústrias incentivadas, particularmente a indústria de transformação, que tem um maior dinamismo.

Assim este capítulo procura analisar o padrão de crescimento econômico nordestino principalmente no período 1960/1990. Nas diversas fases do processo de desenvolvimento, enfatizaremos o papel dos investimentos sobre o crescimento do produto e do emprego. Visando esclarecer essas e outras questões, este capítulo foi estruturado em quatro partes onde, à luz das estratégias adotadas, faz-se uma análise histórica estrutural do processo de desenvolvimento, o exame da evolução da estrutura do produto e da estrutura ocupacional, bem como da

115 - De acordo com SUDENE, *opus cit.*

produtividade relativa. Salientamos, ainda, que mesmo no período de franco processo de acumulação, o setor industrial tem uma participação modesta na absorção de mão-de-obra e, com isso, o problema ocupacional ganha proporções preocupantes.

2.2 - FASES DO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO¹¹⁶

O processo de desenvolvimento do Nordeste pode ser compreendido a partir de duas situações diferentes que marcaram profundamente a economia da região: uma de quase completo isolamento e apatia, fruto das constantes e longas crises do padrão primário-exportador; e outra, de início e consolidação da articulação inter-regional, particularmente em relação ao Sudeste do país. Essa fase de articulação é iniciada nos anos quarenta e, em especial, na década de cinquenta por uma fase concorrencial e, depois, por um período que se estende até o presente, por uma grande articulação estimulada essencialmente pela transferência de capitais das regiões mais ricas do país.

Antes dos anos trinta o Brasil era formado por economias regionais parcialmente ou completamente isoladas. Em relação ao Nordeste, esse isolamento prolonga-se até os primeiros decênios deste século. Assim, dentre as economias regionais, o Nordeste constitui-se na mais antiga, pois, sustentava-se na agroindústria açucareira que mesmo sofrendo grandes períodos de oscilação de sua demanda externa, resiste as crises, e é submetida, no início deste século, a

¹¹⁶ - As análises e parte das informações contidas nos textos e nas tabelas das seções 2.2, 2.3 e parte de 2.5 apoiam-se basicamente nos trabalhos de Guimarães Neto (1982) e (1992), Pellerin (1976), Vale de Souza (1986) e SUDENE (1969) (1979), (1983), (1988) e (1992).

um processo de modernização que para compensar a perda do mercado externo, busca o mercado interno.

Nesse sentido, o Nordeste luta desesperadamente para não perder a sua principal atividade econômica. Todavia, a tentativa de responder à perda de mercado externo, voltando-se para o mercado interno, viabiliza-se por pouco tempo e já a partir da década de trinta os Estados que mais consumiam o açúcar nordestino tornam-se auto-suficientes e, imediatamente após a Segunda Guerra, dominam o mercado nacional, levando a agroindústria açucareira do Nordeste a enfrentar situação bastante difícil. Assim, em face dos problemas na produção e comercialização interna e externa do açúcar e dada a sua importância nacional, o Estado brasileiro, cria, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Nesta época, a produção de açúcar de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais assume o controle do mercado interno, restando aos produtores nordestinos enfrentarem as dificuldades do mercado externo. Nestas condições, o Estado é pressionado para proteger a produção regional e eliminar qualquer tipo de concorrência inter-regional. Esta proteção e intervenção do Estado dá-se sem que se altere significativamente a estrutura produtiva e as relações de trabalho¹¹⁷.

Mesmo sendo uma economia essencialmente agrícola, com substancial participação de produtos agrícolas de exportação no valor de seu produto e considerando o peso e importância da agroindústria açucareira, o Nordeste já exibia, no começo do século, um pequeno processo de industrialização com um incipiente desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira, com presença mais frequente nos Estados de Pernambuco e Bahia. Esses dois subsetores, caracterizam um padrão de desenvolvimento regional que perdurou até final da década de cinquenta¹¹⁸.

117 - Para melhores esclarecimentos ver os trabalhos de Furtado (1970), Prado JR. (1970), Wanderley (1979) e Araujo (1979).

118 - veja-se Stein (1973).

Nascida durante a fase de isolamento, na primeira metade da década de cinquenta, a indústria têxtil algodoeira defrontou-se com uma grande crise que resultou na perda de competitividade e numa profunda obsolescência. Isto ocorreu principalmente porque nos anos cinquenta, durante o período concorrencial, a construção de estradas interligando todas as regiões estimulou a crescente integração do mercado nacional eliminando praticamente todas as barreiras regionais. Adicionalmente, houve grande fomento e subsídios cambiais à importação de equipamentos, que associado ao processo de modernização da indústria têxtil do Centro-Sul, concorreu para inibir um possível crescimento da indústria têxtil algodoeira do Nordeste¹¹⁹.

Portanto, a competição inter-regional força as economias regionais a ajustarem-se às novas condições de relativa integração nacional. Entretanto, no Nordeste, as mudanças ocorridas foram pouco significativas, permanecendo inalteradas as relações de trabalho e a estrutura produtiva. Mesmo as mudanças registradas na esfera produtiva, em face da eliminação da indústria têxtil e da proteção à agroindústria açucareira, significou apenas uma pequena e lenta resposta regional de renovação nas suas principais atividades produtivas, face a competição inter-regional e a sua pequena capacidade de poupança.

Nesse sentido, até o final dos anos cinquenta a economia regional sofre pequenas transformações e ajusta-se lentamente às mudanças profundas que ocorrem na economia brasileira. Mas é na década de sessenta, e especialmente nos anos setenta, com as transferências maciças de capitais para a região, que toma corpo e vigor um processo de mudanças substantivas na sua estrutura produtiva e nas relações de trabalho. Para isso, o Estado, numa visão keynesiana, desempenhou um papel fundamental e sua atuação se dá de forma direta e indireta, principalmente em três frentes de atuação: na primeira atua indiretamente estimulando especialmente a indústria de transformação e de construção civil via incentivos fiscais, financeiros e do Sistema Financeiro de Habitação. A segunda ação é direta,

119 - Conforme Vale Souza (1986).

com transformações do sistema de abastecimento e comercialização, o que melhorou significativamente as atividades de comércio de mercadorias. E, por último, ele passa a atuar também diretamente criando e expandido a infra-estrutura urbana.

Esta ação do Estado estimulando o crescimento do produto, do emprego e viabilizando a acumulação capitalista não é uma particularidade no Nordeste brasileiro, desde as primeiras décadas do século xx, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, predomina a visão keynesiana, e o papel do Estado foi assumindo um conjunto de características manifestas na regulação e intervenção direta e indireta na economia.

Nesse contexto, as transformações implementadas a partir da década de sessenta geraram, na economia nordestina, resultados que permitiram que ela superasse o estado de apatia e atraso do período anterior. Assim, o dinamismo que se instala manifesta-se de várias maneiras: primeiramente, gerando altos índices de expansão do produto, assemelhando-se às taxas geradas pela economia nacional, ao mesmo tempo em que resultam em importantes participações internas, o que significa uma capacidade de acumulação bastante superior, no período de 1965/1990, conforme mostra a tabela 2.1. Em segundo lugar, ao transformarem profundamente a estrutura produtiva, também modificam-se os sistemas de produção, de organização e o processo de trabalho, que, de um lado provocam redução da demanda de trabalho em certos subsetores da indústria, de outro geram novos empregos como resultado das inversões em novas atividades industriais.

Nesse sentido, a pequena participação do setor industrial no total do emprego urbano, não deriva de uma situação de insuficiência dinâmica, conforme advoga a tese Cepalina, pois a apropriação e uso do excedente não tem, como se pode ver no referido período, provocado redução no nível de inversões. Este fato mostra que o simples crescimento não garante uma correspondente expansão da procura por trabalho, e, adicionalmente, indica que a

insuficiente absorção de mão-de-obra pode ter outros determinantes, produzidos pela própria acumulação e pelos processos específicos com origem no padrão do desenvolvimento regional que lhe impõe entraves.

Esse processo de transformação, ao alterarem as características da concorrência inter-regional, estabelece novos limites para interdependência regional, ao definindo novas funções para as novas empresas industriais e para todas aquelas que foram modernizadas, e estabelecendo mudanças na composição da oferta e da demanda por mão-de-obra. No caso brasileiro, em especial no Nordeste, essas mudanças têm ocorrido com agravamento da heterogeneidade da estrutura produtiva e do emprego.

Na visão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), as economias subdesenvolvidas superariam o atraso, o desemprego crônico, o subemprego e os baixos salários, através de um processo profundo de industrialização, que ao elevar a produtividade, o emprego e a renda média conduziria os países latino-americanos ao processo de desenvolvimento com justiça social. Com a industrialização, implantada e levada a cabo em poucos países, com destaque para o Brasil, logo se percebeu o pequeno dinamismo na criação de emprego, ao mesmo tempo em que as desigualdades sociais aumentavam. Portanto, a mudança da matriz industrial e na estrutura ocupacional do Brasil em particular do Nordeste, dos anos cinquenta aos anos oitenta, foram muito intensas, mas não o suficiente para eliminar problemas importantes e tipos de mercado de trabalho em economias atrasadas, que se mantêm ou se aprofundaram em toda sua plenitude. Nessa perspectiva, apesar do avanço no sentido de uma sociedade urbana industrial, o mercado de trabalho no Nordeste, ao contrário da visão da CEPAL, tem sua conformação marcada por elementos de atraso e exclusão, típicos do subdesenvolvimento.

TABELA 2.1
NORDESTE E BRASIL
CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO E CRESCIMENTO DO PRODUTO 1965/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | NORDESTE | | | | BRASIL | | | |
|-----------|------------------------|-------------------------|---------|---------|------------------------|-------------------------|---------|---------|
| | CRESC. DO PIB (% a.a.) | COEFIC. DE INVESTIMENTO | | | CRESC. DO PIB (% a.a.) | COEFIC. DE INVESTIMENTO | | |
| | | TOTAL | PRIVADO | PÚBLICO | | TOTAL | PRIVADO | PÚBLICO |
| 1965/1969 | 4,4 | 22,0 | 12,5 | 10,0 | 6,5 | 20,0 | 16,0 | 4,5 |
| 1970/1974 | 12,0 | 25,0 | 14,0 | 11,0 | 11,0 | 22,5 | 18,6 | 4,0 |
| 1975/1980 | 8,0 | 26,0 | 15,0 | 11,0 | 6,4 | 22,0 | 19,0 | 3,0 |
| 1980/1990 | 7,0 | 22,0 | 13,0 | 10,0 | 4,5 | 18,0 | 16,0 | 3,0 |
| 1965/1990 | 9,0 | 24,5 | 13,0 | 11,0 | 8,1 | 20,0 | 17,0 | 3,0 |

FONTES: IBGE - ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL 1990 E CONJUNTURA ECONÔMICA 1978 E 1991. SUDENE - RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA NO NORDESTE 1988 E PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992.

NOTA: O COEFICIENTE DE INVESTIMENTO É A PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO NO PRODUTO INTERNO BRUTO, AMBOS A PREÇOS CONSTANTES DE 1970. NÃO FORAM INCLUIDAS AS VARIAÇÕES DE ESTOQUE NO TOTAL DO INVESTIMENTO

2.3 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE

De todos os ramos de atividades, a indústria de transformação foi uma das que mais se beneficiaram com o processo de modernização da economia do Nordeste. Neste subsetor a modernização se fez, não somente pelo reequipamento e ampliação da capacidade instalada das plantas existentes, mas, principalmente, pela implementação de novos projetos que viabilizaria a produção de novos produtos na região. Nessa direção, as transformações implantadas na indústria visa, entre outras coisas, a rearticulação e integração de sua base técnica, que, de modo crescente, integra-se aos processos produtivos setoriais a nível do país. De fato, dois aspectos importantes apontam a existência dessas mudanças. Um deles, diz respeito a composição das inversões previstas por ramo industrial, o que pode indicar, também, maior ou menor incidência de projetos em unidades novas ou existentes. O outro, refere-se a mudança na composição do produto segundo os tipos de usos.

Considerando os investimentos previstos, nota-se que nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, registra-se uma mudança qualitativa importante, ou seja, os investimentos em projetos de modernização, que na década de sessenta alcançam um quinto do total, na década de setenta crescem e atingem 55% e na década de oitenta aumentam significativamente representando 81% do total (tabela 2.2).

Estes indicadores mostram que o aumento da capacidade produtiva avança substancialmente até o término da década de setenta e, por conseguinte, o esforço de criação líquida de emprego desfaz-se num terceiro momento pela nova orientação dos investimentos, na

perspectiva de não apenas apoiar os projetos de modernização e reequipamentos de alguns ramos mas de consolidar os projetos implementados numa primeira e segunda etapa. O resultado dessa reorientação é um aumento significativo da produtividade na indústria e uma parcela proporcionalmente menor de empregos gerados pelo setor.

Ademais, devemos considerar não apenas a composição dos investimentos como um dos indicadores de modernização, mas também as transformações provocadas na estrutura do produto na indústria de transformação e seus efeitos em relação ao emprego e produtividade. Estas podem ser analisadas examinando-se a evolução da estrutura do valor de transformação industrial no período de 1950/1985, segundo os diferentes usos. Pela análise da tabela 2.3, nota-se que os ramos produtores de bens de consumo não-duráveis apresentam uma clara perda de importância os ramos produtores de bens intermediários mostram um avanço significativo e os de bens de capital e de consumo duráveis assumem um apreciável desempenho. Realmente, observa-se que cai de 83%, entre os extremos de 1950/1985, para menos da metade a participação dos não-duráveis no total do valor de transformação; já os bens intermediários que representavam 16% em 1950, atingem em torno de 43% em 1985, enquanto os bens de capital passam de 1% para 10%, respectivamente, em 1950 e 1985.

Parece claro que a demanda de trabalho do setor industrial é afetada pelos dois aspectos analisados acima. Se por um lado os investimentos em modernização provocam, numa primeira fase, uma redução considerável da demanda, por outro, quando alocados em ramos novos, resultam numa expansão mesmo que pequena. O aspecto fundamental da questão é saber até que ponto estes dois efeitos, agindo em sentido aparentemente opostos, afetarão a demanda de mão-de-obra na indústria. Isso significaria contemplar igualmente o papel do avanço tecnológico, associado a um crescimento positivo mas decrescente nessa demanda, e o efeito de um aumento do capital fixo que normalmente exige para sua operação uma maior parcela absoluta de trabalho.

TABELA 2.2 - NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E SETORIAL DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS EM PROJETOS EM 1970/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| GÊNERO DE INDÚSTRIA | INVESTIMENTO EM 1970 | | INVESTIMENTO EM 1980 | | INVESTIMENTO EM 1990 | |
|---------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| | PROJETOS NOVOS | PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO | PROJETOS NOVOS | PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO | PROJETOS NOVOS | PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO |
| MINERAIS | 35 | 65 | 50 | 50 | 40 | 60 |
| IND. TRANSFORMA. | 81 | 19 | 44 | 55 | 20 | 80 |
| MIN. N. METÁLICOS | 66 | 34 | 24 | 76 | 7 | 93 |
| METALURGIA | 97 | 3 | 26 | 74 | 4 | 96 |
| MECÂNICA | 100 | - | 35 | 65 | 13 | 87 |
| MAT. ELÉTRICO | 97 | 3 | 10 | 90 | 2 | 98 |
| MAT. TRANSPORTE | 91 | 9 | 72 | 28 | 58 | 42 |
| MADEIRA | 100 | - | 8 | 92 | - | 100 |
| MOBILIÁRIO | 70 | 30 | 44 | 56 | 20 | 80 |
| PAPEL E PAPELÃO | 91 | 90 | 40 | 60 | 15 | 85 |
| BORRACHA | 94 | 6 | 34 | 67 | 13 | 87 |
| COURO E PELES | 65 | 35 | 56 | 44 | 35 | 65 |
| QUÍMICA | 94 | 6 | 70 | 30 | 41 | 59 |
| P.FARMACÊUTICO | 79 | 21 | 14 | 86 | 3 | 97 |
| SABÕES E VELAS | 61 | 39 | 56 | 44 | 38 | 62 |
| TÊXTIL | 47 | 53 | 29 | 67 | 11 | 89 |
| MATER. PLÁSTICO | 96 | 4 | 45 | 55 | 25 | 75 |
| VEST.CALÇADOS | 77 | 23 | 32 | 68 | 8 | 92 |
| P. ALIMENTÍCIOS | 73 | 27 | 51 | 49 | 30 | 70 |
| BEBIDAS | 55 | 45 | 36 | 64 | 21 | 79 |
| FUMO | 31 | 69 | 30 | 70 | 25 | 75 |
| ED. GRÁFICA | 85 | 15 | 30 | 70 | 7 | 93 |
| DIVERSOS | 100 | - | 82 | 18 | 55 | 45 |
| TOTAL | | 20 | | 55 | 19 | 81 |

FONTE: PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS EM VÁRIOS ANOS E SUDENE: RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE 1988

NOTA: OS DADOS DE INVESTIMENTO EM PROJETOS REFEREM-SE A DÉCADAS. O PRIMEIRO PERÍODO VAI DE MAIO 1962 ATÉ ABRIL DE 1970, O SEGUNDO, DE MAIO DE 1970 ATÉ ABRIL DE 1980 E O TERCEIRO PERÍODO, DE MAIO DE 1980 ATÉ ABRIL DE 1990

TABELA 2.3 - NORDESTE E BRASIL
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO SEGUNDO O
USO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1950/1985.
EM PERCENTAGEM (%)

| SUBSETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 1950 | | 1960 | | 1970 | | 1980 | | 1985 | |
|---|------|----|------|----|------|----|------|----|------|----|
| | NE | BR | NE | BR | NE | BR | NE | BR | NE | BR |
| BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS | 83 | 54 | 66 | 43 | 57 | 38 | 47 | 32 | 42 | 29 |
| BENS INTERMEDIÁRIOS | 16 | 36 | 31 | 38 | 35 | 37 | 42 | 42 | 43 | 43 |
| BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS | 1 | 10 | 3 | 19 | 8 | 25 | 11 | 27 | 10 | 26 |

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS 1950, 1960, 1970, 1980 E 1985; SUDENE (1988) E IBGE - BRASIL EM NÚMEROS 1992.

O quadro de mudanças, descrito acima, proporciona os elementos analíticos que podem auxiliar à compreensão da situação de evolução do emprego, no período 1950/1985, na indústria de transformação, onde é evidente a existência de duas fases diferentes que caracterizam ali, as variações na procura por mão-de-obra: o período em que predomina a concorrência entre regiões com redução da demanda de trabalho, particularmente no ramo de bens não-duráveis de consumo, e o de transferência de capitais, em que as alterações na demanda por trabalho são definidas, também, por maior ou menor estágio de interdependência da indústria a nível do país, pois as fontes de provimentos da nova indústria, bem como seu mercado de produto, deixam de ser caracteristicamente regional.

Nesse sentido, a tabela 2.4 mostra que, entre os extremos do período 1950/1985, o nível de ocupação na indústria de transformação mais do que triplicou, enquanto a produtividade aumenta mais de cinco vezes. Adicionalmente a isso, merece destaque o fato de que, nos anos cinquenta, há uma retração da demanda de mão-de-obra da ordem de -04% a.a. (tabela 2.4), representando uma redução de aproximadamente 9,8 mil empregos na década de cinquenta.

É também digno de nota o fato de que a queda na demanda de trabalho deve-se principalmente ao desemprego registrado nas atividades têxteis e de produtos alimentícios. Com efeito, analisando-se no subsetor de bens de consumo não-duráveis (tabela 2.4) observa-se uma retração da demanda por trabalho da ordem de -1,8% a.a., ou seja, uma redução de quase 29 mil postos de trabalho¹²⁰.

Todavia, houve, no período, aumento na demanda por mão-de-obra nos subsetores de bens intermediários e de bens de capital e de consumo duráveis, o que em parte compensou a perda sofrida, pois, sem isso, o impacto negativo sobre o mercado de trabalho urbano, teria sido maior. De fato, observa-se que as taxas anuais de crescimento da demanda por trabalho dessas

¹²⁰ - Segundo detectado pelos censos industriais de 1950, e 1960, apenas três ramos industriais experimentaram decréscimos no pessoal ocupado: têxtil, produtos alimentares e bebidas.

TABELA 2.4 - NORDESTE
EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR SUBSETORES,
CLASSIFICADOS SEGUNDO USOS EM 1950/1985.

| EMPREGOS INDUSTRIAIS GERADOS: | INDÚSTRIA DE BENS DE CONS. NÃO DURÁVEIS | | INDÚSTRIA DE BENS INTERMEDIÁRIOS | | INDÚST. DE CAPITAL E CONS. DURÁVEIS | | TOTAL | |
|-------------------------------------|--|-----------|-------------------------------------|-----------|--|-----------|---------|-----------|
| | OCUPADO | VTI/OCUP. | OCUP. | VTI/OCUP. | OCUP. | VTI/OCUP. | OCUP. | VTI/OCUP. |
| EMPREGOS | | | | | | | | |
| INDUSTRIAIS | | | | | | | | |
| EM 1950 | 176.637 | 12.0 | 37.937 | 12.9 | 3.281 | 9.5 | 217.854 | 12.2 |
| EM 1960 | 147.916 | 18.6 | 50.514 | 28.2 | 9.629 | 13.3 | 208.059 | 20.7 |
| EM 1970 | 157.336 | 29.5 | 80.879 | 39.7 | 24.760 | 25.3 | 262.975 | 32.2 |
| EM 1980 | 235.663 | 44.3 | 142.594 | 64.5 | 71.974 | 45.4 | 450.231 | 50.8 |
| EM 1985 | 282.878 | 50.0 | 260.253 | 87.4 | 102.202 | 54.0 | 645.333 | 61.0 |
| EMPREGOS | | | | | | | | |
| GERADOS EM: | | | | | | | | |
| 1950/1960 | -28.721 | | 12.577 | | 6.349 | | -9.795 | |
| 1960/1970 | 9.421 | | 30.365 | | 15.131 | | 54.916 | |
| 1970/1980 | 62.327 | | 45.174 | | 30.215 | | 138.255 | |
| 1950/1985 | 71.764 | | 108.904 | | 50.513 | | 260.321 | |
| CRESCIMENTO | | | | | | | | |
| MÉDIO ANUAL | | | | | | | | |
| PERCENTAGEM | | | | | | | | |
| 1950/1960 | -1.8 | 4.4 | 2.9 | 8.1 | 11.3 | 3.4 | -0.4 | 5.4 |
| 1960/1970 | 0.6 | 4.7 | 4.8 | 3.5 | 9.9 | 6.6 | 2.4 | 4.5 |
| 1970/1980 | 6.9 | 8.5 | 9.4 | 10.2 | 17.3 | 12.4 | 8.8 | 9.5 |
| 1950/1985 | 1.3 | 4.2 | 5.7 | 5.6 | 10.3 | 5.1 | 3.2 | 4.7 |

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DE 1950, 1960, 1970, 1980 E 1985; SUDENE (1988)

NOTA: As indústrias de bens de consumo não duráveis são constituídas pelos ramos das indústrias têxtil, vestuários, calçados e tecidos, alimentos, bebidas, fumo, editorial e gráfica, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria, sabões e velas; as indústrias de bens intermediários pelos ramos industriais de minerais não metálicos, metalurgia, borracha, couros e peles, papel e papelão, madeira, química e produtos de matéria plástica; as indústrias de bens de capital pelos ramos das indústrias mecânica, material de transporte, material elétrico e comunicação mobiliário e diversos.

VTI/OCUPADOS: Resultados expressos em mil cruzeiros

indústrias são muito mais altas do que as apresentadas no bens de consumo não-duráveis.

Neste período - identificado como concorrencial - essa redução significativa no número de postos de trabalho justifica-se devido a perda de competitividade dessa indústria no mercado regional, em face da introdução de produtos de indústrias de outras regiões, principalmente de São Paulo.

Logo no início do novo processo de industrialização, (1960/1970), apoiado na ação do Estado que fornece os elementos que viabilizam as transferências de capitais, a procura de trabalho dos não-duráveis apresenta uma recuperação pouco expressiva de 0,6% a.a. o que, de fato, frente aos outros subsetores, demonstra a pequena importância desse crescimento. Realmente, no subsetor de bens intermediários o nível de emprego aumenta 4,8% a.a., enquanto que no de bens de capital o emprego cresce 9,9% a.a., o que juntos significam aproximadamente 83% do aumento da demanda no período (tabela 2.4). Na realidade, o pouco crescimento do emprego do subsetor de bens de consumo não-duráveis, neste período, justifica-se pelo constante processo de ajustamento do mercado de trabalho a uma procura de mão-de-obra decrescente, no subsetor têxtil, face ao processo de consolidação, reequipamento e modernização deste subsetor. Portanto, no processo de desenvolvimento do capitalismo, que se dá de forma dependente, como é o caso do Nordeste, manifesto pelo crescimento da indústria de bens intermediários, a nova expansão industrial e modernização das antigas, dada a dependência tecnológica e financeira, se realizam em bases tecnológicas mais avançadas e intensivas em capital, o que até certo ponto agrava o problema do emprego na região.

Apesar das indústrias de bens de consumo não-duráveis ter apresentado um pequeno crescimento de sua demanda por trabalho, vale ressaltar que em 1980 estas ainda respondiam por aproximadamente metade do emprego na indústria de transformação (tabela 2.4). É necessário levar em conta que essas indústrias estão orientadas, principalmente, para o

mercado regional e que desde a década de sessenta vêm sendo submetidas a um intenso e prolongado processo de concorrência de indústrias de outras regiões. Portanto, o pouco crescimento de sua oferta de emprego parece decorrer da perda progressiva do mercado regional.

Por outro lado, considerando que as indústrias dos subsetores de bens intermediários estão orientadas principalmente para o mercado nacional, sua geração de emprego depende de uma política de crescimento da economia do país. Na suposição de uma crescente tendência a uma maior integração intra-setorial e, por conseguinte, de um crescimento de suas vendas extra-regionais, essas empresas, operando em um mercado mais amplo, apresentam um maior potencial de expansão de sua demanda de trabalho. Nessas condições, a geração de emprego nesta indústria depende basicamente dos fluxos regulares de comércio inter-regional. Assim sendo, os níveis de oscilação da demanda de trabalho são determinados diretamente pela competitividade das empresas instaladas na região, e, indiretamente, pelas condições preponderantes no mercado do país como um todo. Portanto, parece claro que a questão do emprego na região depende mais das relações interindustriais e do comércio, a nível inter-regional, do que propriamente das relações exclusivamente regionais.

2.4 - EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA NORDESTINA

O período 1970/1990, foi de grande desenvolvimento da economia nordestina, que cresceu a taxa média de 7,2% ao ano. Isso fica claro quando da observação direta da tabela 2.5,

e, mais ainda, quando se vê o gráfico 2.2. A série histórica do PIB do Brasil e do Nordeste chama atenção para o fato de as taxas relativas a ambos apresentarem tendências semelhantes, apesar de mostrarem percentuais diferentes de variação anual, (ver Tabela 2.5 e gráfico 2.1). Isso é revelador dos reflexos que tem o comportamento da economia nacional sobre a economia do Nordeste.

A tabela 2.6, mostra que ao longo do período 1970/1990 a economia brasileira e nordestina apresentaram quatro fases bem distintas. A primeira de 1971/73, ocorrência de altas taxas de crescimento isso se deu porque essa fase alcançou o final do ciclo expansivo, que ficou conhecido como época do "Milagre Econômico". Já no período 1974/1980, houve alternância de taxas elevadas e moderadas, isso porque nessa fase houve desaceleração da economia, em decorrência do choque do petróleo e de redução do fluxo de capital externo. No período 1981/83, registra-se um crescimento negativo em face do período de recessão que afetou toda economia nacional e que coincidiu com a crise econômica mundial.

No período 1984/90, retorna-se à fase de alternância de taxas altas e baixas; (nessa fase) há um novo surto de crescimento das economias capitalistas centrais e o Brasil aproveita sua capacidade ociosa, porque acabava de aprofundar a recessão, e inicia uma fase de recuperação que dura pouco. Já em 1990, o Brasil volta a ser afetado por uma recessão, pois o processo inflacionário crônico não permite que continue crescendo.

Quando se analisa o comportamento dos três grandes setores, no período 1970/1990, observa-se (Tabela 2.7) que a taxa de crescimento foi quase sempre maior no Nordeste do que no Brasil como um todo. As taxas de crescimento da agricultura nordestina só não superaram as do produto setorial brasileiro durante a seca de 1979/83.

A indústria brasileira cresceu mais do que a indústria nordestina durante o período

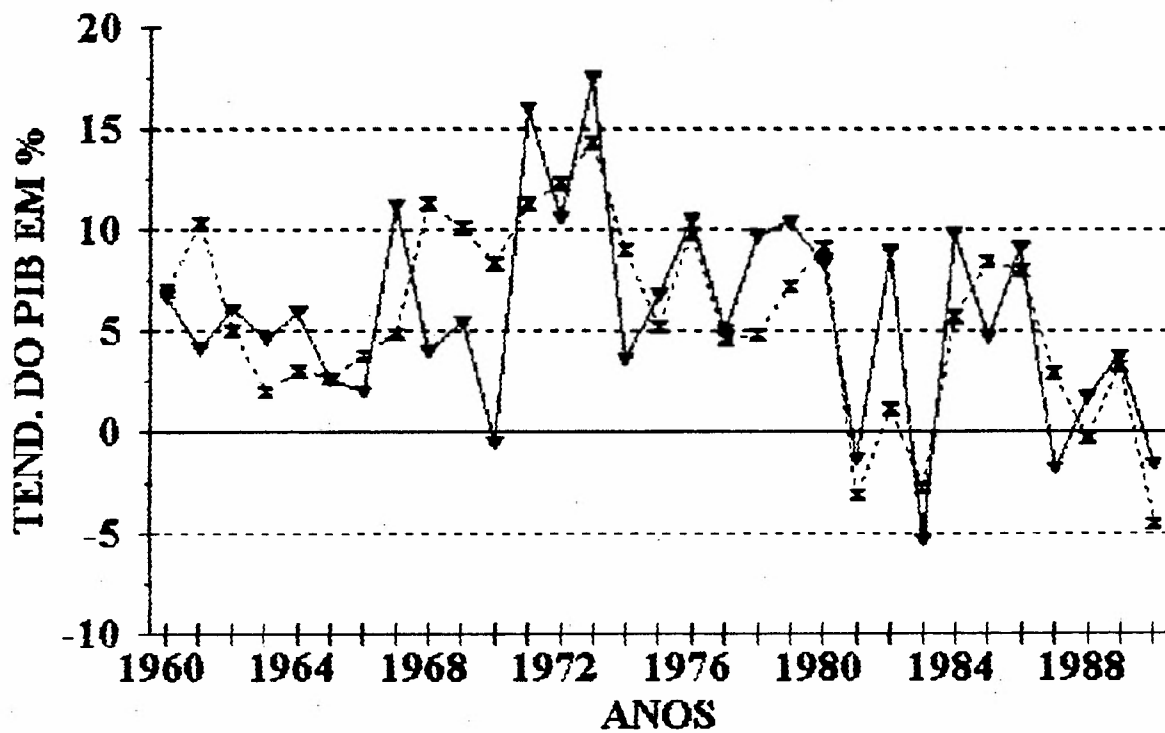
TABELA 2.5 - NORDESTE E BRASIL
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL
1960 A 1990

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | NORDESTE | BRASIL |
|-------------|-----------------|---------------|
| 1960 | 6.7 | 7.0 |
| 1961 | 4.1 | 10.3 |
| 1962 | 6.1 | 5.0 |
| 1963 | 4.6 | 2.0 |
| 1964 | 5.9 | 3.0 |
| 1965 | 2.6 | 2.7 |
| 1966 | 2.0 | 3.8 |
| 1967 | 11.2 | 4.9 |
| 1968 | 4.0 | 11.3 |
| 1969 | 5.5 | 10.1 |
| 1970 | -0.5 | 8.3 |
| 1971 | 16.0 | 11.3 |
| 1972 | 10.6 | 12.3 |
| 1973 | 17.5 | 14.3 |
| 1974 | 3.6 | 9.0 |
| 1975 | 6.8 | 5.2 |
| 1976 | 10.5 | 9.8 |
| 1977 | 5.0 | 4.6 |
| 1978 | 9.7 | 4.8 |
| 1979 | 10.4 | 7.2 |
| 1980 | 8.3 | 9.1 |
| 1981 | -1.3 | -3.1 |
| 1982 | 8.9 | 1.1 |
| 1983 | -5.4 | -2.8 |
| 1984 | 9.8 | 5.7 |
| 1985 | 4.7 | 8.4 |
| 1986 | 9.1 | 8.0 |
| 1987 | -1.8 | 2.9 |
| 1988 | 1.7 | -0.3 |
| 1989 | 3.8 | 3.3 |
| 1990 | -1.6 | -4.6 |

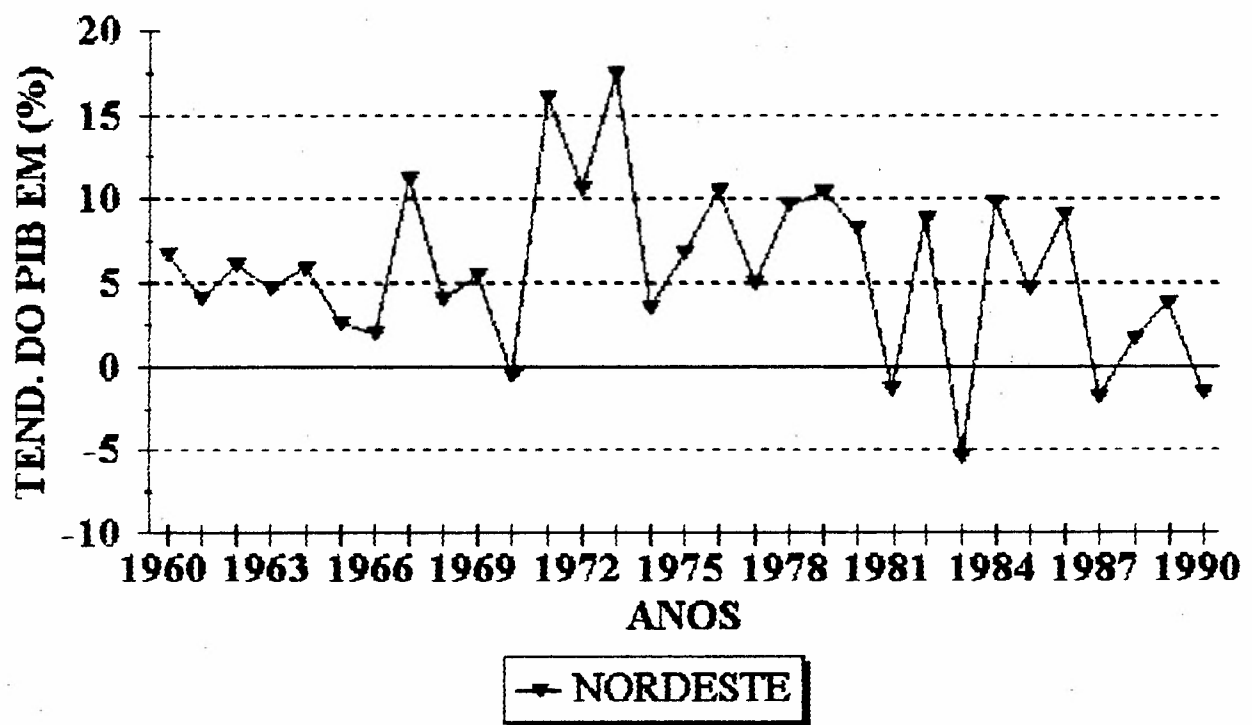
FONTE: IBGE - ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS
DO BRASIL 1990 E SUDENE - FORMAÇÃO
BRUTA DE CAPITAL 1992.

GRÁFICO 2.1 - NORDESTE E BRASIL
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL



—▼— NORDESTE —x— BRASIL

GRÁFICO 2.2 - NORDESTE
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL



1971/1973, porque essa foi a época do "milagre", e durante 1984/86, por se tratar da fase de recuperação pós-recessão. De 1971/73, o setor terciário cresceu mais no Brasil como um todo do que no Nordeste. Em todos os outros anos, o crescimento médio do setor terciário foi muito superior ao do Brasil.

Várias considerações são pertinentes a respeito da dinâmica da economia nordestina. Os índices de produção agropecuária (no Nordeste), na década de oitenta, ficaram abaixo daqueles da década anterior. A falta de dinamismo da agricultura, somado ao fato de serem muito lentas as transformações no setor. Mesmo assim, o seu crescimento médio é de 5,7% ao ano o que é bastante significativo. Quanto à indústria nordestina, o crescimento médio, no período de 1970/1990, foi de 6,6% ao ano, maior, portanto, que o setor agrícola. Mas é no setor terciário que se observa a maior taxa de crescimento médio, em torno de 9,7% ao ano. Isso mostra que as precárias condições de vida da população nordestina, especialmente de um grande número de pessoas que não participam do mercado formal de mão-de-obra, não resultam de um insuficiente crescimento de suas atividades econômicas. Por outro lado, pode-se observar que apesar de terem os investimentos industriais contribuído para modificar a estrutura da produção industrial nordestina, eles não tiveram o efeito de aumentar a participação do setor na composição do PIB. A tabela 2.8 mostra ainda que o setor secundário vem mantendo sua participação com variações entre 25% e pouco menos de 28%, durante os últimos vinte anos.

Outra constatação de grande importância que se faz a partir da tabela 2.9, é que a indústria incentivada do Nordeste tem levado esta região a uma concentração industrial com conseqüente especialização, de modo que 54% do seu valor de transformação industrial em 1990, provinham de dois ramos industriais: química e produtos alimentícios. O primeiro, classificado como indústria dinâmica, cresceu especialmente em função da disponibilidade de matéria-prima na região, particularmente no eixo Bahia, Recife e Fortaleza. A indústria de alimentação, classificada como tradicional, está voltada para o mercado regional nordestino.

Um dos resultados dessa configuração é que a região não tem alcançado uma participação expressiva no comércio inter-regional como exportadora de produto da chamada indústria dinâmica. Essa especialização do Nordeste trairia os objetivos da política de incentivos fiscais que era de modificar os seus padrões de articulação inter-regional de modo a diversificar as exportações de manufaturados e diminuir as exportações de matéria-prima. Nesse sentido, observa-se que a industrialização incentivada do Nordeste representou um distanciamento da proposta do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), de se criar na região um núcleo industrial autônomo, baseado nas potencialidades regionais e voltado para o mercado interno.

Na visão do GTDN a política industrial tinha três objetivos: o primeiro seria o de atenuar o problema da subutilização do trabalho. Na época em que foi publicado, (1959), o documento do GTDN acreditava que a industrialização seria capaz, não de resolver, mas de atenuar substancialmente o problema do desemprego e do subemprego na região. O segundo objetivo é o de fomentar atividades germinativas capazes de dinamizar as relações econômicas internas, e o terceiro, é o de que, através da industrialização, fossem reduzidas as desigualdades regionais e atribuído à região um papel bem definido a nível nacional. Como já dissemos, nenhum desses três objetivos foi completamente alcançado, ao contrário, a desigualdade regional não diminuiu, o aumento do emprego foi bastante moderado e as atividades germinativas contribuíram muito pouco para eliminar o desemprego e subemprego na região.

Assim, em face do padrão de desenvolvimento da economia nordestina, as atividades mais dinâmicas não são as principais empregadoras de mão-de-obra. O barateamento do capital via incentivos fiscais e a competitividade externa a que estão submetidas essas atividades, faz com que sua tecnologia seja intensiva em capital, o que reduz drasticamente sua capacidade crescente e significativa no produto global. Todavia, em termos de ocupação de mão-de-obra, sua capacidade relativa demonstra uma diminuição. Em função

TABELA 2.6 - NORDESTE E BRASIL
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL 1960/1990

EM PERCENTAGEM (% a.a.)

| PERÍODOS | NORDESTE | BRASIL |
|--------------------|-----------------|---------------|
| 1960/1970 | 3.8 | 5.0 |
| a)1970/1979 | 8.8 | 8.6 |
| b)1971/1973 | 14.0 | 12.5 |
| c)1974/1979 | 6.7 | 6.8 |
| d)1979/1983 | 2.4 | 0.9 |
| e)1981/1983 | 0.6 | -1.6 |
| f)1984/1986 | 7.8 | 7.4 |
| g)1986/1990 | 3.8 | 3.0 |

FONTE: IBGE - ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL
1990 E SUDENE - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992.

TABELA 2.7 - NORDESTE E BRASIL
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL POR SETORES 1960/1990

EM PERCENTAGEM (% a.a.)

| ANOS | NORDESTE | | | BRASIL | | |
|-----------|----------|---------|---------|--------|---------|---------|
| | AGRIC. | INDÚST. | SERVIÇO | AGRIC. | INDÚST. | SERVIÇO |
| 1960/1970 | 3.2 | 8.2 | 2.5 | 4.4 | 5.2 | 5.1 |
| 1970/1979 | 4.8 | 9.8 | 10.1 | 3.9 | 9.4 | 2.9 |
| 1971/1973 | 15.1 | 7.9 | 10.6 | 4.6 | 14.3 | 12.9 |
| 1974/1979 | 4.1 | 11.1 | 11.2 | 4.0 | 6.9 | 7.2 |
| 1979/1983 | -5.3 | -1.6 | 8.0 | 3.6 | -1.9 | 2.1 |
| 1981/1983 | -6.7 | -3.0 | 7.4 | 2.4 | 0.0 | 0.2 |
| 1984/1986 | 18.2 | 6.2 | 9.5 | 1.5 | 9.0 | 5.2 |
| 1986/1990 | 3.5 | 2.0 | 8.0 | 2.5 | 1.8 | 4.0 |

FONTES: IBGE - ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL 1990 E SUDENE PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992.

TABELA 2.8 - NORDESTE
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS GRANDES SETORES NO PIB 1960/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | AGRICULTURA | INDÚSTRIA | SERVIÇO | TOTAL |
|-------------|--------------------|------------------|----------------|--------------|
| 1960 | 29.0 | 21.3 | 49.7 | 100 |
| 1970 | 21.8 | 26.6 | 51.6 | 100 |
| 1975 | 22.1 | 26.9 | 51.0 | 100 |
| 1980 | 13.5 | 27.3 | 54.2 | 100 |
| 1985 | 15.9 | 26.2 | 59.7 | 100 |
| 1990 | 12.5 | 25.2 | 62.3 | 100 |

FONTE: SUDENE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992.

TABELA 2.9 - NORDESTE
PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIA NO VALOR DE
TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL 1970/1990.
EM PERCENTAGEM (%)

| RAMOS DE ATIVIDADES | 1970 | 1980 | 1985 | 1990 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1 - BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS: | 53.7 | 39.8 | 42.5 | 38.8 |
| FARMACEUTICO | 0.4 | 0.4 | 0.3 | 0.4 |
| TEXTIL | 13.0 | 12.0 | 11.0 | 10.0 |
| VESTUÁRIO E CALÇADO | 4.0 | 5.0 | 6.0 | 5.0 |
| PRODUT. ALIMENTÍCIOS | 29.0 | 23.0 | 18.0 | 23.0 |
| BEBIDAS | 5.0 | 3.0 | 2.0 | 2.0 |
| FUMO | 3.0 | 1.0 | 0.5 | 1.0 |
| EDITORÇÃO GRÁFICA | 2.0 | 2.1 | 2.0 | 1.0 |
| 2-BENS INTERMEDIÁRIOS | 38.5 | 50.3 | 48.9 | 51.7 |
| MINERAIS Ñ METÁLICOS | 11.0 | 9.0 | 9.0 | 5.0 |
| METALURGIA | 5.0 | 8.0 | 6.0 | 7.0 |
| MADEIRA | 2.0 | 2.0 | 2.0 | 1.5 |
| PAPEL E PAPELÃO | 1.0 | 1.0 | 2.0 | 1.0 |
| COUROS E PELES | 1.0 | 1.0 | 1.0 | 0.7 |
| QUÍMICA | 15.0 | 17.0 | 28.0 | 31.0 |
| MATERIAL PLÁSTICO | 1.0 | 2.0 | 2.0 | 1.0 |
| BORRACHA | 0.3 | 0.4 | 0.5 | 0.4 |
| 3- BENS DE CAPITAL E CONSUMO DURÁVEIS: | 7.8 | 9.9 | 8.6 | 9.0 |
| MECÂNICA | 2.0 | 5.0 | 5.0 | 4.0 |
| MAT.ELÉTRI. E COMUNIC. | 3.0 | 3.0 | 3.0 | 3.0 |
| MATER. DE TRANSPORTE | 1.0 | 1.0 | 1.0 | 1.0 |
| MOBILIÁRIO | 2.0 | 2.0 | 1.0 | 1.0 |
| DIVERSOS | 0.4 | 1.0 | 0.3 | 0.3 |

FONTES: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS, CENSOS INDUSTRIAIS 1970, 1975 E 1980.
IBGE - PESQUISA INDUSTRIAL DADOS GERAIS, RIO DE JANEIRO, 1991.

disso, os trabalhadores que migram do campo para a cidade encontram nas atividades terciárias sua principal fonte de emprego. Assim, é principalmente no período de forte dinamismo econômico que o setor terciário absorve um número significativamente crescente de mão-de-obra, principalmente nas ocupações de fácil entrada.

Nesse sentido, o padrão de crescimento gerou, por um lado, atividades dinâmicas mas pouco germinativas em termos de absorção de mão-de-obra e, por outro, atividades de baixa produtividade, porém, com grande capacidade de absorção. Este tipo de estrutura econômica resultou na existência de mercados de trabalho múltiplos e diferenciados.

2.4.1 - DINÂMICA SETORIAL

No setor secundário, a atividade econômica mais dinâmica está contida na indústria de transformação, e no setor terciário, nas atividades financeiras e comerciais. A agricultura, mesmo tendo sofrido uma certa modernização, mostrou uma resposta muito lenta em termos de crescimento. Essas respostas diferenciadas no processo geral de modernização da economia nordestina são, em grande parte, resultado da política econômica que concentrou seus investimentos no setor industrial. Quanto ao setor terciário, o conjunto de suas atividades está numa situação intermediária, tendo este setor apresentado uma dinâmica expressiva.

A política de incentivos fiscais assumiu um papel preponderante em toda a segunda fase de industrialização do Nordeste (1960/1990). Portanto, as novas indústrias não buscavam

vantagens comparativas de fornecimento de insumos e mercado interno, mas buscavam basicamente incentivos, pois na nova indústria apenas 33% da matéria prima utilizada é extraída do Nordeste, e mais de 50% dos produtos produzidos visam atender o mercado de outras regiões¹²¹. Como se vê a nova indústria não produz um bom encadeamento produtivo com os outros setores econômicos da região.

No período que vai de 1970/1990, os ramos industriais mais ligados a setores não tradicionais, ou seja, à segunda fase de industrialização, foram ramos mais dinâmicos do que aqueles produtores de bens de consumo não duráveis para o mercado interno. Nessa segunda fase, os ramos produtores de bens duráveis passaram a liderar o crescimento industrial (veja-se tabela 2.9).

A partir de 1980, inicia-se, no Brasil, um longo período de relativa estagnação econômica que tem reflexos direto no processo de modernização da agricultura e na implantação de novas indústrias e serviços no Nordeste. A indústria nacional e nordestina foram afetadas pelas sucessivas políticas de estabilização da demanda interna e do setor externo, mas, principalmente, pelas recentes transformações na economia brasileira, marcadas pelo esgotamento das políticas keynesianas, e o surgimento de novas tecnologias têm produzido impactos marcantes na estrutura ocupacional do Nordeste, à medida em que vem destruindo e criando empregos produtivos.

O lento crescimento relativo da produção agrícola, no período estudado (1960/1990), se deu basicamente devido às secas periódicas e às constantes crises das exportações de açúcar e pela ausência de uma política agrícola menos clientelista que incentivasse o campo no sentido de diversificar a produção agrícola, dando ênfase à produção de alimentos, sem contudo deixar de estimular a produção para exportação.

121 - Veja-se SUDENE (1988).

Assim, ao privilegiar a indústria e pouco incentivar a agricultura, a política de incentivos fiscais gerou uma débil integração produtiva entre a indústria e a agricultura. Nesse sentido, a estagnação agrícola não inibe o crescimento industrial, pois o grosso de sua matéria-prima e mercado não estão na região; da mesma forma, a indústria quase não inibe o desenvolvimento agrícola, pois parte importante da demanda de alimentos e insumos agropecuários vêm de fora da região.

Por outro lado, a nova indústria não tem desenvolvido amplamente a indústria de insumos e bens de capital para a agricultura. Essa demanda agrícola é satisfeita, em sua maior parte, com importações do Sudeste do país. Portanto, o pequeno grau de integração agricultura-indústria tende a inibir o crescimento auto-sustentado de ambos os setores e do próprio desenvolvimento econômico, fato este que contribui para agravar o problema da renda e emprego na região.

Em relação ao emprego, a falta de uma maior integração indústria-agricultura, reduz o efeito multiplicador do crescimento industrial sobre o emprego agrícola, ou seja, o aumento dos investimentos e da produção industrial passam a ter um efeito limitado na produção e no emprego agrícola, o que sem dúvida constitui uma questão altamente relevante, dado o grande contingente populacional ainda disponível no campo.

No setor terciário, a heterogeneidade de suas atividades é bastante acentuada, o que mostra que mesmo tendo uma relativa integração com o setor industrial, o efeito multiplicador, dessa integração, em termos de emprego e renda, é muito limitado. Todavia, no período de 1960/1980, os dados indicam uma certa relação entre o crescimento do PIB do setor serviços e o incremento do PIB global, o que significa que o crescimento econômico global induziu o crescimento da demanda por serviços.

No período de 1980/1990, houve crescimento do comércio de mercadorias e da prestação de serviços, sempre que houve retomada do crescimento econômico. Esta relação entre o crescimento econômico global e o crescimento da demanda por serviços vem reforçar a ideia de que a própria acumulação capitalista cria e recria os espaços necessários ao crescimento dessas atividades terciárias, ou seja, é na expansão e não na retração que esses espaços são ampliados. Isto porque, é também na expansão econômica que aumenta a demanda por bens e serviços de todos os setores, principalmente no setor terciário. Mesmo assim, ressalte-se que os serviços de apoio à produção ainda estão insuficientemente desenvolvidos no Nordeste e a relação entre estes serviços e os processos produtivos dos setores mais dinâmicos ainda é muito limitada.

2.4.2 - COMPORTAMENTO ESTRUTURAL DO PRODUTO

As alterações estruturais de relevância ocorreram ao longo do período de crescimento econômico caracterizadas, principalmente, pela substituição da agricultura pela indústria e nesta pela nova indústria de transformação na liderança da composição do produto, liderança que se consolidou via incentivos fiscais.

Como já abordamos, a participação relativa do produto agropecuário diminuiu persistentemente ao longo do período de estudo que é de 1960/1990. Com uma participação de 29% do PIB em 1960, passa para 22% em 1970, 13% em 1980 e finalmente atinge pouco mais de 12% do PIB global em 1990 (veja-se tabela 2.10).

TABELA 2.10 - NORDESTE
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB POR SETORES E ATIVIDADES
ECONÔMICAS NO PERÍODO DE 1960/1990.

| SETORES E ATIVIDADES | EM PERCENTAGEM (%) | | | |
|--------------------------|--------------------|------|------|------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
| AGRICULTURA | 29.0 | 21.8 | 13.5 | 12.1 |
| INDÚSTRIA: | 23.1 | 26.6 | 27.3 | 29.2 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 1.5 | 1.9 | 2.4 | 1.9 |
| TRANSFORMAÇÃO | 13.8 | 14.9 | 18.6 | 18.6 |
| SERVIÇO DE UTIL. PÚBLICA | 0.4 | 1.7 | 1.7 | 2.4 |
| CONSTRUÇÃO | 4.5 | 9.5 | 6.6 | 6.3 |
| TERCIÁRIO: | 47.9 | 51.6 | 54.2 | 58.6 |
| COMER. DE MERCADORIAS | 14.5 | 15.6 | 18.0 | 21.3 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 7.5 | 17.2 | 19.8 | 20.5 |
| TRANSP. COMUNICAÇÃO E | | | | |
| ARMAZÉNS | 2.5 | 3.8 | 4.1 | 2.9 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 13.2 | 15.2 | 11.4 | 13.8 |

FONTES: IBGE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL, 1992. E
SUDENE - RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA
INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE, 1988.

Quanto à participação da indústria no produto, destaca-se a indústria de transformação (tabela 2.10), que passou de aproximadamente 14% do PIB global em 1960, para mais de 14% em 1970, chega a mais de 18% em 1980 e em 1990 permanece no mesmo nível de 1980, ou seja, mais de 18% do PIB. Para a indústria como um todo, houve uma participação crescente nas três décadas. Essa participação se deu na magnitude previsível pela política de incentivos fiscais, chegando a registrar um certo grau de desenvolvimento de sua estrutura produtiva que, na primeira fase da industrialização, estava centrada nos ramos de bens de consumo não duráveis e agora, nessa segunda fase, está centrada nos ramos industriais intermediários e na montagem de bens de consumo duráveis (tabela 2.9 e 2.3), como vimos anteriormente.

Com isso, no interior da indústria registraram-se mudanças estruturais bastante significativas com relação à situação da primeira fase. A indústria de montagem, composta na sua maioria de bens de consumo duráveis, passou de 7,8% do valor de transformação industrial em 1970, para 11% em 1980 e 9% em 1990. A indústria de bens intermediários foi realmente quem liderou o processo de crescimento (tabela 2.9). De uma participação de 38,5% no valor de transformação industrial em 1970, passa para 50% em 1980 e chega a 52% em 1990. Com isso, a indústria de bens intermediários passou a ser a principal base industrial do Nordeste. Assim, a indústria intermediária, que ganha importância relativa durante a segunda fase do processo de industrialização do Nordeste, constitui-se numa base importante para o desenvolvimento da indústria de bens de produção que é a base da acumulação de capital.

A indústria de bens intermediários e de capital, juntas, são bastante representativas, chegando em 1985 a atingir 60% do valor de transformação industrial. Na indústria intermediária os ramos mais importantes são: minerais não metálicos, metalurgia e química, enquanto os de bens de capital, em menor expressão, tem na indústria mecânica a sua maior representação, passando de 2,0% do valor de transformação industrial em 1970, atinge 5% em

1985 e se reduz a 4% em 1990 (tabela 2.9).

As atividades que compõem o setor terciário no Nordeste são muito importantes como fonte de renda e emprego, visto que a produção de serviços é o componente maior do PIB em relação ao setor primário e secundário. O crescimento de sua participação no produto foi maior que o crescimento dos outros setores. Sua participação no produto global, numa tendência crescente, chega a atingir mais da metade do PIB, 58,6% em 1990.

Alguns aspectos da composição interna do setor terciário devem ser ressaltados: a importância econômica do comércio de mercadorias, que apresenta uma participação crescente no PIB durante as três décadas passadas, assim como a prestação de serviços. A participação dos transportes e comunicações, também é crescente, sendo que se registra um decréscimo significativo na década de oitenta. A administração pública, apresentou bastante oscilação na sua tendência, (tabela 2.10).

Assim, as alterações na composição do produto, no período de 1960/1990, revelam uma menor importância relativa da agricultura na geração do produto e renda mas, por outro lado, revelam, também, uma maior participação das atividades de mineração e indústria de transformação e o conjunto das atividades terciárias. O produto não-agrícola passou de 71% do PIB em 1960 para aproximadamente 88% em 1990.

Considerando a contribuição de cada setor para o crescimento total do PIB, o crescimento da economia nordestina depende basicamente da indústria (tabela 2.11). A nova industrialização nordestina desenvolveu uma estrutura produtiva relativamente eficiente de acordo com os padrões internos, já em relação aos padrões internacionais seu nível de produtividade enfrenta dificuldade não apenas no mercado de exportação, mas também, no mercado interno brasileiro, quando se liberou a entrada das importações. Por outro lado, a nova

TABELA 2.11 - NORDESTE
CONTRIBUIÇÃO AO CRESCIMENTO ANUAL DO PIB POR SETORES E
ATIVIDADES ECONÔMICAS

| SETORES E ATIVIDADES: | PERÍODOS | | |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1960/1970 | 1970/1980 | 1980/1990 |
| AGRICULTURA | 0.185 | 0.172 | 0.122 |
| INDÚSTRIA: | 0.285 | 0.294 | 0.292 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 0.019 | 0.025 | 0.019 |
| TRANSFORMAÇÃO | 0.145 | 0.186 | 0.186 |
| CONSTRUÇÃO | 0.019 | 0.017 | 0.024 |
| SERVIÇO DE UTIL. PÚBLICA | 0.102 | 0.066 | 0.063 |
| TERCIÁRIO: | 0.530 | 0.534 | 0.586 |
| COMÉRCIO DE MERCADORIAS | 0.154 | 0.180 | 0.213 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | 0.182 | 0.199 | 0.206 |
| TRANSPORTE COMUNICAÇÃO | | | |
| E ARMAZÊNS | 0.039 | 0.041 | 0.029 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 0.155 | 0.114 | 0.138 |
| PIB GLOBAL | 1.000 | 1.000 | 1.000 |

FONTE: SUDENE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992 E
RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA
INCENTIVADA DO NORDESTE, 1988.

industrialização é feita à base de subsídios e de empresas subsidiárias do Sudeste. Essas deficiências estruturais, mais os efeitos da estagnação econômica brasileira dos anos oitenta, dificultaram a contribuição da indústria para o crescimento do PIB global, registrado nas três décadas em estudo (veja-se tabela 2.11), sendo em 1990 aproximadamente a metade do PIB do setor terciário. Portanto, se por um lado, a nova indústria teve a capacidade de alterar o seu perfil, passando de indústria de bens de consumo não duráveis para indústria de bens intermediários isso, provavelmente, tem tido algum reflexo também no setor terciário, principalmente nas atividades de comércio de mercadorias e prestação de serviços (tabela 2.11).

No entanto, em relação ao conjunto do setor terciário, seu aporte parece mais resultar do grande número de unidades produtivas do que propriamente de um maior crescimento da produtividade dos recursos empregados, segundo se depreende de sua contribuição ao produto e da queda de seu nível de produtividade do trabalho que é mostrada na tabela 2.12.

Um exame mais apurado da tabela 2.12, mostra que houve uma queda na produtividade relativa de todos os setores no período 1960/1990. Mesmo na fase de maior crescimento econômico a produtividade por setor decresceu. Apenas na indústria de transformação a produtividade apresentou uma tendência claramente crescente. Mas a produtividade decresceu sistematicamente na agricultura e no setor terciário, setores que se caracterizam por um menor dinamismo produtivo. Todavia, os dois setores juntos, absorvem 86% da força de trabalho em 1990. A atividade agrícola e de prestação de serviços foram as duas atividades que tiveram a maior redução na produtividade, porém, juntas, elas absorvem 80% da força de trabalho. Essa queda na produtividade dessas duas atividades se explicam por fatores diferentes. Na agricultura, ela se justifica pela contribuição decrescente no produto total em relação a sua participação na força de trabalho. Já no setor serviço, o aumento de sua

contribuição no produto foi menor do que seu aumento na participação da força de trabalho.

2.4.3 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO NORDESTE

A absorção de mão-de-obra é determinada principalmente pela acumulação de capital, pelo tipo de tecnologia, pelas características da estrutura produtiva e pelo grau de alteração na estrutura de distribuição da renda. Estes são os chamados fatores de demanda que influenciam no nível de emprego. Todavia, há que se considerar também os chamados fatores de oferta como determinantes do nível de ocupação. Entre estes fatores estão o crescimento da população em idade ativa e a composição desta população, de acordo com suas características individuais. Além destes, consideram-se também os fatores institucionais que afetam o mercado de trabalho, entre estes temos a existência ou não do seguro-desemprego, a legislação trabalhista e o grau de organização sindical¹²².

Há um certo consenso entre os estudiosos do mercado de trabalho de que os fatores de demanda são os principais responsáveis pela absorção de mão-de-obra em todos os setores e atividades econômicas. Quanto aos fatores de oferta, podem se tornar predominantes nas atividades com poucas barreiras à entrada, sobretudo na fase de expansão quando as pessoas dispõem de condições financeiras mínimas para entrar nas atividades e sobreviverem principalmente na forma de conta própria.

¹²² - Conforme discute Nunura (1992).

Nos últimos trinta anos, a taxa de crescimento da força de trabalho no Nordeste manteve uma estreita relação com o produto. Essa taxa manteve uma tendência ascendente na década de sessenta e setenta, quando houve uma expansão significativa do produto, e na de oitenta teve uma taxa de absorção de mão-de-obra mais modesta, quando o produto, praticamente, ficou estagnado, ou seja, crescendo também à taxas modestas.

Durante o desenvolvimento econômico, a absorção de mão-de-obra cresceu e também cresceu a produtividade do trabalho, todavia, esse crescimento ocorreu num ritmo decrescente no Nordeste em todo o período aqui estudado (1960/1990), ver tabela 2.12, em face à perda da capacidade de sua economia para criar trabalho produtivo. Esse comportamento do crescimento da produtividade observou-se em todas as suas atividades econômicas.

As diferenças de taxas inter-setoriais de produtividade mostram que a absorção de mão-de-obra afetou muito mais a produtividade do setor terciário que a dos outros setores. Em outras palavras, frente a uma menor capacidade da economia para criar postos de ocupação produtivos, o excedente de mão-de-obra teve como única alternativa buscar ocupação no setor terciário, particularmente nas atividades de mais fácil entrada. Na estagnação, a absorção de mão-de-obra por esse setor reduziu ainda mais o nível de produtividade média do trabalhador, que decresceu nos anos oitenta.

Examinando a tabela 2.13, vemos que os dados de pessoas ocupadas para o período de 1960/1990, sustentam a importância dos setores secundários e terciários na absorção de mão-de-obra. O crescimento anual do emprego no setor industrial foi maior do que nos outros setores até 1980, daí então o processo de crescimento se reduz drasticamente atingindo 1,2% ao ano em toda a década de oitenta. O crescimento do emprego no setor terciário, apesar de inicialmente menor do que no setor industrial, foi significativo, apresentando uma tendência de

TABELA 2.12 - NORDESTE
PRODUTIVIDADE MÉDIA DO TRABALHO POR SETORES E ATIVIDADES
ECONÔMICAS 1960/1990.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO/TRABALHADOR

| SETORES E ATIVIDADES | ANOS | | | |
|--------------------------|------|------|------|------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
| AGRICULTURA | 4.6 | 3.4 | 3.4 | 2.8 |
| INDÚSTRIA: | 2.7 | 2.4 | 2.0 | 2.1 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 5.5 | 3.1 | 2.7 | 1.9 |
| TRANSFORMAÇÃO | 2.4 | 2.0 | 3.4 | 3.4 |
| CONSTRUÇÃO | 3.0 | 2.7 | 1.7 | 2.1 |
| SERVIÇO DE UTIL. PÚBLICA | 2.5 | 2.0 | 2.0 | 1.9 |
| TERCIÁRIO: | 2.0 | 2.0 | 1.6 | 1.4 |
| COMÉRCIO DE MERCADORIAS | 3.3 | 2.5 | 2.1 | 1.7 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 1.3 | 1.9 | 1.8 | 1.3 |
| TRANSPORTE COMUNICAÇÕES | | | | |
| E ARMAZÊNS | 1.2 | 1.4 | 1.8 | 1.4 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 2.8 | 2.1 | 1.8 | 1.7 |

FONTES: CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970, 1980 E PNAD DE 1990 E
SUDENE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL, 1992.

TABELA 2.13- NORDESTE

PIB E PESSOAS OCUPADAS NO PERÍODO 1960/1990. TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL EM PORCENTAGEM.

| SETORES E ATIVIDADES | 1960/1970 | | 1970/1980 | | 1980/1990 | |
|-----------------------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
| | PIB | P.O. | PIB | P.O. | PIB | P.O. |
| AGRICULTURA | 3.2 | 1.2 | 3.9 | 0.4 | 3.6 | 0.2 |
| INDÚSTRIA: | 8.5 | 8.0 | 9.4 | 9.0 | 1.8 | 0.2 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 4.5 | 15.5 | 9.5 | 4.0 | 2.6 | 0.1 |
| TRANSFORMAÇÃO | 8.2 | 6.0 | 11.2 | 8.0 | 10.4 | 0.1 |
| SERV. DE UTIL. PÚBLICA | 4.0 | 16.5 | 8.9 | 21.8 | 9.8 | 0.2 |
| CONSTRUÇÃO | 5.0 | 11.0 | 7.8 | 14.8 | -0.9 | -2.9 |
| TERCIÁRIO: | 2.5 | 5.8 | 3.0 | 6.8 | 4.0 | 8.5 |
| COM. DE MERCADORIAS | 6.0 | 8.4 | 11.1 | 8.7 | 12.3 | 9.5 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | 7.0 | 6.0 | 9.0 | 7.0 | 21.1 | 8.5 |
| TRANSP. COMUNICAÇÃO E ARMAZÉNS | 6.8 | 1.3 | 13.7 | 1.8 | 8.6 | 1.8 |

FONTES: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970, 1980 E PNAD 1990

SUDENE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL, 1992.

NOTA: P.O. - SIGNIFICA POPULAÇÃO OCUPADA.

crescimento anual elevado, chegando a atingir 8,5% na década de oitenta quando o produto interno bruto cresce a uma taxa muito modesta. Nessa perspectiva, o setor terciário assume um papel fundamental na conformação do mercado de trabalho urbano e no processo de ajuste durante a fase de expansão e estagnação econômica. No setor terciário as duas principais atividades absorvedoras de mão-de-obra são o comércio e a atividade de prestação de serviços. Na fase de expansão e estagnação a taxa de crescimento persiste na sua tendência de alta.

Considerando as mudanças do emprego a nível da economia, com as mudanças do produto, notamos uma certa relação entre o produto e emprego. Em quase todos os ramos a mudança do emprego, em geral, acompanha a mudança do produto. Na indústria de transformação e mineração o produto aumenta mais que o emprego e assim cresce a produtividade do trabalho. O mesmo fato ocorre nas atividades terciárias. Na fase de forte crescimento econômico, que vai de 1965/1980, o crescimento do emprego na indústria é maior que no setor terciário. Todavia, o crescimento neste setor é alto e persistente. Na fase de crescimento global mais modesto, o emprego cai drasticamente em todos os ramos do setor industrial, mesmo naquelas atividades industriais onde o produto se manteve praticamente ao mesmo nível de crescimento da década anterior, o emprego segue a tendência geral do setor industrial que é de redução drástica. Na agricultura, a taxa de redução do emprego é crescente mesmo no período de grande expansão (1965/1980). Essa é uma vocação histórica da agricultura.

Portanto, exceto a agricultura que teve uma taxa historicamente decrescente de absorção de mão-de-obra, em todos os outros setores e atividades, o emprego é em grande parte determinado pelo desenvolvimento econômico, ou seja, pelos fatores de demanda. Isto também é confirmado quando analisamos as tabelas 2.11 e 2.15, e se para cada setor compararmos sua participação no produto total (tabela 2.10), com sua participação na força de trabalho total (tabela 2.15)

Para o setor terciário a situação é praticamente a mesma que a do setor secundário. No período 1960/1980, a contribuição para o produto sempre foi maior que sua participação no emprego global. Isso indica que também no setor terciário o desenvolvimento econômico¹²³ predomina na determinação da absorção no período 1960/1980. Por outro lado, a tabela 2.13 mostra que é também o único setor onde a taxa de crescimento de absorção de mão-de-obra é muito superior à taxa de crescimento do produto, chegando a ser mais do dobro durante todo o período 1960/1990. Isso indica que fatores de oferta também tem uma participação significativa na absorção de mão-de-obra no setor terciário, seja na fase de grande expansão (1965/1980), como na fase de crescimento mais modesto (1980/1990).

Assim, a principal mudança estrutural que se verifica nos segmentos mais importantes do mercado de trabalho nordestino, diz respeito à perda da liderança do mercado de trabalho agrícola em favor do mercado de trabalho urbano. Porém, até o início da década de oitenta a agricultura absorvia ainda a maioria da força de trabalho. Mas, a partir do início da década de sessenta, com o início do processo de industrialização incentivada, a agricultura começa a reduzir drasticamente a sua absorção de mão-de-obra. A dinâmica da nova industrialização e o crescimento vertiginoso das cidades, intensificaram os fluxos migratórios do campo para as cidades aprofundando a composição urbano-rural da população e da força de trabalho (tabela 2.14).

Como mostra a tabela 2.14, a população urbana passou de 34% da população total em 1960, para 57% em 1990. Isto representou uma taxa de aumento médio anual de 7,2 na população urbana, o que também representa mais do dobro do crescimento da população total, que cresceu em 2,9% ao ano. No entanto, esse não é um processo que ocorre exclusivamente no Nordeste. Esse é um processo mais geral de valorização do capital que se irradia por todo o

123 - Normalmente aceita-se que se a contribuição de um setor no produto total é maior do que sua participação no emprego total, a absorção de mão-de-obra responde a fatores de demanda.

TABELA 2.14 - NORDESTE E BRASIL
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL E DA PEA NA
POPULAÇÃO TOTAL NO NORDESTE E BRASIL

| POPULAÇÃO | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
|----------------------------|-----------------------------|---------------|----------------|----------------|
| | TOTAL EM MIL PESSOAS | | | |
| NORDESTE | 22.429 | 27.871 | 34.812 | 42.194 |
| BRASIL | 70.992 | 92.342 | 119.003 | 147.283 |
| POPULAÇÃO URBANA | EM PERCENTAGEM | | | |
| NORDESTE | 34.2 | 42.0 | 50.4 | 57.2 |
| BRASIL | 45.0 | 56.1 | 67.6 | 76.2 |
| POPULAÇÃO RURAL | EM PERCENTAGEM | | | |
| NORDESTE | 65.8 | 58.0 | 49.6 | 42.2 |
| BRASIL | 55.0 | 43.9 | 32.4 | 23.8 |
| PEA/POPULAÇÃO TOTAL | EM PERCENTAGEM | | | |
| NORDESTE | 31.9 | 29.7 | 32.1 | 40.8 |
| BRASIL | 32.0 | 31.7 | 36.1 | 44.9 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970, 1980 E PNAD 1990.

TABELA 2.15 - NORDESTE

PEA POR SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E CRESCIMENTO ANUAL 1960/1990.

EM PERCENTAGEM (%)

| SETORES E ATIVIDADES | 1960 (%) | 1960/1970 (% a.a.) | 1970 (%) | 1970/1980 (% a.a.) | 1980 (%) | 1980/1990 (% a.a.) | 1990 (%) |
|---------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| AGRICULTURA | 69.0 | 1.3 | 61.1 | 0.6 | 51.0 | 0.2 | 44.0 |
| INDÚSTRIA: | 8.1 | 8.1 | 11.6 | 9.5 | 15.0 | 0.5 | 14.0 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 0.3 | 16.0 | 0.6 | 4.6 | 0.9 | 0.2 | 1.0 |
| TRANSFORMAÇÃO | 5.7 | 6.2 | 7.1 | 8.6 | 5.5 | 0.1 | 5.5 |
| CONSTRUÇÃO | 2.1 | 11.6 | 3.5 | 15.0 | 4.0 | -3.0 | 3.1 |
| SER. DE UTIL. PÚBLICA | 0.1 | 17.0 | 0.3 | 22.0 | 0.9 | 0.3 | 1.2 |
| TERCIÁRIO: | 22.3 | 6.0 | 26.3 | 7.0 | 32.7 | 9.2 | 42.0 |
| COM. DE MERCADORIA | 4.8 | 8.6 | 6.2 | 8.8 | 8.5 | 9.6 | 12.1 |
| PREST. DE SERVIÇOS | 9.8 | 6.5 | 8.8 | 7.8 | 11.9 | 9.0 | 16.1 |
| TRAN. COMUNICAÇÃO E ARMAZÉNS | 2.8 | 1.4 | 2.7 | 1.9 | 2.3 | 0.5 | 2.0 |
| ADMINIST. PÚBLICA | 1.8 | 5.3 | 2.7 | 1.3 | 2.4 | -0.2 | 3.0 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 0.6 | 1.5 | 1.1 | 2.0 | 1.3 | 0.2 | 1.2 |
| TOTAL | 100 | | 100 | | 100 | | 100 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS 1960, 1970 E 1980 E PNAD 1990.

país gerando uma rápida urbanização em quase todas as regiões. Nesse processo, a urbanização no Brasil se dá mais rápido do que no Nordeste (tabela 2.14). Enquanto no Nordeste a população rural ainda é de aproximadamente 43% no Brasil ela não chega a atingir 24% da população total. A participação da PEA na população total no Nordeste foi quase que similar a do Brasil como um todo. Todavia, o seu crescimento foi muito inferior ao crescimento da população urbana tanto no Nordeste como no país.

Assim, o mercado de trabalho urbano foi rapidamente tornando-se mais importante, até consolidar sua liderança no iniciada década de oitenta. Mas, o tamanho e aumento desse mercado de trabalho depende principalmente das atividades terciárias, particularmente no comércio de mercadorias e prestação de serviços. A participação da indústria na força de trabalho total, que em 1990 atinge 14%, é proporcionalmente muito menor do que sua participação no PIB global que em 1990 alcança 29%. Essa pequena participação da indústria na força de trabalho total justifica-se pelo maior grau de mecanização e modernização patrocinada pelos incentivos fiscais.

As alterações estruturais do emprego nos principais setores e atividades econômicas são mostradas na tabela 2.15. A participação do setor primário na PEA passou de 69% em 1960, para 44% em 1990, o que representa uma redução de 25%, enquanto que a queda do seu PIB foi de 17%. A participação da indústria de transformação na PEA total passou de 5,7 em 1960, para 5,5 em 1990 o que significa uma pequena diminuição; todavia, sua contribuição ao produto global passa de 14% em 1960, para aproximadamente 19% em 1990, o que mostra que houve um aumento da produtividade do trabalho neste ramo importante da indústria nordestina. A redução relativa da absorção de mão-de-obra em ramos de atividades importantes como a agricultura e a indústria de transformação, deixou ao trabalhador desempregado a única alternativa de se incorporar no setor terciário. Em 1960, a força de trabalho do setor terciário é de 22% da PEA total, proporção que se eleva significativamente na

forte expansão das décadas de sessenta e setenta, porém, é na década de oitenta que se registra o seu maior crescimento, alcançando 42% da PEA total, ou seja, quase o dobro de sua participação nos anos sessenta. Já a sua contribuição para o PIB global passa de 48% em 1960, para 58,6% em 1990. Em outras palavras, um incremento na participação deste setor na força de trabalho, significativamente superior ao incremento de sua contribuição relativa para o produto global, resulta numa redução da produtividade do trabalho nas atividades terciárias.

Em suma constatamos que o dinamismo verificado na economia nordestina foi bastante significativo e tem poucos paralelos nas regiões atrasadas. Todavia, do ponto de vista do mercado de trabalho, os resultados foram marcados pela precariedade, não se verificando a existência de um grande mercado consumidor, como ocorreu nas regiões mais desenvolvidas. Para a maioria dos trabalhadores, a inserção no mercado de trabalho do Nordeste não garante o acesso a um nível de vida que assegure sua reprodução em padrões minimamente aceitáveis.

2.5 - MODERNIZAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA, MIGRAÇÃO E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

2.5.1 - MIGRAÇÃO

Na visão neoclássica original, na economia capitalista não há lugar para movimentos contraditórios e a economia vive um permanente estado de equilíbrio. Nesse

sistema o nível de ocupação é determinado pela igualdade entre produtividade marginal do trabalho e o nível de salário. Assim, o desemprego, quando houvesse, era voluntário, ou seja, os trabalhadores permaneciam desempregados porque exigiam salários acima de sua produtividade marginal. Portanto, se os trabalhadores aceitassem um salário correspondente a sua produtividade marginal, estaria assegurado o pleno emprego da mão-de-obra e dos outros fatores.

No transcorrer dessa seção vamos expor um raciocínio e fatos essencialmente contrários a essa visão e mostrar, também, que a problemática do emprego no Nordeste decorre de problemas estruturais graves do passado e de outros criados com as transformações estruturais profundas que afetam a economia regional, principalmente no período de 1960/1990.

Um dos aspectos importantes da questão do emprego no Nordeste é o fluxo migratório rural-urbano observado no período 1950/1990. Este processo migratório segue a vocação clássica de deslocamentos inter-regionais de trabalhadores. Por outro lado, é característico de uma região que, mesmo apresentando uma expansão significativa de sua economia, expelle uma fração importante de sua população para outras regiões do país, particularmente para as regiões mais ricas (tabela 2.17). Realmente, o comportamento histórico das migrações inter-regionais tem caracterizado o Nordeste como sendo uma região fornecedora de mão-de-obra à economia do país. Os dados mostrados na tabela 2.18 indicam que mesmo após a fase dos- preponderantemente nos anos cinquenta - fatores de estímulos, de origem extra-regional, os fluxos migratórios permaneceram, nas décadas seguintes, muito vigorosos, sendo até mesmo superiores aos registrados na década de cinquenta. Tudo leva a crer que este intenso e persistente processo de migração tenha alguns dos seus determinantes localizados na própria região e dentre os mais apontados figuram a concentração fundiária com os diversos tipos de sistemas de produção que lhe são associados e, certamente, os prolongados

TABELA 2.16 - NORDESTE E BRASIL
DINÂMICA POPULACIONAL E URBANA 1950/1990

EM PERCENTAGEM (% a.a.)

| DESCRIMINAÇÃO | NORDESTE | | | | BRASIL | | | |
|--|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1950/70 | 1970/80 | 1980/90 | 1950/90 | 1950/70 | 1970/80 | 1980/90 | 1950/90 |
| CRESC. DA POP. RESIDENTE | 2.3 | 2.2 | 1.9 | 2.2 | 3.0 | 2.5 | 2.0 | 2.8 |
| CRESC. FORÇA DE TRABALHO | 2.0 | 2.9 | 2.1 | 2.3 | 2.7 | 3.6 | 3.1 | 3.0 |
| AGRICOLA | 1.2 | 0.3 | -0.5 | 0.9 | 1.4 | -0.3 | 0.0 | 0.5 |
| URBANO | 3.9 | 6.3 | 4.6 | 4.7 | 4.1 | 6.0 | 4.5 | 4.7 |
| PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA | 74.1 | 62.5 | 40.7 | 45.2 | 57.5 | 44.4 | 23.5 | 25.4 |

FONTE: IBGE CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1950, 1970, 1980 ; PNAD 1990 E BRASIL EM NÚMEROS 1992.

TABELA 2.17 - NORDESTE: FLUXO MIGRATÓRIO COM DESTINO
A OUTRAS REGIÕES DO PAÍS 1950/1980

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | REGIÕES DE DESTINO | | | | |
|------|--------------------|------|-------|--------------|-------|
| | SUDESTE | SUL | NORTE | CENTRO-OESTE | TOTAL |
| 1950 | 70,9 | 3,9 | 11,5 | 13,7 | 100 |
| 1960 | 66,4 | 11,5 | 6,3 | 15,8 | 100 |
| 1970 | 67,4 | 10,6 | 4,8 | 17,2 | 100 |
| 1980 | 72,3 | 4,8 | 7,3 | 15,6 | 100 |

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950, 1960, 1970 E 1980

períodos de secas.

As informações presentes na tabela 2.16 e extraídas de Moura e SUDENE¹²⁴, permitem analisar alguns aspectos da população e das migrações do Nordeste no contexto regional e do país. Observa-se na tabela 2.16 um contraste entre a população residente da região com a do país. Estas diferenças podem indicar a magnitude do fluxo migratório regional. Esta, por sua vez, pode ser comprovada quando comparamos a taxa de crescimento vegetativo da população da região com as taxas de crescimento de seus efetivos residentes. Realmente, estas últimas têm ficado num nível inferior às primeiras, nas quatro últimas décadas. Ademais, os nordestinos migrantes correspondiam, em 1950, a 5% da população residente da região, em 1990 estes atingem cerca de 16%. Somente na década de setenta emigração do Nordeste para outras regiões representou 54% dos migrantes do país (tabela 2.18).

Por outro lado deseja-se destacar que, além de se constituir na principal região expulsora de mão-de-obra (tabela 2.18) - certamente de origem rural - o Nordeste vem demonstrando uma clara saturação de sua capacidade de absorção desses migrantes em suas áreas urbanas. Apenas na década de 1970, 4.6 milhões de nordestinos de origem rural migraram, destes, somente 50% foram absorvidos na região¹²⁵. Nessa perspectiva, o mercado de trabalho urbano do Nordeste apresenta um desnível estrutural entre oferta e demanda de mão-de-obra, com a oferta assumindo uma posição desfavorável em relação a demanda. Nessas condições, seu controle estratégico por parte dos trabalhadores fica muito limitado, obrigando-os a aceitarem relações de trabalho instáveis, baixos salários, e más condições de trabalho, ou seja, o grupo de trabalhadores cuja oferta enfrenta condições desfavoráveis é aquele que assume os altos riscos do mercado de trabalho.

¹²⁴ - As informações citadas apoiam-se nos trabalhos de Moura (1982) e SUDENE (1983) e (1988).

¹²⁵ - Conforme Moura e SUDENE, opus cit..

**TABELA 2.18 - FLUXO MIGRATÓRIO INTER-REGIONAL
1950/1980**

EM PERCENTAGEM (%)

| REGIÃO DE ORIGEM | EMIGRAÇÃO | | | |
|------------------|-----------|------|------|------|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
| NORTE | 2 | 2 | 2 | 2 |
| NORDESTE | 50 | 54 | 54 | 55 |
| SUDESTE | 39 | 37 | 36 | 25 |
| CENTRO-OESTE | 3 | 2 | 2 | 4 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 |

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950, 1960, 1970 E 1980

**TABELA 2.19 - NORDESTE (NE) E BRASIL (BR) PESSOAS OCUPADAS NO SETOR SECUNDÁRIO, 1950/1990
PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS**

| ATIVIDADES URBANAS | 1950 | | 1970 | | 1980 | | 1990 | |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | NE | BR | NE | BR | NE | BR | NE | BR |
| INDÚSTIAS: | | | | | | | | |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 5.3 | 17.3 | 5.2 | 2.1 | 2.9 | 1.7 | 2.8 | 1.6 |
| DE TRANSFORMAÇÃO | 63.5 | 57.5 | 49.0 | 62.3 | 52.0 | 64.9 | 55.5 | 66.9 |
| SERV. UTIL. PÚBLICA | 4.7 | 4.2 | 6.3 | 3.1 | 5.4 | 3.9 | 4.1 | 4.0 |
| CONSTRUÇÃO | 26.3 | 20.9 | 39.4 | 32.5 | 29.7 | 29.5 | 35.4 | 27.0 |
| EMPREGO SECUNDÁRIO | | | | | | | | |
| URBANO/EMPREGO URBANO | 31.6 | 19.9 | 30.0 | 31.1 | 28.9 | 34.9 | 30.0 | 36.2 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1950, 1970, 1980 E 1990; PNAD 1990; BRASIL E NÚMEROS, 1992.
SUDENE - RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE (1989).

Este fato vem confirmar que os problemas relacionados ao mercado de trabalho do Nordeste, não obstante a grande migração da população rural, afetam substancialmente as condições de trabalho no meio urbano, fato que tem maior relevância nas áreas atingidas por prolongados períodos de estiagens.

Neste contexto, se a questão do emprego urbano no Nordeste deriva, em parte, de causas localizadas na oferta de trabalho, relacionadas com os deslocamentos inter-regionais e intersetoriais da força de trabalho, não menos importante são aquelas causas inerentes à restrição do lado da demanda por trabalho.

Mesmo expulsando parte importante de sua população, o mercado de trabalho urbano do Nordeste tem sido bastante afetado pelos fluxos de migrantes de origem rural. Com efeito, se a oferta de trabalho cresceu apenas 0,3% a.a. no meio rural, no setor urbano, esta sofreu um incremento da ordem de 6.3% a.a., taxa quase semelhante àquela registrada para o Brasil no mesmo período (tabela 2.16). Assim, apesar de apresentar um pequeno incremento na força de trabalho, o setor agrícola tem uma participação na absorção de mão-de-obra que representa quase metade do total dos ocupados.

Nesse sentido, a tendência recente indica um possível agravamento dos problemas estruturais do mercado de trabalho urbano da região. As informações disponíveis sobre a participação do setor secundário no emprego urbano vem corroborar com essa afirmativa. Assim, se em 1950, o setor secundário participava com apenas 31,6%, em 1980 essa participação cai para algo em torno de 29%, e, em 1990, alcança 30%, que é um nível inferior ao registrado em 1950. Portanto, o mercado de trabalho do Nordeste segue a direção oposta ao que se observa, no mesmo período, para o país (tabela 2.19).

Discutindo os problemas estruturas do mercado de trabalho, Claus Off destaca que

tanto a demanda quanto a oferta de mão-de-obra procuram fazer sua defesa estratégica minimizando a concorrência em seu próprio campo. Todavia, o controle estratégico da quantidade ofertada de mão-de-obra, é muito difícil de ser feito, principalmente, na ausência de políticas sociais voltadas para o mercado de trabalho. Nessas condições, a única forma de controle por parte dos trabalhadores é pela dimensão espacial, ou seja, pela migração¹²⁶.

Assim, as condições de trabalho no Nordeste não são mais precárias, porque há um fluxo intenso e persistente de migrantes e por outro lado, o Estado reconheceu que as relações de mercado não seriam suficientes para minimizar a situação desfavorável que enfrenta a oferta de trabalho, e, com essa preocupação o poder público, numa orientação keynesiana, procurou compensar parcialmente a concorrência entre trabalhadores através de um forte programa de políticas públicas. Nesse processo, as despesas públicas transformaram-se no ponto central do mecanismo que viabilizou a acumulação de capital e a reprodução dos trabalhadores. Nesta perspectiva, o setor público, ao oferecer incentivos, subsídios, financiamentos e ao se manter deliberadamente em expansão, assegura a geração de um fluxo mínimo de emprego, sem o que os importantes setores de atividades produtivas não seriam estimulados a produzirem com o vigor necessário para gerar aquele nível de emprego.

Nesta tendência de agravamento do mercado de trabalho urbano, dois pontos merecem ser realçados: o primeiro, refere-se ao fato de que a queda na participação do setor industrial no emprego total urbano está associado, como se observa da análise dos dados, a uma marcante redução relativa da demanda por trabalho na indústria de transformação, que, como se disse anteriormente, foi o setor que liderou e experimentou um profundo processo de mudanças na sua estrutura produtiva, resultando no crescimento da produção de bens intermediários e na modernização da indústria têxtil.

126 - De acordo com Claus Off (1989).

Estes subsetores melhoraram consideravelmente seus níveis de produtividade, fruto da adoção de técnicas capital-intensivas, resultando concomitantemente em elevação e redução absoluta no nível de emprego. Além disso, esse processo significou uma redefinição da interdependência setorial que passou a se ajustar à estrutura intra e interindustrial a nível do setor secundário do país, mudança essa que, ao reordenar o perfil da demanda intermediária inter-regionalmente, resultou em efeitos distintos nos encadeamentos diretos e indiretos de produção e emprego no setor, com possível diminuição desses efeitos a nível da região.

O segundo, diz respeito ao fato de que ao moderniza-se o setor industrial reduz sua capacidade de expansão de emprego produtivo e, por conseguinte, o crescimento do setor terciário indica um fenômeno de terciarização prematura, especialmente nos grandes centros urbanos do Nordeste, com todas as consequências de se multiplicarem ali atividades e ocupações de baixos níveis de produtividade.

Assim, se no meio rural a estiagem temporária significa um fator desajustador das oportunidades e condições de trabalho, a concentração fundiária e as características da estrutura produtiva são, também, fatores que contribuem para restringir aquelas oportunidades, provocando a migração de grande fração da população trabalhadora para as cidades, principalmente para os grandes centros urbanos. Nas cidades tais problemas resultam de um processo de industrialização e modernização da esfera produtiva que se rearticula a nível inter-regional, sem precedente na história recente do desenvolvimento das regiões brasileiras. Estas mudanças associadas à grande massa de migrantes, resultaram em condições estruturais de subemprego urbano, as quais se agravaram em decorrência do quadro mais recente de recessão econômica. Realmente, no período de forte contração do nível de atividade econômica do país, (1981/1983), aprofundou-se a situação de desemprego, à medida que avança o crescimento da População Economicamente ativa (PEA), no meio urbano da região em níveis que superam ao da PEA urbana do país. Este fato foi confirmado, tanto pela análise das taxas de crescimento da

PEA, quanto pelo exame do comportamento da taxa de atividade.¹²⁷

2.5.2 - MODERNIZAÇÃO, HETEROGENEIDADE E SUBEMPREGO

O profundo processo de transformação que sofreu a região Nordeste, associado aos fluxos intersetoriais de mão-de-obra, resultaram no agravamento da situação de heterogeneidade ao gerarem altos níveis de subemprego e ao estimularem a propagação de atividades informais no setor urbano. Apesar deste fenômeno não ser recente na economia regional, elementos diferentes têm assumido papéis distintos na sua determinação no período de 1950/1990.

Assim, ao confrontarmos a situação de subemprego urbano, demonstrada por taxas de participação da PEA regional, considerando-se o período de 1950/1990, observamos a repetição de taxas não muito distintas e significativas. Este fato se torna mais grave quando se lhe contrapõe o dinamismo recente, principalmente dos ramos característicos do meio urbano da região.

Realmente, as avaliações de instituições e autores diferentes, além de julgarem precárias as condições de trabalho predominantes na região, mostraram que o subemprego sempre atingiu números preocupantes. Assim, se em 1960 a população subempregada representava 27% da PEA da região¹²⁸, nos anos 1968 e 1970 ela varia de 20% a 27%,

¹²⁷ - Veja-se Jatobá (1985).

¹²⁸ - Veja-se Brasil SUDENE (1967).

segundo estimativas¹²⁹. Todavia, no fim dos anos setenta, e, portanto, antes do início da recessão econômica (1981/1983), a situação de subemprego e das condições de trabalho da região registravam praticamente os mesmos níveis de 1950.

De fato, no ano de 1980 aproximadamente 28% da PEA urbana percebiam até o equivalente a metade do maior salário mínimo do país e 52% recebiam até este nível de renda. Esses indicadores demonstram claramente a magnitude do subemprego urbano.

Entretanto, outros fatores tornam ainda mais clara sua gravidade: primeiro, que as causas determinantes da subremuneração extensiva não estão nas reduzidas jornadas de trabalho, pois, em 1980, 78% dos que recebiam até um salário mínimo e 68% daqueles que percebiam até metade desse valor trabalhavam quarenta ou mais horas semanais.

Segundo, mesmo para aqueles trabalhadores que se supõe possuir relações de trabalho definidas, como é o caso do empregado, ocorre a subremuneração, nos níveis indicados com ausência de cobertura previdenciária. De fato, dos 3,5 milhões de empregados em ramos urbanos somente 56% tinham, em 1980, carteira de trabalho assinada¹³⁰. E terceiro, a predominância de baixos níveis de remuneração, além de ser um fato antigo, permeia todas as atividades e tipos de ocupação e não tem demonstrado indícios de reversibilidade ao longo das décadas. Isto se confirma na quase idêntica participação dos que percebem menos ou o equivalente a um salário mínimo, confrontando-se o ano de 1970 a 1960: 69% e 68%, respectivamente, do total dos ocupados no setor agropecuário e urbano que percebiam aquele nível de renda nestes anos¹³¹.

Nesse sentido, o enfoque neoclássico que vincula os salários e o emprego a

129 - Conforme Pellerin e ETENE/BNB (1971).

130 - As Estatísticas para o ano de 1980 foram obtidas no IBGE.

131 - Veja-se Macedo s. d..

produtividade marginal, apresenta uma teoria que leva a um diagnóstico muito fraco para explicar a realidade do emprego e dos salários no Nordeste, pois desde que houve a instituição do salário mínimo, ao mesmo tempo em que o produto per capita mais do que quintuplicou-se, o salário mínimo perdeu mais de 60% de seu poder aquisitivo. Assim sendo, o nível dos rendimentos pagos na região decorrem mais das condições estruturais que enfrenta a oferta de mão-de-obra do que propriamente da sua produtividade marginal.

Finalmente, ressalte-se que longe de ser uma particularidade regional, a presença do subemprego evidencia-se pelas elevadas taxas de participação na PEA, e este é um quadro presente em vários países latino-americanos. Realmente, só para citar três exemplos, o Brasil, o México e a Colômbia figuram, entre outros, entre os países latino-americanos que exibem as mais altas taxas de subempregos nos últimos vinte e cinco anos: 35,9%, 37,7% e 36,3%, nos anos de 1960, 1980 e 1985, respectivamente¹³².

Portanto, se os fatores determinantes do subemprego derivam, em parte, das precárias condições de trabalho no meio rural, estes são também gerados na limitada capacidade dos ramos caracteristicamente urbanos, especialmente a indústria de transformação, de empregarem, por um lado, os desocupados migrantes e, por outro, os jovens urbanos, novos participantes na força de trabalho. Ambos, na ausência de oportunidades de emprego, procuram outras formas de ocupação.

Assim, é dessa situação social que derivam os reduzidos níveis de renda de grande parte dos empregadores, grande fração dos empregos e da maioria expressiva dos que se ocupam por conta própria, formando a grande legião de subempregados. Muitos destes, se engajam nesse tipo precário de ocupação porque não tiveram, não têm e não terão a oportunidade de conquistar uma ocupação regular.

¹³² - De acordo com SUDENE (1988).

Neste contexto, o número dos que constituem as ocupações precárias não é gerado apenas a partir de uma conjuntura cíclica recessiva, que certamente afeta indiretamente as condições de seus negócios, mas deriva também da insuficiência da capacidade produtiva das economias em desenvolvimento em ocupar esses trabalhadores de modo produtivo e organizado. Sabe-se que em ramos modernos das economias em desenvolvimento se observa, em épocas de prosperidade, um dinamismo semelhante ou mais vigoroso do que se registra em economias desenvolvidas em épocas idênticas. Este fato, associado ao fluxo intersetorial de mão-de-obra, explica a presença de um expressivo número de trabalhadores urbanos de baixos níveis de produtividade que não somente representa uma fração importante da mão-de-obra urbana, mas que tende a elevar sua participação e importância.

O enfoque neoclássico sobre heterogeneidade no mercado de trabalho é respaldado pela teoria do capital humano. Nesta visão, o problema do emprego no Nordeste seria uma decorrência da falta de adaptação da força de trabalho às transformações estruturais presentes na região. Pelo exposto acima, se vê claramente, o problema do emprego e renda na região Nordeste, não decorre da ausência de capacitação e treinamento dos trabalhadores para enfrentarem as novas condições da estrutura produtiva, mas sim, de excesso de oferta de mão-de-obra que, frente a uma demanda relativamente pequena, transforma as condições de trabalho nas mais precárias do país e expressas nas formas de desemprego, subemprego, baixos salários e elevada concentração de renda.

Realmente, o mercado de trabalho no Nordeste é bastante heterogêneo, não sendo, portanto, um espaço igualmente aberto para todos, no sentido de acesso ao emprego e rendimento como postula a teoria neoclássica do capital humano. Assim, a possibilidade de colocação e ascensão individual são restringidas pelos aspectos técnicos, organizacionais, institucionais das empresas e aspectos estruturais que definem a forma de atuação dessas empresas.

2.5.3 - DESENVOLVIMENTO E PRODUTIVIDADE

A grande presença de trabalhadores informais no mercado de trabalho urbano nordestino resulta também de um prolongado processo de diferenciação de sua estrutura produtiva. Assim, em oposição à tendência clássica de homogeneização, manifesta num processo de convergência de níveis intersetoriais de produtividade, nas economias menos desenvolvidas não somente vem se criando um quadro de heterogeneidade estrutural, representado por crescentes diferenciais intersetoriais de produtividade, como também, tudo leva a crer que este parece ser o resultado de processo de diferenciação que se operam igualmente a nível intra-setorial¹³³. Estes dois aspectos parecem ter origem nas mesmas causas: o distanciamento de níveis de rendimento intersetoriais que distingue a maior importância das atividades tipicamente urbana e as componentes históricas e institucionais que resultam no aumento e manutenção de marcantes diferenças intra-setoriais, presentes tanto no setor rural bem como nas atividades urbanas.

Historicamente, na agricultura, a constituição de economias primárias exportadoras de enclave, pelas suas especificidades, deu origem não somente a processos de concentração fundiária, mas também gerou, no próprio setor agrícola, uma persistente diferenciação interna que permite a existência de atividades de níveis bastante desiguais de produtividade; umas direcionadas para o mercado internacional e utilizando vastas áreas de monocultura; e outras voltadas para produção de alimentos e atividades de subsistência, atomizadas em grande número de estabelecimentos familiares de pequena produção e de reduzida produtividade.

O processo de desenvolvimento das economias menos desenvolvidas da América-

¹³³ - Conforme discute Tokman (1982).

Latina, que se baseou fundamentalmente no modelo de substituição de importações, teve como pre-condição e condicionou processos de concentração que, pela adoção de nível tecnológico mais avançado, antecipou estágios de desenvolvimento, resultando, não apenas, numa maior distância intersetoriais, mas também, gerando diferenças intra-setoriais interessantes na estrutura produtiva do setor secundário, no comércio e nos serviços.

A análise do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos permite não apenas compreendê-lo sob o aspecto da progressiva interdependência econômica entre países desenvolvidos, mas, sobretudo, torna possível compreender o caráter do processo de diferenciação interna que se instaura em cada país. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento assume especificidades tanto a nível setorial como espacial. Assim, no contexto regional dos países em desenvolvimento, o que caracteriza países diferentes, adquirir formas distintas bem mais intensas.

O Nordeste brasileiro é um bom exemplo disso. De um lado, porque, como outras áreas em processo de desenvolvimento apresenta uma situação comum de aumento da heterogeneidade, sendo que no período 1950/1985, registrou um crescimento distanciamento dos diferenciais intersetoriais de produtividade (tabela 2.20). De outro, não somente porque a produtividade agrícola é relativamente baixa em relação aos outros setores, mas, principalmente, se se compara com a região Sudeste, observa-se que a produtividade relativa do setor é, com exclusão dos anos setenta, maior do que aquela predominante no Nordeste, mesmo levando-se em conta que na comparação feita, as informações, para aquela região, referem-se a um período defasado de dez anos.

Por último, porque, se é verdade que no princípio do período analisado o setor terciário registrava índices mais elevados de produtividade, a partir de 1970 avança a produtividade do secundário, sendo então relativamente baixa a do setor agrícola.

TABELA 2.20 - MÉRICA LATINA, BRASIL, NORDESTE E SUDESTE DIFERENCIAIS INTERSETORIAIS DE PRODUTIVIDADE, 1950/1985

| LOCAL | 1950 | | | 1970 | | | 1980 | | | 1985 | | |
|-----------|---------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|-------------------|
| | AGR/N AGR. | AGR/ SECUN. | SECUN/ TERCIÁ. | AGR/N AGR. | AGR/ SECUN. | SECUN/ TERCIÁ. | AGR/N AGR. | AGR/ SECUN. | SECUN/ TERCIÁ. | AGR/N AGR. | AGR/ SECUN. | SECUN/ TERCIÁ. |
| A. LATINA | 0.20 | 0.24 | 0.75 | 0.22 | 0.23 | 0.97 | 0.24 | 0.24 | 0.96 | ... | ... | ... |
| BRASIL | 0.32 | 0.34 | 0.77 | 0.12 | 0.11 | 1.37 | 0.30 | 0.31 | 1.15 | 0.16 | 0.15 | 1.10 |
| NORDESTE | 0.39 | 0.60 | 0.56 | 0.17 | 0.21 | 0.71 | 0.20 | 0.21 | 1.09 | 0.18 | 0.19 | 1.20 |
| SUDESTE | 0.47 | 0.17 | 3.57 | 0.29 | 0.22 | 1.44 | 0.16 | 0.14 | 1.24 | 0.12 | 0.11 | 1.10 |

FONTES: TOKMAN (1982); IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS 1950, 1970 E 1980; CONJUNTURA ECONÔMICA 1950, 1970, 1980 E 1985 E SUDENE - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE, 1983.

NOTAS: AGR/N AGR. - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN NO SETOR AGRÍCOLA SOBRE O SETOR NÃO AGRÍCOLA
AGR/SECUN. - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN NO SETOR AGRÍCOLA SOBRE O SETOR SECUNDÁRIO
SECUN/TERCIÁ. - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN NO SETOR SECUNDÁRIO SOBRE O SETOR TERCIÁRIO.

TABELA 2.21 - NORDESTE, BRASIL E SUDESTE
EVOLUÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM SUBSETORES SELECIONADOS, 1950/1985

RELAÇÃO DE PRODUTIVIDADE ENTRE SETORES

| LOCAL | 1950 | | | 1970 | | | 1980 | | | 1985 | | |
|----------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|
| | A/B (1) | A/B+C (2) | B/C (3) | A/B (1) | A/B+C (2) | B/C (3) | A/B (1) | A/B+C (2) | B/C (3) | A/B (1) | A/B+C (2) | B/C (3) |
| NORDESTE | 0.87 | 0.89 | 1.09 | 0.85 | 0.84 | 1.02 | 0.74 | 0.80 | 1.22 | 0.70 | 0.77 | 1.24 |
| BRASIL | 0.93 | 0.94 | 1.12 | 0.75 | 0.81 | 1.58 | 0.70 | 0.75 | 1.45 | 0.64 | 0.71 | 1.35 |
| SUDESTE | 0.83 | 0.85 | 1.01 | 1.81 | 0.81 | 1.01 | 0.68 | 0.74 | 1.28 | 0.60 | 0.68 | 1.28 |

FONTE: IBGE - CENSOS INDUSTRIAIS, 1950, 1970, 1980 E 1985

NOTAS:

- (A) - INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS
- (B) - INDÚSTRIA DE BENS INTERMEDIÁRIOS
- (C) - INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL E BENS DE CONSUMO DURÁVEIS
- (1) - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN NO SUBSETOR DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS SOBRE O SUBSETOR BENS INTERMEDIÁRIOS
- (2) - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN NO SUBSETOR DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS SOBRE A SOMA DOS SUBSETORES BENS INTERMEDIÁRIOS E BENS DE CAPITAL E DURÁVEIS DE CONSUMO
- (3) - RELAÇÃO PRODUTO POR HOMEN DO SUBSETOR BENS INTERMEDIÁRIOS SOBRE O SUBSETOR BENS DE CAPITAL

As razões de níveis de rendimentos tão baixos neste setor, vão além de problemas estruturais de seu sistema de produção, derivam, também, da grande estiagem que sofreu a região naquele ano. Ademais, a reestruturação e consolidação, estimuladas a partir do programa de industrialização, de grande parte dos primeiros projetos industriais, justifica o aumento da produtividade do setor secundário.

Portanto, o progressivo aumento da produtividade do setor secundário, que contribui para reduzir os diferenciais dos setores não agrícolas, indicaria uma possível propensão à homogeneização no meio urbano, não fosse a existência persistente de diferenças intra-setoriais importantes. Assim, restringindo o exame a apenas alguns subsetores da indústria de transformação, observa-se (tabela 2.21) que, se em 1950, os diferenciais entre os subsetores de bens de consumo não-duráveis e intermediários não eram expressivos, durante a década de setenta estes passam a ter um crescimento marcante. Isto se deve, em grande parte, ao significativo avanço do último subsetor que, articulado ao processo de avanço industrial do país, a partir dos anos setenta, registrou expressivos ganhos relativos de produtividade.

Assim, observa-se que o confronto inter-regional dos diferenciais intersetoriais indicam que no Nordeste estes diferenciais decorrem da baixa produtividade do setor agrícola, registrada, principalmente, na década de setenta. Na comparação intra-setorial, a nível da indústria, a diferenciação inter-regional é pouco significativa ou quase não existe. Este fato, não somente destaca a natureza da industrialização regional, como também, demonstra que a ausência de diferenciais inter-regionais expressivos deriva das exigências de se introduzir, na região, indústrias que, voltadas para o mercado nacional, precisam ter níveis de produtividades compatíveis com a concorrência inter-regional.

Neste contexto, a questão do emprego no meio urbano do Nordeste tem origem em causas estruturais presentes em sua economia, e entre as quais merecem destaques os vínculos

inter-regionais que, nas suas diversas formas de articulação, a economia regional sustenta com as outras regiões do país. Desse modo, a modernização foi o fenômeno prevalecente que, pela via da interdependência regional, definiu, em parte, a dimensão e intensidade da dinâmica econômica regional, ao mesmo tempo em que através da integração inter-regional estimulou o fortalecimento recíproco dos vínculos econômicos em diversos níveis.

Em suma, a análise preliminar da problemática do emprego no Nordeste, destacando o recente processo de industrialização, sua influência no desenvolvimento regional e seu potencial de geração de emprego, demonstra que a adoção de uma nova política industrial, a partir dos anos sessenta, implicou na redefinição da estrutura produtiva regional e do comércio inter-regional e, portanto, alterou profundamente o nível e as condições do emprego urbano.

Quanto a produtividade relativa do trabalho é aqui considerada como a razão entre a produtividade média do trabalho de um setor e a produtividade média do trabalho da economia global.

Quando o valor da produtividade relativa é menor que um, os reflexos sobre o mercado de trabalho são exatamente o contrário de quando ela é maior que a unidade. Caso a produtividade relativa seja igual a unidade, isso implica que o setor apresenta a mesma capacidade para gerar renda, criar emprego e sua produtividade e renda média são iguais às do conjunto da economia¹³⁴.

O valor que assume a produtividade relativa do trabalho pode ser um indicador da importância relativa do crescimento econômico e do excedente de mão-de-obra na determinação da ocupação de mão-de-obra. Quando acontecer da produtividade de um setor aumentar e o

134. Para maiores detalhe sobre estes conceitos ver Nunura op. cit. .

incremento de sua contribuição ao produto seja maior que o incremento de sua participação no emprego, isso poderá indicar que a demanda da produção de um setor e sua demanda derivada de trabalho sejam maior que a oferta. No caso de uma produtividade relativa estável, ou seja, de valor igual a unidade, a demanda e a oferta afetam o mercado de trabalho na mesma proporção. No caso da produtividade de um setor se reduzir, indica que a ocupação da mão-de-obra está ocorrendo mais por conta de uma oferta excedente de trabalho do que por um excesso de demanda derivada de mão-de-obra neste setor.

A alteração na produtividade pode também ser útil para analisar as tendências à homogeneização ou heterogeneização dos mercados de trabalho em relação à média global. Quando o valor da produtividade de um setor ou atividade econômica tende à unidade, o mercado de trabalho desse setor sofrerá um processo de homogeneização em relação ao conjunto da mão-de-obra total. Ao contrário disso, quando o valor da produtividade de um setor tende a se distanciar da unidade assumindo valores menores que a unidade, os mercados de trabalho sofrem um processo de heterogeneização.

Na tabela 2.22 vemos índices de produtividade relativa do trabalho bastante desiguais, o que indica a existência de mercados de trabalho múltiplos e diferenciados na economia nordestina, onde os trabalhadores alcançam níveis diferenciados de renda nas atividades distintas. Quando estratificamos os trabalhadores nas categorias de renda alta, média e baixa, as produtividades relativas por atividades indicam que os trabalhadores de renda elevada são aqueles que estão na atividade da indústria de transformação. A indústria de transformação caracteriza-se por sua alta densidade de capital e grande organização dos trabalhadores. As atividades de administração e serviços públicos, apesar de sua baixa produtividade relativa, são trabalhadores de renda alta porque suas atividades são bastante regulamentadas e seus trabalhadores são bastante organizados. Já os trabalhadores de renda baixa estão, na sua maioria, nas atividades de prestação de serviços, transporte comunicação e

armazéns e agricultura.

Os trabalhadores de renda média estariam inseridos nas atividades de extração mineral, na indústria de construção e comércio de mercadorias. Essa classificação está sendo feita a nível muito agregado, o que não permite visualizar o que exatamente ocorre em cada atividade econômica. É certo que no interior dessas atividades econômicas há uma grande diferenciação entre os trabalhadores, decorrentes principalmente de sua posição ocupacional, nível de qualificação, idade, sexo etc.

É possível visualizar na tabela 2.22, uma alta heterogeneidade do mercado de trabalho no setor terciário, indicando também que nem todos os trabalhadores desse setor são trabalhadores de baixa renda. O comércio é um exemplo disso, ele deslocou a indústria de transformação nos anos oitenta e transformou-se na segunda atividade urbana, depois da de prestação de serviço, na absorção de mão-de-obra, entretanto, apesar do aumento de sua participação no emprego, a renda do trabalhador encontra-se no nível da renda média da economia como um todo.

Por outro lado, os níveis diferentes e oscilantes de produtividade relativa do trabalho indicam que ao invés de estar ocorrendo um processo de homogeneização da estrutura produtiva e social, o que se verifica é que a dinâmica econômica das atividades modernas e mais capitalizadas da economia nordestina aprofundou a heterogeneidade estrutural, ou seja, uma crescente diferenciação dos mercados de trabalho, pois um grande contingente populacional não foi absorvido pelas atividades modernas e mais capitalizadas.

No setor terciário, a produtividade relativa do trabalho assume uma tendência decrescente que se observa durante toda a fase de expansão e decresce até 1990, quando seu valor fica próximo da unidade. Todavia, a redução sistemática da produtividade não se deve aos

efeitos da recessão, mas, ao contrário, a participação do setor terciário, tanto no produto como na força de trabalho, cresceram significativamente, porém, a absorção de mão-de-obra cresceu mais do que sua contribuição no produto global, fenômeno que justifica a tendência de queda da produtividade do setor em todo o período 1960/1990. Com o elevado aumento da absorção de mão-de-obra pelo setor terciário e com a diminuição do valor da produtividade, isso poderia indicar que são os fatores de oferta que predominam sobre os fatores de demanda na determinação do produto e na absorção de mão-de-obra do setor.

Em contraposição a isso, os dados da tabela 2.22 mostram que essa suposição de que os fatores de oferta predominam sobre os fatores de demanda, não encontram sustentação nas atividades de transporte, comunicação e armazéns; nas atividades de prestação de serviços como: serviços financeiros e seguros; e, também, não se sustenta na atividade de administração pública; nas quais a produtividade cresceu ou sofreu oscilações mas acabaram se estabilizando num nível superior a unidade. É por isso que nos ramos de alta produtividade do setor terciário o crescimento econômico, e não o excedente de mão-de-obra, é o responsável pela criação de postos de trabalho, já que suas contribuições para o produto cresceram mais do que suas participações no emprego.

O ramo de atividade terciária que teve uma produtividade relativa que decresceu claramente, todavia se mantendo a nível da produtividade média da economia, foi a atividade comercial. Essa queda se deve a um crescimento na contribuição para o produto que foi inferior ao crescimento da participação na absorção da mão de obra; fato este que possivelmente tenha sido causado pelo comércio varejista, cuja dimensão populacional cresce com o crescimento econômico.

Quanto à administração pública, ela apresentou um decréscimo na produtividade relativa que persistiu até 1990, quando então atinge seu nível mais baixo. Considerando todo o período estudado (1960/1990), seu nível de produtividade é, em 1990, um dos mais baixos

entre todos os ramos e setores de atividades. Isso indica que são os fatores de oferta que predominam sobre os fatores de demanda na absorção de mão-de-obra. Em períodos de crescimento e depressão econômica grande parte da população demanda serviços sociais, como educação, saúde etc, do setor público, que, por isso mesmo, necessita de muita mão-de-obra. Mesmo com essa baixa produtividade relativa, o emprego estatal teve um certo incremento.

Na agricultura, a produtividade relativa é a mais baixa de todas as atividades, sendo muito inferior à unidade. Ela, apesar de ainda ter uma grande importância na absorção de mão-de-obra, 44% do total da força de trabalho em 1990, continuou sua tendência histórica de absorver uma parte decrescente da mão-de-obra global. Na construção, a pequena queda na sua produtividade relativa se deve a uma queda na sua contribuição para o produto e um pequeno aumento no emprego de mão-de-obra no período de 1960/1990.

Em suma, o processo de desenvolvimento econômico observado no Nordeste, no período 1960/1990, produziu uma estrutura produtiva de mercado e de grandes contrastes, particularmente durante período de forte expansão econômica (1965/1980). Durante o processo de desenvolvimento, se de um lado, observou-se uma progressiva diferenciação da produtividade relativa do trabalho, principalmente nas atividades dinâmicas como na indústria de transformação e nas atividades de reduzida produtividade como a agricultura e o setor terciário, do outro, as atividades dinâmicas e mais capitalizadas ocupam uma baixa e decrescente proporção da força de trabalho, levando o grosso da população ativa e em escala crescente a se inserir nas atividades de baixa produtividade e de fácil entrada, evidenciando que os fatores de oferta se sobrepõe aos fatores de demanda na determinação do emprego do grosso da mão-de-obra ocupada.

Assim, o setor terciário passou a ser a principal opção dos trabalhadores deslocados do campo e daqueles que não conseguem colocar-se produtivamente nas atividades industriais

moderna. No Nordeste, nas últimas três décadas, o emprego terciário cresceu sistematicamente e vertiginosamente, principalmente na fase de forte expansão econômica. Nesta fase, aprofundou-se a heterogeneidade produtiva e social em todos os setores da atividade econômica, mas muito particularmente no interior do setor terciário. É ainda nesta fase que se observa as limitações da estrutura produtiva para criar trabalho assalariado.

TABELA 2.22 - NORDESTE
PRODUTIVIDADE RELATIVA DO TRABALHO POR SETORES E ATIVIDADES
ECONÔMICAS.

| SETORES E ATIVIDADES | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|
| AGRICULTURA | 0,420 | 0,356 | 0,264 | 0,281 |
| INDÚSTRIA: | 2,851 | 2,293 | 1,820 | 2,085 |
| EXTRAÇÃO MINERAL | 5,000 | 1,666 | 2,667 | 1,900 |
| TRANSFORMAÇÃO | 2,421 | 2,028 | 3,382 | 3,382 |
| CONSTRUÇÃO | 2,143 | 2,714 | 1,943 | 2,032 |
| SERV. DE UTIL. PÚBLICA | 2,102 | 2,208 | 1,899 | 1,509 |
| TERCIÁRIO: | 2,130 | 1,925 | 1,501 | 1,490 |
| COMÉR.DE MERCADORIA | 3,020 | 2,500 | 2,110 | 2,109 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | 0,765 | 1,954 | 1,664 | 1,273 |
| TRANSP. COMUNICAÇÃO | | | | |
| E ARMAZÊNS | 0,892 | 1,407 | 1,783 | 1,450 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 2,857 | 2,100 | 1,803 | 1,766 |
| ECONOMIA GLOBAL | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 |

FONTE: SUDENE - PRODUTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL 1992 E
RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE, 1988

CAPÍTULO III

PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO O ENFOQUE FORMAL, INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA

3.1 - INTRODUÇÃO

O período 1960/1990, foi um período fértil de transformações da estrutura econômica do Nordeste. Ademais, não se pode negar o fato de que estas transformações foram decorrentes, fundamentalmente, da política de planejamento implementada pelo Estado na região, através do mecanismo de incentivos fiscais, notadamente, nos seus aspectos urbanos estruturais.

Nesse sentido, o que se constata é a emergência de setores considerados dinâmicos, redefinindo o perfil industrial tanto no que se relaciona à geração de emprego quanto de renda. Mesmo assim, estas transformações não foram suficientes para romper de forma consistente com as condições precárias do emprego urbano. Portanto, o ponto central de nossa discussão, é o de que a questão da subremuneração e subemprego urbano no Nordeste não pode ser vinculado, única e simplesmente, ao exame do insuficiente crescimento da economia. O que se deseja saber é se a subutilização e a subremuneração da mão-de-obra, está

associada ou não, a um contexto de crescimento da economia e se, portanto, resulta também do estilo ou padrão de acumulação de capital que, embora se realize com altas taxas de expansão, não repercute positivamente, nos termos requeridos pela oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Mais precisamente, se deseja saber, se o aparecimento, nos últimos trinta anos, de um excedente relativo de população e de subemprego é resultado ou não, do padrão de acumulação de capital da economia nordestina, que não pode estar dissociada do modo como o Nordeste vem se inserindo no contexto nacional e, portanto, se é a acumulação de capital o fator responsável por parte significativa do insucesso da economia regional em absorver, produtivamente, a população que se apresenta nos mercados de trabalho urbanos.

O que nós já constatamos no capítulos II, é que no período de 1960/1990 a economia regional cresceu a taxas significativas e isso leva a que sejam procurados outros caminhos, que não unicamente o do insuficiente crescimento econômico, para melhor compreensão da problemática do emprego urbano, que, no Nordeste, se expressa na forma de elevado grau de subutilização e subremuneração da força de trabalho; na presença marcante de relações de trabalho e de produção do chamado setor informal; ou ainda, na presença e persistência do emprego urbano gerado com reduzido grau de institucionalização.

Em suma, pretendemos aqui discutir o grau de heterogeneidade estrutural das atividades urbanas do Nordeste, do seu mercado de trabalho, do ponto de vista da participação do chamado setor informal e formal e da economia submersa, no interior de cada setor e no conjunto da economia urbana.

Para alcançar esse objetivo em cinco partes, a primeira define as categorias que permitem analisar as formas de participação na produção formal, informal e submersa; a segunda apresenta os aspectos gerais e as características demográficas da PEA ocupada; a terceira seção, examina as formas de participação na produção e sua evolução entre 1960 e

1990, estabelecendo as diferenças por atividades econômica e por grupo populacional, segundo o sexo e grupo etário; a quarta e a quinta seções, analisam o comportamento da estrutura ocupacional e jornada de trabalho e discutem-se as mudanças que ocorreram nessas variáveis para os principais grupos ocupacionais.

3.2 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SETOR FORMAL/INFORMAL E ECONOMIA SUBMERSA

Como já salientamos no capítulo I, o setor informal organiza seu trabalho e produção seguindo uma racionalidade econômica que objetiva maximizar o fluxo de renda total da atividade de tal forma a permitir, em primeiro lugar, a reprodução do produtor e de sua família, bem como, a manutenção da atividade. Isto faz com que o setor informal apresente outras características que predominam em muitos estabelecimentos informais como sejam: as atividades informais inserem-se em mercados altamente competitivos; há intensidade no uso de mão-de-obra; essa mão-de-obra é geralmente semi ou não qualificada; os níveis de produtividade são relativamente baixos, bem como seus níveis de rendimentos. Mas, o setor informal não é homogêneo e algumas atividades podem apresentar rendas relativamente elevadas e condições gerais de trabalho mais satisfatórias do que quando comparadas com muitos postos assalariados, enquanto outras atividades representam apenas puro meio de sobrevivência. Assim, o setor informal pode constituir-se em estratégia de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas.

O trabalhador informal, mesmo possuindo cognição profissional, muitas vezes não possui qualificação, educação ou hábito de trabalho condizente com as exigências usuais da organização do trabalho no setor formal. Em relação ao processo de trabalho, à medida em que existe a posse dos instrumentos de trabalho, que não há separação entre o trabalho direto e o de gestão, e que a atividade é organizada em pequena escala, a fragmentação do processo de trabalho em tarefas distintas não impede ao trabalhador, e aos seus ajudantes, de apreender a totalidade do processo que gera o produto ou o serviço.

Uma análise sobre a evolução e comportamento do setor informal impõe a necessidade de se resolver metodologicamente a forma do tratamento empírico. Para o Nordeste, a solução encontrada para o problema passa pela escolha de alguns parâmetros determinados. Assim, optou-se por dois pressupostos e uma definição. Um dos pressupostos, consiste em que o grau de assalariamento é inexpressivo nas unidades produtivas de pequena escala e o outro, que mesmo no caso de haver contratação de mão-de-obra por estas unidades produtivas, essa contratação não responde ao objetivo de maximização de lucro. Quanto à definição, refere-se à definição de unidades produtivas de pequena escala que ocupam cinco ou menos trabalhadores.

Assim, os trabalhadores que trabalham nas unidades produtivas com mais de cinco trabalhadores pertencem ao setor formal e todos os trabalhadores que estão ocupados em unidades produtivas com cinco ou menos trabalhadores pertencem ao setor informal.

A definição do conjunto de categorias ocupacionais tomou por base os dados disponíveis nos censos demográficos, comercial, industrial e serviços e nas PNADs.

São as seguintes as categorias ocupacionais definidas:

1- Assalariado em empresa privada com mais de cinco empregados;

- 2 - Assalariado em empresa privada com cinco ou menos empregados ;
- 3 - Empregador em empresa com mais de cinco empregados;
- 4 - Empregador em empresa com cinco ou menos empregados;
- 5 - Trabalhadores da empresa formal privada;
- 6 - Trabalhadores sem carteira de trabalho assinada pelo empregador (SCTA)
- 7 - Trabalhadores da administração pública;
- 8 - Trabalhador por conta própria;
- 9 - Trabalhador familiar não remunerado

Em concordância com as considerações anteriores, optou-se por considerar como pertencente ao segmento informal aquelas categorias que tendem a apresentar uma inserção predominantemente neste setor, como a dos autônomos, os assalariados em empresas com cinco ou menos empregados, os empregadores com cinco ou menos empregados e os trabalhadores não remunerados.

⊗ Quanto ao setor formal, considerou-se que dele participam, de forma preponderante, os assalariados com carteira de trabalho e sem carteira de trabalho assinada em empresas com mais de cinco empregados, os empregados do setor público e os empregadores com mais de cinco empregados. Os empregados sem carteira de trabalho assinada e que trabalham em empresas com mais de cinco empregados foram classificados como pertencendo a Economia submersa ou economia subterrânea.

O setor informal, conforme já assinalamos, origina-se no bojo da dinâmica capitalista que cria interstícios que podem ser ocupados por produtores diretos que possuam os instrumentos e os conhecimentos necessários para realizar seu trabalho. Esse não é o caso da economia submersa que se origina, ou dos excessivos níveis de regulamentação, ou da elevada

carga tributária. Nesse sentido, dependendo dessas condições e da conjuntura econômica, a empresa capitalista, qualquer que seja a escala, pode funcionar parcialmente na economia submersa com parte de sua mão-de-obra sem contrato legal de trabalho, criando vínculos de subcontratação de mão-de-obra sem registro. O número desses trabalhadores sem registro é determinado pelos trabalhadores de empresas com mais de cinco empregados e sem carteira de trabalho assinada.

Assim, no sistema capitalista, uma parte dos trabalhadores são ocupados sob uma relação tipicamente capitalista, com uso predominante de trabalho assalariado, outra parte ainda se ocupa em parte das atividades permissíveis pelo capital, sob relações não capitalistas, em que o trabalhador é ao mesmo tempo proprietário de seus instrumentos de trabalho. Portanto, as três categorias de análise, formal, informal e economia submersa, ficam definidas como: setor formal, aquele onde ocorre assalariamento da força de trabalho; setor informal onde não prevalece a relação de trabalho assalariada e economia submersa, é onde além de outras práticas ilegais, o trabalhador sem carteira de trabalho assinada está presente de modo significativo.

As relações de produção se personificam, no setor formal, no proprietário do capital e no trabalhador assalariado. No setor informal, a relação se personifica na existência do trabalhador por conta própria, já na economia submersa, ela se personifica na existência do trabalhador assalariado sem carteira de trabalho assinada.

A categoria de proprietário é o indivíduo dono dos meios de produção que contrata mão-de-obra assalariada para realização do processo de produção. Já os assalariados com carteira e sem carteira assinada, são indivíduos que só são donos de sua força de trabalho, ou seja, somente tem força de trabalho e as vende por um salário. Já o conta própria, é um indivíduo que, de posse dos instrumentos de produção, participa diretamente do processo

produtivo, podendo ser ajudado pelo trabalho familiar não remunerado ou auxiliar contratado. A categoria conta própria, é proprietária dos meios de produção e nessas condições ele se auto-emprega produzindo bens e serviços que vende por um preço que permite sua reprodução e de sua família.

3.2.1- OS DADOS UTILIZADOS

Como o objetivo deste trabalho exige uma análise abrangente da evolução do comportamento do emprego e das atividades econômicas urbanas, os Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 junto com a Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílios (PNAD), constituem-se numa fonte básica de dados importante para os diagnósticos e mensuração sobre o nível de ocupação e a estrutura do emprego no Nordeste.

Para obter-se uma visão global do mercado formal de trabalho e sua evolução, utilizamos os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O material disponível na RAIS, permite que se analize dados referentes às informações relativas a emprego no setor formal, apenas. Para análise do setor industrial e de serviços foram utilizados os dados dos Censos Industrial, Comercial e de Serviços. No Censo Industrial os estabelecimentos estão bem desagregados, o que permite uma boa análise da distribuição do emprego pelos vários ramos industriais. A data de levantamento refere-se a 31 de dezembro do ano censitário. As análises, segundo os ramos de atividades e sobre emprego, foram feitas considerando os dados do Censo Industrial, PNADs e RAIS.

Foram, também, utilizados dados de relatórios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Uma parte desses dados foi extraída de questionários lançados na região pela SUDENE e outra foi extraída da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas e do próprio IBGE.

Neste estudo, os resultados sobre a estrutura de emprego no Nordeste, no período 1960 a 1990, foram obtidos excluindo-se das estatísticas oficiais o número de pessoas engajadas em programas emergenciais de assistência aos flagelados das secas. As informações analisadas foram elaboradas segundo décadas ou a cada seis anos, sendo que adotou-se o último mês do ano como referência daquele ano censitário.

A PNAD, apresenta pelo menos duas dificuldades, uma de coleta e a outra de tratamento conceitual sobre a variável emprego. A primeira dificuldade, refere-se a forma adotada para definir as categorias de posição na ocupação, ponto este bastante relevante para quem deseja acompanhar mudanças qualitativas na estrutura e relações de trabalho no mercado de trabalho.

Assim, essas categorias de análises deveriam caracterizar, a forma mais fiel possível, as formas de participação na produção, pois, o formato de apresentação das informações dificulta a obtenção dessas informações sobre as categorias que compõem a posição na ocupação. A segunda dificuldade é, que, os empregados públicos estatutários da Administração Pública e das Atividades Sociais são apresentados como se fossem empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, quando, pela sua situação funcional, deveriam ser apresentados como empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador.

3.3 - ASPECTOS GERAIS DO EMPREGO NO NORDESTE

As grandes transformações na estrutura produtiva, ocorridas entre 1960 a 1990, incidiram sobre a estrutura social do Nordeste, que apresentou alterações substanciais durante esse período. A população total no período teve um crescimento vertiginoso e constante, como mostra a tabela 3.1. Passando de 22 milhões em 1960, chega a aproximadamente 28 milhões em 1970, alcança os 39 milhões em 1980 e atinge mais de 43 milhões em 1990. Por conseguinte, quase dobrou no período. Quanto à população urbana, as tabelas 3.2 e 3.3, mostram um crescimento mais vigoroso do que em relação a população total. Ela, que em 1960, era de mais de 7 milhões, atinge aproximadamente 12 milhões em 1970, chega a quase 20 milhões em 1980 e alcança a casa de mais de 24 milhões de pessoas em 1990. Na verdade a população urbana mais do que triplicou no período de 1960 a 1990.

Este crescimento vigoroso da população também é destacado no gráfico 3.1 e tabela 3.4. Observa-se aí, que a população urbana teve um crescimento elevado e constante. Este fato promoveu um crescimento significativo da população em idade ativa e nas taxas de atividades da força de trabalho, particularmente em relação às mulheres (tabela 3.6).

Os principais elementos que estimularam o crescimento populacional entre 1960 a 1990, foram a redução da taxa de mortalidade entre as crianças e o aumento da esperança de vida. Isso se deu por várias razões, entre estas estão o surgimento de maiores oportunidades econômicas e a crescente participação das mulheres na força de trabalho; maior grau de instrução deste grupo da população e conseqüentemente sua maior capacidade em absorver mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa.

TABELA 3.1 - NORDESTE
POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO IDADE E NO PERÍODO DE 1960/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| POPULAÇÃO E GRUPOS DE IDADE | 1960 | 1970 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| POPULAÇÃO TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | 31,5 | 32,2 | 30,9 | 27,4 | 25,0 | 26,6 |
| DE 10 A 14 ANOS | 12,9 | 13,1 | 13,8 | 11,9 | 13,6 | 13,2 |
| DE 15 A 24 ANOS | 19,2 | 19,7 | 19,2 | 28,1 | 21,2 | 19,6 |
| DE 25 A 49 ANOS | 26,0 | 24,4 | 24,4 | 21,9 | 26,9 | 26,9 |
| DE 50 A 59 ANOS | 5,3 | 5,4 | 6,3 | 5,8 | 7,4 | 7,8 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,1 | 5,2 | 5,4 | 4,9 | 5,9 | 5,9 |
| TOTAL EM MILHARES | 22140 | 27877 | 32091 | 35901 | 39138 | 43096 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970 E 1980 E PNADs DE 1976, 1986 E 1990.

TABELA 3.2 - NORDESTE

POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO IDADE E NO PERÍODO 1960/1990

HOMEM
EM PERCENTAGEM (%)

| POPULAÇÃO E GRUPOS DE IDADE | 1960 | 1970 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| POPULAÇÃO TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | 32,6 | 33,4 | 32,0 | 28,3 | 29,6 | 27,6 |
| DE 10 A 14 ANOS | 13,2 | 13,4 | 14,3 | 12,0 | 13,2 | 13,4 |
| DE 15 A 24 ANOS | 18,4 | 19,2 | 18,6 | 28,1 | 20,0 | 19,9 |
| DE 25 A 49 ANOS | 25,3 | 25,1 | 23,4 | 21,1 | 24,9 | 25,9 |
| DE 50 A 59 ANOS | 5,4 | 5,7 | 6,2 | 5,6 | 7,0 | 7,6 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,1 | 5,3 | 5,5 | 4,9 | 5,3 | 5,6 |
| TOTAL EM MILHARES | 10815 | 13536 | 15573 | 19313 | 19524 | 21131 |
| POPULAÇÃO URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | 31,0 | 31,3 | 30,3 | 25,9 | 28,3 | 26,1 |
| DE 10 A 14 ANOS | 12,7 | 12,8 | 14,1 | 11,8 | 12,7 | 12,5 |
| DE 15 A 24 ANOS | 18,5 | 19,1 | 19,8 | 29,4 | 20,7 | 20,8 |
| DE 25 A 49 ANOS | 27,1 | 26,1 | 24,6 | 22,3 | 26,3 | 28,0 |
| DE 50 A 59 ANOS | 5,6 | 6,5 | 7,4 | 5,3 | 6,8 | 7,0 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,1 | 5,3 | 3,8 | 5,3 | 5,2 | 5,6 |
| TOTAL EM MILHARES | 3456 | 5598 | 6857 | 9358 | 19395 | 11672 |
| PIA URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | - | - | - | - | - | - |
| DE 10 A 14 ANOS | 18,4 | 18,8 | 20,2 | 16,0 | 17,6 | 18,6 |
| DE 15 A 24 ANOS | 26,8 | 27,9 | 28,4 | 39,8 | 28,8 | 26,8 |
| DE 25 A 49 ANOS | 39,3 | 38,1 | 35,5 | 30,1 | 36,7 | 36,0 |
| DE 50 A 59 ANOS | 8,1 | 7,9 | 11,5 | 7,4 | 9,5 | 11,6 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 7,4 | 7,3 | 4,4 | 6,7 | 7,4 | 7,1 |
| TOTAL EM MILHARES | 2384 | 3838 | 4777 | 6930 | 7457 | 9080 |
| PEA URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | - | - | - | - | - | - |
| DE 10 A 14 ANOS | 1,5 | 1,8 | 3,8 | 3,0 | 4,4 | 4,5 |
| DE 15 A 24 ANOS | 21,3 | 27,3 | 28,3 | 37,0 | 30,1 | 29,1 |
| DE 25 A 49 ANOS | 61,3 | 56,5 | 51,7 | 46,1 | 50,9 | 51,8 |
| DE 50 A 59 ANOS | 10,0 | 9,4 | 9,9 | 8,9 | 8,7 | 8,8 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,9 | 5,0 | 6,3 | 5,0 | 5,9 | 5,8 |
| TOTAL EM MILHARES | 1326 | 2132 | 3229 | 4255 | 5286 | 5949 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970 E 1980 E PNADs DE 1976, 1986 E 1990.

TABELA 3.3 - NORDESTE

POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO IDADE NO PERÍODO 1960/1990

MULHER
EM PERCENTAGEM (%)

| POPULAÇÃO E GRUPOS DE IDADE | 1960 | 1970 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| POPULAÇÃO TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | 30,4 | 31,1 | 29,6 | 26,6 | 20,3 | 25,7 |
| DE 10 A 14 ANOS | 12,7 | 12,8 | 13,5 | 11,8 | 14,1 | 13,0 |
| DE 15 A 24 ANOS | 20,0 | 20,0 | 19,9 | 28,1 | 22,3 | 19,2 |
| DE 25 A 49 ANOS | 26,7 | 25,6 | 25,4 | 22,7 | 29,1 | 27,9 |
| DE 50 A 59 ANOS | 5,1 | 5,3 | 6,4 | 5,9 | 7,7 | 7,9 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,1 | 5,2 | 5,3 | 4,9 | 6,5 | 6,3 |
| TOTAL EM MILHARES | 11325 | 14341 | 16518 | 19825 | 18537 | 21965 |
| POPULAÇÃO URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 0 A 9 ANOS | 27,3 | 28,4 | 26,2 | 23,2 | 25,1 | 22,8 |
| DE 10 A 14 ANOS | 11,9 | 12,6 | 13,0 | 11,3 | 11,7 | 12,3 |
| DE 15 A 24 ANOS | 20,8 | 21,3 | 21,6 | 30,4 | 21,6 | 20,7 |
| DE 25 A 49 ANOS | 29,0 | 26,7 | 26,8 | 23,8 | 28,1 | 29,6 |
| DE 50 A 59 ANOS | 5,7 | 5,6 | 9,2 | 6,1 | 7,3 | 8,2 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,3 | 5,4 | 3,2 | 5,2 | 6,2 | 6,4 |
| TOTAL EM MILHARES | 4083 | 6221 | 7751 | 10371 | 11442 | 12943 |
| PIA URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 10 A 14 ANOS | 16,3 | 17,5 | 17,6 | 14,7 | 16,0 | 16,0 |
| DE 15 A 24 ANOS | 28,6 | 29,7 | 29,2 | 39,5 | 28,8 | 26,9 |
| DE 25 A 49 ANOS | 39,9 | 37,3 | 36,3 | 31,0 | 37,4 | 38,4 |
| DE 50 A 59 ANOS | 7,8 | 7,9 | 12,5 | 8,1 | 9,7 | 10,5 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 7,4 | 7,6 | 4,4 | 6,7 | 8,1 | 8,2 |
| TOTAL EM MILHARES | 2968 | 4454 | 5723 | 7967 | 8573 | 9990 |
| PEA URBANA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| DE 10 A 14 ANOS | 3,6 | 3,8 | 3,6 | 3,3 | 3,9 | 3,4 |
| DE 15 A 24 ANOS | 29,8 | 37,1 | 34,9 | 41,0 | 31,6 | 28,2 |
| DE 25 A 49 ANOS | 53,5 | 48,8 | 50,4 | 46,4 | 53,9 | 57,0 |
| DE 50 A 59 ANOS | 7,7 | 6,9 | 7,4 | 6,6 | 7,7 | 8,2 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 5,4 | 3,4 | 3,7 | 2,7 | 2,9 | 3,2 |
| TOTAL EM MILHARES | 684 | 1024 | 1574 | 2015 | 2944 | 3767 |

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970 E 1980 E PNADs DE 1976, 1986 E 1990.

A expansão demográfica, observada nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuiu sobremaneira para o crescimento da população em idade ativa e, por sua vez, para o aumento da taxa de atividade da força de trabalho. Esta última expandiu-se de 37,6% em 1960, para 51,0% em 1990. Esta elevação foi provocada em parte pela maior participação das mulheres na força de trabalho. A PEA feminina cresceu entre 1960 e 1990 de 5,3% a.a, mais do que a taxa média de crescimento da PEA masculina que foi de 4,6%a.a. Este fato contribuiu para elevar a taxa de atividade das mulheres de 23% em 1960, para 37,7% em 1990. No caso dos homens essa taxa passa de 55,5% em 1960 para 65,6% em 1990.

A tabela 3.5 e o gráfico 3.2, mostram ainda que durante todo o período de 1960 a 1990, a taxa de atividade total da força de trabalho cresceu em relação ao nível registrado em 1960. Esse aumento esteve associado ao aumento da PEA masculina mas, sobretudo, ao aumento da PEA feminina. Esta tendência esteve presente em quase todas as faixas etárias tanto para o homens como para as mulheres, exceto na faixa de 60 anos e mais para o homens e mulheres, que mostram uma PEA e população ocupada (P.O.) decrescente em relação ao nível de 1960.

Para as faixas mais jovens, essa elevação pode ser explicada pelo intenso processo de urbanização do Nordeste, mas, principalmente, pela necessidade de garantir uma renda familiar mínima. Já na faixa etária de 60 anos e mais, a queda da taxa de atividades em relação ao nível de 1960 se deve a uma maior abrangência do sistema de aposentadoria. As taxas de atividades associadas à PEA feminina, são crescentes ao longo de todo o período e para todas as faixas etárias, excluindo o contingente mais idoso, acima de 60 anos de idade. As explicações para tal tendência prendem-se a fatores já mencionados, tais como: o maior grau de urbanização, um maior desejo por renda, melhora no nível de educação das mulheres, e a modernização do modo de vida deve ter feito com que as mulheres passassem a ter outras aspirações e participassem mais ativamente do mercado de trabalho.

**GRÁFICO 3.1 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DA
POP. URBANA, DA PIA, PEA E P.O.**

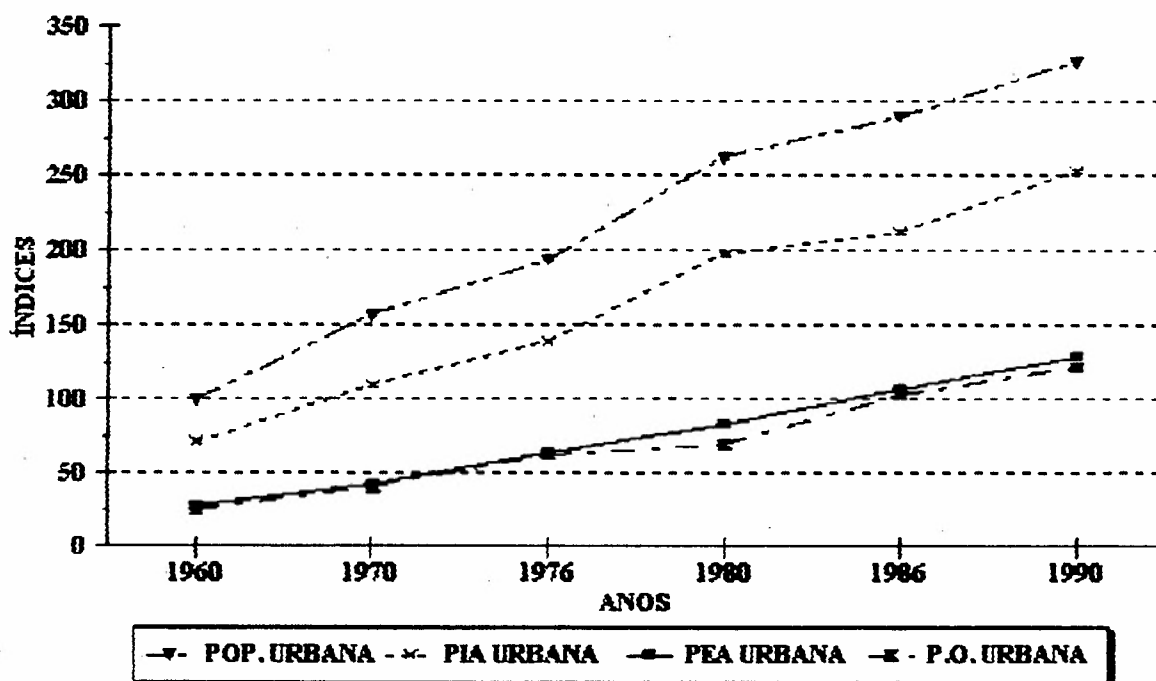


GRÁFICO 3.2 - ÍNDICES DE TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E OCUPAÇÃO DA PIA

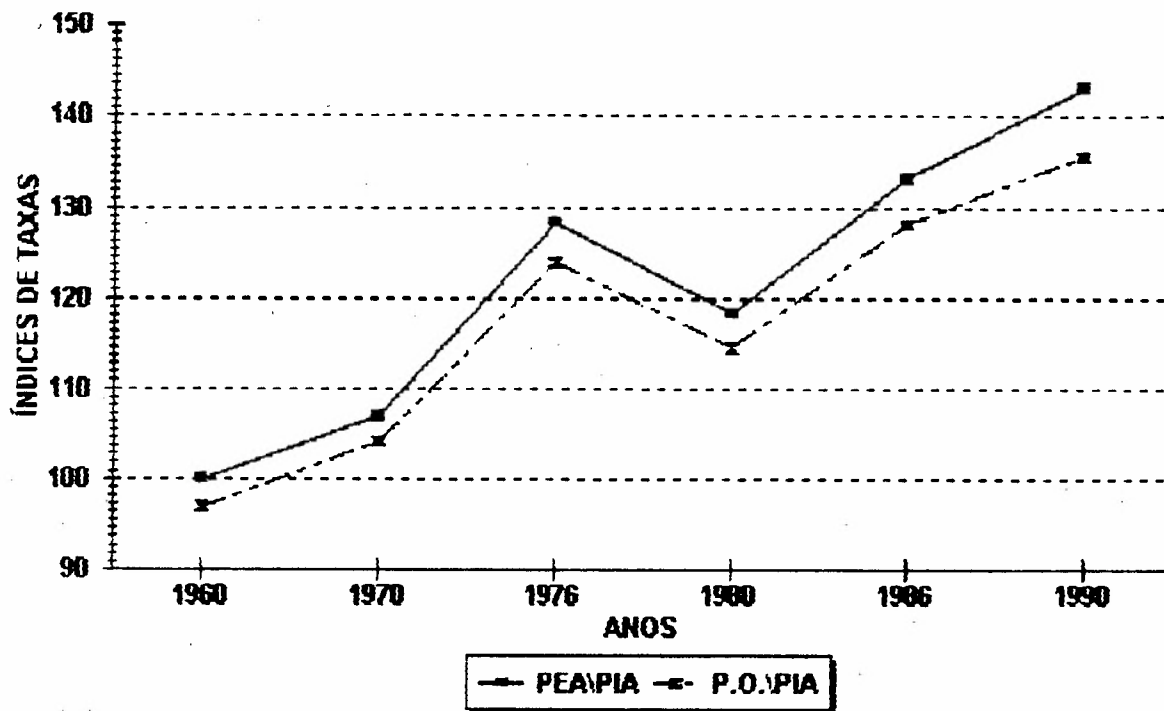


TABELA 3.4 - NORDESTE
EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DA POPULAÇÃO URBANA, DA PIA
DA PEA E DA POPULAÇÃO OCUPADA URBANA NO PERÍODO 1960/1990

BASE: POP. URBANA 1960 = 100

| ANOS | POPULAÇÃO URBANA | PIA URBANA | PEA URBANA | P.O. URBANA |
|-------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| 1960 | 100,0 | 71,0 | 26,7 | 25,1 |
| 1970 | 156,8 | 110,0 | 41,9 | 49,7 |
| 1976 | 193,8 | 139,3 | 63,7 | 62,5 |
| 1980 | 261,7 | 197,6 | 83,2 | 69,3 |
| 1986 | 289,7 | 212,6 | 107,0 | 103,1 |
| 1990 | 326,5 | 253,0 | 128,9 | 122,2 |

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960, 1970 E 1980 E PNADs
DE 1976, 1986 E 1990

NOTA: P.O. = SIGNIFICA POPULAÇÃO OCUPADA

TABELA 3.5 - NORDESTE
ÍNDICES DE TAXAS DE ATIVIDADES E DE OCUPAÇÃO
NO PERÍODO 1960/1990

BASE: PEA/PIA 1960 = 100

| ANOS | PEA\PIA | P.O.\PIA |
|------|---------|----------|
| 1960 | 100,0 | 96,9 |
| 1970 | 107,0 | 104,2 |
| 1976 | 128,4 | 123,9 |
| 1980 | 118,3 | 114,5 |
| 1986 | 133,2 | 128,1 |
| 1990 | 143,3 | 135,7 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960,
 1970, 1980 E PNADs 1976, 1986 E 1990.

Os níveis de taxas de atividades da PEA, bem como o nível de ocupação da mão-de-obra masculina e feminina, mesmo considerando o crescimento experimentado, ainda estão baixos em todos os cortes de idades. Por outro lado, verifica-se na tabela 3.1, que a população do Nordeste é uma população essencialmente jovem, tendo aumentado a fração da população acima de 50 anos de idade.

Essa participação das faixas mais jovens (15 a 49 anos), que, em todos os anos nunca é inferior a 80% do total da PEA permanece com esse elevado nível de participação em todo o período, e para ambos os sexos (tabelas 3.2 e 3.3). Para as mulheres, registra-se uma participação elevada e crescente das mulheres mais jovens. No caso dos homens mais jovens (15 a 49 anos), a participação registrada também é elevada e superior a 80% do total da PEA. Assim, os grupos mais jovens da população são significativamente predominantes no mercado de trabalho urbano da região.

Na tabela 3.4 e no gráfico 3.1 verifica-se que há um certo sincronismo entre a população urbana e a população em idade ativa, ou seja, as duas tem um comportamento quase que semelhante. Todavia, a PEA e a P.O. não acompanham esse sincronismo da população urbana. Crescendo de modo persistente a PEA e a P.O., mantém um crescimento significativamente elevado em relação a população urbana e a população em idade ativa (PIA)¹³⁵. Assim, na relação da PEA com a P.O., observa-se um grande sincronismo e proximidade uma da outra, o que indica que o desemprego é pouco significativo no período 1960 a 1990, no Nordeste.

¹³⁵ - Neste trabalho será considerada População em Idade Ativa (PIA) as pessoas com 10 anos ou mais. O IBGE adota como participante da PIA dois cortes: 10 e 14 anos. Sendo que o corte de 10 anos ou mais é adotado nos Censos Demográficos, enquanto que de 14 anos ou mais é adotado na Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio e na Pesquisa Mensal de Emprego. A escolha do primeiro corte, e a não adoção de um corte superior, justifica-se pela importância do trabalhador menor, na faixa de 10 a 14 anos, e dos idosos, acima de 65 anos, no mercado de trabalho.

Como já salientamos, a maior parte do aumento da população ocorrido no Nordeste, durante o período de 1960 a 1990, localiza-se nas áreas urbanas. Enquanto a população total, cresceu a taxa de 2% a.a., a população urbana cresceu a 3.6% a.a., passando de mais de 7 milhões em 1960, para quase 25 milhões em 1990. Ao longo do período a taxa de criação de emprego urbano, num sentido amplo, que foi de 4,9 % a.a., superou o crescimento da população (2%a.a.), da população urbana (3.6%a.a) e da população em idade ativa (3,9%a.a). Já a PEA urbana, apresentou crescimento também bastante acelerado de mais de 4,8%a.a, e em 1990 é quase cinco vezes maior do que em 1960. (Vejam-se tabelas 3.1, 3.2 e 3.3).

No período de 1960 a 1990 foram criados mais de 7 milhões de empregos. Mas, em 1990, havia apenas um empregado para pouco mais de duas pessoas economicamente ativas, o que representa uma taxa relativamente baixa de geração de emprego no setor urbano. Nesse sentido, fatores de oferta podem estar predominando sobre os fatores de demanda na geração de empregos no meio urbano, pois, como veremos no decorrer desse estudo, a maioria desses empregos são ocupações de subsistência que se criam em condições pouco produtivas e muito precárias.

Conhecidos estes indicadores agregados, pode-se dizer que o nível de crescimento do emprego e da PEA entre 1960 e 1990 seguiu a tendência geral de crescimento da economia verificado em todo o período, mas como já vimos, esse crescimento não foi uniforme e implicou em comportamentos diferenciados do emprego e da PEA. A análise desagregada fornece elemento mais explicativo da situação do emprego. Nos gráficos, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 e tabelas, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7, estão apresentadas informações relativas as taxas de participação e ocupação para o total da população em idade ativa (PIA) urbana, e de acordo com o sexo¹³⁶.

¹³⁶ - As taxas de participação (PEA/PIA) e ocupação (P.O./PIA), nada mais são do que a relação entre a PEA e a PIA, e a P.O. e a PIA, respectivamente. Os gráficos 4.2, 4.3 e 4.4, foram elaborados a partir das taxas de participação e ocupação da PIA, sendo a distância entre estas duas curvas equivalente à dimensão do emprego. Assim, quando as curvas se aproximam verifica-se uma redução do desemprego e quando se distanciam observa-se o seu aumento.

GRÁFICO 3.3 - NORDESTE

ÍNDICES DE TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO DA PIA SEGUNDO A IDADE
PERÍODO 1960/1990 - HOMENS

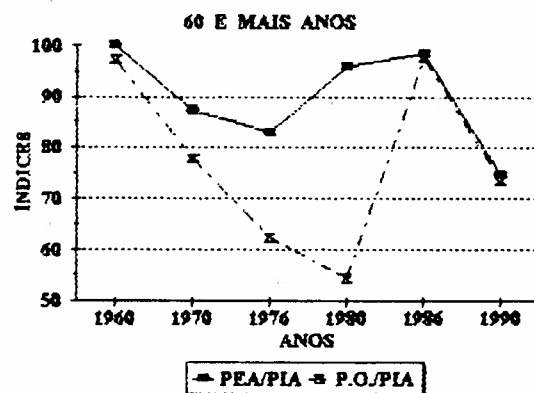
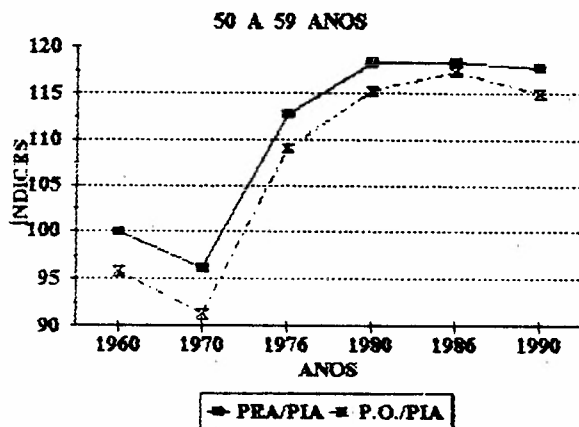
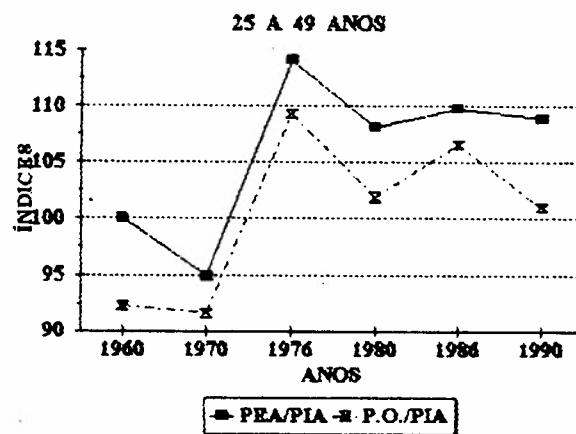
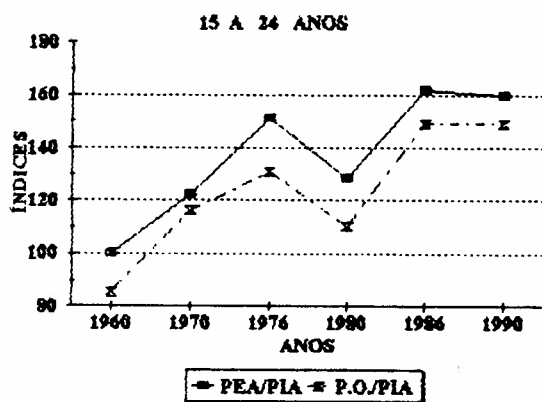
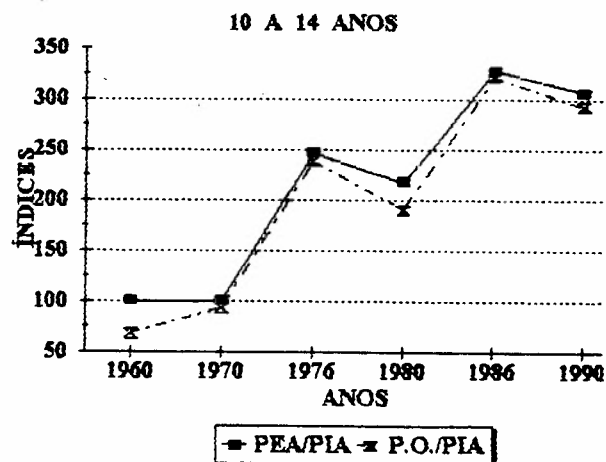
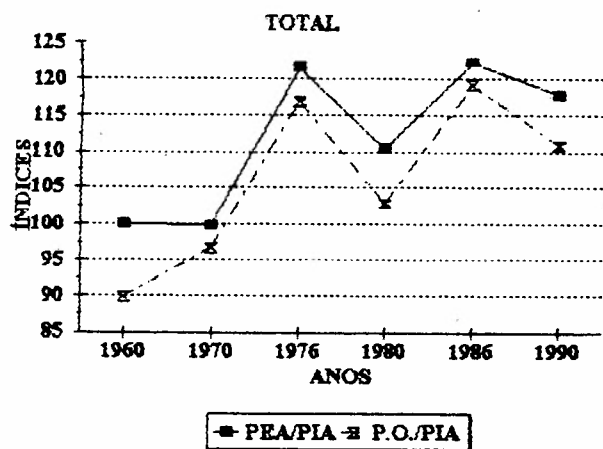


GRÁFICO 3.4 - NORDESTE
ÍNDICES DE TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E OCUPAÇÃO DA PIA SEGUNDO IDADE
PERÍODO 1960/1990 - MULHERES

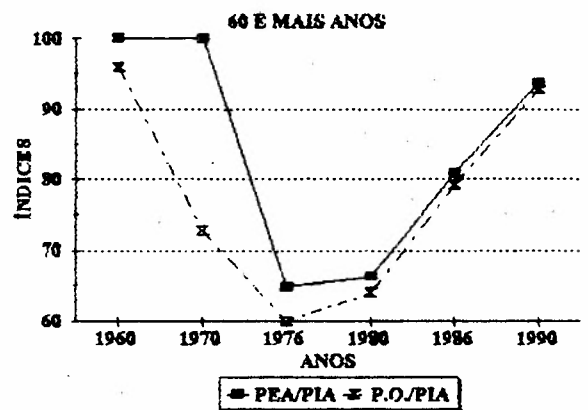
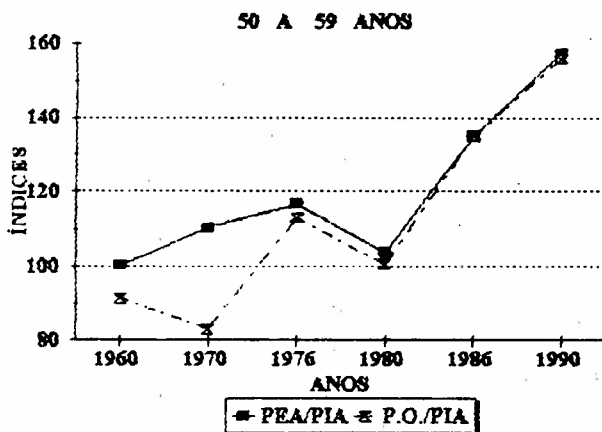
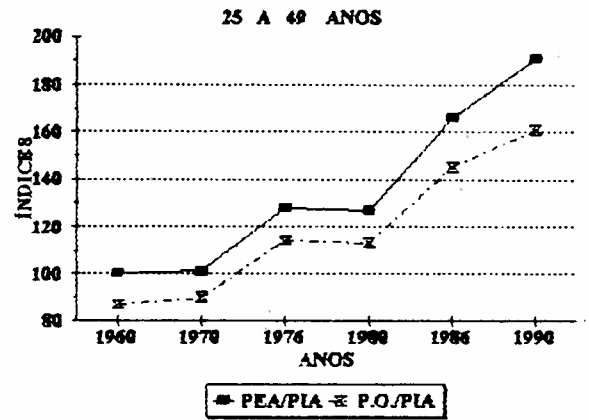
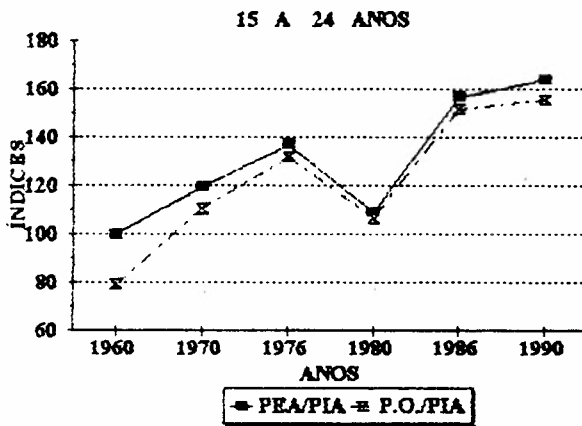
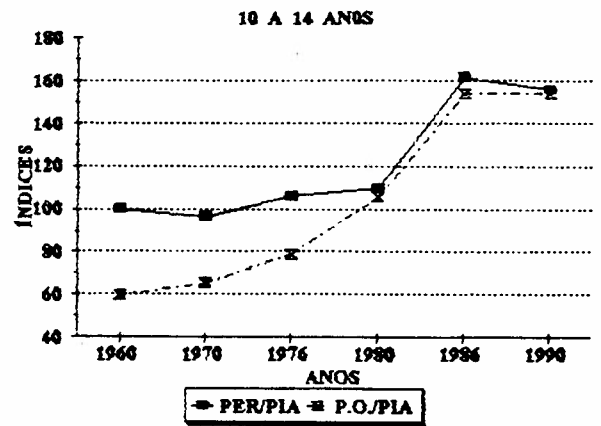
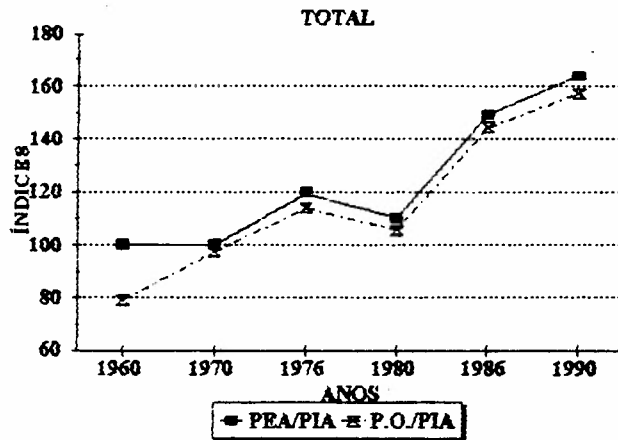


TABELA 3.6 - NORDESTE

ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO DA PIA SEGUNDO A IDADE PERÍODO 1960/1990

HOMEM

BASE: PEA\PIA 1960 = 100

| GRUPO DE IDADE E DE PARTICIPAÇÃO E OCUPAÇÃO | 1960 | 1970 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| TOTAL HOMENS | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 99,8 | 121,6 | 110,4 | 123,3 | 117,8 |
| P.O\PIA | 89,9 | 96,7 | 116,9 | 122,3 | 119,2 | 110,8 |
| DE 10 A 14 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 100,0 | 246,2 | 217,3 | 326,9 | 306,7 |
| P.O\PIA | 67,3 | 92,3 | 238,4 | 190,3 | 321,1 | 292,3 |
| DE 15 A 24 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 122,6 | 161,3 | 128,6 | 161,9 | 160,1 |
| P.O\PIA | 85,5 | 116,1 | 130,9 | 110,0 | 149,2 | 149,9 |
| DE 25 A 49 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 94,9 | 114,1 | 198,1 | 109,8 | 108,9 |
| P.O\PIA | 92,3 | 91,6 | 109,3 | 101,9 | 106,6 | 101,0 |
| DE 50 A 59 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 96,1 | 112,8 | 118,3 | 118,3 | 117,8 |
| P.O\PIA | 95,8 | 91,3 | 109,1 | 90,7 | 117,4 | 116,0 |
| DE 60 ANOS E MAIS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 87,4 | 83,1 | 96,9 | 98,4 | 74,7 |
| P.O\PIA | 97,3 | 77,8 | 62,3 | 64,3 | 97,8 | 73,6 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970, 1980 E PNADs DE 1976, 1986 E 1990

TABELA 3.7 - NORDESTE

ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO DA PIA SEGUNDO A IDADE PERÍODO 1960/1990

MULHER

BASE: PEA\PIA 1960 = 100

| GRUPO DE IDADE E DE PARTICIPAÇÃO E OCUPAÇÃO | 1960 | 1970 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| TOTAL MULHERES | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 100,0 | 119,6 | 110,0 | 149,1 | 163,9 |
| P.O\PIA | 79,1 | 97,4 | 113,9 | 105,6 | 144,3 | 167,3 |
| DE 10 A 14 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 96,2 | 106,8 | 109,6 | 161,6 | 165,8 |
| P.O\PIA | 59,6 | 65,4 | 78,8 | 106,7 | 163,8 | 163,8 |
| DE 15 A 24 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 119,6 | 137,1 | 109,2 | 157,1 | 164,2 |
| P.O\PIA | 79,2 | 110,5 | 132,1 | 106,7 | 162,1 | 165,9 |
| DE 25 A 49 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 101,0 | 127,9 | 126,8 | 166,1 | 190,9 |
| P.O\PIA | 87,1 | 90,1 | 114,2 | 113,3 | 146,3 | 160,9 |
| DE 50 A 59 ANOS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 110,3 | 116,6 | 103,7 | 134,9 | 167,3 |
| P.O\PIA | 91,3 | 83,0 | 112,9 | 100,4 | 134,9 | 166,0 |
| DE 60 ANOS E MAIS DE IDADE | | | | | | |
| PEA\PIA | 100,0 | 100,0 | 64,8 | 66,4 | 80,8 | 93,6 |
| P.O\PIA | 96,0 | 72,8 | 60,0 | 64,0 | 79,2 | 92,8 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970, 1980 E PNADs DE 1976, 1986 E 1990.

NOTA: P.O. - SIGNIFICA POPULAÇÃO OCUPADA

Da observação direta dos gráficos e tabelas, verifica-se um sincronismo entre os movimentos das curvas relativas às taxas de participação e de ocupação PIA. Variações positivas em umas das taxas são acompanhadas por variações semelhantes na outra. Em outras palavras, variações no nível de ocupação são acompanhadas por alterações no nível da participação da PIA provocando várias alterações no mercado de trabalho, pois, à medida que aumenta os níveis de ocupação deve diminuir ou atenuar o nível de desemprego, em decorrência do aumento da taxa de participação¹³⁷. Como se verifica, há, em todo o período e para ambos os sexos, uma grande aproximação das curvas de participação da PIA e de ocupação indicando que o desemprego, no período, é pequeno tanto para os homens como para as mulheres.

Observamos também que as quedas na taxa de ocupação foram acompanhadas por redução na taxa de participação da PIA. Assim, a queda nas taxas de ocupação não correspondem a aumentos proporcionais do desemprego¹³⁸. O gráfico 3.2 mostra que em todo o período quando houve uma desaceleração da taxa de ocupação houve também uma desaceleração da taxa de participação, quase não se verificando aumento das distâncias entre as curvas do gráfico. Por conseguinte, vale observar que movimentos no nível de ocupação são acompanhados por alterações coincidentes no nível de participação PIA. Há, portanto, uma correlação entre os níveis de ocupação e participação PIA, que resulta num ajuste no mercado de trabalho frente as alterações no nível de atividade, mostrando que a taxa de desemprego, no Nordeste, não é uma variável importante no sentido de explicar os ajustes ou qualquer processo que afete o nível de oferta de mão-de-obra.

137 - A coincidência entre os movimentos das taxas de participação e de ocupação da PIA, mostram que variações na ocupação correspondem a modificações em suas taxas de participação, sem grande impactos sobre seus níveis de desemprego, ou seja, o ajuste do mercado de trabalho se dá através de modificação nas taxas de participação da PIA.

138 - Não houve aumento proporcional do desemprego porque a redução da taxa de participação da PIA faz com que os trabalhadores dispensados se transformem em inativos. Caso se tivessem mantidos inalteradas as taxas de participação, teria se verificado um aumento significativo do desemprego, que, no gráfico 3.2, corresponderia a um maior distanciamento entre as curvas do gráfico.

Esta fato, de coincidência entre o comportamento da ocupação e participação, indica uma relação entre estas duas variáveis. Esta relação deve corresponder a uma determinação das variações do nível de ocupação sobre o nível da taxa de participação, já que estas acompanham as modificações no nível de atividade da economia, pois o nível de atividade determina o nível de ocupação. Nesse sentido, verifica-se que a acumulação de capital afeta não somente a PEA, mas também a população em idade ativa (PIA)¹³⁹.

Da análise do gráfico 3.3 e tabela 3.6, notamos que nos dados relativos a população masculina de quase todas as faixas etárias, como é claramente observável, há um sincronismo entre os movimentos das duas taxas, exceto para o grupo de idade de 60 e mais anos. Para este segmento, o trânsito para a situação de inatividade parece ser a alternativa. Verifica-se ainda alterações nas taxas de atividades de todos os segmentos da população em idade ativa, particularmente, para os grupos de idade de 10 a 14 e 60 e mais anos. De fato, a população masculina com idade de 10 a 14 anos e com 60 anos e mais, confirmam os segmentos populacionais disponíveis que não permanecem obrigatoriamente pressionando o mercado de trabalho nos momentos de redução dos níveis de atividade econômica.

Observamos, também, que não apenas para os homens, mas particularmente as mulheres, não se diferenciam os impactos criados por variações no nível de emprego sobre a taxa de participação, para cada uma das faixas de idade (veja-se gráficos 3.3 e 3.4). Mesmo os homens e mulheres de 25 a 49 anos têm suas taxas de participação acompanhando as evoluções do nível de ocupação. Para as demais faixas, confirma-se o sincronismo esperado entre os movimentos das suas taxas. Nessas condições, o ajuste do mercado de trabalho, via

¹³⁹ - Os estudos sobre os incrementos na taxa de participação durante a fase de desenvolvimento econômico são escassos. Neste sentido, grande parte dos elementos incorporados aqui neste estudo e que se referem às razões que determinam as alterações nas taxas de participação e ocupação estão baseados nos trabalhos de Durand (1975) e Dedecca (1990).

alterações na taxa de participação, realiza-se em todas as faixas de idade da PIA masculina e feminina.

Com isso, podemos afirmar que o efeitos difundidos pelas alterações no nível de atividade econômica afetou quase que indistintamente o conjunto da população de 10 anos ou mais, e, por outro lado, o aumento da participação da PIA, para certos extratos, como no caso dos homens e mulheres de 10 anos ou mais, quando se manifestam incrementos no nível de ocupação, evidencia que mesmo na inatividade estas parcelas se encontram, em grau não identificável, disponíveis à incorporação ao mercado de trabalho. Podemos, então, afirmar que a acumulação de capital afeta não apenas os segmentos da PIA, que se encontram inseridos no mercado de trabalho, mas também parte da população não inserida¹⁴⁰.

Nesse sentido, a disponibilidade de mão-de-obra em países e regiões atrasadas como o Nordeste, não pode ser tomada como uma variável apenas demográfica, pois já vimos que ela pode ser modificada por movimentos de acumulação de capital, pela incorporação de novos contingentes de trabalhadores, permitida por acréscimos nas taxas de participação de certos segmentos da população. Nas fases de expansão da atividade econômica, a incorporação de parcela da população inativa reduz possíveis efeitos que o crescimento tem sobre os níveis de salários. Se não se observasse uma aceleração na taxa de crescimento da PEA durante a fase de crescimento, certamente iria verificar-se uma redução mais intensa do desemprego, que poderia significar o esgotamento de certos tipos de trabalhadores. Mas, em virtude do aumento das taxas de participação, esse esgotamento da oferta pode ser, em parte, resolvido com a incorporação de novos contingentes de trabalhadores.

¹⁴⁰ - O processo de acumulação de capital, ao expandir a base produtiva, vai ampliando o volume de emprego existente. Este aumento do nível de emprego pode se dar tanto pela absorção do contingentes de desempregados como pela incorporação de novos contingentes populacionais que transitam da situação de inatividade para a de atividade. Este processo de incorporação supõe a existência de uma tendência de crescimento da PIA e da variação da taxa de participação que nada mais é do que a relação entre a PEA e a PIA. Assim, os movimentos de acumulação de capital afetam não somente os segmentos da população em idade ativa que se encontram inseridos no mercado de trabalho, como também alcançam as frações não inseridas.

No caso do Nordeste, é razoável supor que essa incorporação é possível dada a existência de larga base de trabalho não qualificado, presente em suas estruturas produtivas. Por isso mesmo, nas fases de retração da atividade econômica a redução dos níveis de ocupação não resulta completamente na forma de desemprego. Grande parte destes efeitos são absorvidos graças a um aumento relativo da inatividade da população em idade ativa.

As informações disponíveis sobre a composição dos desempregados por sexo, no período 1960 a 1990 constante na tabela 3.8, vem corroborar com a afirmativa feita anteriormente, de que o nível de desemprego aberto no Nordeste é baixo tanto para os homens como para as mulheres. Para as mulheres, em face de sua menor participação no mercado de trabalho, apresentam uma taxa de desemprego aberto, inferior a dos homens.

Ao longo do período 1960/1990, tanto para os homens como para as mulheres, o nível de desemprego mostra flutuações apresentando uma tendência de elevação, e crescem com maior velocidade no período de retração da atividade econômica (1986/1990), ver tabela 3.8.

Portanto, o nível de desemprego aberto, apesar de apresentar uma tendência de elevação, não chega a atingir níveis significativos. No final da fase de expansão (1986) atinge 3,8% e, em 1990, não chega a atingir 6% para os homens e registra apenas 4,0% para as mulheres.

Na verdade, o desemprego não cai na fase de expansão porque há incorporação de parcela da população inativa no mercado de trabalho que evita a queda do desemprego reduzindo possíveis efeitos que o crescimento das atividades têm sobre os níveis salariais. Já na fase de retração (1986/1990), a redução dos níveis de ocupação não se reflete inteiramente sob a forma de desemprego, pois grande parte destes efeitos são absorvidos via aumento

**TABELA 3.8 - NORDESTE
DESEMPREGO ABERTO, NO MEIO URBANO
POR SEXO, NO PERÍODO 1960/1990**

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | HOMEM | MULHER |
|-------------|--------------|---------------|
| 1960 | 2,3 | 0,7 |
| 1970 | 3,1 | 1,4 |
| 1976 | 4,0 | 2,7 |
| 1980 | 3,7 | 2,2 |
| 1986 | 3,8 | 3,8 |
| 1990 | 5,9 | 4,0 |

**FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE
1960, 1970 E 1980 E PNADs DE 1976, 1986
E 1990.**

relativo da inatividade da PIA.

Em suma, o desemprego aberto no Nordeste é baixo e não se reduz na fase de expansão econômica, porque flutuações no nível de ocupação são acompanhadas por modificações da participação da PIA no mercado de trabalho. E, não registra níveis significativos na fase de retração, porque a redução na taxa de ocupação se dá em sintonia com a redução na taxa de participação, ou seja, movimentos no nível de ocupação são acompanhados por modificações coincidentes no nível de participação.

3.4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A tabela 3.9 mostra a distribuição do emprego segundo a posição na ocupação definidas na seção 3.1. Como se pode observar, os trabalhadores assalariados constituem a maior parte do emprego no setor privado. No período em estudo (1960/1990), verifica-se um aumento de sua participação relativa, com uma diminuição dos trabalhadores autônomos e dos trabalhadores não remunerados.

Observa-se ainda, na tabela 3.9, que houve alterações significativas na participação por posição na ocupação em favor dos trabalhadores assalariados formais, informais e dos microempresários. A elevação do assalariamento, com redução dos trabalhadores não remunerados e trabalhadores autônomos, indicam que o setor privado nordestino avançou e se tornou uma economia mais capitalista.

TABELA 3.9 - NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO NO MEIO URBANO SEGUNDO SUA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO PERÍODO 1960/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NAS EMPRESAS | 1960 | 1970 | 1980 | 1985 | 1990 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| EMPREGADOS | | | | | |
| DE 1 A 5 PESSOAS OCUPADAS | 9,6 | 12,2 | 15,2 | 16,8 | 18,0 |
| DE 6 A MAIS PESSOAS OCUPADAS | 40,4 | 41,5 | 43,8 | 44,2 | 44,5 |
| EMPREGADORES | | | | | |
| DE 1 A 5 PESSOAS OCUPADAS | 3,5 | 4,3 | 6,1 | 6,3 | 6,7 |
| DE 6 A MAIS PESSOAS OCUPADAS | 1,5 | 3,7 | 3,8 | 3,0 | 1,2 |
| CONTA PRÓPRIA | 40,6 | 34,0 | 28,4 | 27,4 | 26,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 4,4 | 4,3 | 2,7 | 2,3 | 3,5 |

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960, 1970 E CENSO INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS E SUDENE - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA INDÚSTRIA INCENTIVADA DO NORDESTE 1988 E PNAD (SÍNTESE DE INDICADORES) 1989/1990

No setor formal, há um certo crescimento dos assalariados formais em todos os anos e um decréscimo dos médios e grandes empresários na década de oitenta. Já no setor informal, diminuem os trabalhadores não remunerados, mas reduz-se, também, os conta próprias em proporção significativa. Por outro lado, aumenta de modo importante a participação dos microempresários e dos assalariados na microempresa. Este fato, pode estar indicando que, à medida em que avança a acumulação capitalista, o setor informal sofre transformações e se adapta as novas relações de trabalho e produção fortalecendo a microempresa e o trabalho assalariado informal, em detrimento da atuação individual na forma de conta própria.

No setor informal, em 1990, 26,1% são trabalhadores por conta própria, seguidos pelo assalariamento na microempresa de 18%, do microempresário com 6,7% e do trabalhador familiar não remunerado com 3.5%. Portanto, em 1990, o setor informal contava com 54,3% dos ocupados na economia urbana do Nordeste. A participação do setor informal em 1960 era de 58,1%, e passa para 52,4% em 1980, sobe e atinge 52,8% em 1985, continua a se elevar e atinge 54,3% em 1990 (tabela 3.9). Assim, o setor informal diminui a sua participação até o início da década de oitenta, quando a economia nordestina começa a dar sinais de desaquecimento.

Portanto, o que se pode deduzir até agora, é que, observou-se, ao longo do período 1960a 1990, um movimento constante de transformação das relações de produção em favor de um maior assalariamento e de alteração na estrutura do setor informal, transformando a economia nordestina, numa economia com maior assalariamento.

Mesmo crescendo a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada (CCTA) de 26,2% em 1972 para 33,3% em 1990, não podemos afirmar que todo aumento do assalariamento pertence ao setor formal, pois, a participação dos trabalhadores

(SCTA) é bastante significativa chegando, em 1990, a ser maior do que aqueles com carteira de trabalho assinada. (ver tabela 3.10).

As tabelas 3.11 e 3.12, indicam haver uma tendência a um maior assalariamento formal no período 1976/1988. Neste período, a taxa de formalidade da população ocupada, apesar de ser baixa, 8,4% em 1976, quase duplicou-se em 1988, quando atinge 15,5%, ou seja, o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada cresceu significativamente no período. Todavia, esse elevado crescimento se deve mais à elevação da participação do trabalhador com carteira de trabalho assinada no setor agrícola, pois quando se compara esse crescimento com a taxa de formalidade da população não agrícola, verifica-se que esta teve um crescimento um pouco mais modesto.

A tabela 3.13, mostra a taxa de formalidade¹⁴¹ incluindo os funcionários públicos. Observa-se que o número de trabalhadores legalmente contratados cresce significativamente pelo fato de estarem aí incluídos os funcionários da administração pública que em 1988 representavam 14,1% de um total de 39,8% de trabalhadores.

Em suma, podemos dizer que no período de 1960 a 1990 houve um aumento do assalariamento (tabela 3.9), mas que a participação do trabalhador, sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, em 1990 (33,8%), chega a ser maior do que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (33,3%). (Ver tabela 3.10). Estes resultados indicam que as dificuldades para criar posto de trabalho remunerados são maiores no setor formal do que na economia submersa e no setor informal.

Os dados da tabela 3.9 mostram, ainda, que o trabalhador por conta própria e o trabalho remunerado nas microempresas são os que predominantemente atuam como refúgio

¹⁴¹ - Os conceitos e elementos incorporados neste estudo e que se referem a taxa de formalidade e as razões que determinam suas alterações, estão baseados no trabalho de Saboia (1989).

contra o desemprego crônico. Por outro lado, quando se soma aos trabalhadores informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, o total chega a mais de 63,4% (tabela 3.10). Portanto, uma fração muito elevada da população ocupada urbana, se não, sua grande maioria, ocupa postos de trabalho precários. Em síntese, a grande fração da ocupação urbana no Nordeste se dá sob a forma típica do setor informal - os trabalhadores por conta própria - ou por meio do trabalho clandestino, que tanto pode ser informal como pode ser típico da economia submersa.

A tabela 3.13 vem corroborar com essa situação, pois, no setor industrial e no comércio de mercadorias, duas atividades das mais dinâmicas da economia nordestina, a proporção da mão-de-obra legalmente contratada caiu bastante no período de 1976 a 1986, chegando em 1988 a 23,6% e 11,0%, respectivamente. Vê-se também na tabela 3.13 que a participação do setor público na composição da mão-de-obra legalmente contratada é bastante elevada, chegando, em 1988, a superar os demais setores.

Assim, por enquanto, o que é possível concluir é que no período de 1960 a 1990 elevou-se o assalariamento, em detrimento principalmente do conta própria, mas que a maior parcela desse aumento é de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que tanto pode ser trabalhador informal como trabalhador típico da economia submersa. Seja qual for sua origem, sabe-se de antemão que a maioria dos ocupados urbanos do Nordeste é composta de informais e assalariados clandestinos.

TABELA 3.10 - NORDESTE

PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO SETOR NÃO AGRÍCOLA, NO PERÍODO 1972/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1972 | 1976 | 1986 | 1988 | 1990 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| EMPREGADO (CCTA) | 26,2 | 39,6 | 36,1 | 35,5 | 33,3 |
| EMPREGADO (SCTA) | 34,4 | 29,3 | 32,1 | 31,5 | 33,8 |
| EMPREGADORES | 2,8 | 1,6 | 2,1 | 2,0 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 32,4 | 27,4 | 27,4 | 26,5 | 26,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 4,2 | 2,1 | 2,3 | 3,5 | 3,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE - PNADs 1972, 1976, 1986 1988 E 1990

TABELA 3.11 - NORDESTE

TAXA DE FORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA EXCLUINDO AS PESSOAS OCUPADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO DE 1976/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | TAXA DE FORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA | TAXA DE FORMALIDADE DA POP. OCUPADA Ñ AGRÍCOLA |
|-------------|---|---|
| 1976 | 8,4 | 19,6 |
| 1979 | 14,9 | 26,6 |
| 1986 | 15,4 | 26,9 |
| 1988 | 15,5 | 25,7 |

FONTE: M.T.B. - RAIS 1976, 1979, 1986 E 1988

NOTA: TAXA DE FORMALIDADE É A RELAÇÃO ENTRE O EMPREGO TOTAL DA RAIS E A POPULAÇÃO OCUPADA DA PNAD.

TABELA 3.12 - NORDESTE

**TAXA DE FORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA
AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1976/1988**

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | TAXA DE FORMALIDADE POP. OCUPADA | TAXA DE FORMALIDADE DA POP. AGRÍC. | TAXA DE FORMALIDADE DA POP. Ñ AGRÍC. |
|------|----------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 1976 | 11,1 | 0,2 | 25,9 |
| 1979 | 20,3 | 0,4 | 37,8 |
| 1986 | 23,7 | 0,7 | 41,4 |
| 1988 | 23,7 | 0,8 | 39,8 |

FONTE: M.T.B. - RAIS 1976, 1979, 1986 E 1988 E IBGE - PNADs (VÁRIOS ANOS)

NOTA: TAXA DE FORMALIDADE É A RELAÇÃO ENTRE O EMPREGO TOTAL DA RAIS E A POPULAÇÃO OCUPADA DA PNAD.

TABELA 3.13 - NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1976/1988

EM PERCENTAGEM (%)

| ANOS | AGRÍCOLA | INDÚSTRIA | COMÉRCIO | SERVIÇO | ADM. PÚBLICA | OUTRAS ATIVIDADES |
|------|----------|-----------|----------|---------|--------------|-------------------|
| 1976 | 1,2 | 30,7 | 14,8 | 25,4 | 22,0 | 5,9 |
| 1979 | 0,9 | 28,8 | 14,3 | 25,9 | 26,5 | 3,6 |
| 1986 | 1,3 | 24,4 | 11,7 | 25,0 | 34,8 | 2,8 |
| 1988 | 1,4 | 23,6 | 11,0 | 25,5 | 34,9 | 3,6 |

FONTE: M.T.B. - RAIS 1976, 1979, 1986 E 1988

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR SEXO E IDADE, DE 1960 A 1990

3.5.1- DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

A análise segundo participação por sexo indica que, para os homens (tabela 3.14), cresce a participação do trabalho assalariado que passa de 55,4% em 1960 e chega a atingir 67,6% em 1990. Já a participação do conta própria decresce de 40,1% em 1960 para 25,7% em 1990. Quanto ao trabalho assalariado, cresce os empregados com carteira assinada e sem carteira assinada, sendo que esses últimos, os chamados clandestinos, crescem mais do que aqueles com carteira de trabalho assinada. Além disso, parte importante do trabalhadores sem carteira de trabalho assinada(SCTA), são trabalhadores informais de microempresas.

No caso das mulheres , o emprego assalariado cresce um pouco mais do que para os homens. Mas, diferentemente dos homens, o emprego com carteira de trabalho assinada (CCTA), que era baixo em 1972, 15,8%, quase dobrou em 1990, passando a 30,2%; todavia, ainda é inferior ao nível de emprego com carteira assinada para os homens, 35,1%. Quanto aos empregados do sexo feminino, sem carteira de trabalho assinada, que situavam-se num nível bastante elevado em 1992, atingem 39,4% do total dos ocupados, sua participação, mesmo oscilando, apresenta tendência à redução e registram 36,9% em 1990. Portanto, as mulheres sem carteira de trabalho assinada, têm uma participação superior aos homens sem carteira de trabalho assinada e também supera a participação das próprias mulheres com carteira de

trabalho assinada. (vejam-se tabelas 3.14 e 3.15).

Quanto aos conta próprias, as mulheres têm uma participação decrescente de 42,1% em 1960 e se reduz para 26,1% em 1990 (tabela 3.15). Mas sua participação é superior a dos homens em quase todo os anos. Em 1990, os conta próprias mulheres representavam 26.1% do total dos ocupados, portanto, mais do que os conta próprias homens que representam 25,7%.

No mercado de trabalho urbano, os homens estão mais presentes no setor formal do que as mulheres, já estas, mais presentes no setor informal. Em 1972, mais mulheres estavam no setor informal do que em 1990. Por outro lado, os homens que em 1972 estavam presentes no setor informal, com elevada proporção do total do ocupados, decresce sua participação no setor. Portanto, com uma presença no setor informal menor do que a presença das mulheres. Tanto para as mulheres como para os homens, a principal ocupação dentro do setor informal é o trabalho por conta própria.

O comportamento dos homens e mulheres de 1972 a 1990, foi o mesmo do total dos ocupados, ou seja, houve uma menor absorção de mão-de-obra no setor informal e uma maior absorção no setor formal da economia do Nordeste (tabelas 3.14 e 3.15). O mesmo fato também pode ser observado quando juntamos aos informais, os trabalhadores clandestinos, no caso das mulheres, a queda de 82,6% de participação em 1972 para pouco mais de 66,5% em 1990, se deu pelo fato de ter ocorrido redução na participação das mulheres tanto no setor informal como na economia submersa. Mas, mesmo assim, uma participação acima de 66% é extremamente significativa e mostra que a maioria das mulheres se inserem no mercado de trabalho de modo precário. Quanto aos homens, essa queda da sua participação no setor informal e o aumento na economia submersa provocou uma redução moderada no total - setor informal mais economia submersa - Todavia, como no caso das mulheres, mantém um presença

TABELA 3.14 - NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E POR POSIÇÃO NA
OCUPAÇÃO NO PERÍODO 1960/1990

HOMEM
EM PERCENTAGEM (%)

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1960 | 1972 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| EMPREGADO | 55,4 | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | | 28,1 | 43,3 | 37,6 | 39,4 | 35,1 |
| EMPREGADO (SCTA) | | 24,8 | 23,7 | 31,2 | 28,3 | 32,5 |
| EMPREGADORES | 2,5 | 5,5 | 2,1 | 1,9 | 2,2 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 40,1 | 37,1 | 25,5 | 26,0 | 27,8 | 25,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 2,0 | 4,5 | 4,5 | 3,3 | 2,3 | 3,4 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960 E 1980 E PNADs DE 1972, 1976, 1986 E 1990

TABELA 3.15 - NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
NO PERÍODO 1960/1990

MULHER
EM PERCENTAGEM (%)

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1960 | 1972 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| EMPREGADO | 51,4 | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | | 15,8 | 29,9 | 30,0 | 29,2 | 30,2 |
| EMPREGADO (SCTA) | | 39,4 | 36,6 | 43,8 | 39,1 | 36,9 |
| EMPREGADORES | 0,4 | 1,5 | 0,6 | 0,6 | 2,1 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 42,1 | 38,2 | 30,9 | 24,4 | 27,3 | 26,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 6,1 | 5,1 | 2,0 | 1,2 | 2,3 | 3,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 E 1980 E PNADs DE 1972, 1976, 1986 E 1990

elevada, superior 61% em 1990.

Portanto, o comportamento dos homens e das mulheres indica haver uma segmentação no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Os homens têm maior oportunidade de se inserirem no mercado formal de trabalho, enquanto que as mulheres têm maior oportunidade de se inserirem no mercado informal. O mesmo se pode dizer em relação à economia submersa onde a mulher participa com uma presença maior do que os homens.

Considerando o conjunto do setor informal e economia submersa, apesar da mulher ter uma participação mais elevada que o homem, ambos, participam destes setores a nível bastante elevado em 1990, 61,6% e 66,5% respectivamente. Isso indica, também, que além de uma segmentação no mercado de trabalho urbano, há ainda uma inserção precária do grosso da população no mercado de trabalho.

As tabelas 3.14 e 3.15, mostram ainda que o emprego autónomo sofreu, no período de 1960 a 1990, uma queda de quase 15 pontos percentuais para os homens e de 16% para as mulheres. Os dados indicam que tanto para os homens como para as mulheres houve uma oscilação da participação percentual com tendência à redução dos conta próprias. Observamos que essa redução se deu tanto na expansão quanto na retração das atividades económicas. Mas, por outro lado, no emprego assalariado sem carteira assinada, é positivamente crescente, com evolução mais favorável no período de maior expansão económica (1969/1986), e na fase de relativa estagnação (1986/1990), mas sua participação é mais significativa nas fases de maior incerteza económica, ou seja, quando a inflação atinge 10% e mais ao mês. Ao contrário, o aumento do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada se dá nas fases de menos incertezas económicas.

A tabela 3.16, apresenta para o ano de 1990, as participações do emprego

assalariado com carteira de trabalho assinada (CCTA) e sem carteira de trabalho assinada (SCTA), no emprego total, segundo o tamanho do estabelecimento. A parcela empregada em empresas com mais de 5 empregados, com carteira de trabalho assinada, responde, em 1990, por 91% dos empregados nesse tipo de empresa. Quanto ao assalariamento com carteira de trabalho assinada em empresas com 5 ou menos empregados, foi de 8,3%.

Quanto aos empregados sem carteira de trabalho assinada, em empresas com mais de 5 empregados, foi de 41,7% e em empresas com 5 ou menos empregados foi de 58,3%. Os conta próprias tiveram uma participação de 98,5% em empresas de 5 ou menos empregados e de 1,5% em empresas de mais de cinco empregados. Assim, os conta próprias tem uma participação muito elevada na microempresa.

Em relação ao empregadores, 68,7% eram microempresários e apenas 31,3% eram pequenos, médios e grandes empresários. Observa-se ainda na tabela 3.16 que na categoria de empregados sem carteira de trabalho assinada, a proporção de trabalhadores informais é muito elevada, mais de 58% em 1990.

Considerando essa alta proporção de trabalhadores informais entre os empregados clandestinos, chega-se à conclusão de que pouco mais da metade dos ocupados em 1990 são trabalhadores informais e que esses trabalhadores encontram-se concentrados nas microempresas, mas tem participação na pequena, média e grande empresa e mais provavelmente na pequena empresa, na forma de trabalhador não remunerado, pois 15,2% do total dos não remunerados em 1990 estavam ocupados em empresas de mais de cinco empregados. Assim, como a maior parte dos clandestinos é trabalhador informal e como a proporção de clandestinos é muito elevada ao longo do período de 1972 a 1990, há fortes indícios de que a participação dos trabalhadores informais seja superior à metade dos trabalhadores ocupados.

TABELA 3.16 - NORDESTE**DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO A POSIÇÃO E O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS EM 1990****EM PERCENTAGEM (%)**

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS | | |
|---------------------|----------------------------|----------------------|-------|
| | DE 1 A 5 PESSOAS | DE 6 OU MAIS PESSOAS | TOTAL |
| EMPREGADO (CCTA) | 8,3 | 91,7 | 100,0 |
| EMPREGADO (SCTA) | 58,3 | 41,7 | 100,0 |
| CONTA PRÓPRIA | 98,5 | 1,5 | 100,0 |
| EMPREGADORES | 68,7 | 31,3 | 100,0 |

FONTE: IBGE - PNAD (SÍNTESE DE INDICADORES) 1989/1990

Como se ve na tabela 3.17A, a proporção de pessoas ocupadas nas microempresas é muito elevada. Assim, enquanto a microempresa emprega 61% dos ocupados em 1990, pequena, média e grande empresa (empresas que têm mais de cinco empregados), não chega a empregar 40% do total, ocupando precisamente 39% . Por conseguinte, a microempresa que representa mais da metade das empresas urbanas do Nordeste, também emprega mais da metade das pessoas ocupadas. As mulheres se empregam nas microempresas quase na mesma proporção que os homens (61,9%). Verifica-se também que a maioria das mulheres trabalham como domésticas, seja na sua própria residência (30,8%) e em outros domicílios (19,7%), perfazendo um total de 50,5% das mulheres ocupadas em 1990.

As informações por setores de atividade para o ano de 1990 foram agrupadas por tipos de indústria, tipo de serviços, comércio, outras atividades e setor agrícola. Grande parte das atividades econômicas do Nordeste se desenvolve sob relações tipicamente capitalista de produção e essas relações capitalistas se intensificam à medida que aumenta o nível de atividade da economia. Assim é que, em 1990 a economia nordestina tem um nível de assalariamento superior ao que existia em 1960. Mas, mesmo com esse avanço da economia tipicamente capitalista, alguns ramos se organizam, predominantemente, através da microempresa informal como o comércio a varejo e serviços pessoais. Em outros ramos, dominados pela empresa formal, subsiste, ainda, espaço para a produção informal como na indústria de transformação e principalmente na indústria de construção.

A tabela 3.17B, mostra que em 1990 a microempresa esteve presente na indústria de transformação e outras indústrias, empregando 36,5% do pessoal ocupado nessas indústrias. Na indústria de construção a microempresa tem uma maior importância, empregando quase 54% do total dos empregados. A grande importância da microprodução se dá por ordem de importância, nas atividades de prestação de serviço, empregando 85,2% dos ocupados, no comércio de mercadorias ocupando 73,6%, nos serviços auxiliares da atividade econômica

TABELA 3.17A- NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DA PESSOAS OCUPADAS POR SEXO, O NÚMERO
DE PESSOAS E O LOCAL DO ESTABELECIMENTO EM 1990

EM PERCENTAGEM (%)
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS

| NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR LOCAL, SEXO E POR ESTABELECIMENTO | PESSOAS OCUPADAS |
|---|-----------------------------|
| TOTAL | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 61,0 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 39,0 |
| HOMEM | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 61,0 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 39,0 |
| MULHER | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 60,9 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 39,1 |
| HOMENS DE 1 A 5 PESSOAS | 100,0 |
| AGRÍCOLA | 58,9 |
| LOJA, GALPÃO, OFICINA, ESCRITÓRIO ETC | 21,5 |
| VEÍCULOS | 2,7 |
| NO DOMICÍLIO QUE MORA | 2,5 |
| OUTROS DOMICÍLIOS | 7,1 |
| VIA PÚBLICA | 5,8 |
| OUTRO | 1,5 |
| MULHER DE 1 A 5 PESSOAS | 100,0 |
| AGRÍCOLA | 28,7 |
| LOJA, GALPÃO, OFICINA, ESCRITÓRIOS, ETC | 16,0 |
| VEÍCULOS | 0,0 |
| NO DOMICÍLIO QUE MORA | 30,8 |
| OUTROS DOMICÍLIOS | 19,7 |
| VIA PÚBLICA | 3,8 |
| OUTROS | 1,0 |

FONTE: IBGE - PNAD (SÍNTESE DE INDICADORES) 1989/1990

TABELA 3.17B - NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO O NÚMERO DE
PESSOAS, E OS RAMOS DE ATIVIDADE EM 1990

EM PERCENTAGEM (%)
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS

| NÚMERO DE OCUPADOS POR RAMOS DE ATIVIDADES | PESSOAS OCUPADAS |
|--|-----------------------------|
| TOTAL | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 61,0 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 39,0 |
| AGRÍCOLA | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 77,1 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 22,9 |
| INDÚSTRIA, DE TRANSFORMAÇÃO E OUTRAS INDÚSTRIAS | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 36,5 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 63,5 |
| INDÚSTRIA, DE CONSTRUÇÃO | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 53,8 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 46,2 |
| COMÉRCIO, DE MERCADORIAS | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 73,6 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 26,4 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 85,2 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 14,8 |
| SERV. AUX. ATIV. ECONÔMICA | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 52,0 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 48,0 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 100,0 |
| DE 1 A 5 PESSOAS | 14,7 |
| DE 6 OU MAIS PESSOAS | 85,3 |

FONTE: IBGE - PNAD (SÍNTESE DE INDICADORES) 1989/1990

absorvendo 52% da mão-de-obra aí ocupada e, em outras atividades, 14,7%.

Essas informações indicam que mesmo com um longo período de expansão econômica, com altas taxas do PIB, essa prosperidade não implicou numa redução significativa do espaço informal. A elevada presença do setor informal na indústria de construção civil, na prestação de serviços, no comércio de mercadoria e nos serviços auxiliares da atividade econômica, são indícios fortes de que o setor informal ocupa um espaço significativo no mercado de bens e serviços e no mercado de trabalho nordestino. Em outras palavras, o mercado de trabalho urbano do nordeste caracteriza-se pela presença significativa de trabalhadores do sexo masculino, de trabalhadores informais, de pequenas empresas e a maior fração da população se insere no mercado de trabalho de forma precária, seja na forma de trabalhador clandestino ou na forma de trabalhador informal, uma vez que, juntos, estes dois setores representam mais de 60% dos empregados em todos os anos analisados.

As informações contidas na tabela 3.18 fornecem forte indicação de que a maioria das pessoas ocupadas precariamente não está satisfeita com a posição que ocupam no mercado de trabalho. Por grupo de idade, das crianças aos adultos de até 59 anos de idade, em sua maioria, desejam mudar de emprego para uma ocupação com carteira de trabalho assinada. Verifica-se que dentre os que desejam mudar de emprego, 81,9% eram jovens, 70,8% eram adultos de 18 a 39 anos, 50% eram menores de 10 a 14 anos de idade e apenas 25,8% eram adultos de 60 anos ou mais. Com isso, percebe-se, claramente, que uma proporção bastante representativa das crianças e adultos desejam mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada.

Por sexo, 63,2% dos homens e 63,9% das mulheres desejavam mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada. Por posição na ocupação, 79,7% dos empregados sem carteira de trabalho assinada desejavam ter um emprego com carteira de trabalho

TABELA 3.18 - NORDESTE

PESSOAS OCUPADAS QUE TINHAM INTERESSE EM MUDAR PARA UM EMPREGO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA EM 1990

EM PERCENTAGEM (%)
PESSOAS QUE DESEJAM TER EMPREGO COM CARTEIRA ASSINADA

| CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS OCUPADAS QUE DESEJAM MUDAR DE EMPREGO | PESSOAS QUE DESEJAM MUDAR DE EMPREGO |
|--|---|
| GRUPO DE IDADE | |
| DE 10 A 14 ANOS | 70,4 |
| DE 15 A 17 ANOS | 81,9 |
| DE 18 A 39 ANOS | 70,8 |
| DE 40 A 59 ANOS | 50,0 |
| DE 60 E MAIS ANOS | 21,8 |
| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | |
| EMPREGADO (SCTA) | 79,7 |
| CONTA PRÓPRIA | 51,3 |
| EMPREGADOR | 21,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 65,7 |
| POR SEXO | |
| HOMEM | 63,2 |
| MULHER | 63,9 |
| CLASSE DE SALÁRIO | |
| MENOS DE 1 S. MÍNIMO | 74,0 |
| DE 1 A MENOS DE 2 S. MÍNIMO | 63,0 |
| DE 2 A MENOS DE 3 S. MÍNIMO | 50,1 |
| DE 3 A MENOS DE 5 S. MÍNIMO | 37,4 |
| DE 5 A MENOS DE 10 S. MÍNIMO | 22,4 |
| DE 10 E MAIS S. MÍNIMO | 7,3 |

FONTE: IBGE - PNAD (SÍNTESE DE INDICADORES) 1989/1990

NOTA: OS VALORES REPRESENTAM AS PROPORÇÕES DE PESSOAS OCUPADAS EM RELAÇÃO AS PESSOAS OCUPADAS. SENDO QUE, NAS PESSOAS OCUPADAS, ESTÃO EXCLUIDAS OS MILITARES, ESTATUTÁRIOS E EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA.

assinada. Dos conta próprias, 51,3% desejavam mudar de posição na ocupação e entre os empregadores, pela sua posição mais favorável, apenas 21,7% deles, desejavam ter um emprego com carteira de trabalho assinada. Por classe de salários, mais da metade das pessoas que ganham até três salários mínimos desejam ter um emprego tipicamente formal.

Portanto, percebe-se claramente que, por classe de salário, as pessoas que desejavam mudar de emprego são, na sua grande maioria, aquelas que ganham menos e quanto menor a faixa de salário que ocupam, maior o desejo de mudar para um emprego tipicamente formal. Por idade, apenas os mais idosos, por sua posição reconhecidamente conservadora no sentido de sua maior aversão às mudanças, aqueles que desejavam mudar de emprego representavam pouco mais de um quarto. Por posição na ocupação, apenas os empregadores, por sua condição favorável de gerente etc, na sua grande maioria não desejavam mudar de emprego.

Esses dados indicam que os mais pobres e aqueles que ocupavam uma posição em condições gerais de trabalho inferiores aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, gostariam de mudar para esta posição na ocupação. Como aqueles que desejavam mudar de emprego representam a maioria das pessoas, quer sejam por grupo de idade, por sexo, por posição na ocupação e por ganharem pouco, chega-se a conclusão de que a maioria das pessoas que ocupam posição precária no mercado de trabalho deseja mudar para um emprego formal.

Nota-se, também, que para a categoria de representantes típicos da economia submersa, mais de 79% desejavam sair dessa condição e passar para o setor formal. Já para os conta próprias, representantes típicos do setor informal, em sua maior parte, 51,3%, desejavam sair do setor informal para ingressar no setor formal. Por conseguinte, a condição de trabalhador formal era desejada pela maioria da população ocupada na economia submersa e

setor informal, o que demonstra que a maior parte dos trabalhadores informais e da economia submersa trabalham em condições precárias, no sentido de que não têm um contrato legal de trabalho e, portanto, não são protegidos pela legislação trabalhista e porque percebem salários baixos em relação aos trabalhadores tipicamente formais.

3.5.2 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO

Para analisar a evolução da participação das pessoas ocupadas, foi necessário dividi-las em 5 grupos etários: de 10 a 14 anos, de 15 a 24 anos, de 25 a 49 anos, de 50 a 59 anos e de 60 e mais anos. As pessoas de 10 a 14 anos, representam os menores no mercado de trabalho, as de 15 a 24 representam os jovens, e acima de 24 anos são considerados adultos.

Observando as tabelas 3.19 e 3.20, nota-se que a maioria dos ocupados estão na faixa de idade de 15 a 49 anos, sendo que o grupo etário de 25 a 49 é aquele que proporcionalmente conquista mais postos de trabalho. O grupo de 10 a 14 anos e o segmento de 60 anos e mais, são os dois grupos que proporcionalmente conquistam a menor fatia do mercado de trabalho. Isso verifica-se em todos os anos do período analisado, tanto para os homens como para as mulheres.

As tabelas 3.19 e 3.20 mostram, também, que os menores (10 a 14 anos) e os idosos (60 anos e mais), tanto homens como mulheres inserem-se no mercado de trabalho de forma precária, sendo que as mulheres mais do que os homens. No período 1972 a 1990, os menores

TABELA 3.19 - NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPO ETÁRIO E POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO SETOR NÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1960/1990

HOMEM
EM PORCENTAGEM (%)

| GRUPOS DE IDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1960 | 1972 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 10 A 14 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 64,7 | 61,0 | 61,7 | 66,3 | 71,9 | 67,2 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 4,1 | 4,3 | 4,5 | 4,5 | 4,7 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 56,9 | 57,4 | 61,8 | 67,4 | 62,5 |
| EMPREGADORES | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| CONTA PRÓPRIA | 23,5 | 23,0 | 24,7 | 25,4 | 25,8 | 29,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 11,8 | 16,0 | 11,6 | 8,6 | 2,3 | 3,1 |
| 15 A 24 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 65,4 | 63,2 | 66,0 | 74,6 | 68,0 | 68,1 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 28,7 | 39,7 | 50,5 | 43,7 | 38,2 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 34,5 | 26,3 | 24,1 | 24,3 | 29,9 |
| EMPREGADORES | 1,0 | 1,2 | 0,5 | 0,5 | 2,1 | 3,7 |
| CONTA PRÓPRIA | 28,7 | 24,7 | 22,6 | 20,1 | 27,6 | 24,8 |
| NÃO REMUNERADOS | 4,8 | 10,9 | 10,9 | 4,8 | 2,3 | 3,4 |
| 25 A 49 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 54,0 | 50,4 | 66,8 | 66,0 | 67,1 | 67,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 32,1 | 35,8 | 32,3 | 33,8 | 35,6 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 18,3 | 31,0 | 33,7 | 33,3 | 31,4 |
| EMPREGADORES | 2,8 | 7,7 | 2,4 | 2,4 | 2,2 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 42,5 | 41,5 | 27,0 | 29,0 | 28,3 | 26,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 0,7 | 4,0 | 3,8 | 2,6 | 2,4 | 3,6 |
| 50 A 59 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 47,0 | 47,8 | 59,6 | 55,3 | 61,9 | 61,1 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 28,0 | 38,5 | 34,6 | 40,6 | 35,7 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 18,9 | 21,1 | 20,7 | 21,3 | 25,4 |
| EMPREGADORES | 3,7 | 7,2 | 3,6 | 3,8 | 2,7 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 48,5 | 45,9 | 36,5 | 40,9 | 33,1 | 32,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 0,8 | ... | 0,3 | ... | 2,3 | 3,5 |
| 60 ANOS E MAIS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 40,8 | 42,3 | 47,0 | 48,5 | 59,1 | 59,5 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 25,0 | 30,0 | 34,0 | 40,0 | 33,8 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 17,3 | 17,0 | 14,5 | 19,1 | 25,7 |
| EMPREGADORES | 4,2 | 7,7 | 5,2 | 3,5 | 2,3 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 53,8 | 48,1 | 47,1 | 45,3 | 36,0 | 33,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 1,2 | 1,9 | 0,7 | ... | 2,4 | 3,5 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 E 1980 E PNADs DE 1972, 1976, 1986 E 1990

NOTA: PARA O ANO DE 1960 OS EMPREGADOS NÃO FORAM CLASSIFICADOS EM EMPREGADOS (CCTA) E EMPREGADOS (SCTA), MAS SIMPLSMENTE POR EMPREGADOS.

TABELA 3.20 - NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR GRUPOS ETÁRIOS E POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO SETOR NÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1960/1990

MULHER
EM PORCENTAGEM (%)

| GRUPOS DE IDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1960 | 1972 | 1976 | 1980 | 1986 | 1990 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 10 A 14 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 77,4 | 85,4 | 81,4 | 79,0 | 77,4 | 65,6 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 10,9 | 7,4 | 4,4 | 4,2 | 4,1 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 74,5 | 74,0 | 74,6 | 73,2 | 61,5 |
| EMPREGADORES | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| CONTA PRÓPRIA | 13,3 | 12,6 | 14,7 | 15,8 | 20,0 | 30,5 |
| NÃO REMUNERADOS | 11,3 | 2,0 | 3,9 | 5,2 | 2,6 | 3,9 |
| 15 A 24 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 59,0 | 65,1 | 70,9 | 72,7 | 68,2 | 68,1 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 15,9 | 30,2 | 30,9 | 20,5 | 32,3 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 49,2 | 40,7 | 41,8 | 47,7 | 35,8 |
| EMPREGADORES | ... | 1,0 | 0,2 | 0,2 | 2,1 | 3,2 |
| CONTA PRÓPRIA | 31,6 | 28,7 | 26,2 | 26,0 | 27,3 | 25,2 |
| NÃO REMUNERADOS | 9,4 | 5,2 | 2,3 | 1,1 | 2,4 | 3,5 |
| 25 A 49 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 48,8 | 50,2 | 58,4 | 69,7 | 68,3 | 66,5 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 16,4 | 30,7 | 31,4 | 36,9 | 30,6 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 33,8 | 27,7 | 38,3 | 31,4 | 35,9 |
| EMPREGADORES | 0,5 | 2,1 | 0,8 | 0,8 | 2,1 | 3,4 |
| CONTA PRÓPRIA | 46,8 | 43,5 | 39,0 | 28,6 | 27,4 | 26,4 |
| NÃO REMUNERADOS | 3,9 | 4,2 | 1,8 | 0,9 | 2,2 | 3,7 |
| 50 A 59 ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 34,5 | 36,5 | 51,2 | 57,6 | 67,8 | 63,2 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 10,3 | 23,3 | 14,7 | 28,6 | 30,2 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 26,2 | 27,9 | 42,9 | 39,2 | 33,0 |
| EMPREGADORES | 1,7 | 0,8 | 1,7 | 1,3 | 2,6 | 3,2 |
| CONTA PRÓPRIA | 62,1 | 58,7 | 45,3 | 39,9 | 27,3 | 30,0 |
| NÃO REMUNERADOS | 1,7 | 4,0 | 1,8 | 1,2 | 2,3 | 3,6 |
| 60 E MAIS ANOS DE IDADE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO | 25,0 | 26,2 | 31,5 | 36,1 | 34,1 | 31,8 |
| EMPREGADO (CCTA) | ... | 6,5 | 14,8 | 12,6 | 15,3 | 12,3 |
| EMPREGADO (SCTA) | ... | 19,7 | 16,7 | 23,5 | 18,8 | 19,5 |
| EMPREGADORES | ... | 1,6 | ... | 2,0 | 3,5 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 70,0 | 70,5 | 68,5 | 59,9 | 60,0 | 60,0 |
| NÃO REMUNERADOS | 5,0 | 1,7 | ... | 2,0 | 2,4 | 3,1 |

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 E 1980 E PANDs DE 1972, 1976, 1986 E 1990.

NOTA: PARA O ANO DE 1960 NÃO HOUVE CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS POR CARTEIRA ASSINADA E NÃO ASSINADA, SENDO SIMPLEMENTE EMPREGADO

homens tiveram uma participação muito elevada no setor informal e na economia submersa. O número de trabalhadores clandestinos, que atinge mais da metade dos menores ocupados, cresce na década de oitenta, e, em 1986, atinge mais de 67% dos ocupados.

Na verdade, esse tipo de trabalhador clandestino, é, na sua grande maioria trabalhadores informais. Portanto, os menores homens, se inserem predominantemente, no setor informal. Quanto aos idosos homens, também se inserem em grau elevado no setor informal e na economia submersa, em 1972 eles representam 87,3% dos ocupados; sofre um ligeira queda no período e atinge mais de 62% em 1990. O assalariamento clandestino ao longo do período é, em sua maior parte, originado no setor informal. Por conseguinte, ao longo do período, tanto os menores quanto os mais idosos, participam em grau elevado no setor informal da economia do Nordeste.

Para as mulheres de 10 a 14 anos, o grau de participação na economia submersa e no setor informal é elevado; maior do que o nível de participação dos homens, e cresce em todo o período, chegando a alcançar 95,9% dos menores ocupados. Como no caso dos homens, as mulheres nessa faixa de idade, participam da economia submersa em grau bastante elevado, 61,5% em 1991. Apesar dos dados não mostrarem claramente, há fortes indícios de que grande parte dessa mão-de-obra clandestina, ser na verdade, mão-de-obra informal. Assim, como para os homens, as mulheres dessa faixa de idade se inserem majoritariamente no setor informal.

Para as mulheres idosas (de 60 anos e mais), a realidade do mercado de trabalho não é muito diferente, apesar de terem uma participação inferior à dos menores na economia submersa, sua participação como autônomas é muito elevada em todo o período, nunca sendo inferior a 60% dos ocupados. Portanto, para esse segmento os dados da ocupação autônoma mostram claramente que as mulheres idosas participam em grau bastante elevado do setor informal, pois em 1990, 60% das idosas ocupadas eram autônomas. Por conseguinte, sua

participação no setor informal é bastante elevada.

Em outros termos, tanto para os trabalhadores homens como para as mulheres, menores de idade e idosos, estes se inserem no mercado de trabalho urbano, na sua maior fração no setor informal e apenas uma pequena parcela destes trabalhadores se inserem no mercado formal de trabalho.

Quanto aos jovens (15 a 24 anos), em seu conjunto, diminuíram sua participação no setor informal e na economia submersa juntas. Os homens, de um total de 70% em 1972, decresce para 58,1% em 1990. Mesmo tendo diminuído sua inserção em setores de condições de trabalho precários, os jovens, principalmente as mulheres, ainda participam destes setores com uma proporção bastante elevada.

Para as mulheres jovens, sua inserção no setor informal e na economia submersa juntas, foi de 83,1% em 1972 e cai para 64,5% em 1990. Portanto sua inserção em setores de condições gerais de trabalho precárias, é bastante instável e se dá em proporções elevadas, maior do que a participação dos homens jovens.

A inserção dos jovens como conta própria, diminui durante a fase de maior expansão econômica e aumenta na fase de maior retração do nível de atividade, registrando em 1990 praticamente o mesmo nível que alcançara em 1972. A ocupação de conta própria está muito relacionada à idade do trabalhador, nota-se que quanto maior a sua idade, maior também a proporção de trabalhadores como conta próprias. Isto pode ser um indicador de menores oportunidade de emprego formal para os adultos de baixo nível de atividade.

Para os trabalhadores adultos, principalmente aqueles de maior nível de atividade (25 a 49 anos), há uma maior inserção no setor formal da economia nordestina. Mas, mesmo

neste segmento da população, o total de ocupados no setor informal, bem como na economia submersa, é significativamente elevado, sendo mais elevado para as mulheres do que para os homens. Estes representavam 61% dos adultos ocupados em 1990, enquanto as mulheres somavam 66%.

Em suma, apesar de ter melhorado a sua forma de inserção, no período de 1960 a 1990 as mulheres ainda se inserem no mercado de trabalho urbano de modo mais desfavorável do que os homens. Os homens também melhoraram sua participação no mercado formal de trabalho, mas tanto homens quanto mulheres ainda mantêm uma proporção muito elevada de sua mão-de-obra ocupada, participando do mercado de trabalho em condições gerais, bastante precárias. Nesse sentido, o longo período de expansão econômica pouco contribuiu para melhorar a situação de subemprego e subremuneração em que vive e trabalha o grosso dos trabalhadores nordestinos.

Mesmo no período de maior expansão econômica de 1966 a 1986, a quantidade de trabalhadores que se inseriu no setor informal e na economia submersa é muito elevada. Entretanto, registrou-se uma pequena melhora com uma pequena redução do número de conta próprias e também um pequeno aumento dos trabalhadores formais no segmento da população adulta. Nos outros segmentos, o que se observou foi um aumento dos trabalhadores que vivem em condições precárias.

3.6 - HORAS TRABALHADAS

A análise da tabela 3.21 mostra que é na fase de maior expansão econômica (1972 a 1986) que as horas trabalhadas por semana aumentam e, na fase de crescimento mais, modesto 1986/1990, o número de horas trabalhadas cai. Verifica-se, portanto, que até 1986 a proporção de trabalhadores que trabalham até 39 horas é relativamente pequena e que essa proporção aumenta à medida que cai o nível de atividade da economia, chegando a 31.3% do total dos trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores que trabalham de 40 a 48 horas, correspondem ao grosso dos ocupados e que essa frequência se reduz à medida em que se retrai o nível de atividade da economia.

Assim, durante a fase de maior expansão econômica a jornada de trabalho é alta, pois uma proporção elevada de trabalhadores trabalham de 40 a 48 e de 49 e mais horas e, na fase de retração da atividade econômica, essa proporção diminui. Nesse sentido a jornada de trabalho é uma variável de ajuste do mercado de trabalho.

Para todos os anos e para quase todas as categorias de trabalhadores a maior proporção de ocupados trabalhavam de 40 a 48 horas semanais. A exceção são os trabalhadores não remunerados cuja maior proporção de ocupados trabalham até 39 horas semanais. Observa-se, também, que os trabalhadores representantes típicos do setor formal trabalham proporcionalmente mais do que os trabalhadores clandestinos e do que os trabalhadores informais. A explicação para isso está no fato de que os trabalhadores formais são regidos por um contrato formal de trabalho que determina um período contínuo e um mínimo de horas a serem trabalhadas. No caso dos clandestinos e informais não há nenhuma

obrigação formal de cumprir um horário rígido e também seu trabalho não exige uma semana contínua de trabalho, podendo trabalhar menos dias por semana do que os trabalhadores formais.

Na verdade, para os trabalhadores clandestinos não lhes é oferecido um trabalho contínuo e no caso dos informais, como os não remunerados, seu trabalho também é esporádico, por isso mesmo, tanto os trabalhadores clandestinos quanto os informais trabalham menos do que os formais (veja-se tabela 3.22). Nessa tabela vê-se que as proporções de trabalhadores clandestinos, conta própria e não remunerados que trabalham até 39 horas semanais, são bastante inferiores em proporção dos trabalhadores formais.

Em 1990, 40,2% dos empregados clandestinos trabalhavam até 39 horas semanais, já os conta próprias representavam 39,8% e os não remunerados chegam a atingir 59% dos trabalhadores de sua categoria, que trabalham até 39 horas semanais. Quanto ao empregado formal, em todos os anos, esteve abaixo dos 23,9% registrado em 1990. Verifica-se, ainda, que os trabalhadores clandestinos e os conta próprias estão mais presentes no intervalo alto, ou seja, trabalham proporcionalmente mais do que os formais no intervalo de 49 horas e mais.

Assim a distribuição da PEA por faixa de horas trabalhadas por semana, mostra diferenças significativas entre os trabalhadores formais, os clandestinos e o informais. Como vimos, a proporção de informais e clandestinos é maior que aquela dos formais, tanto no intervalo baixo (até 39 horas), como no intervalo alto (de 49 ou mais horas). Por outro lado, a proporção de formais é maior que a de informais e clandestinos na faixa média (40 a 48 horas semanais).

Este resultado mostra, por um lado, a maior variabilidade da jornada de Trabalho dos trabalhadores clandestinos e informais com relação ao formais, ou seja, uma maior

TABELA 3.21 - NORDESTE: PEA URBANA OCUPADA POR HORAS DE TRABALHO SEMANAL NO PERÍODO 1972/1990

**EM PERCENTAGEM (%)
PESSOAS OCUPADAS**

| ANOS | HORAS TRABALHADAS POR SEMANA | | | |
|------|------------------------------|------------------|--------------------|-------|
| | ATÉ 39 HORAS | DE 40 A 48 HORAS | DE 49 E MAIS HORAS | TOTAL |
| 1972 | 22,0 | 51,3 | 26,7 | 100,0 |
| 1976 | 16,8 | 58,2 | 25,0 | 100,0 |
| 1979 | 21,8 | 51,0 | 27,2 | 100,0 |
| 1986 | 24,7 | 48,4 | 26,9 | 100,0 |
| 1988 | 28,8 | 47,5 | 23,7 | 100,0 |
| 1990 | 31,3 | 49,2 | 19,5 | 100,0 |

FONTE: IBGE - PNADs (VÁRIOS ANOS)

TABELA 3.22 - NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR HORAS TRABALHADAS E POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO SETOR NÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1972/1990

| HORAS TRABALHADAS E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | EM PERCENTAGEM (%) PESSOAS OCUPADAS | | | | | |
|--|--|------|------|------|------|------|
| | 1972 | 1976 | 1979 | 1986 | 1988 | 1990 |
| ATÉ 39 HORAS TRABALHADAS | | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | 16,9 | 13,1 | 13,1 | 19,5 | 22,2 | 23,9 |
| EMPREGADO (SCTA) | 31,2 | 25,2 | 30,5 | 35,5 | 38,2 | 40,2 |
| EMPREGADORES | 5,1 | 11,2 | 6,2 | 6,2 | 9,5 | 10,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 30,5 | 24,4 | 31,2 | 34,5 | 37,7 | 39,8 |
| NÃO REMUNERADOS | 40,6 | 43,4 | 55,1 | 60,4 | 59,4 | 59,0 |
| TOTAL | 22,0 | 16,8 | 24,5 | 24,7 | 26,9 | 34,3 |
| DE 40 A 48 HORAS TRABALHADAS | | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | 54,0 | 62,9 | 56,5 | 55,1 | 53,0 | 55,6 |
| EMPREGADO (SCTA) | 46,3 | 47,3 | 38,2 | 35,5 | 31,8 | 34,1 |
| EMPREGADORES | 46,2 | 53,8 | 39,2 | 51,0 | 38,6 | 48,1 |
| CONTA PRÓPRIA | 47,2 | 48,1 | 37,8 | 34,5 | 32,3 | 33,3 |
| NÃO REMUNERADOS | 47,4 | 39,4 | 29,3 | 28,0 | 26,0 | 23,2 |
| TOTAL | 51,3 | 58,2 | 44,7 | 48,4 | 46,9 | 41,2 |
| DE 49 E MAIS HORAS TRABALHADAS | | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | 29,1 | 24,0 | 30,4 | 25,4 | 24,8 | 20,5 |
| EMPREGADO (SCTA) | 22,5 | 27,5 | 31,3 | 29,4 | 30,0 | 25,7 |
| EMPREGADORES | 48,7 | 35,0 | 54,6 | 42,8 | 51,9 | 41,6 |
| CONTA PRÓPRIA | 22,3 | 27,5 | 31,0 | 31,0 | 30,0 | 26,9 |
| NÃO REMUNERADOS | 12,3 | 17,0 | 15,6 | 11,6 | 14,2 | 17,8 |
| TOTAL | 26,7 | 25,2 | 30,8 | 26,9 | 26,2 | 24,5 |

FONTE: IBGE PNAD: DE 1972, 1976, 1979, 1986, 1988 E 1990.

flexibilidade na jornada de trabalho dos informais perante a subordinação, a rigidez e continuidade da jornada de trabalho na empresa capitalista. No período de menor expansão econômica reduz-se a jornada de trabalho de modo geral (ver tabela 3.21), sendo que a maior redução se dá para os trabalhadores clandestinos e informais. Nesta fase, os clandestinos e informais tiveram uma participação crescente no intervalo mais baixo (até 39 horas semanais). No setor informal, o conta própria tem uma jornada de trabalho mais alta com uma diferença significativa em relação ao trabalhador familiar não remunerado.

Esses dados indicam que, no caso da empresa capitalista, o desaquecimento da demanda agregada resulta num aumento do desemprego e redução da jornada de trabalho daqueles que garantem sua ocupação. Essa redução pode se dar através da redução das horas extraordinárias, da contratação com jornada parcial, ou redução direta da jornada pela empresa, visando reduzir os custos relacionados com a permanência dos trabalhadores em situação de baixa utilização da capacidade instalada.

Em relação ao trabalhador informal, a redução das horas trabalhadas pode ser resultado de uma redução de seu espaço econômico frente à deterioração da renda agregada e por outro lado, pode ser em parte devido ao crescimento dos produtores e comerciantes informais num espaço regional cada vez mais reduzido. Com o desaquecimento da economia, houve uma queda da renda média e isso desestimulou o trabalhador por conta própria que reduziu sua jornada de trabalho, ou seja, o trabalhador por conta própria, em face de um desaquecimento da economia permanece menos tempo no núcleo de trabalho diante da menor frequência de fregueses. Assim, a redução da jornada de trabalho estaria gerando uma maior precarização do trabalho na economia submersa e no setor informal.

Finalmente, cabe analisar a situação do empregador. Os dados disponíveis nas PNADs não permitem classificar os empregadores em formais e informais, são simplesmente

empregadores, o que se pode dizer sobre eles é que têm jornada de trabalho significativamente alta. De todas as categorias é a que tem mais participação no intervalo alto e ao mesmo tempo a menor participação no intervalo baixo. Mas sua participação se concentra no intervalo médio e no intervalo alto. Provavelmente, o microempresário esteja aí representado, e é o que tem a maior jornada de trabalho, superando as outras categorias informais.

Como todas as outras categorias, os empregadores também reduziram sua jornada de trabalho com o desaquecimento da economia nordestina. Há indícios fortes de que essa redução se dá mais na parte informal do que na fração formal.

Em síntese, com o desenvolvimento econômico registrado nos últimos trinta anos no nordeste brasileiro, (1960 a 1990), houve um certo crescimento no nível de ocupação da mão-de-obra formal, expresso, principalmente, pelo trabalhador com carteira de trabalho assinada pelo empregador, mas o maior crescimento registrou-se nos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada pelo empregador e nos microempresários. Como para o ano de 1990 há dados que confirmam que a maior parte dos trabalhadores sem carteira trabalham em empresas de 5 ou menos empregados, conclui-se que a sua maior parte são trabalhadores informais e chega-se ao resultado de que os informais representam a maior parcela dos trabalhadores urbanos do Nordeste..

3.7 - COMPORTAMENTO DOS RENDIMENTOS

Neste estudo serão utilizados para análise a faixa de renda em salários mínimo, a renda média e a mediana. A grande maioria dos estudos sobre renda tendem a usar a média, por ser um indicador mais frequentemente divulgado. O próprio PREALC utilizou a renda média em seus trabalhos. Mas como é de todo conhecida, a média tende a ser mais sensível as variações dos valores extremos.

É consenso nas análises empíricas sobre os níveis de renda, cuja fonte de informação é o painel domiciliar, que são dados subestimados. Este viés ocorre com mais frequência nos dois extremos da distribuição. Os trabalhadores de renda mais baixa são bastante desinformados e não consideram os pagamentos em espécie e os adicionais como vale transporte, alimentação e acesso a cooperativas etc. Já os trabalhadores de renda mais elevada, a omissão é proposital e diz respeito aos salários indiretos e outros benefícios, todavia, estima-se que a subestimação seja maior para os trabalhadores de renda mais elevadas do que nas rendas inferiores¹⁴². Uma outra questão, na análise sobre rendimentos reais exige-se a utilização de um deflator e o utilizado neste estudo foi o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) do IBGE, com base em março de 1986 = 100.

¹⁴² - veja-se Cacciamali em trabalho apresentado no Seminário de Avaliação das PNADs, realizado em junho de 1988.

3.7.1 - RENDIMENTOS DA PEA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A tabela 3.23 apresenta os valores dos rendimentos médios mensais reais da PEA no período de 1970 a 1990. Observa-se que a renda média para o total dos trabalhadores, cai em todo o período. Ela que em 1970 era de 3,9 salários mínimos de 1970, passa em 1979 para 2,6 salários mínimos de 1970, em março de 1986. Portanto, no início do plano cruzado, o rendimento médio por trabalhador, e para todos os trabalhadores cai para 1,4 salários mínimos de 1970, e, em 1990, registra-se mais uma pequena queda e atinge 1,3 salários mínimos de 1970 que era precisamente de cr\$ 694.877,49¹⁴³.

Percebe-se ainda que, em 1970, 47% do total dos empregados ganhavam cr\$ 395.000,00 mensais, pouco mais da metade de um salário mínimo de 1970; em 1979, 47% dos trabalhadores percebiam cr\$ 479.000,00 mensais, que corresponde a 69% do valor de um salário mínimo, portanto, em 1979, os trabalhadores de renda mais baixa estavam em melhor situação do que em 1970. Em 1986, reduz-se o número de ocupados que ganhavam abaixo de um salário mínimo, ou seja, 36% dos ocupados percebiam cr\$ 417.000,00, que é um valor inferior àquele pago em 1979 aos trabalhadores de renda mais baixa, mas é superior ao valor pago a esses trabalhadores em 1970. Em 1990, 33% dos empregados percebem apenas cr\$ 167.000,00 (veja-se tabela 3.23).

Assim, durante a fase de expansão da economia nordestina 1966/1986, os trabalhadores de renda inferior a um salário mínimo tiveram uma pequena melhora em seu salário mensal. Todavia, na fase de retração da economia 1986/1990, a renda mensal desses

¹⁴³ - Todos os dados de rendimentos estão em termos reais com base em março de 1986 - 100.

TABELA 3.23 - PEA E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL NO SETOR NÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTOS MENSAL 1970/1990. (BASE MARÇO 1986=100)

| CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL | EM MILHARES | | | | EM MIL CRUZEIROS | | | |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|---------------|---------------|--------------|
| | PEA URBANA | | | | PEA RENDIMENTO MÉDIO REAL | | | |
| | 1970 | 1979 | 1986 | 1990 | 1970 | 1979 | 1986 | 1990 |
| TOTAL | 3156 | 5841 | 8070 | 9716 | 2.728 | 1.827 | 1.892 | 901 |
| ATÉ 1 S.M. | 1476 | 2726 | 2914 | 3244 | 395 | 479 | 417 | 167 |
| MAIS DE 1 A 2 S.M. | 943 | 1485 | 2001 | 2244 | 980 | 1.269 | 1.025 | 414 |
| MAIS DE 2 A 3 S.M. | 286 | 527 | 830 | 923 | 1.709 | 2.185 | 1.734 | 704 |
| MAIS DE 3 A 5 S.M. | 164 | 447 | 831 | 1074 | 2.600 | 2.481 | 2.717 | 819 |
| MAIS DE 5 A 7 S.M. | 74 | 158 | 330 | 450 | 4.176 | 3.425 | 3.637 | 1.116 |
| MAIS DE 7 A 10 S.M. | 57 | 103 | 220 | 300 | 4.493 | 3.722 | 3.938 | 1.229 |
| MAIS DE 10 A 15 S.M. | 41 | 91 | 150 | 214 | 8.530 | 7.500 | 7.697 | 2.817 |
| MAIS DE 15 S.M. | 27 | 62 | 100 | 142 | 18.074 | 17.154 | 17.774 | 6.212 |
| SEM RENDIMENTO | 88 | 242 | 694 | 1125 | - | - | - | - |

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970 E PNADs 1979, 1986 e 1990

empregados cai drasticamente e, em 1990, se reduz à metade daquela percebida em 1970. Por conseguinte, se na expansão econômica os salários dos empregados mais pobres crescem muito pouco, na fase de retração a redução dos salários daqueles que permanecem empregados é muito é muito forte.

Para todo os anos analisados, mais da metade da PEA tinha rendimento médio inferior a dois salários mínimos, ou seja, mesmo no longo período de expansão econômica a maioria dos trabalhadores do Nordeste percebe rendimento muito baixo, por isso mesmo que o salário médio para o total dos trabalhadores é também muito baixo. Por outro lado, nota-se que numa fase de crescimento expressivo (1970/1979), os trabalhadores que ganhavam até 3 salários mínimos melhoraram o seu rendimento médio, e aqueles que ganhavam mais de 3 salários mínimos passaram a perceber menos, ou seja, houve uma ligeira melhora em favor dos trabalhadores que ganham menos e que constituem a grande base do mercado de trabalho.

De 1979 a 1986, aqueles que ganham até 3 salários mínimos sofrem uma redução em seu salário médio e, por outro lado, aumenta os rendimentos de quem ganha mais de 3. De 1986 a 1990, todos perdem poder de compra e perdem muito. Nesta fase, os rendimentos sofrem uma queda abrupta porque, na verdade, desde 1980 a economia nordestina já começa a dar sinais de desaquecimento das atividades econômicas, mas, é a partir de 1986 que este desaquecimento toma corpo, provocando um efeito direto e abrupto nos níveis médios dos rendimentos.

Nota-se ainda que ao longo do período 1970/1990, aumentou bastante o número de pessoas que ganham mais de 3 até 15 salários mínimos, mas, mesmo assim, em 1990 representa apenas 21% da PEA e 8,3% da população urbana, ou seja, a classe média gerada pelo processo de desenvolvimento econômico nordestino é, em 1990, pouco expressiva em comparação com a grande fração dos trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos e que

chega a representar 77,6% de toda a PEA e 30,6% da população urbana.

O índice de Gini, da distribuição dos rendimentos, mostra um outro aspecto importante do comportamento da renda no Nordeste. O índice que 1970 é de 0,566, em 1980 passa para 0,571, em 1985 é de 0,589, em 1988 representa 0,587 e em 1990 é de 0,589. Esse nível e evolução do índice de Gini, vem confirmar a elevada concentração dos rendimentos e indica que o processo de desenvolvimento aumentou a concentração de renda na região.

As análises do comportamento dos rendimentos do trabalho, segundo as categorias de posição na ocupação, mostram outros aspectos dos rendimentos dos trabalhadores do Nordeste. Do exame das tabelas 3.24, percebe-se que no período de 1972 a 1990, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada sofrem um pequeno rearranjo nas diversas faixas salariais. Nas faixas acima de 7 salários, há uma oscilação do número de trabalhadores com tendência a uma pequena redução. Todavia, esta categoria de trabalhadores é a mais bem remunerada do mercado de trabalho. Em todos os anos, o número de trabalhadores presentes em cada faixa salarial cresce à medida que crescem as faixas de salários, e é maior, na maior faixa salarial, ou seja, de 15 ou mais salários, e, nessa faixa de salário, para todos os anos, mais da metade dos trabalhadores por posição na ocupação são empregados com carteira de trabalho assinada (CCTA).

Em segundo lugar vem os empregadores que se concentram nas faixas de 5 ou mais salários, em terceiro, temos os conta próprias cuja distribuição se concentra numa faixa ampla de salário, de menos de um até menos de 10 salários e com uma baixa frequência entre as faixas salariais acima de 10 salários. Por último, estão os empregados sem carteira de trabalho assinada, com uma distribuição dos trabalhadores nas faixas de menos de 1 até 5 salários. Ao contrário dos empregados com carteira de trabalho assinada e do empregadores, os empregados sem carteira de trabalho assinada e os conta próprias diminuem suas

frequências, à medida em que aumenta a faixa salarial.

Portanto, a maioria dos assalariados típicos do setor formal têm a melhor situação de remuneração da força de trabalho do Nordeste ao longo do período; os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada ao contrário, tendem a se concentrar nas faixas inferiores de salários. Para o ano de 1990, como já é conhecido que a maioria dos empregados sem carteira de trabalho assinada, são trabalhadores informais, chega-se ao resultado por posição na ocupação que os trabalhadores informais, na sua maioria, possuem uma remuneração bastante inferior a remuneração da maioria dos trabalhadores formais.

Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada concentram-se nas menores faixas de salários e, por isso, são em maioria, em relação aos que menos ganham. Isso demonstra que essa categoria é a mais frágil do mercado de trabalho urbano do Nordeste.

TABELA 3.24 - NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E POR FAIXA DE RENDA EM SALÁRIO MÍNIMO NO SETOR NÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1972/1990

| | EM PERCENTAGEM (%) | | | | |
|--|--------------------|------|------|------|------|
| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E GRUPOS DE SALÁRIO MENSAL (SAL. MÍNIMO) | 1972 | 1976 | 1986 | 1988 | 1990 |
| EMPREGADO (CCTA) | | | | | |
| MENOS DE 1 S.M. | 26,7 | 27,2 | 12,1 | 20,0 | 17,2 |
| 1 A MENOS DE 2 S.M. | 34,6 | 40,2 | 35,4 | 39,4 | 37,1 |
| 2 A MENOS DE 3 S.M. | 40,5 | 45,5 | 40,9 | 44,1 | 42,1 |
| 3 A MENOS DE 5 S.M. | 45,4 | 50,6 | 44,4 | 45,0 | 40,3 |
| 5 A MENOS DE 7 S.M. | 51,0 | 51,5 | 52,1 | 47,6 | 47,6 |
| 7 A MENOS DE 10 S.M. | 55,0 | 55,9 | 51,0 | 54,9 | 47,0 |
| 10 A MENOS DE 15 S.M. | 56,3 | 63,3 | 49,3 | 57,9 | 46,5 |
| 15 OU MAIS DE S.M. | 60,2 | 63,5 | 53,2 | 60,4 | 60,1 |
| EMPREGADO (SCTA) | | | | | |
| MENOS DE 1 S.M. | 38,7 | 40,0 | 38,7 | 53,7 | 56,2 |
| 1 A MENOS DE 2 S.M. | 32,8 | 28,2 | 32,8 | 31,6 | 33,2 |
| 2 A MENOS DE 3 S.M. | 23,7 | 19,6 | 23,8 | 24,1 | 25,0 |
| 3 A MENOS DE 5 S.M. | 18,9 | 13,4 | 17,2 | 19,1 | 21,1 |
| 5 A MENOS DE 7 S.M. | 12,2 | 12,6 | 14,2 | 17,4 | 18,2 |
| 7 A MENOS DE 10 S.M. | 11,9 | 7,8 | 15,5 | 15,3 | 18,6 |
| 10 A MENOS DE 15 S.M. | 6,8 | 7,6 | 11,0 | 10,0 | 17,1 |
| 15 OU MAIS S.M. | 5,3 | 5,4 | 10,5 | 8,7 | 5,8 |
| EMPREGADOR | | | | | |
| MENOS DE 1 S.M. | 1,0 | 0,6 | 0,3 | 0,3 | 0,6 |
| 1 A MENOS DE 2 S.M. | 4,2 | 0,5 | 1,2 | 1,0 | 2,0 |
| 2 A MENOS DE 3 S.M. | 8,4 | 3,2 | 2,8 | 3,2 | 4,3 |
| 3 A MENOS DE 5 S.M. | 9,3 | 3,6 | 5,9 | 4,8 | 7,5 |
| 5 A MENOS DE 7 S.M. | 21,0 | 9,8 | 11,7 | 12,4 | 12,7 |
| 7 A MENOS DE 10 S.M. | 18,9 | 8,8 | 10,3 | 11,0 | 12,7 |
| 10 A MENOS DE 15 S.M. | 23,7 | 12,6 | 23,3 | 18,5 | 26,3 |
| 15 OU MAIS S. M. | 27,6 | 29,3 | 23,0 | 17,8 | 18,1 |
| CONTA PRÓPRIA | | | | | |
| MENOS DE 1 S.M. | 44,0 | 32,7 | 48,9 | 25,9 | 26,0 |
| 1 A MENOS DE 2 S.M. | 28,4 | 31,1 | 30,6 | 28,0 | 27,7 |
| 2 A MENOS DE 3 S.M. | 27,4 | 31,7 | 32,5 | 28,6 | 28,6 |
| 3 A MENOS DE 5 S.M. | 26,4 | 32,4 | 32,5 | 31,1 | 31,1 |
| 5 A MENOS DE 7 S.M. | 15,8 | 26,1 | 22,1 | 22,6 | 21,5 |
| 7 A MENOS DE 10 S.M. | 14,2 | 27,5 | 23,2 | 19,5 | 21,7 |
| 10 A MENOS DE 15 S.M. | 13,2 | 16,6 | 16,4 | 13,0 | 10,1 |
| 15 OU MAIS S.M. | 6,9 | 10,8 | 13,3 | 13,1 | 16,0 |

FONTE: IBGE - PNAD, DE 1972, 1976, 1986, 1988 E 1990

CAPÍTULO IV

COMPORTAMENTO DO SETOR TERCIÁRIO E ESTRUTURA OCUPACIONAL NO NORDESTE

4.1 - INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial as economias industrializadas passaram por um intenso processo de terciarização. Nesses países, a maior participação das atividades terciárias na geração do produto e do emprego estava fundamentada na hipótese, largamente difundida, das diferentes etapas a serem percorridas para alcançar o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, após os períodos em que a agricultura e depois a indústria representavam o centro dinâmico da economia, estas perderiam participação relativa e sua função principal de líder na extração do lucro capitalista e esse papel passaria a ser desempenhado pelo setor terciário¹⁴⁴.

Estas hipóteses ao propor uma generalização do processo de desenvolvimento não levava em conta as condições concretas de cada país, bem como, não consideravam como

¹⁴⁴ -Veja-se Macedo e Silva, A.C. (1990).

estes se inseriam na divisão internacional do trabalho. desta forma, o processo de terciarização de suas estruturas econômicas seguia uma trajetória lógica em em todo o processo de desenvolvimento econômico.

Os enfoques teóricos do desenvolvimento sobre o papel do setor terciário, derivados das formulações de Fisher e Clark, foram chamadas de pós-industriais¹⁴⁵. Estas formulações partiam da suposição de que o processo de desenvolvimento ao alterar a estrutura ocupacional e do PIB, alterava, também, o papel da agricultura, das atividades industriais e do setor terciário. Assim, partiam do suposto de que na fase pós-industrial as atividades industriais perderiam sua importância para a compreensão da dinâmica econômica e relacionavam o estágio de desenvolvimento de cada país ao crescimento do setor terciário.

Todavia com a crise dos anos setenta, surgiram várias críticas a estas hipóteses. A principal crítica às formulações pós-indutriais referem-se à atual impossibilidade de compreender o crescimento do terciário desconectado das transformações industriais promovidas pela incorporação de novas tecnologias.

Assim, em relação ao mercado de trabalho, a expansão no nível de ocupação nas atividades terciárias passa a ser compreendida como derivada, preponderantemente, do processo de reestruturação da indústria e de suas necessidades de aumentar o nível da produtividade¹⁴⁶.

Em economias de industrialização tardias e periféricas, como é o caso brasileiro e principalmente do Nordeste, o debate sobre o crescimento do terciário considera que a ampliação do espaço econômico deste setor é a expressão dos limites da industrialização,

¹⁴⁵ -De acordo com Bell, D. (1973).

¹⁴⁶ - conforme discute Dedecca (1992).

como resposta à incapacidade do desenvolvimento de criar postos de trabalho suficientes nos segmentos dinâmicos da economia.

Esta suposição está associada, no caso do Nordeste, ao fato de a industrialização, ainda que permitindo a conformação de uma estrutura moderna, não ter sido capaz de promover uma transformação do conjunto do sistema produtivo visando a sua homogeneização. Ao contrário, gerou uma sociedade marcada por profundas diferenças estruturais.

Em face disso, o crescimento do setor terciário na região está associado tanto aos processos de urbanização e de constituição da estrutura industrial, quanto à sua função de absorvedor de mão-de-obra excedente, não incorporada nas atividades modernas. Portanto, são os fatores de oferta predominando sobre os fatores de demanda na criação de ocupações no setor terciário, pois com a elevação da produtividade na indústria, as necessidades materiais da população podem ser, cada vez mais, produzidas por uma menor parcela de trabalhadores; por outro lado, fenômeno semelhante tem ocorrido na agricultura, em que a produtividade também tem crescido significativamente. Por conseguinte, resta apenas o setor terciário para absorver a crescente população economicamente ativa registrada no período de 1960 a 1990, no Nordeste brasileiro. Assim, neste capítulo será discutido o papel do setor terciário na geração de empregos e para isso o capítulo está dividido em quatro partes. A primeira, segunda e terceira partes, discutem o nível e evolução na absorção de mão-de-obra pelo setor e atividades terciárias e a quarta, procura analisar o comportamento dos rendimentos a nível do setor e das atividades.

4.2 - COMPORTAMENTO DA PEA DO NORDESTE POR SETORES E ATIVIDADES PRODUTIVAS.

A participação percentual no PIB por grandes setores econômicos, vistos no capítulo 2, mostrou, no período 1960 a 1990, o crescimento relativo do setor terciário e sua alta participação no PIB, em detrimento do setor agrícola e da pequena participação e crescimento do setor secundário.

O setor terciário, que em 1960 representava 47,9% do total da produção, passou a participação com 58,6% em 1990. Portanto, com mais da metade da produção e adicionalmente, com um crescimento no período 1960/1990, superior ao setor agrícola e secundário.

No capítulo 2, ficou demonstrado, o expressivo desempenho da economia nordestina liderado pelo processo de industrialização. Todavia, esse crescimento se deu com uma maior participação do conjunto das atividades terciárias, principalmente nos momentos de auge da produção industrial. Este desempenho do setor terciário indica de um lado que o avanço da industrialização, notadamente na década de 70, induziu o crescimento acelerado das atividades terciárias. De outro, a relativa modernização das principais atividades agrícolas e o intenso processo de urbanização criaram novas necessidades que contribuíram para aumentar a participação das atividades terciárias na produção regional.

No setor agrícola, por sua vez, a ocupação moveu-se em direção contrária do PIB, já que observa-se uma crescente e persistente expulsão de mão-de-obra, alcançando 33,1% no

período de 1960 a 1990, enquanto a inserção relativa da mão-de-obra na indústria cresceu sistematicamente, passando de 6,5% em 1960 para 15,5 em 1990. Por outro lado, as ocupações no setor terciário crescem de modo vigoroso, atingindo em 1990 mais do dobro do nível de 1960. (ver tabela 4.1). Sua participação que em 1960 era de 22,4% do total dos ocupados, passa a 46,5 em 1990.

Assim, a redução da absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola e o nível relativamente baixo que participa o setor secundário no total dos ocupados, reflete os impactos do avanço do novo ciclo tecnológico sobre a estrutura produtiva agrícola e industrial do Nordeste. A grande participação no total dos ocupados de 1990, se dá, portanto, no setor terciário da economia que participa com 46,5% dos ocupados e com uma taxa anual de crescimento de absorção de mão-de-obra da ordem de 6,1%. Todavia, dentre as atividades terciárias, aquelas que mais se destacam são: a prestação de serviços com 15,2% de participação e 5,8% de crescimento anual; o comércio de mercadorias participando com 11,7% e crescendo 6,1%a.a.; as atividades sociais com 8,2% de participação e 7,7% de crescimento anual e, por fim, a administração pública, representando 5,0% dos ocupados e crescendo a taxa de 6,3%a.a. (ver tabela 4.1).

Assim, observa-se, que à medida que o processo de desenvolvimento econômico avançou, o setor terciário passou a assumir uma importância relativa cada vez maior (tabela 4.1), pois o grosso dos trabalhadores expulsos da agricultura ou dos processos industriais, em virtude da nova política de incentivos à indústria e a tecnologia e por conseguinte, o elevado aumento da produtividade do trabalho, fez com que esses trabalhadores fossem absorvidos nas atividades terciárias.

As tendências internacionais indicam que ao longo do processo de desenvolvimento ocorre uma modificação estrutural nas atividades terciárias reduzindo-se a

TABELA 4.1 - NORDESTE: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA OCUPADA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE NO PERÍODO DE 1960/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| SETORES E ATIVIDADES | 1960 | 1970 | 1979 | 1986 | 1990 | TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL | | | |
|-------------------------|------|------|------|------|------|---------------------------|---------|---------|---------|
| | | | | | | 1970/60 | 1980/70 | 1990/86 | 1990/60 |
| SETOR AGRÍCOLA | 71,1 | 62,9 | 52,2 | 43,6 | 38,0 | 3,2 | 0,3 | -0,4 | 1,3 |
| SETOR SECUNDÁRIO | 6,5 | 10,5 | 15,2 | 16,4 | 15,5 | 4,9 | 6,9 | 2,2 | 4,4 |
| IND. TRANSFORMAÇÃO | 3,5 | 5,6 | 8,3 | 9,1 | 9,1 | 4,5 | 5,6 | 3,1 | 3,8 |
| IND. CONSTRUÇÃO | 2,4 | 3,9 | 5,4 | 5,8 | 5,4 | 6,5 | 9,5 | 1,2 | 5,8 |
| OUTRAS INDÚSTRIAS | 1,1 | 1,0 | 1,5 | 1,5 | 1,3 | 4,0 | 5,4 | -0,3 | 4,1 |
| SETOR TERCIÁRIO | 22,4 | 26,6 | 32,7 | 40,0 | 46,5 | 5,4 | 5,7 | 6,8 | 5,5 |
| COM. DE MERCADORIAS | 4,7 | 6,3 | 8,5 | 9,6 | 11,7 | 7,1 | 5,2 | 8,4 | 6,1 |
| PRESTÇÃO DE SERVIÇOS | 9,6 | 8,6 | 11,8 | 13,6 | 15,2 | 5,0 | 7,8 | 6,5 | 5,8 |
| SERVIÇOS AUXILIARES | 0,2 | 0,3 | 1,2 | 1,4 | 1,7 | 1,1 | 14,2 | 8,9 | 3,3 |
| TRANSP. COMUNICAÇÃO | 2,6 | 2,8 | 2,3 | 2,6 | 2,9 | 2,5 | 4,7 | 4,3 | 3,0 |
| ATIVIDADE SOCIAL | 1,7 | 3,6 | 5,1 | 7,4 | 8,2 | 8,9 | 7,8 | 5,6 | 7,7 |
| ADMINISTRA. PÚBLICA | 1,8 | 2,7 | 2,4 | 4,2 | 5,0 | 5,0 | 6,2 | 7,6 | 6,3 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 1,4 | 2,3 | 1,3 | 1,5 | 1,5 | 0,7 | -3,3 | 2,7 | 2,5 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | | | | |

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 1960, 1970 E 1980 E PNAD: VÁRIOS ANOS

participação das atividades de distribuição e serviços pessoais em favor dos ramos de apoio à produção; indicam, também, que as transformações impostas ao setor serviços, através do progresso técnico, implicarão numa alteração significativa do padrão de demanda por serviços. Por outro lado, as indústrias continuariam sendo consumidoras crescentes de serviços, uma vez que a reorganização industrial, articulada com os atuais processos tecnológicos criariam novas necessidades. De outro, apontam que parte dos serviços adquiridos no mercado pela unidade doméstica poderá ser realizada de modo autônomo, em razão da difusão de certas inovações sociais, reduzindo-se, assim, o consumo de serviços finais¹⁴⁷.

Um outro aspeto, está relacionado ao papel do Estado na produção de certos serviços coletivos e absorção de mão-de-obra, principalmente no pós-guerra. Todavia, com a crise fiscal que afeta a maioria dos estados nacionais e com a incorporação crescente e acelerada de novas tecnologias nestes serviços, permitem deduzir que o estado não continuará a desempenhar aquele papel de gerador de postos de trabalho. Portanto, o impacto desses fatores seria o rompimento de elevada capacidade de criação de novos empregos, que caracterizou o comportamento do setor terciário no pós-guerra. Assim, a persistir o declínio dos serviços para consumo individual, a integração indústria-serviço, ao alimentar o processo de modernização das atividades terciárias, pode contribuir significativamente para que diminua o papel destas atividades na manutenção e expansão do nível de emprego¹⁴⁸.

As informações disponíveis, principalmente a nível do IBGE, não permite uma desagregação adequada para que se possa examinar com profundidade a existência ou não, desta tendência, pois certas atividades do setor terciário não são destacadas com a ênfase necessária ao aprofundamento da análise. Entretanto, observando-se a composição relativa da

¹⁴⁷ - veja-se Dedecca (1992).

¹⁴⁸ - Como discute Dedecca (1992).

PEA do Nordeste, constata-se que pelo menos até 1990 (tabela 4.1), esta tendência, acima mencionada, parece não ter ocorrido.

Como se observa na tabela 4.1, no Nordeste brasileiro, no período de 1960 a 1990, o comércio de mercadorias teve um crescimento vigoroso de 6,1%a.a., a participação sobre o total dos ocupados foi crescente em todos os anos estudados, passando de 4,7% em 1960, para 11,7% em 1990; a participação da atividade prestação de serviços cresceu mais moderadamente e se estabiliza num nível bastante elevado em relação às outras atividades, 15,2% em 1990. Seu crescimento anual, nos cinco períodos da tabela 4.1, apresenta uma grande instabilidade, todavia, nunca é inferior a 5,0%a.a. e em 1960/1990 é de 5,8%a.a..

Quanto às atividades sociais e a administração pública, estão entre as atividades terciárias que mais cresceram, tanto em termos de participação no total de mão-de-obra ocupada, quanto em relação a taxa anual. Portanto, essa tendência internacional recente de perda de importância na ocupação de mão-de-obra nas atividades de distribuição, de serviços sociais e de atividade do governo, parece não se verificar no Nordeste no período 1960/1990. Ao contrário, o que se observou é que, com excessão das atividades de transporte e comunicação e serviços auxiliares, que apresentaram um crescimento muito irregular e baixo em 1960/1990, as demais atividades terciárias tiveram um crescimento vigoroso no período. Em face disso, o setor terciário é o setor que mais emprega mão-de-obra no Nordeste. Em 1990, empregava 46,5% do total dos ocupados, contra 3,8% para agricultura e 15,5% para o setor secundário.

Assim, o setor terciário eleva sua participação no total dos ocupados, tanto na fase de expansão das atividades econômicas como na fase de retração. Por conseguinte, o setor terciário é, no Nordeste, um setor amplo e bastante diversificado, participando com mais da

metade da produção e ocupando pouco mais de 46% de toda a mão-de-obra empregada. Nesse sentido, é um setor de fundamental importância para a economia nordestina.

4.3 - FORMAS DE OCUPAÇÃO E ESTRUTURA OCUPACIONAL DO NORDESTE DO BRASIL E DE SÃO PAULO.

Da análise da tabela 4.1, chegou-se à conclusão de que a economia urbana do Nordeste apresenta uma atividade econômica predominantemente terciária, com a maior parte de sua PEA ocupada no setor terciário. Observamos, também, que não só na expansão econômica, mas principalmente na crise, a ocupação terciária continuou crescendo particularmente nas atividades de comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços públicos, enquanto se reduz o emprego no setor secundário na construção civil, indústria de transformação e outras indústrias.

Mesmo com a maior parte das atividades econômicas se desenvolvendo sob relações tipicamente capitalistas, há atividades que se organizam de modo não capitalista na forma de pequena produção informal, como é o caso do comércio de mercadorias e prestação de serviços que se organizam basicamente na forma de trabalhador por conta própria e trabalhador clandestino. Em 1990, esses trabalhadores eram, em sua maioria, trabalhadores informais portanto, nestas duas atividades terciárias, mais da metade dos ocupados, são trabalhadores informais.

Assim, o emprego informal representou mais de 40% do total dos ocupados nas atividades de comércio de mercadorias (69,7% dos ocupados), nos serviços auxiliares da atividade econômica (46,5%), transporte e comunicação (45%), indústria de transformação (43,9%), e indústria da construção civil (50,7).

Portanto, em 1990, apenas a administração pública, as atividades sociais e outras atividades, não participam do setor informal com elevada proporção de ocupados, como ocorreu à parte dos ramos da economia urbana do Nordeste (ver tabela 4.2). Em relação a economia submersa, esta tem uma maior presença na prestação de serviços com 18,1% , na indústria de construção 17,7% e na indústria de transformação com 12,1% de trabalhadores clandestinos. Mas por setores de atividade, a presença de clandestinos é maior no setor terciário do que no setor secundários (veja-se tabela 4.2).

Para o ano de 1990, quando adicionamos aos informais os ocupados na economia submersa, notamos na tabela 4.2, que as atividades com mais de 50% de trabalhadores clandestinos são: transporte e comunicação com 54,7%, indústria de transformação 56%, indústria da construção 68,4%, comércio de mercadorias 77% e prestação de serviços com 86,1%. Portanto, com excessão do setor público e outras atividades industriais ou não, a grande proporção dos trabalhadores se insere no mercado de trabalho urbano do Nordeste de modo precário, e, na verdade, são trabalhadores que formam a base do mercado de trabalho urbano da região.

A participação do trabalhador com carteira de trabalho assinada em 1990, em relação a 1972, aumentou, no setor terciário, de 20,3% em 1972, para 31,1% em 1990 (veja-se a tabela 4.2). Nesse sentido, o aumento do número de trabalhadores típicos do setor formal, no setor terciário, acompanhou o movimento da atividade econômica: quando a economia estava em franca expansão eleva-se sistematicamente o número de trabalhadores tipicamente formais e quando a atividade econômica se retrai diminui também o número de trabalhadores

TABELA 4.2 - NORDESTE: PESSOAS OCUPADAS POR SETORES E ATIVIDADES E SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO PERÍODO DE 1972/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| SETORES E ATIVIDADES E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1972 | 1976 | 1986 | 1988 | 1990 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| AGRICOLA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 2,5 | 3,7 | 3,3 | 3,9 | 4,8 |
| EMPREGADO (SCTA) | 25,0 | 21,4 | 33,0 | 33,1 | 29,1 |
| EMPREGADOR | 4,2 | 1,8 | 2,1 | 1,8 | 3,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 35,9 | 41,4 | 38,5 | 35,1 | 36,2 |
| NÃO REMUNERADOS | 32,4 | 31,7 | 23,1 | 26,1 | 26,6 |
| SECUNDÁRIO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 40,4 | 49,2 | 40,7 | 40,8 | 39,6 |
| EMPREGADO (SCTA) | 32,1 | 25,5 | 30,8 | 31,7 | 33,3 |
| EMPREGADOR | 2,1 | 2,0 | 2,3 | 2,1 | 4,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 20,9 | 20,9 | 23,8 | 20,1 | 19,0 |
| NÃO REMUNERADOS | 4,5 | 2,4 | 2,4 | 5,3 | 3,8 |
| IND. TRANSFORMAÇÃO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 34,0 | 48,6 | 41,7 | 42,0 | 42,5 |
| EMPREGADO (SCTA) | 26,3 | 22,6 | 27,9 | 28,4 | 28,7 |
| EMPREGADOR | 2,6 | 3,0 | 3,3 | 3,0 | 4,8 |
| CONTA PRÓPRIA | 30,3 | 22,3 | 23,2 | 17,9 | 18,3 |
| NÃO REMUNERADOS | 6,8 | 3,5 | 3,9 | 8,7 | 5,7 |
| IND. DA CONSTRUÇÃO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 44,7 | 43,7 | 32,4 | 33,9 | 30,3 |
| EMPREGADO (SCTA) | 34,7 | 33,0 | 37,6 | 38,2 | 42,2 |
| EMPREGADOR | 1,0 | 0,8 | 1,2 | 1,1 | 4,4 |
| CONTA PRÓPRIA | 19,0 | 21,7 | 28,2 | 25,6 | 22,5 |
| NÃO REMUNERADOS | 0,6 | 0,8 | 0,6 | 1,2 | 1,0 |
| OUTRAS INDÚSTRIAS | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 64,0 | 75,0 | 66,6 | 56,3 | 58,3 |
| EMPREGADO (SCTA) | 21,4 | 12,8 | 22,3 | 28,7 | 28,7 |
| EMPREGADOR | 1,9 | 0,6 | 0,5 | 0,8 | 2,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 11,7 | 10,3 | 10,1 | 13,8 | 9,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 1,0 | 1,3 | 0,5 | 0,4 | 1,0 |
| TERCIÁRIO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 20,3 | 34,5 | 34,3 | 33,5 | 31,1 |
| EMPREGADO (SCTA) | 35,4 | 31,4 | 32,6 | 31,4 | 34,0 |
| EMPREGADOR | 3,2 | 1,4 | 2,0 | 2,0 | 3,0 |
| CONTA PRÓPRIA | 37,3 | 30,8 | 28,9 | 28,9 | 28,5 |
| NÃO REMUNERADOS | 3,8 | 1,9 | 2,2 | 4,2 | 3,4 |
| COM. DE MERCADORIAS | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 16,1 | 27,5 | 25,0 | 21,1 | 21,2 |
| EMPREGADO (SCTA) | 14,9 | 14,5 | 17,7 | 16,4 | 17,4 |
| EMPREGADOR | 6,3 | 2,9 | 3,5 | 3,4 | 5,4 |
| CONTA PRÓPRIA | 54,0 | 49,9 | 48,4 | 46,5 | 47,4 |
| NÃO REMUNERADOS | 8,7 | 5,2 | 5,4 | 12,6 | 8,6 |

CONTINUAÇÃO DA TABELA 4.2 - NORDESTE: PESSOAS OCUPADAS POR SETORES E ATIVIDADE ECONÔMICA E SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO PERÍODO 1972/1990

EM PORCENTAGEM (%)

| SETORES E ATIVIDADES E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | 1972 | 1976 | 1986 | 1988 | 1990 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 5,1 | 14,2 | 12,0 | 12,6 | 13,0 |
| EMPREGADO (SCTA) | 41,3 | 45,2 | 46,3 | 44,6 | 43,2 |
| EMPREGADORES | 2,7 | 1,0 | 1,9 | 1,8 | 2,9 |
| CONTA PRÓPRIA | 47,5 | 38,7 | 37,6 | 38,6 | 37,7 |
| NÃO REMUNERADOS | 3,4 | 0,9 | 2,2 | 2,5 | 3,2 |
| SERVIÇOS AUXILIARES | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 32,4 | 62,5 | 51,2 | 41,4 | 42,8 |
| EMPREGADO (SCTA) | 16,2 | 11,5 | 16,9 | 21,5 | 20,6 |
| EMPREGADOR | 10,8 | 4,1 | 5,8 | 6,2 | 6,2 |
| CONTA PRÓPRIA | 37,8 | 21,9 | 25,1 | 30,5 | 29,1 |
| NÃO REMUNERADOS | 2,8 | | 1,0 | 0,4 | 1,3 |
| TRANSP. E COMUNICAÇÃO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 40,2 | 45,1 | 43,0 | 42,6 | 44,6 |
| EMPREGADO (SCTA) | 29,9 | 22,0 | 19,4 | 20,0 | 23,0 |
| EMPREGADOR | 3,0 | 1,5 | 1,3 | 1,2 | 2,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 24,2 | 29,5 | 35,3 | 35,2 | 28,8 |
| NÃO REMUNERADOS | 2,7 | 1,9 | 1,0 | 1,0 | 1,3 |
| ATIVIDADE SOCIAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 42,3 | 60,0 | 61,0 | 59,7 | 55,8 |
| EMPREGADO (SCTA) | 52,6 | 33,6 | 34,3 | 36,6 | 39,2 |
| EMPREGADOR | ... | 0,6 | 1,0 | 0,6 | 1,3 |
| CONTA PRÓPRIA | 5,1 | 5,0 | 3,0 | 3,4 | 3,2 |
| NÃO REMUNERADOS | ... | 0,8 | 0,7 | 0,3 | 0,5 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | |
| EMPREGADO (CCTA) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (SCTA) | | | | | |
| EMPREGADOR | | | | | |
| CONTA PRÓPRIA | | | | | |
| NÃO REMUNERADOS | | | | | |
| OUTRAS ATIVIDADES | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| EMPREGADO (CCTA) | 40,5 | 63,5 | 55,9 | 55,4 | 64,0 |
| EMPREGADO (SCTA) | 11,7 | 6,6 | 15,9 | 20,6 | 13,4 |
| EMPREGADOR | 1,8 | 0,7 | 0,9 | 1,5 | 1,6 |
| CONTA PRÓPRIA | 44,2 | 29,2 | 26,9 | 21,7 | 19,8 |
| NÃO REMUNERADOS | 1,8 | | 0,4 | 0,8 | 1,2 |

FONTE: IBGE - PNADs 1972, 1976, 1986, 1988 E 1990

nessa categoria. A nível das atividades, podemos dizer, que apesar de sofrer oscilações em suas evoluções, as atividades terciárias, em 1990, tinham um nível de formalidade superior ao registrado em 1972. O crescimento persistente e relativo da formalidade na atividade de prestação de serviços em todo o período 1972 a 1990, crescendo mesmo durante a fase de desaquecimento da economia nordestina, pode estar indicando que a modernização do setor terciário e desta atividade está se realizando com a participação de empresas formais. Todavia, mesmo nessas condições o emprego informal na prestação de serviços era bastante alto em 1990, quando 68% dos ocupados eram trabalhadores informais. Apesar do emprego informal representar a maioria do emprego no setor terciário, este setor teve uma participação relativa do emprego, com carteira de trabalho assinada no total do emprego no setor, bastante significativa de 31,1%.

É importante frisar que há diferenças fundamentais entre o emprego formal e o emprego informal no setor terciário. Enquanto o emprego terciário formal está mais ligado às atividades de apoio à produção como comércio por atacado, transporte e comunicação, serviços auxiliares da atividade econômica, serviço social e administração pública, o trabalhador informal se insere em atividades de apoio às unidades de consumo, principalmente na forma de conta própria e predominantemente nas atividades de comércio de mercadorias e prestação de serviços, pois estas atividades são mais absorvedoras de mão-de-obra por unidade de produto do que as atividades de apoio à produção.

Na verdade, a maioria do emprego formal está também no setor terciário com 69,7 do total do empregados tipicamente formais e 74,9% dos empregados clandestinos urbanos; enquanto o setor secundário detém 30,3% dos empregados com carteira de trabalho assinada e 25,1% dos trabalhadores clandestinos. Pode-se também afirmar que o emprego formal está concentrado basicamente em duas atividades: indústria de transformação e serviços

governamentais. Isso mostra que as atividades organizadas tem uma estrutura produtiva pouco diversificada no Nordeste.

O comportamento recente da estrutura ocupacional do Brasil, do Nordeste e de São Paulo, mostrados na tabela 4.3, indica que entre 1981 a 1989 houve uma queda importante na participação da construção civil, que até certo ponto foi compensada pelo aumento dos serviços. Todavia, é possível afirmar que, a exceção de São Paulo, a ampliação da participação do setor terciário na distribuição dos ocupados não ocorreu através do aumento da participação dos serviços ligados à produção.

Classificando as atividades terciárias no sentido de uma melhor desagregação dos serviços, como fez Dedecca (1992), podemos ter serviços para produção, chamado de serviço A; serviço para o consumo individual, denominado de serviço B e serviço para consumo coletivo classificado como serviço C.

Observando a tabela 4.3, pode-se afirmar que o aumento da participação do setor terciário, na distribuição dos ocupados urbanos, não se deu pelos serviços ligados a produção, mas, principalmente, pelos serviços de consumo coletivos e pelo comércio de mercadorias. Os serviços para produção apresentam uma redução de -0,3% para o Brasil e de -0,1% para o Nordeste e um aumento de 0,9% em São Paulo. Já os serviços de consumo individual aumentaram menos do que os serviços de consumo coletivos.

Para o Nordeste, os serviços B aumentaram em 0,3%, enquanto os serviços C elevaram-se em 0,8%, menos do que para o Brasil que foi de 1,4% mas, igual a São Paulo, que foi de 0,8%. Assim, a diminuição dos serviços A, foi muito inferior do que a redução registrada para a indústria da construção civil no Brasil, em São Paulo e no Nordeste, que foi de -1,9%, -0,9% e -0,6%, respectivamente. No Nordeste, houve uma redução acentuada da

TABELA 4.3 - VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR NÃO AGRÍCOLA POR SETORES DE ATIVIDADE NO NORDESTE, BRASIL E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO PERÍODO 1981/1989

EM PERCENTAGEM (%)

| SETOR DE ATIVIDADE | VARIAÇÃO ANUAL DOS OCUPADOS | | |
|--|-----------------------------|-------------|-------------|
| | NORDESTE | SÃO PAULO | BRASIL |
| TOTAL | 0,8 | 0,4 | - |
| IND. DE TRANSFORMAÇÃO | 0,1 | -1,3 | -0,8 |
| IND. DE CONSTRUÇÃO | -0,6 | -0,9 | -1,9 |
| OUTRAS INDÚSTRIAS | -0,2 | -0,1 | -0,4 |
| COMERCIO DE MERCADORIAS | 4,4 | 0,1 | 1,2 |
| SERVIÇO A: | -0,1 | 0,9 | 0,3 |
| ATIVIDADE FINANCEIRA E IMOBILIÁRIAS | 0,0 | 0,0 | -0,1 |
| TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO | -0,1 | 0,0 | -0,7 |
| TÉCNICO E AUXILIARES | 0,1 | 0,9 | 0,5 |
| SERVIÇOS B: | 0,3 | 0,1 | 0,8 |
| ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO | 0,3 | 0,5 | 0,9 |
| REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO | 0,1 | 0,4 | 0,7 |
| PESSOAIS E DOMICILIARES | -0,2 | -0,9 | -0,8 |
| SERVIÇOS C: | 0,8 | 0,8 | 1,4 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 0,0 | 0,1 | 0,0 |

FONTE: IBGE - PNAD 1981 A 1989

NOTA: OS SERVIÇOS C - REFEREM-SE AOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ATIVIDADES SOCIAIS

participação da construção civil, que não foi compensada pelos serviços B, que tiveram uma redução nos postos gerados nas atividades de serviços pessoais e domiciliares; todavia, a grande compensação se deu pelo comportamento do emprego no setor público, ou seja, nos serviços C.

Para São Paulo, a queda do peso relativo deveu-se, principalmente, às reduções da participação da indústria de transformação (-1,3%), da construção (-0,9%) e dos serviços pessoais e domiciliares (-0,9%), que foram compensados pelas atividades técnicas e auxiliares dos serviços B e pelas atividades de administração pública e social dos serviços C. Portanto, ao contrário do Nordeste, os resultados para a região metropolitana de São Paulo indicam claramente o crescimento da participação dos serviços ligados a produção. Por outro lado, como no Nordeste, há uma grande participação dos serviços de consumo coletivo, isto é, serviços públicos. Mas ao contrário do Nordeste, isto se dá ao mesmo tempo que se reduz os serviços pessoais. Por isso mesmo, na economia paulista há mais atividades com vínculos mais formalizados e maiores rendimentos do que no Nordeste.

As atividades públicas apresentaram um crescimento contínuo no nível de emprego no Brasil e no Nordeste. A evolução do emprego público no Nordeste é bastante significativa, crescendo a taxa de 7,96%a.a, no período 1979 a 1988. Este desempenho do setor público teve repercussões diretas sobre o nível de ocupação. Se por um lado, representa forma de ajustamento e contribuiu para uma maior expansão das atividades econômicas locais e para a diminuição dos fluxos migratórios, por outro, contribuiu para agravar as finanças públicas.

O crescimento do emprego público no Nordeste se deu, principalmente, durante a fase de expansão econômica e menos na fase de desaquecimento da economia regional (tabela 3.13). Entretanto, apesar de crescer menos, o emprego público passou a ser uma forma

importante de ajustamento, dado que as outras atividades reduziram o seu nível de atividade e, por conseguinte, o nível de ocupação.

Em síntese, o processo de industrialização do Nordeste não aumentou, ao nível desejado, a participação dos ocupados nos serviços ligado a produção. Por outro lado, a industrialização da região apesar de não inibir o crescimento da parte terciária tradicional, verifica-se que cresceu a participação de serviços para o consumo e que sua expansão se deu através principalmente das atividades organizadas normalmente vinculadas ao avanço do processo de especialização do espaço urbano, como por exemplo, os serviços de alojamento e alimentação, que no Nordeste tiveram um crescimento significativo no período 1981 a 1989 (tabela 4.3). Por conseguinte, o aprofundamento da industrialização também resultou na crescente terciarização da estrutura econômica. Todavia, não aumentou significativamente o peso relativo das atividades de serviços produtivos, pois estes, quando têm uma participação expressiva, induzem a um aumento relativo de outras atividades de serviços.

4.4 - COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL NAS CIDADES DE RECIFE, SALVADOR E FORTALEZA.

No Nordeste a terciarização foi concebida, após a década de 60, como resultado do acelerado processo de urbanização combinado a uma forte ampliação do setor público. Sua expansão resultava de uma dinâmica econômica que impossibilitava que grande parte da população fosse diretamente beneficiada pelos resultados da industrialização. Por conseguinte,

grande parte desse terciário é típico de cidades onde o dinamismo industrial era insuficiente para absorver o excedente de mão-de-obra expulsa do campo e da indústria tradicional que se moderniza.

A análise do mercado de trabalho urbano pode indicar que a modernização realizada no Nordeste, a partir da década de sessenta, foi além do segmento formal da economia, pois alterou também a dimensão, a forma de funcionamento e de integração do segmento informal e por conseguinte, modificou sua função no processo de acumulação.

Mesmo assim, nas regiões mais desenvolvidas do país, o papel funcional cumprido pelo setor informal não foi eliminado, fazendo com que essas economias passem a sofrer ajustamentos de seus mercados de trabalho diferentes daquele que ocorre em economia em desenvolvimento, onde o setor informal não tem esse papel funcional. No caso do Nordeste, por seu nível inferior de acumulação, o papel funcional cumprido pelo setor informal é muito mais importante do que nas regiões mais desenvolvidas do país.

Nesta perspectiva, faremos análises das diferenças nas estruturas ocupacionais e sua evolução na década de oitenta em três regiões metropolitanas: Recife, Salvador e Fortaleza. Queremos com isso analisar o confronto de três estruturas ocupacionais e as prováveis transformações nelas ocorridas. Na verdade, a comparação será feita entre três estruturas ocupacionais correspondentes a três mercados metropolitanos pertencentes a mesma região, e que, praticamente sofreram o mesmo processo de desenvolvimento.

A comparação entre as estruturas ocupacionais de Recife, Salvador e Fortaleza, não mostra diferenças importantes, por se tratar de uma região de nível de acumulação ainda baixo, a ocupação particular em 1981 atinge pouco mais de 50% (tabela 4.4) nas três regiões metropolitanas. O assalariamento com carteira de trabalho assinada entre os particulares, pode-se dizer que também é baixo, não ultrapassando o nível de 38,9% registrado em 1981

em Recife. Porém, os contra próprias, empregados domésticos e empregados públicos apresentam uma participação significativa. Isso tudo vem demonstrar que o mercado de trabalho das três regiões metropolitanas do Nordeste é bastante atrasado.

Analisando o comportamento da posição na ocupação das três estruturas ocupacionais no período de 1981 a 1988, percebe-se que nas três metrópoles houve uma certa alteração na estrutura ocupacional. Nesse período há uma elevação significativa do trabalho por conta própria, decorrente do aumento da parcela de conta própria que não contribui para a previdência social.

Adicionalmente, tanto em Recife, como em Salvador e Fortaleza, houve uma redução da participação da ocupação particular, queda do assalariamento com carteira de trabalho assinada e, portanto, uma maior elevação dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (ver tabelas 4.4).

Quando comparamos Salvador, Recife e Fortaleza, no ano de 1988, percebemos que a participação do trabalhador assalariado particular é pouco menor em Recife, 47,9% da PEA. Já a participação do total de trabalhadores autônomos é maior em Fortaleza, 22,5% e menor em Recife, 21,2%. Estes indicadores mostram que as regiões metropolitanas do Nordeste tem uma grande participação do trabalhador por conta própria.

Em relação ao desemprego aberto, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza (tabelas 4.4), se situam em níveis elevados em 1988, sendo maior em Fortaleza, 9,2% e menor em Recife, 8,4. Portanto, estas três regiões metropolitanas apresentam um nível de desemprego aberto muito superior aos demais centros urbanos do Nordeste.

As regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, assemelham-se por apresentarem uma participação elevada do setor terciário, principalmente às atividades de

TABELA 4.4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NÃO AGRÍCOLA E POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO EM RECIFE, SALVADOR E FORTALEZA NO PERÍODO 1981/1988

EM PERCENTAGEM (%)

| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | DISTRIBUIÇÃO DA PEA | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|------|----------|------|-----------|------|
| | RECIFE | | SALVADOR | | FORTALEZA | |
| | 1981 | 1988 | 1981 | 1988 | 1981 | 1988 |
| PEA | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| DESEMPREGADOS | 7,9 | 8,4 | 8,6 | 9,0 | 8,2 | 9,2 |
| POPULAÇÃO OCUPADA | 92,1 | 91,6 | 91,4 | 91,0 | 91,8 | 90,8 |
| EMPREGADORES | 2,4 | 2,4 | 1,8 | 1,9 | 2,5 | 2,3 |
| CONTRIBUI P/ PREV. SOCIAL | 1,9 | 1,9 | 1,5 | 1,5 | 1,8 | 1,2 |
| NÃO CONTRIBUI P/ PREV. SOCIAL | 0,4 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 0,7 | 1,1 |
| CONTA PRÓPRIA | 17,7 | 21,2 | 18,8 | 21,3 | 19,5 | 22,5 |
| CONTRIBUI P/ PREV. SOCIAL | 4,7 | 4,3 | 4,9 | 5,3 | 6,2 | 5,2 |
| NÃO CONTRIBUI P/ PREV. SOCIAL | 13,0 | 16,8 | 13,9 | 16,0 | 13,3 | 18,3 |
| EMPREGADOS DOMÉSTICOS | 9,1 | 6,9 | 9,0 | 7,5 | 9,5 | 9,5 |
| COM CARTEIRA DE TRAB. ASSINADA | 1,8 | 1,5 | 1,7 | 1,5 | 1,5 | 0,8 |
| SEM CARTEIRA DE TRAB. ASSINADA | 7,3 | 5,5 | 7,3 | 6,0 | 8,0 | 8,7 |
| EMPREGADO PÚBLICO | 11,2 | 12,3 | 9,2 | 10,7 | 6,2 | 6,3 |
| EMPREGADOS PARTICULARES | 50,4 | 47,9 | 51,2 | 48,1 | 51,6 | 48,7 |
| COM CARTEIRA DE TRAB. ASSINADA | 38,9 | 35,2 | 38,8 | 34,4 | 35,7 | 31,7 |
| SEM CARTEIRA DE TRAB. ASSINADA | 11,5 | 12,8 | 12,4 | 13,7 | 15,9 | 16,0 |
| NÃO REMUNERADOS | 1,3 | 0,8 | 2,1 | 1,5 | 1,5 | 1,5 |

FONTE: IBGE - PNAD 1981 E 1988

comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços governamentais. Nas cidades de Recife e Salvador, os ocupados na indústria de transformação são em proporção bastante pequena da ocupação metropolitana, em 1990, 14,1% e 11,2%, respectivamente. Quanto a Fortaleza, apresenta uma proporção mais favorável, de quase 18%.

Pontanto, pode-se afirmar que houve uma forte terciarização nessas três regiões metropolitanas do Nordeste. Observa-se na tabela 4.5 no período 1981 a 1990, que Recife e Salvador registraram um decréscimo do peso relativo do emprego na indústria de transformação e na construção civil, com uma maior participação do setor terciário. No caso de Fortaleza, o setor secundário, como um todo, decresce basicamente devido a redução da participação da construção civil, já que, ao contrário do Recife e Salvador, em aumentou a participação da indústria de transformação.

Mesmo com o baixo desempenho da indústria de transformação e com o desaquecimento que afetou a construção civil durante praticamente todo aquele período, o desemprego aberto não foi maior porque o setor terciário foi capaz de absorver parte considerável da mão-de-obra expulsa dos outros setores. Assim, quase todas as novas ocupações da década foram criadas pelo setor terciário.

A análise da tabela 4.5 indica ainda que as atividades: comércio de mercadorias e de prestação de serviços foram responsáveis pela maior parte do crescimento do emprego nas três metrópoles, sendo que, das atividades do terciário, apenas transporte e comunicações reduziram sua participação relativa na estrutura ocupacional.

Este conjunto de indicadores parece mostrar que as relações capitalistas de produção apresentam quase que um mesmo desenvolvimento nas três regiões metropolitanas mais importante do Nordeste. Este é o caso, por exemplo, do desemprego. O grau de

TABELA 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLA, POR SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE RECIFE, SALVADOR E FORTALEZA NO PERÍODO 1981/1990

EM PERCENTAGEM (%)

| SETORES E ATIVIDADES | DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS | | | | | |
|---------------------------|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | RECIFE | | SALVADOR | | FORTALEZA | |
| | 1981 | 1990 | 1981 | 1990 | 1981 | 1990 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| SETOR SECUNDÁRIO | 29,5 | 22,5 | 30,1 | 22,0 | 29,5 | 25,4 |
| IND. DE TRANSFORMAÇÃO | 18,5 | 14,1 | 15,1 | 11,2 | 16,8 | 17,8 |
| IND. DE CONSTRUÇÃO | 9,3 | 6,8 | 12,5 | 8,8 | 10,9 | 6,6 |
| OUTRAS INDÚSTRIAS | 2,1 | 1,6 | 2,5 | 2,0 | 1,8 | 1,1 |
| SETOR TERCIÁRIO | 70,5 | 77,5 | 69,9 | 78,0 | 70,5 | 74,6 |
| COMÉRCIO DE MERCADORIAS | 16,2 | 20,5 | 14,3 | 18,6 | 17,1 | 19,0 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 26,0 | 27,7 | 26,4 | 28,8 | 26,6 | 28,6 |
| TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | 6,1 | 4,5 | 6,2 | 4,9 | 4,4 | 4,1 |
| ATIVIDADES SOCIAIS | 10,6 | 11,5 | 11,2 | 12,0 | 10,0 | 11,5 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 7,8 | 8,3 | 7,0 | 8,1 | 6,2 | 6,3 |
| OUTRAS ATIVIDADES | 4,1 | 5,0 | 4,6 | 5,6 | 6,2 | 5,1 |

FONTE: IBGE - PNAD 1981 E 1990

desemprego aberto observado em Recife, Salvador e Fortaleza, é praticamente o mesmo e bastante elevado, dando sinais de ser um fenômeno gerado exclusivamente pela existência de um mercado de trabalho capitalista. Portanto, o avanço do emprego capitalista deve resultar na preponderância de relações capitalistas com maior assalariamento da estrutura ocupacional.

4.5. - COMPORTAMENTO DOS RENDIMENTOS POR SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Para o ano de 1986, quando o mercado de trabalho registra o melhor desempenho da década de oitenta, há também uma grande participação das ocupações terciárias. A tabela 4.6 mostra a distribuição dos assalariados, dos rendimentos e índices de Gini por setor e atividade econômica para o ano de 1986. Observamos aí o desempenho do emprego e da renda dos assalariados para o Nordeste, onde o peso maior da ocupação é registrado nos serviços B e C, mostrando, também, que a distribuição de rendimentos dos serviços A é menos desigual do que nos outros dois segmentos (B e C)¹⁴⁹. Isso vem indicar que a menor participação dos serviços produtivos (serviços A), na região, está acompanhado de uma menor desigualdade dos rendimentos, assim como, de uma maior remuneração mediana. Situação pouco diferente foi registrada para o Brasil como um todo, onde os serviços A e B são os que apresentam os mais altos índices de Gini, com uma alta remuneração mediana.

¹⁴⁹ - Serviços A - são serviços para produção. São eles: atividades financeiras e imobiliárias, transporte e comunicação e técnico e auxiliares. Serviço B - são serviços para o consumo individual. São eles: alojamento e alimentação, reparação e conservação e pessoais e domiciliares. Serviços C - São os serviços para o consumo coletivo. São eles: administração pública e atividades sociais.

No conjunto do setor terciário, a distribuição das ocupações no Nordeste e no Brasil se concentram nos serviços B e C e na indústria de transformação. Quanto a remuneração, vê-se que na indústria, a atividade de menor renda mediana é a de transformação, e no setor terciário, os serviços B. Já as atividades de maior renda são: a indústria de construção civil e os serviços A.

No caso do Brasil, os serviços B detém a menor renda do setor terciário, mas a indústria de transformação, ao contrário do Nordeste, tem uma renda mediana superior a indústria da construção civil. Portanto, o rendimento mediano da indústria de transformação, no naquela região, é muito baixo, mesmo quando comparados com as outras atividades industriais e as atividades terciárias A e C do próprio Nordeste.

A indústria de transformação também tem uma concentração de renda superior a do Brasil. Nas atividades terciárias, os serviços A, B e C têm uma concentração de renda elevada no Nordeste quando comparados com os mesmos serviços no Brasil e quando comparados às atividades industriais daquela região. Por conseguinte, os Serviços A, B e principalmente C, registram uma elevada concentração de renda. Portanto, o setor público, no Nordeste, é um setor de renda muito concentrada, mais do que a do próprio Nordeste que, por sua vez, tem uma renda muito mais concentrada do que o Brasil.

Essas informações parecem indicar que, mesmo sendo uma das atividades que mais ocupa mão-de-obra, o setor público tem uma base muito ampla de empregados cuja renda é muito pequena e apenas uma pequena fração de funcionários tem rendimentos muito elevados. Observe-se ainda que o setor público, como um dos principais mentores do processo de desenvolvimento do Nordeste, tem a sua renda mais concentrada do que o próprio Nordeste como um todo. Com isso não era de se esperar que o processo de desenvolvimento liderado

pelo setor industrial e estimulado pelo setor público fosse, também estimulado a distribuir melhor o seu produto.

A maior concentração de renda no setor público mostra ainda que o poder público é bastante elitizado e completamente desvinculado das reais necessidades do grosso da população local, isso, em parte, contribui para que o processo de desenvolvimento experimentado pelo Nordeste brasileiro, servisse mais para beneficiar as elites e menos a população carente. O grande crescimento do setor terciário, associado a uma grande concentração de renda, vem também confirmar essa suposição.

Em suma, os rendimentos pagos no Nordeste são muito baixos e concentrados. Para o ano de 1986, em todas as atividades, os rendimentos percebidos são muito inferiores aos rendimento pagos no Brasil como um todo. O mesmo ocorre com relação a concentração de renda, exceto para a construção civil, as demais atividades apresentam rendas muito mais concentradas do que no Brasil.

O setor terciário do Nordeste, detém a maioria dos trabalhadores do setor formal e informal de todos os ocupados, os trabalhadores informais, representam a maior parcela dos trabalhadores urbanos, e, mais, essa maioria recebe rendimentos muito inferiores aos pagos a maior fração dos trabalhadores formais.

TABELA 4.6. DISTRIBUIÇÃO DOS ASSALARIADOS, VALOR MEDIANO DOS RENDIMENTOS E ÍNDICE DE GINI, POR SETOR E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO NORDESTE E NO BRASIL EM 1986

| SETORES E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS | NORDESTE | | | BRASIL | | |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|----------------------|--------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO | MEDIANA EM SALÁRIOS MÍNIMOS | ÍNDICE DE GINI | DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO | MEDIANA EM SALÁRIOS MÍNIMOS | ÍNDICE DE GINI |
| TOTAL | 100 | 0,91 | 0,588 | 100 | 1,47 | 0,509 |
| IND. TRANSFORMAÇÃO | 16,5 | 0,95 | 0,481 | 25,6 | 1,70 | 0,475 |
| IND. CONSTRUÇÃO | 10,6 | 1,01 | 0,381 | 7,8 | 1,44 | 0,403 |
| OUTRAS INDÚSTRIAS | 3,4 | 1,95 | 0,493 | 2,3 | 2,37 | 0,470 |
| COM. MERCADORIAS | 10,6 | 0,89 | 0,468 | 11,9 | 1,34 | 0,469 |
| SERVIÇOS A | 9,5 | 1,73 | 0,513 | 12,4 | 2,14 | 0,497 |
| SERVIÇOS B | 19,5 | 0,46 | 0,540 | 18,0 | 0,72 | 0,450 |
| SERVIÇOS C | 29,4 | 0,97 | 0,557 | 21,8 | 1,70 | 0,497 |
| OUTROS SETORES | 0,0 | 0,80 | 0,304 | 0,0 | 1,11 | 0,451 |

FONTE: IBGE - PNAD 1986

NOTA: SERVIÇOS A - SÃO SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO, TAIS COMO: ATIVIDADES FINANCEIRAS E IMOBILIÁRIAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO E TÉCNICAS E AUXILIARES. OS SERVIÇOS B - SÃO SERVIÇOS PARA CONSUMO INDIVIDUAL, TAIS COMO: ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO, REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO, PESSOAS E DOMICILIARES. SERVIÇOS C - SÃO SERVIÇOS PARA CONSUMO COLETIVO, SÃO ELAS: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ATIVIDADES SOCIAIS.

V - CONCLUSÕES

A história recente do desenvolvimento do Nordeste brasileiro caracteriza-se, basicamente por duas fases: uma de isolamento e outra de crescente articulação inter-regional, notadamente com o Sudeste do país. Esta segunda fase é marcada, inicialmente, na década de cinquenta, por uma fase concorrencial; e, posteriormente, nos anos sessenta, por um período que se entende até o presente, de articulação via transferências de capitais oriundas das regiões mais desenvolvidas do país.

Nessa segunda fase, o dinamismo que se instala a partir da segunda metade da década de sessenta, repercutiu na economia nordestina ensejando profundas transformações. Em primeiro lugar, essas transformações implicaram em elevadas taxas de expansão do produto regional, semelhantes às experimentadas pela economia do país. Elas se traduzem em ponderáveis participação dos investimentos na renda interna, o que revela uma capacidade de acumulação sensivelmente superior, no período 1966/1986, conforme demonstrado no capítulo 2. Em segundo lugar, ao alterarem a estrutura produtiva, introduzem um novo processo de trabalho que implica, de um lado, na redução da demanda de mão-de-obra em determinados subsetores da indústria e, de outro, na sua expansão como decorrência dos investimentos em atividades industriais anteriormente inexistentes.

Assim, em face desse novo padrão de desenvolvimento da economia nordestina, as atividades mais dinâmicas não são as principais empregadoras de mão-de-obra, pois o barateamento do capital, via incentivos fiscais e a competitividade externa, faz com que sua tecnologia seja intensiva em capital, o que reduz drasticamente sua capacidade de absorver mão-de-obra. Desse modo, a indústria de transformação, que tem uma participação crescente e significativa no produto global, em termos de ocupação de mão-de-obra, sua capacidade relativa demonstrou ser pequena. Nesse contexto, a natureza das transformações introduzidas na economia nordestina, durante o período 1960/1990, veio comprovar claramente uma das hipóteses deste estudo no sentido de que, nesse período, o Nordeste brasileiro apresentaria um vigoroso dinamismo econômico na sua estrutura produtiva, não se justificando, portanto, a idéia da insuficiência dinâmica como explicação para os baixos indicadores sociais.

Por outro lado, o Estado ao privilegiar a indústria e pouco incentivar a agricultura, a política de incentivos fiscais gerou uma débil integração produtiva entre a indústria e a agricultura. Em relação ao emprego, essa ausência de integração reduz o efeito multiplicador do crescimento industrial sobre o emprego agrícola, o que constitui uma questão relevante, dado o grande contingente populacional ainda disponível no campo. No setor terciário, a heterogeneidade de suas atividades é bastante acentuada, o que mostra que mesmo tendo uma relativa integração com o setor industrial, o efeito multiplicador do emprego e da renda é também muito limitado. Isto vem confirmar a nossa hipótese de que a implantação, no Nordeste, de uma indústria basicamente voltada para fora, não seria capaz de se integrar aos outros setores de modo a gerar, na estrutura produtiva, uma série de atividades germinativas capazes de ampliar o emprego e melhorar o nível de renda da maioria dos subempregados.

Nessa segunda fase do desenvolvimento, registrou-se também mudanças bastantes significativas na indústria de montagem, composta na sua maioria de bens de consumo duráveis. Já a indústria de bens intermediários foi realmente quem liderou o processo

de crescimento. De uma participação de 35% no valor de transformação industrial em 1970, passa para 49% em 1990. Com isso, a indústria de bens intermediários passou a ser uma base industrial importante no Nordeste. Em face disso, registrou-se um certo grau de desenvolvimento da estrutura produtiva, que na primeira fase da industrialização estava centrada nos ramos de bens de consumo não duráveis, e, agora, nessa segunda fase, está centrada nos ramos industriais intermediários e na montagem de bens de consumo duráveis.

Este processo de crescimento da indústria de bens intermediários, ao contrário do que pode parecer, veio aprofundar o aspecto de dependência da economia do Nordeste em relação às outras regiões brasileiras, particularmente com a região Sudeste. Esta é uma das mais importantes suposições deste trabalho, pois atualmente a economia nordestina é mais dependente de outras regiões do país do que era em 1950. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento produz resultados bastante limitados porque seus efeitos internamente à região são pequenos.

Quanto aos índices de produtividade relativa do trabalho, vimos no capítulo 2 que estes eram bastantes desiguais o que indicam a existência de mercado de trabalho múltiplos e diferenciados na economia nordestina, onde os trabalhadores alcançam níveis diferenciados de renda em atividades distintas. Aqui fica claro a presença de uma estrutura manifestamente heterogênea da economia regional, o que comprova a nossa hipótese central de crescente heterogeneidade estrutural da economia da região.

Quando consideramos os trabalhadores nas categorias de renda alta, média e baixa, a produtividade relativa por atividades indicam que os trabalhadores de renda elevada são aqueles que estão nas atividades da indústria de transformação, serviços de utilidade pública e administração pública. Os de renda baixa estão, na sua maioria, nas atividades de prestação de serviços, transporte e comunicação, armazéns e os de renda média, estão inseridos nas

atividades de extração mineral, na indústria da construção e comércio de mercadorias.

As grandes transformações na estrutura produtiva do Nordeste, ocorridas entre 1960 a 1990, incidiram na sua estrutura social que apresentou alterações substanciais no período. A população total teve um crescimento vertiginoso e constante. Quanto à população urbana, registrou um crescimento mais vigoroso do que a população total. Ela mais do que triplicou sua população.

Essa expansão demográfica contribui sobremaneira para o crescimento da população em idade ativa e, por sua vez, para o aumento da taxa de atividade da força de trabalho, cujo aumento se deveu em parte pela maior participação das mulheres. Portanto, a taxa de atividade total da força de trabalho cresceu e este aumento esteve associado ao aumento da PEA masculina, mas sobretudo ao aumento da PEA feminina. Por outro lado, verificou-se que a população do Nordeste é uma população essencialmente jovem e por isso mesmo apresenta uma participação relativa no mercado de trabalho, crescente e elevada, tanto para os homens e principalmente para mulheres jovens.

As informações mostraram ainda, que em todo o período 1960/1990, quando houve uma desaceleração da taxa de ocupação, houve também uma desaceleração da taxa de participação. Por conseguinte, vale observar que movimentos no nível de ocupação são acompanhados por alterações coincidentes no nível de participação da PIA. Há, portanto, uma correlação entre os níveis de ocupação e participação da PIA, que resulta num ajuste do mercado de trabalho frente as alterações no nível de atividades.

A análise dos dados, também mostrou que o nível de desemprego aberto no Nordeste é baixo, tanto para os homens como para as mulheres. E que esse nível não se reduz na fase de expansão econômica, porque flutuações no nível de ocupação são acompanhadas

por modificações da taxa de participação da PIA no mercado de trabalho. Na fase de retração, não se verifica níveis significativos de desemprego porque a redução na taxa de ocupação se dá em sintonia com a redução na taxa de participação, ou seja, movimentos no nível de ocupação são acompanhados por modificações no nível de participação.

Os dados disponíveis mostram que a participação da economia submersa na ocupação de mão-de-obra teve um crescimento bastante significativo na fase de maior expansão econômica. Todavia, esse crescimento tem seu nível mais elevado na fase de desaquecimento da economia, mas, não chega a caracterizar-se como um inchamento da economia submersa, pois, como observamos no capítulo 3, quando se reduz o nível de ocupação se reduz também o nível de participação, aumentando o nível de inatividade, ou seja, poucos empregados do setor tipicamente formal são absorvidos pela economia informal e pela economia submersa.

Podemos também afirmar que houve um crescimento significativo do assalariamento da economia e, por conseguinte, a economia do Nordeste era, em 1990, mais formalmente organizada do que em 1960. Mas, esse crescimento se deu mais na categoria de assalariado clandestino. Portanto, há quase que um movimento sincronizado entre crescimento econômico e expansão das ocupações na economia submersa e informal, indicando que o espaço econômico ocupado por estes setores é resultado da dinâmica econômica do setor capitalista.

Constatamos, também, que ao longo do período estudado (1960/1990), houve uma redução da participação relativa do conta própria, o que significa que a informalidade não está aumentando por intermédio do trabalhador autônomo, mas sim, que ela vem se elevando dentro de uma organização empresarial, principalmente via microempresa. Nesse sentido, aumenta de modo importante a participação dos microempresários e do assalariamento na

microempresa. Este fato é um forte indicio de que, à medida em que avança a acumulação capitalista, o setor informal sofre transformações e se adapta as novas relações de trabalho e produção, fortalecendo a microempresa e o trabalho assalariado informal, em detrimento da atuação individual na forma de conta própria. É possível deduzir, também, que as transformações ocorridas nas diversas categorias formais, submersa e informais, acompanharam os movimentos do desenvolvimento econômico ocorrido no período de 1960 a 1990.

Percebe-se também, que no mercado de trabalho urbano os homens têm maior oportunidade de se inserirem no mercado formal de trabalho, enquanto as mulheres tem maior oportunidade de se inserirem no mercado informal. O mesmo se pode dizer em relação à economia submersa onde a mulher participa com uma maior presença do que os homens. Portanto, o comportamento dos homens e das mulheres indicam haver uma segmentação no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Adicionalmente, o mercado de trabalho urbano do Nordeste caracteriza-se pela presença significativa de trabalhadores do sexo masculino, de trabalhadores jovens, de trabalhadores informais, de microempresas e a maior fração da população se insere nesse mercado de trabalho de forma precária, seja na forma de trabalhador clandestino ou na forma de trabalhador informal, já que, juntas, estas duas categorias representam mais de 60% dos empregados em todos os anos analisados.

Assim, a economia nordestina, sua estrutura produtiva e o mercado de trabalho, apresentaram uma crescente participação da submersão e quase todo o aumento do assalariamento da economia deve-se a essa forma clandestina de ocupação de mão-de-obra. Já o setor informal, por sua vez, cresce mais por conta do auto-assalariamento nas microempresas que tiveram um crescimento expressivo no período considerado (1960/1990). Portanto, a expansão da ocupação urbana foi gerada principalmente pelo aumento da ocupação sem contrato legal de trabalho, que é o segmento com piores condições gerais de trabalho e de

rendimento. Talvez, por isso mesmo, o nível médio das remunerações do trabalho tem se reduzido com o processo de desenvolvimento econômico. Todavia, as pessoas formalmente ocupadas, na sua grande maioria, obtiveram os maiores níveis de rendimentos, só sendo superados pelos funcionários públicos.

Antes mesmo do início dessa segunda fase de desenvolvimento, o Nordeste já era uma região de renda bastante concentrada. Entretanto, o novo processo de desenvolvimento que se inicia na década de sessenta, não foi capaz de reverter essa tendência histórica, ao contrário, o que se verificou na análise dos dados, foi que, essa concentração se elevou em todos os setores de atividade econômica, particularmente nos serviços públicos. Mesmo assim, o Estado teve um papel importante na geração de empregos produtivos, evitando que uma parcela importante da mão-de-obra ficasse desempregada ou subempregada no setor informal ou na economia submersa.

Os dados mostraram também que a maioria dos que se inserem precariamente no mercado de trabalho não está satisfeita com a posição que ocupa. Por grupo de idade: dos menores aos adultos de até 59 anos de idade, por sexo, por posição na ocupação e por ganharem pouco, em sua maior fração, os trabalhadores desejam mudar de emprego para uma ocupação com carteira de trabalho assinada.

No capítulo 2, ficou demonstrado o expressivo desempenho da economia nordestina liderado pelo processo de industrialização. Todavia, esse crescimento se deu com uma participação do conjunto das atividades terciárias, principalmente nos momentos de auge da produção industrial. Este desempenho do setor terciário indica, de um lado, que o avanço da industrialização, notadamente na década de 70, induziu o crescimento acelerado das atividades terciárias e, de outro, que a relativa modernização das principais atividades agrícolas e o intenso processo de urbanização criaram novas necessidades, as quais contribuíram para

aumentar a participação das atividades terciárias na produção regional. Em relação a ocupação, a grande participação no total dos ocupados de 1990 se dá no setor terciário, que participa com 46% dos ocupados. Todavia, dentre as atividades terciárias, aquelas que mais se destacam são: a prestação de serviços, o comércio de mercadorias, as atividades sociais e a administração pública.

O aumento do número de trabalhadores típicos do setor formal, no setor terciário, acompanhou o movimento da atividade econômica. A nível das atividades, podemos dizer que em 1990 as atividades terciárias tinham um nível de formalidade superior ao registrado em 1972. Todavia, mesmo assim, quando adicionamos aos informais os ocupados na economia submersa, notamos que, com excessão do setor público, nas outras atividades terciárias a grande proporção dos trabalhadores se insere de modo precário. Quanto ao setor público, apresentou um crescimento contínuo no nível de emprego no Brasil e no Nordeste. A evolução do emprego público no Nordeste é bastante significativo e teve repercussão direta sobre o nível de ocupação.

A comparação entre as estruturas ocupacionais de Recife, Salvador e Fortaleza, na década de oitenta, não mostra diferenças significativas. Por se tratar de uma região de nível de acumulação ainda baixo, a ocupação particular empregava, em 1988, menos da metade da PEA. Todavia, os conta próprias, empregados domésticos e empregados públicos têm uma participação significativa.

Em relação ao desemprego aberto, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, se situam em níveis elevados. Portanto, estas três regiões metropolitanas apresentam um nível de desemprego aberto muito superior aos demais centro urbanos do Nordeste.

Como vimos, o processo de desenvolvimento econômico de três décadas gerou, no Nordeste, uma economia organizada em bases mais capitalistas, mas os resultados sociais desse processo dinâmico deixou muito a desejar, a medida em que também criou poucos empregos formais, muitas ocupações clandestinas e muitos trabalhadores informais. Sendo que, em sua maioria, os trabalhadores passaram a ter níveis médios de renda muito baixos e condições gerais de trabalho que se poderiam classificar como precárias. Esse quadro de dinamismo e pobreza comprova nossa hipótese central. Por outro lado, essas condições se deterioraram mais ainda com o processo de desaquecimento da economia local, que se inicia em 1980 e toma corpo em 1986 a 1990. Quanto ao papel do Estado, sua intervenção planejada via SUDENE etc, resultou na criação de empregos de alta e baixa produtividade e numa maior concentração de renda, e que provavelmente ocorreu devido a forma pouco eficiente como se deu a distribuição e alocação dos recursos produtivos, permitindo, assim, o aumento das desigualdades na apropriação de tecnologias a nível setorial e, conseqüentemente, gerando uma menor integração das atividades produtivas de bens e serviços.

Desta forma, o processo de desenvolvimento gerou uma maior subordinação e, portanto, uma maior integração do setor informal ao núcleo capitalista, indicando que políticas de crescimento, emprego e renda devem considerar não somente o núcleo capitalista, mas também o setor subordinado, pois assim, estas políticas irão se refletir positivamente na economia e conseqüentemente no setor subordinado.

Finalmente, o desenvolvimento econômico, com aprofundamento da industrialização, resultou na crescente terciarização da estrutura econômica, que apresenta um outro espectro de problemas para a estrutura ocupacional o que aponta para a necessidade de novos estudos que discutam o papel do setor terciário na economia do Nordeste e a mutação da estrutura ocupacional. Ainda como sugestão, uma política social mais efetiva certamente trará efeitos positivos para o mercado de trabalho nordestino, todavia, as informais de salários,

distribuição de renda e estrutura ocupacional, não deixam margem a dúvida no sentido de que os gastos sociais serão sempre insuficientes, já que a grande maioria da população da região sofre de uma carência profunda.

VI - BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, Irma (1972). Teorias do Desenvolvimento Econômico. Editora Forense. Rio de Janeiro.
- AGARWALA, A.N. & SINGH, S.P. (1963). La Economía del Subdesarrollo. Madrid, Tecnos.
- ALMEIDA, A.L.O. & MENDONÇA, C.E.R. (1989). "A Pequena Produção: uma visão unificada". In Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP Vol. 19, No. Especial.
- ARAÚJO, Tania Barcelar (1979). La Division Interregionale de Travail au Brasil et l'exemple du Nort-Est. Tese de Doutorado de 3'eme cycle em Economia Pública, Paris.
- BALDIWN, Roberto (1967). Desarrollo Económico. Amorrortu. Buenos Aires
- BALTAR, P.E.A. (1985). Salário e Preço: Esboço de uma Abordagem Teórica. IFCH/UNICAMP. Tese de Doutorado, Campinas. (mimeo.)
- BELL, D. (1973). The Coming of Post-Industrial Society, a venture in social Forecasting. New York, Basic Book.
- BILAS, R. A. (1972). Teoria Microeconômica. Editora Forense, Rio de Janeiro.
- BLANCHARD, M. (1984). "Tecnologia, Trabajo y Sociedad: Algunos indicadores extraídos de las investigacion de la OIT", Revista Internacional del Trabajo, vol. 103 n.3, Jul/Sep
- BRANSON, W.H. & LITVACK, J.M. (1978). Macroeconomia. Editora Harpen & Row do Brasil, São Paulo.
- BRASIL. SUDENE. (1967). Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste GTDN). uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. 2a. Edição Recife.
- BRAVERMAN, Harry (1977). Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século xx. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
- BURSZTYN, M. (1985). O Poder dos Donos Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- CACCIAMALI, M. C. (1983). Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. Série Ensaio Econômicos n.26, IPE/USP.

- CACCIAMALI, M. C. (1978). "Mercado de Trabalho: Abordagem Duais". In Revista de Administração de Empresa, 18(1), Jan/Mar. São Paulo
- CACCIAMALI, M. C. (1988). Mudanças Estruturais na Produção e Emprego no Brasil: 1950/85. IPE/USP.
- CACCIAMALI, M. C. (1989). Expansão do Mercado de Trabalho Regulamentado e Setor Informal. Revista Estudos Econômicos, vol. 19 No. Especial
- CACCIAMALI, M. C. (1989). Informatização Recente do Mercado de trabalho Brasileiro. IPE/USP, (mimeo.)
- CACCIAMALI, M.C. (1988). "A Estrutura Regional do Emprego no Brasil ao Longo da Primeira Metade da Década de 80: Tendência a Maior Assalariamento". In Seminário de Avaliação Metodológica das PNADs, Nova Friburgo, Junho.
- CACCIAMALI, M.C. (1991). "O Ajustamento do Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de Oitenta". In Seminário Sobre reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil, ANPUR, agosto.
- CANO, W. (1990). Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós 1930. Seminário Brasil Século XXI UNICAMP. Campinas. (mimeo.)
- CARDOSO, F. H. (1977). Comentários Sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade. In Cardoso, F.H. (1977), Difel, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, F.H. & Faletto, (1970). Dependência e Desenvolvimento da América Latina. Ensaio de Interpretação sociológica. Rio de Janeiro.
- CARDOSO DE MELO, J.H. (1982). O Capitalismo Tardio. Editora Brasiliense São Paulo.
- CASIMORO, L. (1986). Acumulação Capitalista e Crise: um estudo de caso. Série Relatório de Pesquisa IPE/USP.
- CASTELLS, M.S. (1971). "El Mito de la Sociedad Urbana". Revista Latinoamericana de Estudios Regionais vol. 3 out.
- CAVALCANTE, C. & Duarte, R. (1980b). O Setor Informal de Salvador: dimensões, natureza e significação. SUDENE IPEA/FUNDAJ/MTB, Brasília
- CAVALCANTE, C. & Duarte, R. (1986a). A Procura de Espaço na Economia Urbana: o setor informal de Fortaleza. SUDENE/FUNDAJ/MTB, Brasília.
- CLARK, C. (1940). The Condition of Economic Progress. Macmilland Co. Lmted. London.
- CEBRAP. (1990). In o Informal revisado. (mimeo.) São Paulo.

- CUNHA, P. V. (1979). "A Organização dos Mercados de trabalho; Três conceitos alternativos". In Revista de Administração e Empresa, jan/mar.
- DEDECCA, C. S. (1990). Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo. IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, Campinas. (mimeo.)
- DEDECCA, C.S. & MONTAGNER, P. (1992). "Crise Econômica e Desempenho do Terciário". In São Paulo, em Perspectiva, 6(3):2-15, Jul/Set.
- DOB, M. (1977). A Evolução do Capitalismo. Zahar Editora, Rio de Janeiro.
- DOMAR, E.D. (1946). "Capital Expansion, Rate of Growth and Employment". Econometrica, Macmillan Londres, Abril.
- DUARTE, R. (1989). "Heterogeneidade no Setor Informal: Um Estudo de Microunidade Produtivas em Aracaju e Teresina". In Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, Número Especial.
- DUARTE, R. (1989). "Dinâmica e Transformação da Economia Nordeste na Década de 70 e nos anos 80". In Revista Econômica do Nordeste 20(4), Jan/Mar. Fortaleza.
- DUNLOP, J. (1957). The Task of Contemporary Wage Theory, In DUNLOP (1957).
- DURAND, J.D. (1975). The Labor Force in Economic Development: a comparison of internacional census data - 1946/1966. Pinceton University Press, Princeton, New Jersey.
- FAVA, V. L. (1984). Urbanização Custo de Vida e Pobreza no Brasil. Série Estudos Econômicos, vol. 37, IPE/USP
- FERREIRA, J.C.(1979). Incentivos Fiscais e Criação de Emprego no Nordeste. SUDENE/CAEN, Série População e Emprego, n.7.Fortaleza.
- FERREIRA, A. (1982). "Elementos Estruturais de Subemprego no Nordeste". In Revista Econômica do Nordeste, 19 (4) Fortaleza.
- FURTADO, C. (1961). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. (1977). Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- FURTADO, C. (1990). A Fantasia Desfeita. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. (1968). Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Editora Nacional, São Paulo.
- GASQUES, José Garcia (1975). Oferta e Demanda de Mão-de-Obra Volante no Estado de São Paulo. Piracicaba, São Paulo. Dissertação de Mestrado. ESALQ/USP.

- GOODMAN, V. D. & ALBUQUERQUER, R. (1977). "El Proceso Industrial En el Nordeste Brasileiro Y el Proceso de Acumulación de Capital a Excala en la Década del 60". In Revista de La CEPAL n. 15 dez , Santiago do Chile.
- GRAZIANO, da Silva. J. & GUEDES, Pinto. L. C. (1988). Questão Agrária, População e Emprego: lições da experiência brasileira recente. UNICAMP. Campinas. (mimeo.)
- GUIMARÃES Neto, L. & Souza, A. V. (1981). "A Dinâmica do Mercado de Trabalho Urbano no Nordeste". Trabalho Apresentado no Encontro Sobre Emprego e Desemprego no Nordeste: avaliação e proposições. Recife
- GUIMARÃES Neto, L. (1978). Emprego Urbano no Nordeste: Situação atual e Evolução Recente. 1950/70. BNB/ETENE, Série Estudos Econômicos e Sociais, Fortaleza.
- GUIMARÃES Neto, L. (1978). "Urbanização e Emprego no Nordeste". In Revista Econômica do Nordeste, 9 (2): abr/jan, Fortaleza.
- HANSEN, Alvin (1945). Política Fiscal y Ciclo Económico. Editora Fondo de Cultura Económica, México.
- HARROD, R.F. (1939). "An Essay in Dynamics Theory". Economic Journal, Macmillan, Londres, Março.
- HARROD, R.F. (1948). "Towards a Dynamic Economic". Economic Journal, Macmillan, Londres, agosto.
- HICK, J. R. (1968). The Theory of Wages. MacMillan, London.
- HIRSCHMAN, Albert (1968). The Strategy of Economic Development. London, Vale University Press, Conn.
- HOBBSBAWN, E. J. (1969). "La Marginalidad Social en la História de la Industrializacion Europea". In Revista Latinoamericana de Sociologia, v. 2 Buenos Aires.
- IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980
- IBGE - Censos Industriais, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985
- IBGE - PNADs de 1972, 1976, 1979, 1981, 1986, 1988, 1989 e 1990
- IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil 1990
- IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990
- JATOBA, Jorge (Coordenador) (1982). Diagnóstico e Proposições em Vista a uma Política de Emprego para o Nordeste. CME-PIMES/UFPE.

- JATOBÁ, Jorge (1988). "Pobreza Urbanização e Mercado de Trabalho: o caso brasileiro 1970/1983". In Revista Estudos Econômicos, v. 18 n.1 jan/abr.
- JATOBÁ, Jorge (1985). "Desenvolvimento Regional, Crise e Mercado de Trabalho: o Caso Brasileiro com Especial Atenção para o Nordeste - 1981/1983". In Revista Econômica do Nordeste, 16(4) Out/dez
- KON, A (1990). Condicionantes da Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem inter-regional. IPE/FEA/USP. São Paulo. Tese de Doutorado (mimeo.).
- KOWARICK, L. (1977). Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- LEITE LOPES, J.S. et alli (1979). Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- LEWIS, A.W. (1969). "O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra". In Agarwala, A.N. & Singh, S.P. (orgs.). A Economia do Subdesenvolvimento, Editora Forense, Rio de Janeiro.
- MACEDO, Antonio Aquilino. Distribuição Espacial e Pessoal da Renda no Nordeste. Fortaleza, BNB/ETENE, s.d. (mimeo.)
- MACEDO E SILVA, A.C. (1990). Serviços e Desenvolvimento - Algumas Considerações. Campinas, Convênio FINEP/FECAMP/UNICAMP, Instituto de Economia, (mimeo.)
- MARX, K. (1984). O Capital: Crítica da Economia Política, v. I tomo II, capítulo XXIII, Editora Abril Cultural, São Paulo.
- MARX, K. (1973). O Capital. Edição Resumida por Julian Borchardt, Editora Zahar, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, R. (1979). O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MTB - RAIS de 1976, 1979, 1986 e 1988
- NIKITIN, P. (1967). Fundamento da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- NUN, J. (1978). "Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal". In PEREIRA, L. (1978). Populações Marginais, Duas Cidades, São Paulo.
- NUNURA, J. (1992). Ajustamento e Informalidade no Mercado de Trabalho Peruano: 1950/1989. IPE/FEA/USP. São Paulo. Tese de Dotouramento (mimeo.).
- OFF, C. (1989). Capitalismo Desorganizado. Editora Brasiliense, São Paulo.

- OIT. (1972). "Employment, income and Equality: a Strategy for Increasing Productive Employment In Kenya", OIT, Genebra.
- OLIVEIRA, F. (1977). A Economia da Dependência Imperfeita. Editora Graal, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, F. (1990). "A Metamorfose da Arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do nordeste". In CEBRAP, No.22 Jul., São Paulo.
- OLIVEIRA, F. (1976). Economia Brasileira: a crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP, São Paulo.
- OLIVEIRA, F. (1978). Elegia para uma Re(li)gião. Editora Paz e Terra.
- PELLERIN, Georges (1976). O Emprego Industrial no Nordeste. UFPE, Recife. Dissertação de Mestrado (mimeo.)
- PELLERIN, G. (1974). A Economia do Nordeste: Considerações Macro-Prospectivas. Recife, SUDENE.
- PINTO, A. (1976). "Heterogeneidade Estrutural e Modelo Recente de Desenvolvimento". In SERRA, J. (coordenador) (1976). América Latina. Ensaio de Interpretação Econômica., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- PINTO, A. (1984). "Metropolización y Terciarización, Malformaciones Estructurales en el Desarrollo Latinoamericano". In Revista de la CEPAL n. 24, dez. Santiago do Chile.
- PRADO, Jr. Caio (1970). História Econômica do Brasil. 12a. Edição, Editora Brasiliense. São Paulo.
- PREBISCH, R. (1951). Interpretação do Progresso Econômico. In Revista Brasileira de Economia, FGV, No. 1, março, Rio de Janeiro.
- QUIJANO, A. (1978). "Notas Sobre o Conceito de Marginalidade". In Populações Marginais PEREIRA, L. (1978) org. Editora Duas Cidades, São Paulo.
- RAMOS, J. (1984). "Urbanização e Mercado de Trabalho". In Revista de La CEPAL, n.24 dez. Santiago do Chile.
- RICARDO, David (1955). Principios de Economia Política y de Tributación. Madrid: Aguilar 2a. Edição.
- RODRIGUES, O. (1986). O Pensamento Econômico da CEPAL. Editora Forense, São Paulo.
- RUBERY, J. (1978). "Structured Labour Markets, Worker Organization and Low Pay". Cambridge, In Journal of Economics v. 2 n.1 London, Inglaterra.
- SABÓIA, João L.M. & Tolipan, Ricardo M.L. (1984). "Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Seu Potencial como Fonte de Dados Sobre o Mercado Formal de Trabalho no Brasil". In Anais do XII Encontro Nacional de Economia, São Paulo.

- SABÓIA, J. (1989). "Dualismo ou Integração no Mercado de Trabalho". In Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP vol. 19, No. Especial
- SANTOS, Theodorio dos. (1970). Dependência y Cambio Social. Ceso, Santiago.
- SCHUMPETER, J. (1961). Capitalismo, Socialismo e Democracia. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- SILVA, S. (1980). "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo." In PINSKY, Capital e Trabalho no Campo. Editora Hucitec, São Paulo.
- SINGER, P. R. (1973). Economia Política da Urbanização. Editora Brasiliense/CEBRAP, São Paulo.
- SINGER, P. R. (1977). Economia Política do Trabalho. Editora Hucitec, São Paulo.
- SMITH, A. (1978). Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Edição Abril Cultural, São Paulo.
- SPINDEL, C. (1973). "Disponibilidade e Aproveitamento dos Recursos Humanos do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana". In Cadernos CEBRAP n. 15.
- SOUZA, P.R. (1985). Dez Anos de Setor Informal. Campinas, IFCH/UNICAMP
- SOUZA, P.R. (1980b). "O Setor Informal e a Pobreza Urbana na América-Latina". In SOUZA (1980d).
- SOUZA, P.R. (1980d). Emprego, Salário e Pobreza. Hucitec/UNICAMP, São Paulo.
- SOUZA, P.R. (1980). A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas. IFCH/UNICAMP, Tese de Doutorado (mimeo.) Campinas.
- SOUZA & Tokman, V.E. (1976). "El Sector Informal Urbano". In Clacso, El Empleo em América Latina: Problemas Económicos Sociales y Políticos, Edição Siglo XXI.
- SOUZA, Ademir do Vale (1986). Política de Industrialização, Emprego e Integração Regional: o Caso do Nordeste do Brasil. PIMES/UFPE, Dissertação de Mestrado, Recife.
- STEIN, Stanley J. (1973). Período Áureo da Indústria Manufatureira de Tecidos de Algodão no Brasil. In: Brasil. Instituto Brasileiro do Café. Ensaio Sobre café e Desenvolvimento Económico, Rio de Janeiro.
- SUDENE (1983). Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife.
- SUDENE (1987). Produto e Formação Bruta de Capital. Nordeste do Brasil, 1965/86, Recife.

- SUDENE (1983). Produto e Formação Bruta de Capital. Nordeste do Brasil, 1965/1981, Recife.
- SUDENE (1992). Produto e Formação Bruta de Capital. Nordeste do Brasil, 1965/1991, Recife.
- SUDENE (1968). Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste IV, 1969/1973. Primeira Edição, Divisão de Documentação, Recife
- SUDENE (1992). Resultados do Programa de Industrialização até 1990. Relatório de Pesquisa. Departamento de Industrialização, Divisão de Pesquisa e Planejamento, Recife
- SUDENE (1969). Dez Anos. Recife
- SUDENE (1979). Vinte Anos. Recife
- SUDENE (1988). Relatório de Pesquisa Sobre o Desempenho da Indústria Incentivada do Nordeste. Recife 1992
- TAVARES, M.C. & SOUZA, P.R. (1981). "Emprego e Salário: o caso brasileiro". In Revista de Economia Política Vol.1 No.1 jan-mar. São Paulo.
- TAVARES, M.C. (1974). Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. UFRJ, Rio de Janeiro. Tese de Livre Docência (mimeo.)
- TOKMAN, Victor E. (1982). "Desarrollo Desigual y Absorción de Empleo - América Latina 1950/1980". In Revista de La CEPAL, No. 17 Santiago do Chile, agosto.
- TOKMAN, V.E. (1977). El Setor Informal: quince años después. El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económica, México.
- TOKMAN, V.E. (1978). "Pobreza Urbana y Empleo en América Latina: Líneas de Acción". In PREALC (1978). Setor Informal Funcionamento y Políticas, Santiago
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (1979). Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.